

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

PAULA CRISTINA PEREIRA RODRIGUES CHAVES

**AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E NO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE
BELA VISTA DO JARAQUI – MANAUS – AM.**

**MANAUS - AM
2016**

PAULA CRISTINA PEREIRA RODRIGUES CHAVES

**AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E NO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE
BELA VISTA DO JARAQUI – MANAUS – AM.**

Trabalho apresentado a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPSCA, como parte dos requisitos para obtenção de nota na qualificação desta pesquisa, sob a orientação do Professor:

Dr. Gláucio Campos Gomes Matos.

**MANAUS - AM
2016**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C512a Chaves, Paula Cristina Pereira Rodrigues
As Transformações no Trabalho e no Modo de Vida da
Comunidade Bela Vista do Jaraqui - Manaus - AM. / Paula Cristina
Pereira Rodrigues Chaves. 2016
236 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Gláucio Campos Gomes de Matos
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Comunidades na Amazônia. 2. Unidades de Conservação. 3.
Empreendedorismo Informal. 4. Pós-Graduação Sociedade e
Cultura na Amazônia. I. Matos, Gláucio Campos Gomes de II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

**AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E NO MODO DE VIDA DA COMUNIDADE
BELA VISTA DO JARAQUI – MANAUS – AM.**

Dissertação final submetida ao corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisitos necessários para obtenção da nota de defesa do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia para obtenção do título de mestrado.

Manaus, 07 de outubro de 2016.

Examinada e aprovado por:

Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos – Presidente da Banca
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Davi Avelino Leal – Membro da Banca
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro – Membro da Banca
Universidade Federal do Amazonas

MANAUS - AM

2016

Primeiramente a Deus, a minha família, aos meus amigos, ao meu orientador, aos meus professores e a família do Sr. Manuel Ferreira da comunidade Bela Vista do Jaraqui, que contribuíram direta e indiretamente com a produção deste trabalho científico, dando-me apoio e me auxiliando no desenvolvimento pessoal como pesquisadora.

A todos dedico e sou grata!

AGRADECIMENTOS

É com a imensa satisfação que agradeço a Deus pela oportunidade da vida com saúde e amparo em todos os momentos de dificuldades passada e superadas durante a realização desse mestrado, onde inicialmente, concedeu-me mais esta oportunidade tão importante ao meu desenvolvimento pessoal e intelectual científico. Ao Senhor muito obrigada!

É com satisfação que também agradeço a minha amorosa família, Reginaldo (marido) e Breno (filho) que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e me incentivando a superar os obstáculos e conquistar este momento. A minha família muito obrigada!

As minhas irmãs e amigos que entenderam a minha ausência durante todo esse período e nem por isso deixaram de ser os meus companheiros de sempre. A vocês Muito Obrigada!

Ao meu professor e orientador Doutor Gláucio Campos Gomes de Matos pela sua parceria, paciência e dedicação, sempre tão presente e acessível em todos os momentos de dúvidas intelectuais, apontando o caminho para a construção dessa pesquisa. Ao meu professor orientador, muito obrigada!

A todos os professores deste programa, como também aos professores convidados para a banca de qualificação e defesa que contribuíram com o meu desenvolvimento intelectual e científico. Aos meus professores, muito obrigada!

A família do Sr. Manoel Ferreira que me hospedou com todo carinho em sua casa oferecendo todo o apoio para a realização pesquisa de campo e a todos os comunitários que participaram desta pesquisa disponibilizando o seu tempo. A vocês muito obrigada!

E é com muita gratidão que agradeço a todos que me ajudaram a realizar mais este sonho em minha vida. **A todos muito obrigada!**

RESUMO

Trata-se de uma investigação sobre o processo de transformação e mudança do trabalho e no modo de vida, ocorridos na comunidade Bela Vista do Jaraqui – AM, em relação aos fatores intervenientes ocorridos na transição da comunidade rural para Parque Estadual a partir de 2005, que influenciaram e ou contribuíram nas mudanças dos residentes desta comunidade. A investigação se estende também ao estudo das estratégias econômicas, criativas e ou inovadoras, encontradas na economia popular ou proto e pré—capitalista, as quais fazem parte os empreendimentos informais tratados aqui não como empreendedores e sim como “viradores” por representar o “jeitinho brasileiro” evidenciado também nas populações e comunidades rurais e ribeirinhas que buscam dentro das suas condições, muitas vezes informal e sem o conhecimento profissional, uma saída para garantir a geração de renda das suas famílias. Tem como objetivo geral: Verificar o processo de mudança do trabalho e do modo de vida, motivadas pelos fatores intervenientes ocorridos na comunidade, elencando as estratégias econômicas, criativas e inovadoras como forma de reprodução ampliada da vida. E como objetivos específicos: A) Identificar as mudanças ocorridas após a intervenção das categorias de UC que possam ter motivado as mudanças no trabalho e no modo de vida da comunidade; B) Apresentar as experiências vivenciadas pelos moradores que passaram por esse processo de mudança e os impactos no processo sociocultural e ambiental na comunidade; C) Registrar as estratégias econômicas, criativas e inovadoras encontradas para a manutenção e melhoria da vida. A pesquisa fará uso da etnografia para registrar o modo de vida por meio dos instrumentos da história de vida, do estudo de campo, da entrevista semi-estruturada e da observação. Quanto ao método, optamos pelo indutivo, onde a pesquisa será descritiva e explicativa, fazendo uso da abordagem qualitativa e quantitativa.

Palavras-Chaves:

Comunidades na Amazônia; Unidades de Conservação, Empreendedorismo Informal, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.

ABSTRACT

This is an investigation into the process of transformation and change of work and way of life that occurred in the community Bela Vista do Jaraqui - AM, for the intervening factors occurring in the transition from rural community to State Park from 2005, that influenced or contributed and the changes of the residents of this community. The investigation also extends to the study of economic strategies, and creative or innovative, found in popular or proto economy and pre-capitalist, which are part of the informal enterprises treated here not as entrepreneurs but as "turners" to represent the "little way Brazilian" also evidenced in populations and rural and coastal communities that seek within their conditions, often informal and without professional knowledge, a way to ensure income generation of their families. It has the general objective: Check the job change process and way of life, motivated by intervening factors occurring in the community, listing the economic, creative and innovative strategies as a way of expanded reproduction of life. And the following objectives: A) Identify the changes after the intervention of the UC categories that may have motivated the changes at work and in the community's way of life; B) To present the experiences of the residents who have gone through this process of change and the impacts on the socio-cultural and environmental process in the community; C) Register the economic, creative and innovative strategies found for the maintenance and improvement of life. The research will make use of ethnography to register the way of life through the instruments of the history of life, the field of study, semi-structured interviews and observation. As for the method, we opted for inductive, where research is descriptive and explanatory, making use of qualitative and quantitative approach.

Key words:

Communities in the Amazon; Conservation Units, Informal Entrepreneurship, Graduate Program Society and Culture in the Amazon.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Área PAREST 2001 _____	60
Figura 2: Mapa da RDS Puranga Conquista _____	62
Figura 3: Paisagem da Frente da Comunidade Bela Vista do Jaraqui _____	63
Figura 4: Arquitetura das Casas na Comunidade Bela Vista do Jaraqui _____	63
Figura 5: Mapa Mental da Comunidade Bela Vista do Jaraqui _____	64
Figura 6: Escola Municipal Divino Espírito Santo _____	70
Figura 7: Igreja São Francisco _____	70
Figura 8: Igreja Divino Espírito Santo _____	71
Figura 9: Igreja Evangélica Presbiteriana _____	71
Figura 10: Cemitério Abandonado da Ilha _____	72
Figura 11: Área de Lazer Comunitária e Área de Lazer Particular _____	74
Figura 12: Espaços Sociais da Comunidade _____	74
Figura 13: Barco Saúde da Prefeitura _____	76
Figura 14: Terreno Roçado _____	85
Figura 15: Tipos de Artesanatos _____	210
Figura 16: Máquina de Beneficiamento de Sementes Criada pelo Comunitário _____	211
Figura 17: Tipos de Comércio na Sede _____	212
.Figura 18: Atividades de Turismo Ecológico _____	213
Figura 19: Espaços de Acomodações Turísticas na Comunidade _____	213

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Pesquisa Socioeconômica por Área na Comunidade Bela Vista do Jaraqui	65
Tabela 2: Estudos do Nível Educacional por Área na Comunidade	65
Tabela 3: Percentual das Atividades Percentuais na Comunidade	83
Tabela 4: Prática das Atividades Tradicionais por Área na Comunidade	83
Tabela 5: Geopolítica de áreas sob utilização no PAREST do Rio Negro Setor Sul	91
Tabela 6: Atividades Tradicionais Existentes Por Área na Comunidade Bela Veja do Jaraqui	207
Tabela 7: Atividades Viradouras Por Área da Comunidade Bela Vista do Jaraqui	209

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRIMBEL	Associação Agrícola Rural de Desenvolvimento dos Moradores da Comunidade Bela Vista do Jaraqui
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Áreas de Proteção Permanente
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidade de Conservação
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
FAZ	Fundação Amazonas Sustentável
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do estado do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊ	Instituto de Pesquisa Ecológica
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAREST	Parque Estadual
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RL	Reserva Legal
SEMA	Secretaria Espacial de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TUCORIN	Rede de Turismo Comunitário no Rio Negro
UC	Unidade de Conservação

UCs Unidades de Conservação

UEA Universidade do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PERGUNTAS NORTEADORAS DA PESQUISA	15
OBJETIVOS DA PESQUISA	16
SEÇÃO I - ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
1. ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA	22
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
SEÇÃO II – COMUNIDADES DA AMAZÔNIA	33
2. UMA ABORDAGEM SOCIOANTROPOLÓGICA DO CONCEITO DE COMUNIDADE	34
2.1 COMUNIDADES NA AMAZÔNIA DISCUSSÕES GERAIS.....	40
2.2 COMUNIDADE BELA VISTA DO JARAQUI DO RIO NEGRO – MANAUS AMAZONAS	53
2.3 O TRABALHO E O MODO DE VIDA DA COMUNIDADE BELA VISTA DO JARAQUI	78
SEÇÃO III – MEIO AMBIENTE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	94
3. O PENSAMENTO ECOLÓGICO E SUAS INFLUÊNCIAS COM A CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	95
3.1 AS UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E OS PARQUES FLORESTAIS NO BRASIL, SUAS CONTRIBUIÇÕES E TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS.....	107
3.2 AS TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS PARQUES FLORESTAIS	113
3.3 RDS CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES.....	122
3.4 RESULTADOS ENCONTRADOS: HISTÓRIA DE VIDA, A LUTA, A RESISTÊNCIA, OS SENTIMENTOS E AS MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DOS MORADORES DO BELA VISTA DO JARAQUI	130
SEÇÃO IV – EMPREENDEDORISMO, INFORMALIDADE OU ECONOMIA POPUPAL E SOLIDÁRIA ...	167
4. A HISTÓRIA E O SURGIMENTO DO EMPREENDEDORISMO	168
4.1 DO INFORMAL À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	177
4.2 RESULTADOS ENCONTRADOS: AS ATIVIDADES EMPREENDEDORAS INFORMAIS OU “VIRADORAS” NA COMUNIDADE BELA VISTA DO JARAQUI.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS SEÇÃO II	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS SEÇÃO III	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS SEÇÃO IV	219
REFERÊNCIAS	227
ANEXOS	236

INTRODUÇÃO

A ideia deste trabalho surgiu com a aproximação com a comunidade Bela Vista do Jaraqui no ano de 2013, situada a margem esquerda do Rio Negro, Manaus (AM). A comunidade faz parte de uma Unidade de Conservação (UC) que na época era considerada Parque Estadual (PAREST) Rio Negro Setor Sul, e em 2014 conquistou a categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista, situada no setor Aturiá-Apuauzinho.

A aproximação se deu por meio de uma atividade de pesquisa e extensão, junto aos acadêmicos do 5º. Período do ano de 2013, do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Além do desenvolvimento desta atividade, houve o envolvimento em mais dois projetos junto à comunidade, um aprovado pela UEA, e o outro aprovado junto ao Ministério de Educação (MEC) que, despertaram o interesse por essa pesquisa.

O desenvolvimento das atividades acadêmicas permitiu conhecer um pouco da realidade local, onde, foram percebidas algumas mudanças no modo de vida e a prática de algumas outras atividades econômicas para manutenção da vida em comunidade após a intervenção do Estado categorizando a comunidade em uma Unidade de Conservação (UC), agregando esta, a condição de comunidade rural, ocorrida em 1995. A partir desse momento, a comunidade rural é transformada em Parque Estadual (PAREST) e posteriormente em 2014, é transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Observou-se no decurso das implantações legais das novas categorias de UC mudanças no modo de vida e nas formas de trabalho dos moradores dessa comunidade, principalmente na categoria de PAREST ocorrida em 1995, tendo suas as ações legais praticadas somente a partir de 2005 junto aos moradores que por sua vez, só tiveram conhecimento da categoria somente a partir deste período, que ocorreram Mesmo após dois séculos a história se repete, onde as criações de Unidades de Conservação (UCs) se dão sem levar em conta a existência de populações tradicionais no local,

Em 1995, o Governo do Estado cria um conjunto de unidades de conservação nesta região se destacando entre elas o Parque Estadual do Rio Negro-Setor Sul sobre uma gleba de terra federal, administrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Ao criar uma figura territorial, como um Parque ignorando a existência das comunidades locais, as perspectivas de gestão local dos povos tradicionais foram postas na invisibilidade pelos órgãos competentes (CUNHA, p. 2, 2012).

Conforme relatado por Cunha (2012) o mesmo ocorreu com a comunidade Bela Vista do Jaraqui, que fazia parte desse conjunto de UCs criadas em 1995, as limitações inicialmente PAREST, conforme a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 instituída pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) impossibilita pessoas morando na área, logo, assim que souberam da existência de populações tradicionais no local, tentaram por meio de um acordo retirar-os de lá, e por virtude de alguns possuírem a documentação de propriedade do terreno e por ato de rebeldia, aos quais não aceitaram ser retirados.

Com isso, a gestão do parque limitou as suas práticas produtivas tanto na agricultura, na pesca, extrativismo vegetal, principalmente no extrativismo madeireiro que, conforme relatos era uma das principais atividades na comunidade. Até que fosse aceito o acordo de retirada ou posteriormente, pelas fortes pressões sociais realizadas pelos comunitários, a recategorização da UC.

Apesar do Parque Estadual (PAREST) Rio Negro Setor Sul, ter sido criado em 1995, preferiu-se registrar a data de 2005 como marco para essas mudanças na comunidade e como ponto de partida de análise desta pesquisa, em virtude de ter sido o ano da obrigatoriedade da elaboração do Plano de Manejo (CUNHA, 2012) e portanto, momento onde boa parte dos moradores tiveram conhecimento sobre a situação de categoria de PE.

Diante de alguns problemas em virtude da falta de estudos específicos sobre a área a gestão do PE as tensões começam a surgir, principalmente em função da existência de moradores que em alguns casos, como da comunidade Bela Vista do Jaraqui, são muito populosas.

Destarte, a partir do conhecimento dos moradores gerou-se o conflito em busca da permanência e posse das terras. Posteriormente a comunidade recebe, por meio de muitas

lutas, a redelimitação e recategorização da área passando a ser uma RDS em 2014, que apesar de mais flexível ainda apresenta algumas limitações que, por um lado contribuem com a preservação do meio ambiente e por outro lado podem também influenciar mudanças no modo de vida da comunidade.

Esta situação será pouco verificada nesta pesquisa, pois o Plano de Gestão e as Regras de Uso da atual RDS, ainda não foram estabelecidas pelo atual órgão gestor, Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação - DEMUC – responsável pela implementação de atividades em Unidades de Conservação do Estado.

Diante desta constatação, o desenvolvimento das atividades ligadas à natureza sofreram mudanças, que ocorreram em função das intervenções legais da categoria de PE, como também, outras interferências como o advento às novas tecnologias, a própria proximidade com a área urbana de Manaus e influências de instituições públicas e privadas. Essas questões podem estar contribuindo para essas modificações, o que faz desta comunidade um objeto de estudo que traz em si um novo modo de ver as comunidades ribeirinhas do Amazonas, ou ainda, as transformações e formas criativas ou inovadoras de trabalho desenvolvidas pelas comunidades ribeirinhas residentes em UC.

Logo, o objeto desta pesquisa trata da investigação sobre o processo de transformação e mudança do trabalho e no modo de vida, ocorridos na comunidade Bela Vista do Jaraqui – AM, em relação aos fatores intervenientes ocorridos na transição da comunidade rural para Parque Estadual a partir de 2005.

A investigação se estende ao estudo das estratégias econômicas, criativas e inovadoras, encontradas na economia popular ou proto e pré—capitalista que para a autora Tiriba (2004) representa as tecnologias de sobrevivência para manutenção e reprodução ampliada da vida. Como também, os empreendimentos informais tratados aqui não como empreendedores e sim como “viradores” conceito adotado por Bezamat (2008) por representar o “jeitinho brasileiro” jeito esse que faz parte da cultura brasileira evidenciada nas populações das sociedades e comunidades rurais que buscam dentro das suas condições, muitas vezes informal e sem o conhecimento acadêmico e profissional, uma saída para garantir a geração de renda das suas famílias.

Desta forma, buscamos destacar a relação do homem, representado pelo caboclo ribeirinho em seu modo de vida, com a realidade encontrada nas formas de sobrevivência e bem estar que estão ligadas ao uso da natureza e a relação com os órgãos gestores das UCs.

Esta pesquisa pode adquirir dimensões, além do apresentado acima, identificando outros fatores intervenientes, que possam em algum momento desmistificar somente a ação da criação do PAREST Rio Negro Setor Sul, como o único a interferir nesse processo de mudança do modo de vida.

É importante ressaltar que os fatores intervenientes podem contribuir e ou influenciar mudanças no modo de vida dessa comunidade, onde o propósito principal deste objeto de estudo é entender como este fator, no caso as mudanças de categorias de UC, intervém tanto em aspectos positivos e negativos entre as relações: comunidade, regulamentações e natureza.

PERGUNTAS NORTEADORAS DA PESQUISA

A proposta de pesquisa visa estudar os processos de transformações do trabalho e do modo de vida desenvolvido pelos moradores, que vivem sob as normas e regulamentações de uma Unidade de Conservação (UC). Buscamos também identificar, no decorrer da pesquisa, as estratégias econômicas criativas e inovadoras, quer sejam ou não influenciadas pela nova situação de categorização de PE.

Diante de uma nova situação, um novo paradigma de desenvolvimento o que exige proteger e conservar o ambiente, na tentativa de manter uma relação entre o homem e a natureza, buscamos entender, como problema norteador: Quais os processos de transformações ocorridos no trabalho e no modo de vida da Comunidade Bela Vista do Jaraqui – AM, diante ao fator interveniente exigidos pelos órgãos gestores das Unidades de Conservação (UCs)? O que mudou no modo de vida e, sobretudo no trabalho dessa comunidade após essas mudanças de categoria?

Esse problema envolve outros questionamentos que, fundamentarão e deverão ser analisados para a progressão dos resultados desta pesquisa, como: 1- Quais as mudanças ocorridas, após a intervenção das categorias de UC que motivaram as mudanças no trabalho e no modo de vida? 2 - Quais experiências vividas por esses moradores que se deparam com a implantação de uma categoria de PAREST e os seus impactos no processo sociocultural e as relações com o ambiente, ou seja, como essas interferências influenciaram a vida sociocultural e ambiental da comunidade? 3 - Quais as estratégias econômicas, criativas e inovadoras que os moradores adotaram para manter suas relações econômicas de sobrevivência dando forma as suas atividades de trabalho?

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral: Verificar o processo de mudança do trabalho e do modo de vida, motivadas pelos fatores intervenientes ocorridos na comunidade, elencando as estratégias econômicas, criativas e inovadoras como forma de reprodução ampliada da vida.

Objetivos específicos: A) Identificar as mudanças ocorridas após a intervenção das categorias de UC que possam ter motivado as mudanças no trabalho e no modo de vida da comunidade; B) Apresentar as experiências vivenciadas pelos moradores que passaram por esse processo de mudança e os impactos no processo sociocultural e ambiental na comunidade; C) Registrar as estratégias econômicas, criativas e inovadoras encontradas para a manutenção e melhoria da vida;

Para embasar as discussões dos resultados dos objetivos propostos, serão apresentados quatro seções:

Na Seção I, apresenta-se a abordagem epistemológica situando a pesquisa na linha de conhecimento da socioantropologia, e dos procedimentos metodológicos onde será apresentada toda a metodologia que auxiliou a análise deste objeto de pesquisa e permitiu a produção deste conhecimento.

Na metodologia optamos pelo método indutivo que permitiu, por meio de estudos particulares, levar a conclusões mais amplas, na qual os resultados contribuíram para o entendimento geral do conhecimento desta realidade.

Por entendermos que a maior parte da metodologia, métodos e técnicas, utilizada necessitava da imersão do pesquisador de forma contínua e profunda no campo, escolhemos a Etnografia.

Sendo assim, a pesquisa fará uso da etnografia para registrar o modo de vida e relatar as experiências vivenciadas por esses moradores, por meio de seleção de informantes que farão parte da amostra intencional não probabilística. Os critérios adotados para extrair a interpretação dos sujeitos selecionados serão a história de vida, a pesquisa participante por meio de entrevistas semiestruturadas e da observação participativa, que contará com os recursos de diário de campo, transcrições, registros fotográficos entre outros registros secundários e primários. Conforme Geertz (2008), tais registros fazem parte da prática da etnografia que se defini em uma “descrição densa” sobre o objeto da pesquisa.

O trabalho propõe a pesquisa descritiva e explicativa, que serão analisados por meios de dados quantitativos e qualitativos e permitirão analisar e evidenciar as relações existentes entre o objeto de estudo e os outros fatores intervenientes no modo de vida desta comunidade.

Na Seção II, foram abordados e discutidos os conceitos de comunidade e suas reflexões mediante ao surgimento dos conceitos de sociedade, trazendo uma discussão da dinâmica do conceitos de comunidade, e os seus reflexos pós-contemporâneos. Como suporte teórico será considerado, entre outros autores, Tönnies (1944), Buber (1987) e GOMES, (2006).

E ainda, apresentar uma abordagem teórica sobre as discussões gerais a respeito das comunidades Amazônicas e suas características, além, da apresentação sobre a história, organização e modo de vida da Comunidade Bela Vista do Jaraqui, como parte dos resultados de campo e do trabalho etnográfico dessa pesquisa, autores como Fraxe (2004), Witkosk (2010), Matos (2015), Morán (1999), Wagley (1988) e Galvão (1955), entre outros, serão os principais teóricos que embasarão esta seção.

Na Seção III discutiremos acerca de informações sobre a conservação e preservação do meio ambiente, o contexto histórico apresentando os teóricos que discutem sobre a formação ecológica e os pensamentos e correntes que influenciaram as criações e tipologias das Unidades de Conservação (UC).

Além disso, esta seção busca dar ênfase aos pensamentos e correntes do biorregionalismo e da ecologia política atentando para os movimentos sociais e a importância que os mesmos tiveram para a criação e definição dos tipos de UCs que permitem e valorizam a permanência de povos e comunidades tradicionais como outros moradores. Fizeram parte desta discussão os teóricos, Matos (2015), McCormick (1964), Jatobá (2009), Diegues (2008), Pádua e Filho (1979), Morsello (2001), Medeiros (2006). Cunha (2012), entre outros autores.

Nesta seção serão apresentados como resultado a relação sobre as influências causadas no modo de vida da Comunidade Bela Vista do Jaraqui a partir da intervenção da criação do Parque Estadual, buscando entender o lado dos moradores que vivenciaram a situação de implantação de uma UC e as expectativas do plano de gestão da implantação da RDS.

E na Seção IV, apresentaremos os teóricos que abordam sobre a história do empreendedorismo, sua relação com o capitalismo apresentando uma discussão sobre a importância do empreendedorismo informal existente tanto na área urbana como na área rural.

Discutiremos ainda, uma nova forma de empreendedor, não a forma tão debatida na academia, ligada principalmente aos parâmetros do capitalismo marcados e adotados por modelos estrangeiros, mas uma forma ligada ao famoso “jeitinho brasileiro” daquele que “se vira” para achar uma saída as dificuldades econômicas. Uma forma que habita na economia popular e ou a economia proto e pré-capitalista.

E ainda, nesta seção apresentaremos os resultados encontrados na comunidade Bela Vista do Jaraqui, os que fazem parte dessa economia informal, popular ou proto e pré-capitalista, além de identificar o papel “virador” como, os donos de tabernas, revendedores de produtos cosméticos, os vendedores de gás e combustível, os empreendimentos turísticos, os prestadores de serviços entre outros. E como teóricos teremos os autores

Bezamat (2008), Dornelas (2001), Tiriba (2003 e 2004), Sachs (2003 e 2004) e Silveira *et al* (2009), entre outros autores.

Como resultados deste trabalho, na primeira seção apresentamos uma discussão sobre o conceito de comunidade e comunidades tradicionais do Amazonas, observamos que o conceito vem sofrendo interferências históricas que enriqueceram o debate teórico a ponto de considerarmos que o mesmo passou e perpassa por mudanças que fazem dessa categoria de análise um estudo não voltado a formas estáticas e sim a formas que vem se moldando ao longo do processo histórico.

Nos resultados encontrados na comunidade Bela Vista do Jaraqui, percebemos uma organização social que se diferencia das comunidades do passado, onde interferências externas eram praticamente inexistentes, as relações sanguíneas eram comuns. Entretanto com o advento da modernidade e do progresso a comunidade, como a maioria, sofreu e sofre interferências e influências que vem ditando novos comportamentos e modos de vida o que deixaram-na em uma condição de transição. Contudo, apesar das mudanças ocorridas ainda apresentam várias características que compreendem os aspectos de comunidades tradicionais.

Na segunda seção, a discussão teórica revelou as contribuições históricas dos pensamentos ecológicos, que despertaram na sociedade um embate dicotômico entre a importância de preservar e conservar o ambiente, afim, de garantir a reprodução ambiental, e vital a humanidade, e a necessidade do desenvolvimento econômico e do progresso para garantir qualidade de vida da sociedade.

Tais discussões foram dando forma inicialmente às visões voltadas a proteção do meio ambiente, revelando que posteriormente vão moldando as tipologias das áreas naturais, ambas sob o viés do preservacionismo e conservacionismo. Só a partir da década de 80, do século XX, com a ampliação das discussões sobre o biorregionalismo e da ecologia política que os movimentos socioambientais começam a ganhar força e a permanência de populações em unidades de conservação começa a ser vista como algo possível.

Os resultados demonstraram que mesmo as discussões sobre a permanência de populações em unidades de conservação, terem avançado também no Brasil, a comunidade Bela Vista do Jaraqui como outras comunidades receberam a categoria de Parque Estadual

sem uma consulta prévia da existência de moradores, onde precisariam se retirar de suas terras. A falta de planejamento e de conhecimento sobre a área acarretou em várias tensões sofridas por esta e por outras comunidades.

Diante a esta situação identificamos vários aspectos de mudanças causadas pela interferência da criação e gestão do PAREST, ocorridas em 2005, como também interferências ambientais e sociais que estão afetando o modo de vida e o trabalho dessa comunidade.

Quanto à terceira seção, os aportes teóricos evidenciaram que vários foram os exemplos de empreendedorismo existente na história da humanidade mesmo antes do termo ser referenciado no século XVIII. E apesar do termo empreendedorismo ter acompanhado várias demandas econômicas e comportamentais o debate acadêmico tem acompanhado os conceitos e definições estrangeiras ancoradas nas características do processo hegemônico do capitalismo ignorando em alguns momentos outras formas existentes de empreender.

Todavia, alguns autores como Bezamat (2008), Tiriba (2003 e 2004) e Sachs (2004) chamam atenção para outras formas empreendedoras que fazem parte da economia real do Brasil e do Amazonas. E que a economia informal e a economia rural vêm ganhando espaços nas discussões teóricas.

Foi revelado, por meio dos resultados, que a comunidade apresenta tanto atividades que estão relacionadas à economia doméstica como a proto ou pré-capitalista que inclui a economia popular e a economia solidária, como também é muito presente a economia informal que apesar de ter uma representação legal negativa é responsável pela geração de renda e trabalho de várias famílias na comunidade e ainda, em algumas situações alimentam a economia de empresas formais.

O processo empreendedor na comunidade está pautado sob outras formas de trabalho, que preferimos chamar de “virador”, termo utilizado pelo autor Bezamat (2008), que vem sendo utilizada para garantir a subsistência e compra de excedentes, onde o principal fundamento está na reprodução ampliada da vida. Verdadeiras “tecnologias de sobrevivência” em busca de garantir a qualidade de vida por meio de oportunidades e necessidades.

As atividades viradoras encontradas variam entre as tidas como tradicionais: produções agrícolas, pesqueiras, de extração madeireira que são vendidas em parte para a comunidade e para Manaus. E as outras atividades encontradas variam em pequenos empreendimentos com vendas de produtos, vendas próprias ofertadas de casa em casa, empreendimentos e serviços turísticos, além dos serviços especializados de pedreiro, eletricitista, marceneiro e cozinheira.

SEÇÃO I - ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

Na abordagem epistemológica, entende-se que todas as teorias de conhecimento contribuíram e contribuem para a construção do conhecimento científico. A epistemologia é o estudo da ciência em busca de um conhecimento seguro, que busca entender a natureza por meio do sujeito e objeto.

De acordo com Piaget (1967 apud SARNENTO, 2009), a epistemologia consiste na constituição dos conhecimentos legítimos, isto é, no estudo da passagem de uma etapa com menos conhecimentos para outra, com mais conhecimentos.

E a preocupação com a certeza, na busca de um conhecimento seguro, e em razão dos enganos já apresentados em outras teorias tidas como certas, faz com que os filósofos, antropólogos, sociólogos, entre outros, busquem respostas sobre a verdade do conhecimento por meio dos métodos.

A procura da maneira de evitar o erro faz surgir a principal característica do pensamento moderno: a questão do método. Essa preocupação centraliza as reflexões não apenas no conhecimento do ser (metafísica), mas sobretudo no problema do conhecimento (teoria do conhecimento ou epistemologia) [...] Surge então uma questão: se o pensamento que o sujeito tem do objeto concorda com o objeto, dá-se o conhecimento. Mas qual é o critério para se ter certeza de que o pensamento concorda com o objeto? Isto é um dos problemas que a teoria do conhecimento terá que propor e solucionar é aquele de saber quais são os critérios, as maneiras, os métodos do que se pode valer o homem para ver se um conhecimento é ou não verdadeiro (ARANHA e MARTINS, 1986, p. 165).

Para se estabelecer o método é preciso entender o objeto da pesquisa, que norteará as estratégias a serem atingidas,

A Metodologia explica as questões norteadoras e as estratégias que serão utilizadas para a abordagem empírica do objeto. [...] está presente desde o início do projeto, na medida em que é muito difícil separar o que fazer do como fazer. [...] É preciso explicar se serão utilizados somente dados secundários ou se será feita pesquisa de campo, e qual a natureza da mesma (quantitativa ou qualitativa) (GODIN e LIMA, 2006 p. 54).

Após observações empíricas identificadas durante todo o contato com a comunidade a partir de 2013, fez surgir indagações que motivou a nortear e entender o objeto da pesquisa e percebendo que tais resultados, depois de alcançados, poderiam contribuir para um entendimento geral do conhecimento desta realidade, optou-se inicialmente pelo método indutivo, pois pretende levar as conclusões mais amplas, por meio de estudos particulares, já que, há a intenção de trabalhar com uma amostra representada por moradores que vivenciaram mudanças em suas atividades de trabalho e em seu modo de vida oriundas dos fatores que intervieram na Comunidade Bela Vista em virtude da criação do Parque Florestal em 2005 e posteriormente na transição de Parque para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista, em 2014.

Método proposto pelos empiristas Bacon, Hobbes, Locke e Hume, considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 2003).

Avançando e dando continuidade a construção do conhecimento epistêmico que se relaciona com esta pesquisa, onde perpassou pelo conhecimento de várias teorias epistêmicas até encontrar a que mais se aproximava dos seus objetivos científicos, chegamos à conclusão os procedimentos metodológicos escolhidos tinham uma relação direta com as ciências Antropológicas, especificamente, com a Etnografia.

Tal ciência Antropológica foi escolhido por entendermos que toda a metodologia desta pesquisa vai ao encontro com a etnografia que busca a emersão do pesquisador no campo de uma forma contínua e profunda, entendo que o contato da pesquisadora com a referida comunidade se dá desde 2013 e vem se aprofundando cada vez mais em virtude da pesquisa de campo que proporciona um contato direto e intensivo não somente com o objeto da pesquisa, mas também, com o *lócus* da pesquisa que, demonstra uma questão

levantada por Geertz (2008, p. 16) onde o autor indica a importância do envolvimento do pesquisador também com o local, onde: “[...] O *locus* do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam aldeias eles estudam nas aldeias.” Busco referenciar, não o meu papel como antropólogo, mas a importância da intensidade da relação da pesquisa com a pesquisa de campo que é primordial para a interpretação de mudança social.

Além disso, a presente pesquisa fez uso da etnografia pois permitiu registrar de forma densa o modo de vida, relatar as experiências vividas, utilizar a linguagem cotidiana, ou seja, etnografar o modo de vida e trabalho, relatando as experiências vividas e suas configurações, absorvendo as linguagens utilizadas pelo outro, por meio da seleção de informantes, diários de notas, transcrições, registros fotográficos entre outros registros primários e secundários sobre a comunidade.

Para Geertz a etnografia,

E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relação, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinantes, que definem o empreendimento. O que defino é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa [...]” (2008, p. 4).

O autor Malinowski complementa que a etnografia:

Busca fundamentar a descrição científica das observações sob a vida do “outro”, procurando enquadrar seus relatos nos critérios científicos **canônicos** de validade, confiabilidade e objetividade. O pesquisador descreve o caos dos fatos observados, estabelece os fundamentos da análise, os critérios de comprovação para extrair interpretação generalizantes fidedignas (*apud* CHIZZOTTI, 2003, p.221).

Um dos critérios adotados para extrair a interpretação dos sujeitos selecionados, é a história de vida que relatou como essa experiência se deu e se desenvolveu durante o período entre os anos de 2005 aos momentos atuais. Na etnografia a história de vida sempre esteve presente nas biografias e autobiografias, porém conforme Langness (1929, p. 17 e 37)

de uma forma “não profissional”, o que acarretava em problemas de “interpretação, cronologia, redação e outros”, que somente a partir de 1925 a história de vida ganha notoriedade e passa a ser usada de forma profissional, abandonando recursos populares: “[...] com o objetivo de retratar o “bom selvagem” no seu melhor ou, às vezes no seu pior lado, com recursos populares. E em consequência da influência de Paul Radin e de Edward Sapir, o primeiro interesse profissional foi demonstrado em documentos pessoais, por volta de 1925. Entre 1925 e 1944, cresceu o interesse pelos usos de dados de histórias de vida, bem como na metodologia e seus problemas.

Vale ressaltar que o quê culminou todo este desenvolvimento foi o interesse em interpretar o indivíduo e sua personalidade, utilizando a psicologia como um dos métodos. Porém, este interesse a partir de 1944 diminuiu bastante, conforme a visão do autor Langness (1929), e novas dimensões começaram a ser discutidas nos tempos atuais em relação do uso da história de vida como procedimento metodológico: “[...] a preocupação de consumir menos tempo e encontrar métodos mais fáceis de coletar dados” (p. 38). Ampliando os estudos “[...] pelo objetivo que se quer alcançar, isto é se o estudo é sobre mudança, sobre cultura social, cultura material, personalidade ou que seja” (p.38), o importante é que a história de vida vem ganhando novas dimensões e que ainda não foram exploradas em sua totalidade.

Conforme ainda o autor, os dados antropológicos são obtidos quase que exclusivamente por meio da pesquisa de campo. “Tal pesquisa desdobra-se em 5 tarefas fundamentais: observar, indagar, escutar, fazer (às vezes) e anotar. Atividades que irão resultar em uma interpretação da realidade pesquisada.

Logo, alguns procedimentos levantados por alguns autores são de extrema importância. Para Langness (1929) a escolha dos sujeitos é um fator preponderante na pesquisa, ele entende que alguns momentos o pesquisador corre o risco de inverter os papéis dessa escolha, e ele é que passa a ser escolhido por alguns informantes que por ventura possam estar mais disponíveis ou ter mais tempo, porém, podem não apresentar o perfil desejado para colaboração e interpretação dos resultados da pesquisa:

Outro aspecto relacionado a entrevista é o fato de que frequentemente o informante é quem escolherá o antropólogo e não vice-versa. Indivíduos marginais, que se desviam dos padrões e pessoas que não participam ativamente das tarefas diárias é que gostam de se apresentar para pesquisa de campo. Esses são os que dispõem de tempo observar e seguir o antropólogo em seu trabalho. Algumas vezes eles se tornam bons informantes, mas não com frequência, a menos que esteja interessado nesse tipo de pessoa (p. 67).

O autor ainda apresenta que o uso da entrevista e da observação são elementos cruciais para confrontar o que foi dito com que de fato é apresentado ou realizado durante a observação. Ele salienta ainda que seja necessário também confrontar o relato de um sujeito a de outros relatos de outros sujeitos que praticam a mesma atividade no local.

Não se pretende com os resultados apresentados nesta pesquisa conclusões fechadas ditas verdadeiras, pois conforme Berrema (1975) o estudo da pesquisa de campo, que compreende observação direta e participante, entrevistas, e até mesmo fazer, que permite ao pesquisador uma interação social é um campo obscuro de difícil alcance que envolve o controle das impressões mutuamente controladas tanto pelo pesquisador como pelo pesquisado:

As impressões que o etnógrafo e os sujeitos procuram projetar mutuamente são, portanto, as que julgam ser favoráveis à consecução de seus objetivos respectivos: o etnógrafo procura obter sobre a região interior; os sujeitos procuram proteger seus segredos, já que apresentam uma ameaça à imagem pública que desejam manter. Nenhum deles poderá ter um sucesso absoluto (BERREMA, 1975, p. 142).

Desta maneira entendemos que o caminho epistemológico que se percorreu nesta pesquisa identifica-se com as Ciências Antropológicas, mais precisamente com a etnografia em função dos procedimentos metodológicos escolhidos, o estudo de campo, o método indutivo, as entrevistas de abordagem qualitativa, as observações, a história de vida o contato direto e intensivo da pesquisadora no campo, onde o ato do olhar, do ouvir, do pensar e do escrever se unirem na tentativa de apontar os resultados desta pesquisa e que dificilmente, sem este processo de pesquisa sob as bases de uma metodologia, não apareceriam de forma clara ao alcance de qualquer olhar.

Logo, propomos possíveis respostas que ampliarão ainda mais a visão deste objeto de pesquisa permitindo que novas pesquisas complementem e ampliem o entendimento desta realidade, contribuindo assim, com a evolução do conhecimento científico que se interessa pelas relações entre as Unidades de Conservação e sua conexão com as comunidades tradicionais da Amazônia.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma Pesquisa Básica de interesse público, sob a realidade das Unidades de Conservação e sua relação com as comunidades da região Amazônica, assunto que gera discussões necessárias para desmistificar a possibilidade do desenvolvimento local e a preservação ambiental.

Por se tratar de uma investigação das relações entre as mudanças ocorridas no trabalho e no modo de vida e os fatores intervenientes das Unidades de Conservação, este trabalho propõe a pesquisa descritiva e explicativa. Descritiva, pois, utiliza os estudos para descrever as características da comunidade explicando a razão e o porquê das coisas, por meio da coleta, classificação e interpretação dos dados.

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL 2008, p, 28).

E explicativa que, neste caso, pretende entender o processo de transformação do modo de vida, sobretudo do trabalho e as alternativas encontradas e desenvolvidas pelos moradores, por meio dos estudos qualitativos, explicando os fenômenos destas configurações no trabalho e de que forma contribuíram para a vida da comunidade. “São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que, determinam ou que, contribuem para as ocorrências dos fenômenos” (GIL, 2008, p. 28).

Estudos exploratório-descritivos combinados - são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis (MARCONI e LAKATUS, 2003, p. 188).

Nesta pesquisa optamos pelos meios secundários e primários. Onde o secundário, compreendeu o estudo bibliográfico reunindo o aporte teórico necessário ao estudo da arte, além de buscar fontes documentais em instituições governamentais que tratem sobre a área pesquisada.

No primário, optamos pela entrevista semi-estruturada e a observação que seguirão os mesmos parâmetros de análise da entrevista. Os dois meios se fazem necessários para permitir um entendimento mais amplo sobre o objeto de pesquisa deste trabalho. Conforme Gil (2008, p. 50):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

Como a pesquisa pretendeu entender o modo de vida, sobre o tudo as mudanças ocorridas no trabalho e no modo de vida realizados na comunidade e que para esse entendimento e para interpretar as experiências vivenciadas pelos sujeitos escolhidos, foi necessária a abordagem qualitativa.

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivados do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a ele (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Além do entendimento da pesquisa, trabalhamos com a pesquisa de campo, onde é necessária a abordagem qualitativa para contemplar tal procedimento. Gil (2008) ressalta a importância da abordagem e sua relação com os procedimentos, onde a análise de dados das pesquisas “[...] definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante. Nestas, os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa” (p. 175).

Dentro dos procedimentos técnicos o estudo de campo compreendeu o levantamento das relações do trabalho e suas mudanças, as influências na vida dos moradores, como também, as histórias contadas por antigos moradores que forneceu informações sobre como surgiu à comunidade e sua organização social.

Além disso, também foi trabalhado com a Pesquisa Participante onde, apresenta a necessidade de interação entre pesquisador e membros das situações investigadas, no caso, os moradores.

A pesquisa participante, de acordo com Fals Borda (1983 *apud* Gil 2008, p. 31) é a pesquisa "... que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios - as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas - levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. E a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior.

Dentro da RDS Puranga da Conquista se encontram 15 comunidades, entre elas, a comunidade Bela Vista de Jaraqui que por motivos de aproximação e relacionamento será o universo desta pesquisa. Tal universo, conforme dados do Fórum Permanente de Defesa das Comunidades Ribeirinhas de Manaus (FOPEC) do ano de 2011, a comunidade conta com 94 famílias, em média 349 moradores. Porém conforme relatos dos moradores (2014), este número é um pouco maior em torno de 100 famílias, sendo um total em média de 500 moradores. Por entender que possa também ter havido um crescimento populacional dessas famílias de 2011 para 2014, optou-se em determinar o universo desta população em 500 pessoas.

Quanto às características deste universo, foram pessoas pertencentes a grupos familiares, com idade a partir de 18 anos. Em especial, pessoas que passaram e

acompanharam o processo de transição da comunidade rural para Parque Estadual e posteriormente para RDS e que possam contribuir para o entendimento dessas modificações no trabalho e seus reflexos no modo de vida da comunidade. Também foram utilizados, os moradores antigos e líderes moradores para montar a história, organização social e modo de vida em uma visão geral sobre a realidade apresentada na comunidade.

Conceituando, universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo meios uma característica em comum. [...] A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas. características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc. (MARCONI e LAKATUS, 2003, p. 223).

Quanto à amostra, optamos pela Amostra Intencional não probabilística que busca escolher por critérios de avaliação o tipo de população ideal para contribuir com a pesquisa, conforme Gil, (2008, p. 94), também constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.

Logo, para a pesquisa qualitativa onde, inicialmente foi levantado a história de vida das pessoas que vivenciaram a implementação da categoria PE, a amostragem será de 10 famílias, entendo que a média de número de pessoas em cada família é em torno de cinco pessoas, podendo variar para mais ou para menos, a média será de 50 pessoas, que representam 10% do universo.

Além das pessoas que passaram por essa mudança de categoria ocorrida na comunidade, 05 moradores mais antigos, 02 ex-presidentes e 02 atuais presidentes, fizeram parte da amostra para que a história da comunidade, desde o seu surgimento, a organização social e o modo de vida da comunidade, pudessem ser apresentado. E ainda, os moradores que desenvolvem atividades que representam o mercado de serviços e produtos oferecidos na comunidade presentes em todas as amostras pesquisadas.

Dentro do critério de exclusão, estão às pessoas residentes na comunidade e que não participaram da mudança que a comunidade sofreu em 2005, a de Parque Estadual. Logo

pessoas que se instalaram na comunidade após a este período foram excluídas deste processo de pesquisa.

Como informantes teremos os sujeitos selecionados conforme os critérios da amostra, que foram os membros das famílias, maiores de idade, residentes na comunidade e que perpassaram e acompanharam o processo de mudanças de Unidade de Conservação. Alguns outros informantes foram peças primordiais para entender o desenrolar dessas alterações na comunidade e seu impactos como, os moradores mais antigos da comunidade, os presidentes do passado e atual presidente e o vice-presidente da comunidade, os proprietários de estabelecimentos e de negócios.

O sujeito é a realidade a respeito da qual se deseja saber alguma coisa. É o universo de referencia. “Podem ser constituída de objetos, fatos, fenômenos ou pessoas a cujo respeito faz-se o estudo com dois objetivos principais: ou de melhor apreendê-los ou com a intenção de agir sobre eles (LAKATUS, 2003, p. 45).

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa foram utilizados, para o entendimento dos resultados da pesquisa, a observação e a entrevista. No caso da observação, foi a observação participante que, conforme Ludke e André (2009, p. 29):

É um papel em que a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo pesquisado desde o início. Nesta posição, o pesquisador pode ter uma gama variada de informações, até mesmo confidenciais pedindo cooperação ao grupo. Contudo, terá em geral que aceitar o controle do grupo sobre o que será ou tornado público pela pesquisa.

As principais atividades da família foram observadas com intuito de registrar a forma e sob que ambiente elas são realizadas, que ajudaram a obter características mais fieis dos pesquisados e os cenários da pesquisa apresentados, como também o olhar dos pesquisados sobre a sua realidade. Logo, como instrumentos técnicos foram utilizados máquina fotográfica e câmera filmadora. Para os autores Ludke e André:

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos, um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos

sujeitos, pode tentar apreender sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e as suas próprias ações (2009, p. 26).

Esta observação foi realizada em dois momentos, no ato da aplicação da pesquisa onde a residência e seu entorno foram o local de aplicação da entrevista semiestruturada, com intuito de registrar o modo de vida da família. E nas áreas onde as principais atividades são desenvolvidas, esta com intuito de confrontar as informações obtidas por meio da entrevista à realidade prática. Também foi necessário a permanência diária e com uma certa frequência para que a história, a organização social e o modo de vida da comunidade fosse apresentado.

Quanto às entrevistas optamos pelas semiestruturadas e não estruturadas que vão ao encontro, também, com as pesquisas qualitativas, mas para obter alguns dados numéricos representativos dos aspectos sociais dos moradores, perguntas fechadas serão necessárias para traçar os resultados quantitativos que, conforme Godim e Lima, 2006, dependendo da necessidade do objeto “dados quantitativos e qualitativos podem ser usados em uma mesma pesquisa, se o objeto assim o exigir” (p. 56).

A entrevista foi coletiva, com os membros da família maiores de idade, onde foram registradas por meio de caderno de anotações (notas) e gravador. Nas notas as principais informações foram anotadas de forma mais objetiva, pontuando as informações mais relevantes, já as informações gravadas auxiliaram nas transcrições em detalhes dos informantes. Conforme ainda, os autores Ludke e André ressaltam que:

O registro feito através de notas durante a entrevista certamente deixará de cobrir muitas das coisas ditas e vai solicitar a atenção e o esforço do entrevistador, além do tempo para escrever. Mas, em compensação, as notas já representam um trabalho inicial de seleção e interpretação das informações emitidas. O entrevistador já vai percebendo o que é suficientemente importante para ser tomado nota e vai assinalando o que vem acompanhado com ênfases seja lado positivo ou do negativo. (2009, p. 37)

Para reproduzir as informações coletadas da entrevista, inicialmente foi feito transcrição literária das gravações sem nenhuma exclusão, posteriormente tais informações foram filtradas expondo somente o que apresentado de relevância para pesquisa, o caderno

de anotação e os registros fotográficos deram o suporte para captar e reunir os pontos mais importantes, anteriormente identificados, que foram mais detalhados com auxílio das gravações.

Quanto à análise e interpretação dos dados foram feitos após a organização dos resultados encontrados na pesquisa qualitativa, que permitiram analisar e evidenciar as relações existentes entre o objeto de estudo e os outros fatores, onde foram utilizados recursos como quadros e tabelas. E quanto à interpretação, foi apresentada de forma a fornecer as conclusões mais amplas acerca do tema em questão desta pesquisa e a relação dos objetivos com o referencial teórico levantado. Para as pesquisas semiestruturadas, os aspectos estruturantes de análise traçados foram: 1) Perfil socioeconômico dos membros da família; 2) Origem e formação familiar; 3) Meios de produção e comercialização; 4) Conhecimentos tradicionais e adquiridos; 5) Alterações de modo de vida e trabalho após mudança de categoria; 6) Alternativas encontradas; 7) Impactos positivos e negativos em relação à mudança.

SEÇÃO II – COMUNIDADES DA AMAZÔNIA

Esta seção pretende abordar os aspectos que envolvem os conceitos de comunidades, suas transformações e repercussões na dinâmica social, desde o surgimento das Ciências Humanas até os seus reflexos pós-contemporâneos. Propõe-se discorrer sobre as várias formas de visões apresentadas pelos principais teóricos, convidando o leitor a uma reflexão sobre o termo comunidade.

Pretende ainda, apresentar uma abordagem teórica sobre as discussões gerais a respeito das comunidades Amazônicas e as particularidades das comunidades ribeirinhas. E por último, descrever a história e a caracterização da comunidade Bela Vista do Jaraqui – AM, como parte dos resultados do trabalho de campo já realizado.

Onde quer que se trate de motivos sociais ou políticos, ele emprega a oposição entre a comunidade e as outras formas de organização social, argumentando em favor de uma restauração, criação ou desenvolvimento ulterior da comunidade como sendo ou únicos meios possíveis para superar os males da sociedade e, dessa forma, conquistar uma vida melhor para os seres humanos neste mundo.

(Dascal e Zimermana sobre o pensamento social de Martins Buber)

2. UMA ABORDAGEM SOCIOANTROPOLÓGICA DO CONCEITO DE COMUNIDADE

Para a presente seção, inicialmente abordaremos alguns conceitos sobre o termo “comunidade”, tão discutido no início do século XIX e XX, quando se deu o surgimento e o desenvolvimento das Ciências Humanas, com o advento da Sociologia, Psicologia, Antropologia Social, entre outras ciências. Autores como Martins Buber (1878 – 1965), Tönnies (1835 – 1936), Max Weber (1864-1920), Durkheim (1858-1917), entre outros que

buscavam entender o conceito, as vicissitudes e as limitações do termo, relacionando-o entre o que se entendia sobre comunidade e entre a diferença de comunidade e sociedade.

Os conceitos de comunidades, conforme Guidis (1962) surgiram no século XIX com a introdução dos estudos de comunidades, “empregando os métodos e técnicas do estudo de primitivos”. “O âmbito da “Ciência do Homem” aumentava com essas novas pesquisas que se iniciaram pelas sociedades campesianas, mais próximas do exemplo tribal” (p. 45).

Ainda conforme a autora, foi por meio dos antropólogos e dos estudos etnográficos, que tinham a intenção de estudar as comunidades e seus modos de vida, que o conceito comunidade começou a ser difundido. Ela aponta como conceito norteador, e que foi muito aceito pelos antropólogos e sociólogos da época, o de Redfield, em que a noção da relação entre família nuclear (parentesco) e entidade integral (na sua forma pura, original) fazia presente na definição de comunidade:

Escreve em “ The Little Community” que a humanidade se apresenta, á vista do senso comum, na forma de algumas entidades integrais e que pessoas, nação e civilização são formas de humanidade. A comunidade é uma dessas formas, tão universal quanto à família nuclear (REDFIEL, 1955, p.1 apud GUIDIS, 1962, P. 47).

Outro conceito também evidenciado pela a autora foi de Davis: “Comunidade será o menor grupo local que pode abranger todos os aspectos da vida social” (DAVIS, 1953, P. 312 apud GUIDIS, 1962, P. 47). Mas, na visão dela o conceito de Cook foi o que melhor explicou os elementos essenciais de uma comunidade: a área ecológica da qual faz parte; a interação social do grupo; e os interesses e valores comuns.

Em geral, uma comunidade foi compreendida como uma reunião de população, habitando em um território contíguo, integrado através de experiência comum, possuindo um certo número de instituições de serviços básicos, conscientes de sua unidade local (L. A. COOK, 1938, p. 27 apud GUIDIS, 1962, P. 48).

A autora complementa que o conceito ampliou as discussões sobre a relação do local no contexto sociocultural, que vai além dos limites geográficos, onde as interações da vida

familiar demonstrarão os aspectos da vida social e estes estarão ligados às tradições e aos valores daquela comunidade.

Esses, entre outros conceitos, começaram a ser difundidos a partir de então. E ao que se percebe o termo ganhou notoriedade a partir do momento que a modernidade apresentou uma regressão da vida em comunidade e a valorização pela liberdade e autonomia do indivíduo começa a ganhar força no período pós-industrial incentivada pelos iluministas.

A modernidade foi marcada pelo que chamamos de fé no indivíduo, o desprendimento, seja na forma de autonomia do sujeito ou da própria promoção da condição de liberdade e dignidade individual, passou a ser desde então, um anseio íntimo dos homens que não mais comunitárias. Assim, o pensar e o viver em comunidade passam gradativamente a ser percebido, como um obstáculo à busca por liberdade do sujeito moderno (GOMES, 2006, p.13).

Logo, tudo que se relacionava à comunidade trazia imbuído o sentimento de injustiças, de decadência econômica e de perda dos direitos de liberdade do homem originados no sistema Feudal. Contudo, a individualidade do indivíduo trouxe para a modernidade a perda de pertencimento a uma sociedade, da solidariedade e da falta do altruísmo tão presentes na globalização excludente.

Contra a idéia de uma sociedade fundada na comunidade, os iluministas defendiam a idéia de sociedade fundada no contrato entre os homens livres. Este movimento anticomunitário, assentado no desejo de destruir a ordem feudal injusta, foi reforçado pelas duas revoluções: Industrial-Francesa. No entanto, esse mesmo período assistiu a emergência de uma reação intelectual, iniciada pelo pensamento conservador, de recuperação da comunidade como modelo de boa sociedade, ameaçado pelo individualismo e pelo racionalismo, valores propagados pelo iluminismo. Dessa forma, comunidade tornou-se o centro do debate da modernidade nascente, de um lado condenada como conservadora e antagônica ao progresso, de outro, defendida como símbolo de tudo que é bom e que o progresso destruiu. Mas em ambas as perspectivas, a comunidade aparece como utopia que remete ao passado, com um significado reacionário (SAWAIA,1996, p.36 *apud* GOMES, 2006, p. 24).

A partir desse momento, em meados do século XIX e XX, um embate dicotômico marcava a época, entre os que eram a favor da abolição de qualquer forma de sociedade que tivesse algum resquício de comunidade, pois a mesma trazia em si a noção de estagnação, comodismo e antiprogresso; e os que eram a favor do resgate da vida em

comunidade trazendo à tona a intimidade, o conhecimento mútuo entre os homens, a confiança e a união.

Tönnies foi um dos percussores sobre esta discussão, onde alegava haver uma completa diferença entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*) e que a existência de uma (sociedade) destruiu a existência da outra (comunidade).

Para Tönnies, a teoria da comunidade estava ligada às “Formas embrionárias”, aos laços sanguíneos: a relação entre mãe e filhos, entre homem e mulher enquanto esposos e a relação entre irmãos e irmãs que fundamentam o amor fraterno, apresentada pelo autor como as mais humanas relações entre os homens. Outro fator também apresentado é a associação dos homens por meio da língua materna, esta não somente usada como forma de comunicação, mas, também, como forma de demonstrar desejos e emoções; e por meio da concórdia (compreensão), ou seja, da vontade comum dos homens que pode ser construída em primeiro lugar pelos laços de sangue, na aproximação espacial, e em último, aproximação espiritual (TÖNNIES, 1944, p. 98 - 104).

Quanto às relações de sociedade (*Gesellschaft*), para Tönnies elas são “mecânicas e artificiais”, onde o homem generaliza suas relações sociais pela troca, pela produção, pelo valor e pelo papel, já que os seus contratos não são tácitos como em uma comunidade onde as relações são “reais e orgânicas”.

Assim a generalidade social é representada, como a ficção do dinheiro ou é pelo material ou pelo papel, por toda terra ou por um território delimitado de qualquer maneira. [...] A possibilidade de uma relação social supõe apenas uma pluralidade de pessoas, capazes de produzir e, em consequência de prometer (TÖNNIES, 1944, p. 114).

Tanto para Tönnies como para Durkheim, o conceito de comunidade era diferente do de sociedade. Para Durkheim, a vida social se apresentava sob dois conceitos o da solidariedade mecânica e o da solidariedade orgânica. Na primeira ele evidenciava os padrões inferiores e primitivos, onde todos pertenciam a uma horda, clã ou aldeia, onde eram parentes em algum grau, e esta solidariedade se dava em virtude de não haver a divisão do trabalho e depender da vida social a qual faz parte, e que é regulamentada pela consciência comum dos indivíduos e pela natureza da família. Já na segunda é representada pela produção artificial da divisão do trabalho, não mais ligadas a laços consanguíneos, agora

ligada à hierarquização dos papéis sociais, tidos como status (DURKHEIM *apud* GOMES, 2006).

Weber apontava um discurso diferente do de Tönnies e Durkheim que enfatizavam a separação entre comunidade e sociedade, não que o mesmo deixasse de apontar as ambigüidades existentes entre elas, mas enfatizava a “relação comunitária” como sendo uma relação afetiva ou de pertencimento tradicional dentro de um grupo. E que ainda, “A grande maioria das relações sociais, porém, tem caráter, em parte comunitário e, em parte, associativo” (WEBER 1991, p. 25 *apud* GOMES, 2006, p. 38). Para Weber a “relação associativa” se dá em virtude de uma associação por interesses mútuos racionais afins, seja por crenças ou compromissos, e que mesmo a relação comunitária (valores afetivos e subjetivos) e a relação associativa (societais) poderão estar presentes em uma sociedade (GOMES, 2006).

Toda sociedade que exceda os termos de uma mera união para um propósito determinado, e que, não estando limitada previamente a outras tarefas, seja de longa duração e dar lugar às relações entre as mesmas pessoas, como: sociedades militares, grupos escolares, num mesmo escritório, numa mesma oficina, tende em maior ou menor grau promover os referidos afetos (WEBER, 1944, p. 40 *apud* GOMES, 2006, p. 39).

Já para Gomes (2006), um pós-contemporâneo, chama a atenção sobre os perigos imutáveis dos dogmas criados e recriados sobre os conceitos de comunidade e sociedade que intervêm no processo criativo do que ele chama da Nova Comunidade, “De fato o criativo, aquele que gera novos mundos, não sabe o que fazer coma as antigas finalidades e antigas linguagens utilitárias, pois há algo nele que transcende a toda finalidade”, e que tem como finalidade a própria comunidade e a vida, sendo elas uma e só coisa, pois estes estão inseridos na vida e no outro, e só por meio de uma nova comunidade, em que uma a visão antiga esteja adequada à realidade da modernidade, é que teremos um mundo melhor:

Onde quer que se trate de motivos sociais ou políticos, ele emprega a oposição entre comunidade e outras formas de organização social, argumentando em favor de uma restauração, criação ou desenvolvimento ulterior da comunidade como sendo meios possíveis para superar os males da sociedade e, dessa forma, conquistar uma vida melhor para os seres humanos deste mundo (BUBER, 1987, p. 15 e 16).

Embora as concepções sobre comunidade e sociedade para Buber (1987) tivessem influência sobre diversos autores e pensadores da época, suas reflexões foram fortemente influenciadas por Ferdinand Tönnies, que fazia uma menção clara sobre os dois tipos de mundo: de um lado um mundo mais sólido, por laços sanguíneos e fraternos; e de outro lado um mundo em constante mudança, onde a principal preocupação era o lucro. Tönnies acreditava que a comunidade havia sido substituída pela sociedade, já Buber acreditava em um quadro reversível onde a sociedade pela visão utilitária do homem possa recriar a nova comunidade, esta baseada na lei intrínseca da vida, ou seja, no princípio criativo, e em relações de livre escolha:

Comunidades baseadas em laços sanguíneos e cegamente seguidoras de tradições imemoriais são apenas um dos tipos de comunidade, que ele denomina “a antiga comunidade”. Mas a estas comunidades historicamente dadas e “pré-sociais”, tais como a tribo, a seita e a família, que Buber, ao contrário de muitos dos seus contemporâneos, não tenta romantizar, não esgotam o conceito de comunidade. Enquanto que para Tönnies, a “comunidade” foi historicamente substituída pela “sociedade”, para Buber, nada há de tão irreversível em tal processo. Na realidade, Buber acredita que seja não somente desejável, mas também eminentemente realizável que a “sociedade”, regulada pelo princípio utilitário e por relacionamentos externalizáveis, dê lugar a uma “nova comunidade”, baseada na “lei intrínseca da vida”, no “princípio criativo”, e em relações emanadas de livre escolha das pessoas e não de ligações consanguíneas. Neste sentido, ele propõe chamar esta nova forma de “pós-socia” (BUBER, 1987, p. 17).

Se analisarmos os conceitos e definições sobre comunidade aqui apresentados, todos tendem a separar a comunidade da sociedade, sendo os aspectos da comunidade sempre relacionados a algo do passado e sociedade ligado ao progresso. Tais definições ao mesmo tempo não parecem estar conceituadas de uma forma definitiva, e que a discussão sobre do que se trata o termo não pode ser tratado como algo estável e estático, podendo ele ser considerado uma categoria analítica que amplia o diálogo sobre esse conhecimento que tem relação com o passado, presente e futuro, pois trata-se de uma categoria que se relaciona com a história da humanidade.

O mesmo acontece com as comunidades da Amazônia que passaram por alterações e em virtude das vicissitudes vivenciadas no decorrer de sua história, de formação territorial, econômica, religiosa, cultural e social, vêm ganhando conceitos e definições que hoje ultrapassam as barreiras do passado, de uma comunidade ultrapassada, sem valor, para uma

comunidade, e porque não dizer, *uma nova comunidade*, que busca se redefinir em busca de uma vida melhor.

2.1 COMUNIDADES NA AMAZÔNIA DISCUSSÕES GERAIS

Para alguns autores, o termo comunidade é tratado de forma singular, mas interdependente, outros consideram o consenso, os objetivos comuns, culturas e experiências. De maneira geral as comunidades são grupos de pessoas com laços sanguíneos ou não, reunidas com objetivos comuns, com experiências e culturas comuns, unidas para se fortalecerem, sanarem problemas existentes na comunidade.

Na Amazônia, as comunidades têm as suas características específicas e apesar de fazerem parte de uma mesma sociedade apresentam singularidades. São muitas as comunidades existentes, mas apesar de estarem distribuídas no mesmo território, situações como: clima, geografia, latitude, longitude, heranças culturais de outros povos, suas formas de constituição, religião, de formação, de exploração e organização social, entre outras influências, respondem e se apresentam de formas diferentes.

Uma comunidade isolada nunca é típica de uma região ou uma nação. Cada qual tem suas próprias tradições, sua história particular, suas variações especiais do modo de vida regional ou nacional. A cultura de uma região ou de uma nação moderna possui uma organização muito maior do que a simples soma das comunidades que as integram (WAGLEY, 1988, p. 43).

Wagley ressalta, ainda, a importância da vida em comunidade, pois é nela que o indivíduo se relaciona, se organiza e compartilha sua herança cultural, determinando seus valores e padrões:

[...] Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitos aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram os seus deuses, têm as suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. Todas as comunidades de

uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões de uma instituição regional (1988, p. 44).

Dentro do contexto Amazônico, vários foram os acontecimentos históricos que marcaram o povoamento do território, dando as mais diversas formas sociais as comunidades existentes, principalmente pelas migrações, nacionais e internacionais que vieram em conjunto desses acontecimentos e que contribuíram para formação sociocultural dessas comunidades e principalmente na forma de trabalho.

Os povoadores que habitaram a Amazônia desenvolviam técnicas de trabalho para a sua sobrevivência, a utilização do fogo, de instrumentos líticos, coleta de frutos e a caça, e ainda a agricultura que começou de uma forma bem primitiva, pois os povoadores já detinham certo conhecimento ecológico, mas o processo de agricultura de várias outras espécies e em maior número foi trazido por povos invasores (FRAXE, 2011), “no final da época dos primitivos povoadores, que durou de 15.000 a 3.000 a.C., os indícios de agricultura e de cerâmica tornaram-se mais freqüentes” (LOREIRO apud FRAXE, 2011, p.34).

O processo de colonização europeia, em meados dos séculos XVI, faz surgir o que a autora chama de homens anfíbios (caboclos/ribeirinhos da Amazônia), resultado de uma miscigenação dos europeus com os povos indígenas. Mais tarde a Amazônia é marcada por outra herança, agora por volta do século XIX, o ciclo da borracha que trouxe consigo a miscigenação com os nordestinos que se uniram aos caboclos.

Do Nordeste, recebeu a Amazônia, especialmente a partir da seca de 1877, grandes contingentes de imigrantes, avaliados (pura avaliação sempre) entre trezentas e quinhentas mil pessoas, que se incorporaram à humanidade planiciária. Esses nordestinos se uniram aqui com os caboclos, misturando diversos caracteres (BATISTA, 2007, p. 61).

Com estes fatos, duas situações ocorreram na Amazônia, à primeira dos índios terem se refugiado em lugares mais distantes, fugindo das matanças impostas tanto pelos processos de colonização, pela cultura extrativista, do ciclo da borracha que dizimavam aos poucos os povos autóctones, o que dispersou o povoamento em todo o território Amazônico (FRAXE 2011). E a segunda, foi a herança sociocultural que interferiu novamente no processo de vida dos caboclos da região, trazendo novas formas de trabalho.

Por mais que os “bárbaros”¹ da Amazônia tivessem permanecido até os dias atuais, muitas alterações e transformações culturais foram desenvolvidas em função da exploração por outros povos completamente diferentes e que contribuíram para o desenvolvimento sociocultural da época e dos dias atuais. A língua, hábitos alimentares, crenças, formas de trabalho, entre outros, foram as formas de contribuição, impostas pelos exploradores da forma mais cruel e preconceituosa (BATISTA, 2007).

Para Matos (2015), o Amazonas passou nesse período, por um surto descivilizatório, onde de forma preconceituosa a Amazônia foi se constituindo, renegando os povos originários, como se os mesmos não tivessem humanidade, onde o seu valor foi desprezado, suas estruturas familiares, seus conhecimentos culturais e regionais, seu modo de viver, tudo, resumido a um padrão que diferia dos colonizadores do novo mundo. E é assim que o capitalismo cresceu, tomou proporções devastadoras, imponente e presunçoso, ditando suas normas, ignorando o outro, sobrepondo os seus valores acima de tudo em prol da exploração de riquezas.

O desenvolvimento da Amazônia está em causa. A crítica à modernização incrementada pelo capitalismo na região deixou uma dívida incalculável ao patrimônio físico e sociocultural de seus povos e territórios. As históricas formas de adaptação humana foram substituídas, em sucessivos “ciclos econômicos”, por modelos desprovidos de desconhecimento sobre as realidades regionais; pelas negações das populações tradicionais índias e caboclas e de suas formas de ocupabilidade (...) Não há como desconhecer as teses correntes da inferioridade do homem americano, ou da associação de “natureza incompleta” dos seres vivos e da degenerência física das espécies dos Trópicos, onde a as populações tradicionais tinham sua humanidade posta em dúvida (...) (SILVA, 2009, p. 15 e 20).

Silva (2009, p. 18), argumenta que a partir do século XVII iniciaram as discussões sobre as controvérsias a respeito do pensamento social difuso do século XVI “sobre a existência de criaturas parecidas com o homem, mas sem humanidade”.

E hoje se busca esse consenso entre o desenvolvimento de forma a aproveitar e respeitar as diferenças existentes nas mais diversas comunidades, sociedades ou grupos sociais, onde o progresso e desenvolvimento começam a ser discutidos de uma forma

¹ Um fato é historicamente certo: a Amazônia, ao tempo da descoberta, abrigava muitos “bárbaros”, e eles eram tantos que resistiram a mais de quatro séculos de confronto com o branco, representado fundamentalmente pelo português e seus descendentes (BATISTA, Complexo da Amazônia 2007, p.53).

inversa², repensando as formas ditadas pelo capitalismo que se apresentam enfraquecidas diante dos problemas causados e outros ainda não resolvidos, mas que até hoje e para muitos nos faz acreditar, influenciados pela globalização, que o progresso capitalista ordena e pode regularizar ainda todos os problemas, omitindo muitas vezes ou mascarando a desordem por ele causada (EDIGAR MORIN, 2005).

2.1.1 Discutindo o Ser Caboclo e o Trabalho nas Comunidades Ribeirinhas Amazônicas

As comunidades ribeirinhas fazem parte dos Povos e Comunidades Tradicionais que, conforme o Decreto 6.040, de sete de fevereiro de 2007, compreende-os como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Conforme Diegues *e tal* (1999), os povos e comunidades tradicionais são as reconhecidos no Brasil como “comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros , comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Portanto, também fazem parte deles as comunidades ribeirinhas.

De acordo com autor Diegues (2008), o reconhecimento de pertencimento a um grupo diferenciado é um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais que, baseado nos objetivos centrais da antropologia, essa questão se configura em uma identidade. Segundo o autor:

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:
a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b) conhecimento aprofunda da natureza e de seu ciclo que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é

² “Este novo contexto está produzindo outras “formas de mercado” e de organizações e tende a exigir outro padrão de relações sociais, de produção de riqueza e de uso dos recursos ambientais disponíveis. Contestando aqueles que haviam apregoado o fim de história e o domínio do mercado segundo o modelo neoclássico, Souza Santos (2006) propõe que se dê visibilidade a muitas das experiências inovadoras que estão ocorrendo no âmbito dos movimentos sociais” (BAPTISTA, 2012, P.32).

transferido de geração em geração pela oralidade; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz economicamente e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades, econômicas, sociais e culturais; h) importâncias das simbologias, mitos e rituais associados a caça, a pesca e as atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo o produtor (e sua família) domina o processo do trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2008, p. 89 e 90).

Logo, independente do tipo de comunidade ou povo, há importância de se identificar as características que, aliada ao autorreconhecimento identitário, nos fornecerá a base necessária para entendermos as bases de uma comunidade ou povos tradicionais.

Foi nos trabalhos de Wagley (1988), Galvão (1952) e Stemberg (1956) que os primeiros estudos sobre caboclos/ribeirinhos aparecem, por volta dos anos 50. Em suas etnografias os conceitos foram surgindo de forma que os diferenciavam dos demais integrantes existentes em comunidades na Amazônia. Diegues (1999) considera os seringueiros, castanheiros e ribeirinhos como características que compreendem os “caboclos”, pois eles apresentam um modo de vida semelhante. No entanto, existem diferenças no modo de vida, na medida em que os ribeirinhos vivem nas várzeas e terra firme, dependendo fundamentalmente da pesca e da agricultura. Muitos dos seringueiros e castanheiros vivem à beira de rios, igapós e igarapés, mas outros vivem em terra firme, dependendo menos das atividades pesqueiras.

No contexto de análise do significado de “caboclo”, este está relacionado à raça, mistura do branco com o índio, mas ao mesmo tempo pode-se relacionar o conceito a um modo de vida, segundo Fraxe (2004), o termo está relacionado à relação direta com a floresta e seus sistemas, independentemente de sua condição racial.

O caboclo pode ser identificado como sendo alguém que reúne conhecimentos específicos sobre a natureza, pois convive diretamente com ela, organizando o seu meio de

vida diretamente com as reações naturais. Além disso, faz parte de uma cultura diversificada, pois, a herança de sua existência persiste na união de outros povos (branco e índio). Mesmo tendo recebido a herança de outros povos, a cultura cabocla é bem definida e reúne laços de pertencimento que caracterizam a identidade cabocla, segundo Fraxe:

A identidade da “cultura cabocla”, como ocorre também com outras culturas, guarda relação com o registro de determinadas matizes de pensamento e de comportamento secularmente registradas na memória social dos grupos humanos e que gozam da condição da durabilidade e de persistência no tempo (2004, p. 23).

Porém, de acordo com Harris (2006), há alguns teóricos que defendem que os caboclos não são tradicionais em virtude das mudanças ocorridas em seu modo de vida, mudanças essas marcadas por meio da história política e econômica inserida no país e na Amazônia que foi paulatinamente modificando sua cultura, subsidiando o fim dessa identidade

Será então que por meio da interferência cultural poderia uma identidade ser perdida? Será que o modo de vida dessas pessoas foi completamente modificado a ponto delas esquecerem seus hábitos, seus saberes, seus costumes, sua simbiose com a natureza?

Conforme Hall (2015), “a identidade é formada na “interação” entre “eu” e a sociedade”, e que por mais que o indivíduo tenha em seu ítimo o “eu real”, este será formado e modificado continuamente por outras culturas. Portanto, o caboclo ou a cultura cabocla amazônica vem ao longo de muito tempo se modificando, ora pela miscigenação das culturas herdadas, ora pelo capitalismo e por que não dizer também, ora pelas relações de poder impostas pelos órgãos fiscalizadores, que impõem mudanças no uso da relação com a natureza.

Essas demandas históricas fazem dele um ser adaptativo, que conforme Harris (2006, p, 88):

O caboclo é um sistema “adaptativo humano”, pois suportou com sucesso tanto condições ambientais severas, quanto condições históricas desfavoráveis. Assim, os dois temas da adaptação ao ambiente e da acomodação às demandas econômicas externas são inseparáveis na obra de Moran e Paker.

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que o caboclo ribeirinho passa por modificações, ele também se adapta a elas, permanecendo algumas de suas características que mantêm sua identidade cultural.

As populações ribeirinhas parecem estar fazendo mais do que apenas se acomodando às demandas prevalecentes. Essas capazes não apenas de se acomodar aos mercados flutuantes, mas também de se reorganizar e se reproduzir nas novas condições encontradas a cada vez. Assim, desenvolvem uma capacidade de abraçar a mudança a cada nova fase, sem que isso resulte no fim do seu modo de vida corrente (HARRIS, 2006, p.91).

Para Matos (2015), em seus estudos em comunidades amazônicas mostra que: No processo de integração, mudanças vêm ocorrendo e a diferenciação social é um fato, entretanto é possível identificar em comunidades amazônicas que seus moradores desenvolvem suas práticas em ambientes aquáticos e terrestre. Em ambiente aquático destaca o ambiente de caniço, arpão arco e flecha, armadilhas e nos dias atuais malhadeiras e tarrafas.

No ambiente terrestre tem o cultivo do solo, a criação de animais domésticos, sendo o destaque para algumas comunidades, a criação de boi. No ambiente terrestre a caçada andando pela mata, a caçada de canoa, entre outras práticas, há fortes influências de conhecimentos passados ao longo de gerações, principalmente das ecológicas. No cultivo do solo, a cultura do puxirum ou mutirão vem dos povos que foram os primeiros a habitar a Amazônia.

Mesmo a cultura cabocla ou ribeirinha participar do processo capitalista desde quando emergiu o desenvolvimento regional na Amazônia, a relação de mercadoria e lucro não é praticada, ela é vendida para fins de manter a vida (DIEGUES, 2008), além disso, as formações das estruturas de trabalho encontrada nas comunidades ribeirinhas mantêm uma relação de parentesco em prol de se manter a vida na e em família (HARRIS, 2006).

[...] É suficiente dizer que, como as comunidades e os povoados rurais ribeirinhos são formados por laços de parentesco, eles são genuinamente formas locais. As relações de parentesco e os casamentos possibilitam o controle contínuo do acesso aos recursos próximos como terras, lagos e rios. A proximidade e a utilização contínua da terra e da água outorgam direitos de usufruto. Em geral, as

comunidades ribeirinhas apresentam densas redes de parentesco, organizadas em agrupamentos de famílias. O trabalho é organizado tanto hierarquicamente, com os pais controlando o trabalho dos seus filhos o máximo de tempo possível, como através das relações horizontais entre os pares (primos, padrinhos, madrinhas e vizinhos) (HARRIS, 2006, p. 91 e 92).

Tais mudanças, sejam elas naturais, políticas ou econômicas não nos permitem definir o caboclo/ribeirinho simplesmente como um conceito ou definição única, pois o mesmo pode ser considerado como uma categoria que vem ganhando formas em tempo presente por estar inserido em uma dinâmica social.

Hall (2015, p. 29) avança suas interpretações para o sujeito moderno abordando que as culturas nacionais estão constituídas nas principais fontes de identidade cultural:

[...] algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fosse parte de nossa natureza essencial.

Ampliando a discussão sobre o termo “ribeirinho”, este também se for analisado pelo âmbito territorial seria qualquer pessoa que desenvolve sua vida próximo às águas ou à beira de rios, porém, no contexto amazônico esta definição ganha interpretações aliadas ao contexto cultural, ao modo de vida de quem vive em função dos cursos e recursos dos rios e de profunda relação com a natureza e que se auto identificam como ribeirinho.

Para o autor Williams (1992 *apud* FRAXE, 2004, p. 20),

Eles constituíram um modo de vida integrado pela agricultura e extrativismo vegetal ou animal, vivendo em função de produtos da floresta, dos rios e das terras molhadas da várzea amazônica. Uma cultura de profundas relações com a natureza, que perdura, consolida e fecunda o imaginário desse conjunto social, isto é, no âmbito de uma “cultura híbrida” com relação aos cânones urbanos, o caboclo busca desvendar os segredos do seu mundo, recorrendo a mitos, lendas, plantas medicinais, rezadeiras, assim como ao trabalho, ao labor e ao lazer, onde o homem viveu e ainda vive, em algumas áreas de forma tradicional [...].

Observa-se que tanto as definições de caboclo, como a de ribeirinho se entrelaçam pelas suas peculiaridades, podendo a vida cabocla estar presente na vida ribeirinha e vice

versa, pois ambos se complementam e se unem na representatividade da vida em populações ribeirinhas.

No modo de vida das populações ribeirinhas da Amazônia isso não é diferente, determinam o seu modo de vida influenciado pelo ritmo das águas, e pela relação direta com a natureza, de onde trabalham e retiram o seu sustento e expressam a sua cultura.

De lá retiram a madeira para produção de suas canoas, para a construção de suas moradias, equipamentos de pesca, instrumentos de trabalho, medicamentos, etc. (DIEGUES, 1999). As formas de trabalho entre os ribeirinhos se diversificam, em virtude da necessidade de garantirem o seu sustento, seja ele de subsistência ou para venda, logo são agricultores, pescadores, remadores, caçadores, mateiros etc., buscando de forma criativa e adaptativa as mais variadas formas de sobrevivência, seguindo as mudanças da natureza e as determinações econômicas. Vale ressaltar que as técnicas e métodos utilizados são antigos quando comparados com outras partes do mundo. Wagley observa que:

A maioria da população da região amazônica brasileira ganha a vida por meio de técnicas e métodos que há muito foram superados em outras regiões do Brasil e na maior parte do mundo ocidental. [...] entretanto grande parte dessa gente provê a sua subsistência com uma agricultura primitiva ou, mais propriamente, lavoura, com a caça e a pesca, comum pouca de tudo isto. Embora disponham de ferramentas, de umas poucas culturas novas e importem inúmeros alimentos e artigos, as colheitas e os métodos agrícolas básicos pouco mudaram desde os tempos dos aborígenes (1988, p. 83).

O ciclo das águas intervém no modo de vida e no trabalho dos ribeirinhos, interferindo tanto na agricultura como na pesca, duas principais atividades das populações ribeirinhas na Amazônia. A época da cheia e da vazante correspondem à oferta de trabalho dessas populações:

[...] as chuvas constantes do inverno amazônico e inundações das várzeas que cobrem os caminhos, impedem as pessoas de deixar os seus lares. A pesca não é rendosa durante esses meses e a borracha não pode ser extraída. O verão ao contrário é um período de atividade – de plantação, de produção de borracha, de pesca, de visitas e festas (WAGLEY, 1988, p. 34).

Nos períodos da cheia a pesca acontece em menores proporções, o que não difere quanto ao extrativismo vegetal, quanto a agricultura que, conforme Witkoski (2013), só acontece no que chama de sítio, “é um subsistema importante, porque ajuda a alimentar a família a família camponesa, e quando não é devorado pela fúria das águas, é capaz de produzir alguma renda na forma de moeda.” (p.189)

Mesmo com as variações naturais ou as variações de demanda de mercado, a produção agrícola mais presente é a plantação de mandioca, “elemento principal da alimentação dos habitantes da Amazônia” [...] Cresce em grande variedade de solos e resiste melhor aos insetos, principalmente a saúva, do que a maiorias das outras culturas. Na Amazônia considera-se a terra firme a mais apropriada ao cultivo de mandioca” (WAGLEY, 1988, p.84)

Porém, conforme ainda o autor, “outros tipos de alimentos são plantados, mas é na terra de várzea que as plantações crescem com maior abundância, a terra firme por apresentar um solo considerado pouco fértil só alguns tipos de plantações vingam, é o caso da abóbora, feijão, inhame, pimenta, amendoim, abacaxi e banana” (p. 84).

Wagley aponta a pesca como sendo *relativamente* importante para a subsistência, enquanto que caça é pouco realizada, as duas formas de atividades são de origem aborígene, como também algumas de suas técnicas e métodos. “Os meses mais favoráveis a pesca, nas vizinhanças de Itá, são os que vão de junho a dezembro”, nos meses do inverno (janeiro a maio) os peixes são mais escassos.

[...] são vários os métodos de pescar, O mais comum, naturalmente, é o anzol. [...] Os métodos mais produtivos, entretanto, são os que utilizam veneno, barragens ou redes. [...] As barragens são de várias espécies. A maioria é o cacuri, uma barragem permanente que avança, rio adentro, uns trinta ou cinqüenta metros. Aqueles que não tem dinheiro, e nem tempo, para construir cacuris, [...] geralmente pescam cercando os mesmos com tapagens, [...] O pescador da Amazônia constrói uma barreira através desses pequenos rios, com uma comporta que pode ser aberta para deixar entrar os peixes que sobem o rio com a maré enchente fechada, para prendê-los, na maré vazante (1988, p.92-93).

O trabalho realizado pelos ribeirinhos, em sua maioria, conta com a estrutura familiar, em alguns momentos dependendo da quantidade de produção, outras pessoas são

convidadas a trabalhar em sua propriedade, é o que podemos chamar de trabalho casual que, mesmo sendo um termo utilizado em áreas urbanas, também está presente nas populações ribeirinhas da Amazônia, muito utilizado por famílias que não conseguem dar conta da sua produção agrícola ou da sua pesca, pagando por meio de salário temporário ou *meia*, a outro comunitário que não pertença a sua família e que faz parte de um *puxirão* ou *convite*, “[...] como são chamados esses serviços em conjunto. [...] O dono da roça, nessas ocasiões, manda convite a vários homens – a parentes próximos, aos compadres ou aos amigos” (WAGLEY, 1988, p. 87).

Outra forma de compensar o trabalho realizado em um puxirão oferecido por terceiros é a troca mútua de trabalho entre os roçados das famílias envolvidas, uma técnica tradicional e utilizada em muitas comunidades até hoje, logo nem sempre há realização de pagamento, contudo conforme Noda (1997), existem algumas formas de pagamento utilizadas quando os componentes da família não são o suficiente para exercer a atividade:

[...] a meia, dá-se conforme Noda *et al.* (1997, p. 273 -4), quando a força de trabalho familiar não é suficiente e não possuem recursos financeiro para assalariar temporariamente. Essa relação aparece mais nos períodos de subida rápida do nível das águas, principalmente no período da colheita. Nesse período ocorre a entrega da metade da produção de determinada área em troca de trabalho para ajudar na colheita (*apud* WITKOSKI, 2013, p. 177).

No caso do puxirão ou convite, conforme Wagley existe a troca de tarefas, ou seja, em outra ocasião em que um dos convidados precise do mesmo tipo de trabalho cooperativo aquele que recebeu os serviços retribuirá os serviços ofertados anteriormente.

Wtikoski (2013) chama atenção para o tipo de trabalho acessório, onde a sua força de trabalho é vendida como forma acessória, isso quando a venda ou compra entre os ribeirinhos é por um período não intenso. Quando há intensidade do período de trabalho, fato que também ocorre em algumas regiões, onde a ajuda mútua não é mais tão realizada, ele considera ter uma relação com trabalho assalariado, relacionando este fato a presença das relações sociais capitalistas que já se encontram presentes nos ambientes rurais.

[...] a sua característica fundamental é constituir-se como trabalho acessório, ou seja, “como meio através do qual o camponês transforma-se periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade de produção (OLIVEIRA, 1990, p. 69).

Outro fator interessante e já comentado anteriormente, como uma das características das populações ribeirinhas na Amazônia, é a flexibilização de trabalho, em função de vários aspectos, principalmente das mutações naturais e previsíveis da natureza que impõe ao ribeirinho a sazonalidade em sua produção, seja extrativista ou pesqueira. Podemos considerar esta flexibilidade de trabalho que, no caso dos ribeirinhos depende diretamente da natureza, o que o autor Witkosk chama de multiplicidades de atividades ou os considera como multifuncionais:

Na fronteira entre a sociedade envolvente e a vida interna da unidade de produção camponesa, que possui os obstáculos arrolados, localiza-se um conjunto complexo de problemas que pode ser traduzido como o *dilema camponês*. O camponês que examinamos é um tipo de camponês que desenvolve, e tem que desenvolver, uma multiplicidade de atividades. Estas fazem dele um agente econômico, social e político que pode ser classificado de *multifuncional* – condição necessária, embora não suficiente, para seu desenvolvimento pleno. A multifuncionalidade que funda suas características básicas, decorrente do seu modo de vida, imprime-lhes um *habitus*, no sentido sociológico (2013, p. 162).

Vale ressaltar que o autor acima como outros autores utilizam o termo “camponeses” como forma de representar o modo de vida dos ribeirinhos, porém, não é intenção desta pesquisa expandir as discussões desse termo para a realidade Amazônica.

Além das multiplicidades de atividades em virtude da sazonalidade natural, os ribeirinhos encontram outras dificuldades na produção dos seus trabalhos e no resultado dos seus ganhos que são na maioria das vezes desleais na oferta de valor em função dos mesmos não terem uma rede de comercialização independente, ficando sempre à mercê de outros agentes de comercialização que não valorizam a sua produção excedente, pagando valores sempre inferiores aos pagos entre outras redes de comercialização.

Conforme Fraxe (2004, p. 145):

Na esfera da circulação dos produtos de origem agroflorestral, ocorre uma apropriação dos excedentes, por um conjunto de agentes de comercialização: marreteiro, marreteiro-feirante, regatão e patrão. É nas relações mantidas entre os ribeirinhos que está representado um dos momentos mais importantes, de subordinação do ribeirinho à lógica do capital comercial.

Tais agentes comerciais se apropriam dos excedentes produzidos pelos ribeirinhos em virtude dos mesmos não terem conhecimento dos canais de comercialização e não poderem custear as despesas com transporte e acomodação das suas mercadorias que, preferem entregar seus produtos aos agentes comerciais.

Outra situação também apontada por Fraxe (2004) é que, mesmo os que têm condições de vender seus produtos nos mercados de Manaus, são considerados “sem terra” pelos feirantes por não terem seus espaços determinados (boxes). Em virtude disso, também tendem a vender suas mercadorias por preços menores aos outros feirantes.

[...] Por não possuírem boxes, eles são obrigados a trabalhar no sistema de rotatividade. São 42 caboclos-ribeirinhos da Costa de Terra Nova que vendem as mercadorias em caixotes no Pavilhão D, da Feira Manaus Moderna. O lugar aportado por esses ribeirinhos fica em frente aos banheiros da Feira. [...] têm boa relação com os feirantes que possuem boxe. Segundo relatos de todos os ribeirinhos ora citados, há dez anos, eles trabalham fora da Feira, isto é, na área externa, na área livre, sem cobertura. Como os preços de suas mercadorias são muitíssimo menores do que as vendidas nos boxes, os consumidores preferem comprar com eles (2004, p. 129).

Partiremos agora para a apresentação da realidade encontrada no modo de vida da comunidade Bela Vista do Jaraqui onde se pretenderá fazer uma relação dos teóricos aqui discutidos como meio de verificação sob as aproximações relevantes existentes nas discussões apresentadas.

2.2 COMUNIDADE BELA VISTA DO JARAQUI DO RIO NEGRO – MANAUS AMAZONAS

Para a realização desses resultados, que serão apresentados logo abaixo, foi necessário, além da bibliográfica, a consulta aos dados socioeconômicos da comunidade Bela Vista do Jaraqui realizada no ano de 2015, pelo curso de Turismo da instituição de ensino público Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Tais dados foram extraídos de 62 questionários aplicados às famílias da comunidade com o objetivo de traçar o perfil social, cultural e econômico³ que se encontra em fase de elaboração.

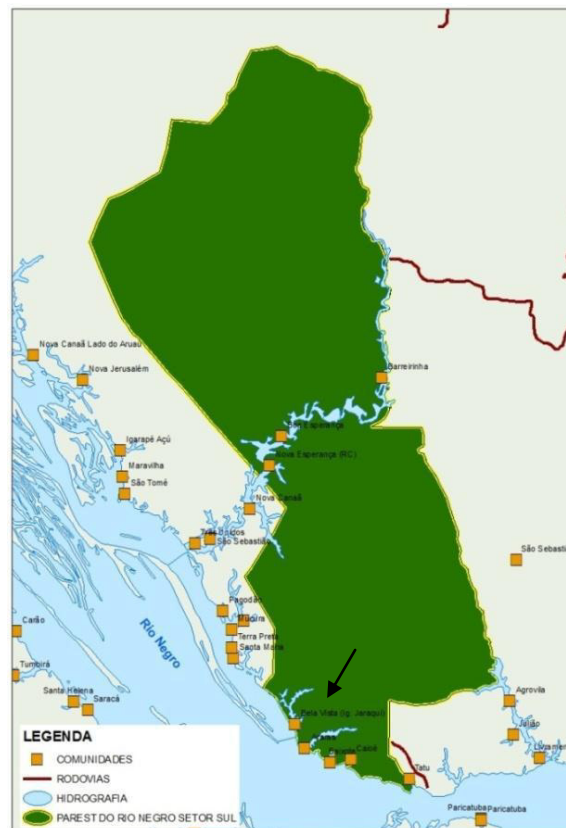
Para a análise dos dados quantitativos foram extraídos dos questionários os dados que tratassem sobre: 1) Análise Socioeconômica; 2) Nível Educacional; 3) Prática das Atividades Tradicionais; 4) Apoio Assistencialista Governamental 5) Tratamento de esgoto, lixo e água; 6) Origem dos moradores; 7) Tempo de residência; 8) Identidade Cultural; 9) Atividades Desenvolvidas (Mulheres, Homens, Crianças e Adolescentes).

Além da análise dos dados quantitativos, foi extraído por meio da história oral e por meio da história de vida, com os grupos dos moradores mais antigos da comunidade e com os antigos e atuais presidentes da comunidade, o conhecimento sobre a história da comunidade, sua organização, seu modo de vida e seus conflitos existentes atuais e do passado.

A Comunidade Bela Vista do Jaraqui está situada à margem esquerda do Rio Negro, setor Aturiá-Apuauzinho, na RDS, Puranga Conquista, no município de Manaus (AM). Até 2014 fazia parte do PAREST, criado em 1995, que conforme moradores só tiveram o conhecimento da criação do parque em 2005, em virtude e por conta da lei e da obrigatoriedade de elaboração do Plano de Manejo do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

³ Projeto de pesquisa e extensão em fase de elaboração, intitulado Turismo Comunitário: promovendo o desenvolvimento local na comunidade Bela Vista do Jaraqui (Manaus-AM), (Portaria N° 977/2014 de 12 de setembro de 2014). Do Curso de Turismo da Escola de Artes e Turismo (ESAT) da UEA, desenvolvidos pelos professores Cristiane B. M. C. Novo, Glaubécia T. Silva e Paula C. P. R. Chaves. Destes questionários forma retirados os dados para análise qualitativa dos aspectos sociais, culturais e econômicos.

Figura 1: Área PAREST 2001



Fonte: CEUC⁴, *apud* Cunha, 2012.

Inicialmente a proposta de criação do PAREST era seguir a recomendação prevista no Artigo 6º da Lei Estadual 2.646 de 22 de maio de 2001,

... O Parque Estadual Rio Negro Setor Norte e Setor Sul, têm como objetivos básicos a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

E por se tratar de uma UC de Proteção Integral que não permite a presença de moradores na área, isso acarretou tensões para a gestão da UC, reivindicando diferentes formas de uso por parte dos residentes da área, comunidades ribeirinhas e indígenas. Essas tensões duraram quase dez anos, até que em 2014, as comunidades que se localizavam

⁴ Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).

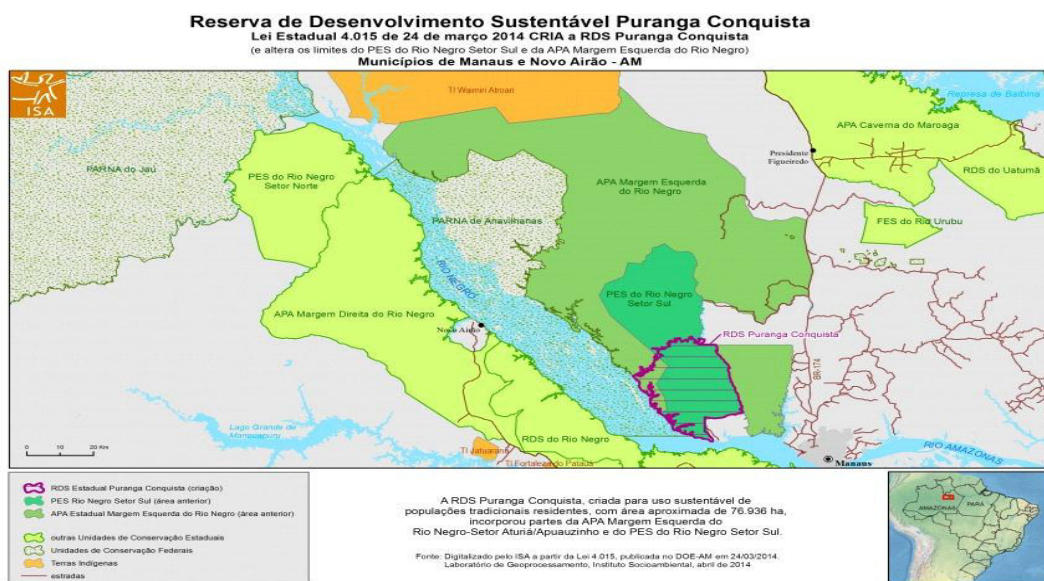
dentro do Parque Estadual conquistaram a nova categoria, a de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), de Uso Sustentável passando a permitir a presença de moradores na UC que concede entre outras situações o uso sustentável de parte dos recursos naturais:

preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações” (Lei Federal. 9.885, Art. 20º. § 1º.).

criada por meio da Lei Estadual N° 4015 de 24/03/2014, a RDS Puranga Conquista é formada por partes da Área de Proteção Ambiental (APA) e principalmente (85%) de partes do PAREST, observar figura 2. Além da comunidade Bela Vista do Jaraqui, fazem parte mais 14 comunidades (Deus Proverá, Tatulândia, Caioé, Baixote, Araras, Santa Maria, Terra Preta, Vila Nova do Chita, Pagodão, e Barreirinha, Boa Esperança, Nova Esperança, São Francisco do Solimõesinho e Nova Canaã).

Apesar da RDS ter sido criada em 2014, ainda não foi elaborado o Plano de Gestão e as Regras de Uso junto a comunidade Bela Vista do Jaraqui e os órgão gestores.

Figura 2: Mapa da RDS Puranga Conquista



Fonte: ISA, 2014.

A comunidade fica localizada às margens do lago Jaraqui e é possuidora de uma beleza cênica que lhe destaca das outras comunidades dos arredores. A comunidade se encontra em uma área elevada e se defronta com uma pequena ilha, criando um cenário de grande venustidade, conforme observado na figura 3.

A entrada da comunidade apresenta uma vegetação que se mistura com a vegetação nativa e com vegetação artificial, isso porque os moradores se preocupam em adornar com algumas plantas ornamentais e pés de frutas a paisagem já modificada pela habitação humana, tentando repor os espaços onde a vegetação nativa foi retirada. Outro fator encontrado em relação à fachada da paisagem da comunidade é a preocupação com limpeza do ambiente, o barranco apresenta-se limpo sem presença de detritos, o que demonstra mais uma vez a preocupação com os cuidados que os moradores têm com o ambiente e a paisagem da comunidade.

Figura 3: Paisagem da Frente da Comunidade Bela Vista do Jaraqui



Fonte: CHAVES, P. (2014)

Ao chegar à Vila da comunidade, portão de entrada principalmente dos visitantes e dos moradores de lá, além da bela paisagem natural que conseguimos avistar do alto, também se observam as formas arquitetônicas das casas que se mostram diferenciadas, na qual se assemelham com as características portuguesas, com grandes varandas com adornos em arcos na fachada (figura 4, A), e assemelha-se com as casas construídas de alvenaria o que pode ser considerado uma influência da arquitetura moderna urbana, onde os espaços são mais geométricos e mínimos, visando o abandono dos adornos presente nas arquiteturas mais antigas, e consistindo em projetos mais econômicos (figura 4, B).

Figura 4 A e B: Arquitetura das Casas na Comunidade Bela Vista do Jaraqui

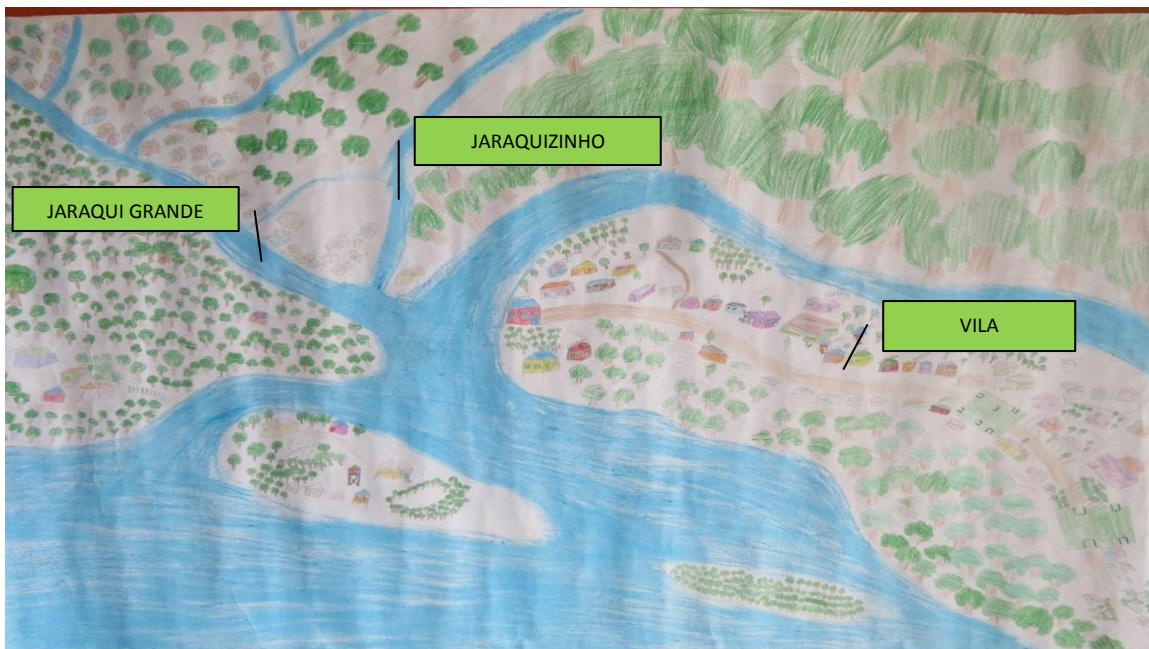


Fonte: CHAVES, P. (2013)

Conforme dados socioculturais e econômicos (UEA, 2015) foi identificado que cinquenta por cento das casas encontradas na Vila, são de alvenaria ou mista (parte em alvenaria e parte em madeira), as outras casas foram construídas de madeira, onde boa parte também é construída conforme a característica moderna e urbana. É na Vila que encontramos toda a organização da comunidade, estão presentes a escola, as igrejas (católica e evangélica), os comércios, os campos de futebol, os espaços sociais (associação de pescadores e espaço social de uso comunitário) e uma boa parte dos moradores.

Há na comunidade uma divisão territorial, espaços ou áreas que recebem uma denominação diferenciada, é o caso da Vila, acima apresentada, do espaço do Jaraqui Grande e do Jaraquzinho, conforme ilustração abaixo (figura 5). São delimitados em função do lago do Jaraqui que em determinado ponto geográfico territorial se divide separando esses espaços da Vila.

Figura 5: Mapa Mental da Comunidade Bela Vista do Jaraqui



Fonte: Acervo da Escola Municipal Divino Espírito Santo adaptado por CHAVES, P. C. P. R. (2015).

As análises realizadas sobre aspecto social, cultural e econômico compreenderam análise de dados da pesquisa quantitativa (UEA, 2015), realizada com aproximadamente 62 famílias, que estão assim divididas: 28 na Vila, 23 no Jaraqui Grande e 11 no Jaraquinhos, o que representa em torno de sessenta e três por cento da quantidade total existente.

Conforme análise em lócus, pode-se observar que essas áreas se diferem principalmente nos aspectos socioculturais e econômicos no que diz respeito à quantidade populacional, padrão de vida econômico, formação educacional e a identidade coletiva autodefinida e reconhecidas por eles.

Os estudos socioeconômicos são importantes para entendermos as realidades e enriquecer a interpretação empírica do objeto de estudo pesquisado, conforme o autor Jannuzzi (2004, p. 15), os indicadores sociais são entendidos como: “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico [...] ou programático [...]”.

Logo, pretendemos entender a realidade socioeconômica desses espaços apresentados na comunidade, não se pretende aqui fazer um estudo minucioso sobre esses resultados e nem tão pouco gerar indicadores de análise comparados a outras realidades,

pretende-se somente identificar e apresentar as discussões de diferenciações dos espaços territoriais existentes na comunidade, permitindo que se entenda a realidade encontrada.

Entre as características que divergem, temos as quantidades populacionais por área que pode ser observada e quantificada junto aos moradores: a Vila é hoje o ambiente mais populoso, tendo em média 41 famílias, o que representa 44% da quantidade de famílias existentes que está em torno de 94 famílias (FOPEC 2011); o Jaraqui Grande vem em segundo lugar, com 35 famílias, o que representa 37% da população do total de famílias; o resultado mais discrepante foi o espaço do Jaraquzinho que se encontra 18 famílias, o que representa 19% do total.

Conforme os resultados apresentados na tabela a baixo, outra situação foi observada, que reflete também uma divisão estrutural econômica, elas estão relacionadas aos dados sobre tipo de residência, tipo de banheiro, utensílios existentes e renda mensal, onde observar-se que a Vila apresenta uma estrutura econômica mais elevada, quando comparada com os outros espaços. No Jaraquzinho esse aspecto é mais evidente.

Uma situação que pode influenciar nos resultados dos utensílios existentes nas casas, é a falta de energia por gerador de luz comunitário, presente na Vila, porém isso pode ser desmistificado, quando comparado aos outros resultados existentes, como o tipo de residência, que no Jaraquzinho 100% é de madeira. Quanto à estrutura do banheiro no Jaraquzinho há a utilização em 100% do buraco para dejeção. Isso indica que a situação econômica é inferior as outras áreas da comunidade. Já o Jaraqui Grande apresenta dados inferiores quando comparado com os resultados da Vila, no entanto, observa-se uma mudança nos dados socioeconômicos em relação ao Jaraquzinho.

Tabela 1: Pesquisa Socioeconômica por Área na Comunidade Bela Vista do Jaraqui

ESPAÇOS		VILA	JARAQUI GRANDE	JARAQUZINHO
TIPO RESIDÊNCIA	DE Alvenaria	18%	-	-
	Mista	32%	13%	-
	Madeira	50%	87%	100%
TIPO BANHEIRO	DE Chuveiro e sanitário	82%	16%	-
	Só sanitário	18%	32%	-
	Buraco	-	52%	100%
UTENSÍLIOS	TV	100%	100%	90%
	Geladeira	100%	43%	-

ELETRÔNICOS	Maq. De Lavar	75%	35%	27%
	Celular	100%	100%	100%
RENDA MENSAL FAMILIAR	Até 01 salário	64%	78%	100%
	01 a 03 salários	22%	17%	-
	03 a 06 salários	14%	0,4%	-
	Acima de 06 sal.	-	-	-

Fonte: CHAVES, P. (2015)

Quanto ao grau de escolaridade que irá traçar as características do perfil social, também foram observadas algumas discrepâncias encontradas nesses espaços, inicialmente foi observado que a Vila novamente apresenta os níveis educacionais mais elevados, em que os níveis de formação superiores são ausentes nas outras áreas e presente na Vila, o ensino médio completo e incompleto apresentam números inferiores nos espaços do Jaraqui Grande e Jaraquzinho e o número de analfabetos no Jaraquzinho apresenta números mais elevados quando comparado aos outros espaços, o que evidencia uma diferença no nível educacional nesses espaços, conforme demonstra a tabela 02 abaixo:

Tabela 2: Estudos do Nível Educacional por Área na Comunidade Bela Vista do Jaraqui

LOCAL	VILA	JARAQUI GRANDE	JARAQUZINHO
No. de entrevistados	94	56	37
Especialização	1%	0%	0%
Superior	3%	0%	0%
Ens. Médio Comp.	15%	5%	5%
Ens. Médio Inc.	11%	2%	0%
Ens. Fundamental Comp.	4%	2%	5%
Ens. Fundamental Inc.	60%	82%	76%
Alfabetizados	2%	5%	3%
Não Alfabetizados	4%	4%	11%

Fonte: CHAVES, P. (2015)

Outra situação encontrada nos espaços territoriais foi quanto ao reconhecimento de pertencimento a uma identidade coletiva, conforme ainda a pesquisa, boa parte dos pesquisados residentes na Vila e no Jaraqui Grande, se reconhecem como ribeirinhos, porém essa realidade muda no Jaraquzinho, onde 65% das famílias pesquisadas se reconhecem como indígenas da etnia Kokama, oriundas do alto Solimões.

Almeida (p. 8, 2010), fala que a forma como os habitantes de um determinado território, se auto identificam ou se reconhecem faz com que se mobilizem em favor de objetivos em comum a uma identidade coletiva: “A identidade coletiva não consistem, pois, em estados ou “substâncias”, mas em processos, que dependem da maneira como os agentes sociais são percebidos pelos outros e se referem à maneira como os agentes sociais se auto representam e se mobilizam”. Outra situação apresentada pelo autor Hall (2015) é quanto às principais fontes de identidade cultural, que trata do auto reconhecimento identitário, ou seja, de afirmar que somos “ingleses ou galeses”, e por que não dizer ribeirinhos ou indígenas faz parte do reconhecimento identitário do indivíduo.

O que observamos, portanto, é que há duas identidades coletivas dentro da comunidade, e talvez essa seja a resposta para as diferentes situações encontradas, pois ambas podem estar se mobilizando de forma diferente, sem uma interação entre as duas identidades.

Um dado também observado, foi quanto à origem dos moradores, originam-se de toda a parte do estado do Amazonas e em algumas situações do Acre, mas em todos os espaços pesquisados o Juruá apresenta-se como o maior originário em relação aos outros lugares, com algumas situações específicas, por exemplo, na Vila há uma procedência em parte do Acre, no Jaraqui grande de Tapauá (Amazonas) e no Jaraquzinho de Benjamim Constant (Amazonas).

Dentro dos estudos de Cunha (2012), a migração dentro da região do Rio Negro teve o seu início entre a década de 1950 e 1980, dentro do período que os primeiros habitantes povoaram o espaço atualmente denominado de Bela Vista do Jaraqui.

Por volta das décadas de 1950 até a década de 1970, comunidades indígenas descendentes de diversas etnias: Baré, Tukáno, Baniwa, Kambéba, migraram para esta região, provenientes diversas regiões do Amazonas se destacando entre elas Alto e Médio Rio Negro além da região do Solimões, instalando-se no rio Cuieiras e no Baixo Rio Negro próximo a Manaus. Esta migração perdurou até aproximadamente meados dos anos oitenta com a consolidação das comunidades ali estabelecidas (p. 2).

Outra situação também apontada por Cunha (2012) e que vem ao encontro dos resultados apresentados sobre a migração que formou a população existente na comunidade Bela Vista do Jaraqui, foram as políticas de expansão de povoamento da Amazônia ocorridas na década de 60.

Esta era a política de colonização, no passado (Hecht, 1985; Hecht & Cockburn, 1990; Andersen e Reis, 1997; Laurance, 1999), as quais desencadearam uma forte migração para Amazônia como válvula de escape para os problemas sociais de outras regiões Skole *et al.*, (1994); onde o governo pagava incentivos para desmatar e povoar a Amazônia. “INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR” (Dutra & Faria, 2009) esse era o discurso oficial do governo militar, estimulando movimentos de ocupação em massa na Amazônia, surgindo assim os grandes projetos que culminaram em um novo processo de territorialização no Amazonas.

Logo, percebe-se que a história política e social influenciou na ocupação territorial da atual comunidade Bela Vista do Jaraqui e seguindo a história, tanto populações ribeirinhas quanto indígenas fazem parte deste processo.

Esta situação de ocupação por parte de populações indígenas e não indígenas pode vir a ser considerado como um dos futuros conflitos em virtude da presença das famílias de origem indígena (Kokama) residentes na comunidade que até o momento não reivindicaram por uma delimitação de terra junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como já aconteceu em outras áreas do parque:

Sendo assim, a ocupação irregular e a busca por reconhecimento de terra indígena por comunidades residentes no interior do Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul constituem-se como um dos mais evidentes conflitos identificados na área desta UC de proteção integral (CUNHA, 2012, p. 18 e 19).

A comunidade apresentou e apresenta muitas tensões, inicialmente o maior de todos eles foi a situação sabida pelos moradores, em 2005, da criação do PAREST, onde houve a tentativa de retirá-los por meio de um termo de Cooperação Técnica que não foi assinado devido à resistência de permanência dos moradores e ao grande número de residentes nas comunidades, situação também ocorrida em outras áreas.

A existência de algumas terras particulares, anteriores à criação do PE, criaram uma sobreposição de direitos, e a ausência de estudos sobre o tipo mais apropriado de categoria, já que o PE foi implantado sem um levantamento sobre as populações existentes resultaram em grandes tensões e conflitos que acabaram por incitar a recategorização do parque em RDS em 2014. No trabalho realizado por Cunha (2012) essas tensões já eram evidentes em todas as comunidades residentes no PAREST, onde um dos seus principais pontos de críticos estão relacionadas à delimitação do parque que se estendia por boa parte das margens do Rio Negro, principal via fluvial de escoamento de produção do Estado, que fere os preceitos da legislação da criação de uma área de proteção integral:

O ato de sua criação através decreto No. 16.497 de 02 de Abril de 1995, assinado pelo então governador do Estado Amazonino Mendes, definiu seus limites geográficos ultrapassando ambas as margens do Rio Negro principal via de escoamento de produção e navegação do Amazonas, no sentido Leste-Oeste. Contrapondo o, artigo 2º do decreto supracitado: “... *O Parque Estadual Rio Negro tem por finalidade precípua, a preservação dos ecossistemas naturais englobadas, contra quaisquer alterações que os desvirtuem, destinando-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos.*” Na Lei 2.646 de 2001, o Artigo 6º reforça a destinação original do Parque: “... *O Parque Estadual Rio Negro Setor Norte e Setor Sul, têm como objetivos básicos a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.*” (p. 15)

Outro ponto relevante, também apontada por Cunha (2012), foi o projeto de assentamento reivindicado pelos ribeirinhos junto ao INCRA em 2005, o que gerou uma sobreposição na área do PARESTS:

Diante das restrições ao uso da terra impostas por uma UC de proteção integral e a possibilidade de um futuro reconhecimento de TI, as comunidades ribeirinhas não indígenas residentes nesta região mobilizaram-se e reivindicaram o reconhecimento de seus direitos fundiários (regularização fundiária) junto ao INCRA em 2005. O INCRA não reconhecendo autonomia do estado e em resposta a solicitação feita pela a população local criou um projeto de assentamento denominado PDS CUIEIRAS/ANAVILHANAS, com sobreposição de 50% área do PAREST do Rio Negro Setor Sul, Plano de gestão do PAREST (p.18).

Sendo assim, pudemos observar que o PAREST passou por várias pressões que exigiram revisões dos limites geográficos redelimitando sua área, inicialmente em 2001, onde algumas comunidades ficaram fora da nova área do parque, reduzindo a quantidade de comunidades participantes, porém essa medida paliativa ignorou informações importantes sobre a fauna, a flora e a população de comunidades indígenas estabelecidas na região. Isso se deu em virtude das limitações de informação e ausência de instrumentos técnicos, mas gerou um cenário instável com inúmeros conflitos levando a recategorização da área em RDS ocorrida em 2014 (CUNHA 2012).

2.2.1 História e Organização da Comunidade Bela Vista do Jaraqui a Partir de fontes orais e observação local

A Comunidade Bela Vista do Jaraqui iniciou seu processo de habitação territorial por volta de 1948 quando, Bernardino Aranha Machado, juntamente com o seu tio, Antônio Jacinto Moio, vieram em busca de produtos florestais para vender. O interesse era o extrativismo vegetal de látex (sova, balata e seringa), interesse motivado ainda pela sobrevida do período da borracha (1942 – 1945) que, apesar da importação do produto ter diminuído drasticamente o caboclo ainda se utilizava dela para se manter, é como ressalta Galvão (1955), “Apesar da borracha amazônica ter perdido sua importância no mercado internacional, e sua produção atual ser insuficiente para o consumo nacional, sua coleta continua como principal meio de vida para os caboclos do baixo Amazonas” (p. 25).

Além das atividades do extrativismo vegetal o interesse também estava voltado ao roçado para a plantação de produtos de subsistência como a mandioca para a produção da farinha. A partir desse momento, esta pequena família composta por tio e sobrinho apenas, finca residência na localidade que até o momento não tinha moradores e nem nome, representava apenas um pedaço de terra devoluta à margem do lago Jaraqui, de floresta alta, à margem esquerda do Rio Negro, área rural do município de Manaus, um local por eles escolhidos de forma aleatória em busca de novas terras prósperas.

Eu cheguei aqui no rio Jaraqui com o meu tio, o homem que me criou, seu Antônio Jacinto Moio, em quarenta e oito, aqui não morava ninguém, então nós encostamos aqui onde nós mora, e era um capoeirão grande, e ali ele disse, que nós ia morar aqui e íamos explorar esse rio Jaraqui se tinha produto pra gente trabalhar, plantar, roçar, pra ninguém comprar e entramos dentro da mata atrás de sova, coquerama, balata, siringa né (relato do morador mais antigo, 85 anos).

Em 1953, chegaram os segundos habitantes, agora em famílias maiores, os Bahias, os Cardosos, os Barrosos e posteriormente os Maias, todos chegaram antes de 1960. Em 1968 chegaram os Ferreiras que tiveram um papel importante para a organização da comunidade que começava a crescer, e no final da década de 70 já representavam dez famílias.

Conforme relatos com alguns moradores, adquiriram o direito da terra pela forma do usucapião, contudo há relatos também de compra de terreno e posse de documento. Diante dessas informações percebe-se que a apropriação territorial se deu por meio do usufruto e em alguns casos e em outra pelo direito de compra do terreno.

Em virtude da expansão populacional algumas atividades em conjunto começam a ser colocadas em práticas, o que retrata uma das características da comunidade ribeirinha amazônica, é o caso do *puxirão*, citado por Wagley (1988), conhecidas por eles como *ajuri*, em que o Sr. Manoel Ferreira foi um dos primeiros organizadores dessa atividade que, iniciou em virtude da localidade, agora considerado comunidade, já apresentar um número relativo de famílias.

A atividade do *ajuri* permaneceu por um tempo na comunidade, porém sua prática diminuiu bastante em virtude de conflitos internos entre os moradores, que após a criação do parque sentiram ainda mais dificuldades de retomar tal prática, restringindo-se somente entre as famílias que possuem parentesco.

Porém, ainda há algumas práticas de ajuda mútua e de cooperação para algumas necessidades de organização na comunidade como limpar um campo de futebol, para produção de espeto, para ajudar a construir uma casa de um familiar, como também, foi percebida a união de parentes para fazer roçado e plantar. Contudo há muita vontade por parte dos moradores de retomar tal atividade, já que agora estão em condição de RDS.

A necessidade de organização comunitária em pouco tempo começa a ser imposta e cobrada pelas famílias residentes. E em 1975 a comunidade elege o seu primeiro presidente, seu Manoel Ferreira o mesmo que já havia incentivando e buscava informações junto a Manaus para criar a comunidade. Desde então as pessoas resolvem eleger um nome para a comunidade.

O primeiro nome surgiu por volta de 1975, e a comunidade é chamada de Comunidade de São Francisco do Jaraqui do Rio Negro, o nome foi dado em homenagem a um time de futebol, São Francisco, existente na comunidade. Porém, para que o atual nome, Bela Vista do Jaraqui, enfim fosse da comunidade, muitos conflitos aconteceram entre as presidências subseqüentes e a comunidade. Em meados de 1980 a comunidade recebe o segundo nome, o de Bela Vista, nome sugerido pelo segundo presidente o Sr. Waldir Monteiro, e nos mandatos posteriores recebe o nome de Bons Amigos, momento em que o seu Manoel Ferreira junto com o seu Francisco Luiz retomam a presidência. Conforme relatos, o nome Bons Amigos chegou a ser publicado em diário oficial em meados de 1985 e novamente por conflitos na comunidade o nome foi alterado para Bela Vista do Jaraqui, atual nome que está registrado na Receita Federal desde 2003.

A organização da comunidade com advento das presidências começa a buscar apoio para as suas necessidades básicas, porém ainda naquele momento o apoio governamental era ausente. A primeira escola construída, foi uma iniciativa da família Ferreira, propriamente pela a Sra. Adelaide Gomes Ferreira que iniciou as atividades escolares de alfabetização com as crianças da comunidade, a escola tinha o nome de São Francisco em homenagem ao padroeiro da família Ferreira a quem eram devotos, foi construída de madeira na Vila por iniciativa dos próprios moradores. Posteriormente, a partir do registro, passou a ser administrada pela Prefeitura de Novo Airão.

Somente em 2001 foi fundada a Escola Municipal Divino Espírito Santo, com incentivo governamental, registrada na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Manaus, que hoje oferece vagas para alunos do ensino fundamental e médio.

Figura 6: Escola Municipal Divino Espírito Santo.



Fonte: CHAVES, P. (2014)

No total são 90 vagas para cada turno, pela manhã são oferecidas vagas do 6º. ao 9º. ano, pelo turno da tarde de 1º. ao 5º. ano e a noite são oferecidas vagas para o ensino médio. Conforme moradores, as vagas ofertadas atendem às necessidades da comunidade.

Figura 7: Igreja São Francisco.



Fonte: CHAVES, P. (2014)

A organização religiosa se deu com a construção da primeira igreja católica, uma iniciativa também da família Ferreira, foi construída em meados da década de 70, inicialmente de madeira e depois de dois anos a igreja foi construída em alvenaria, conforme a figura 7, e recebeu o nome de São Francisco.

A capela era aberta para as orações, realização dos velórios da comunidade e uma vez por ano, no dia oito de outubro, dia de comemoração do santo, um padre vinha de Manaus para realizar os casamentos, os batizados e a missa. Nesse período também eram realizados os festejos a São Francisco, com as quermesses que reunia toda a comunidade.

Em 2009, com falecimento da Matriarca da família Ferreira, a igreja parou de realizar as missas, e outra igreja católica foi construída, agora no centro da Vila, com o nome Divino Espírito Santo, a iniciativa da construção da nova igreja partiu da Sra. Jesuína Correia, sua filha Maria Auxiliadora Correia de Lima e a Sra. Maria Dulcineia Freire de Souza, ambas devotas ao santo.

A igreja recebe a visita de um padre duas vezes por ano onde são realizadas as missas, os batizados e os casamentos e uma vez por mês recebe a visita dos missionários que realizam missas e palestras com cunho religioso. Na ausência de ambos, são os próprios moradores que organizam as missas.

Figura 8: Igreja Divino Espírito Santo 1



Fonte: CHAVES, P. (2013) 1

No mês de Junho é realizado o arraial da igreja, que conta com festa que acontece o dia todo. São realizados, também neste dia missas, casamentos e batizados, e em paralelo os torneios de futebol masculino, feminino e infantil, com premiações que variam de leitões, quarto de boi e engradados de refrigerantes. Logo, a comunidade encontra novamente uma forma de constituir as reuniões sociais e as comemorações religiosas.

Figura 9: Igreja Evangélica Presbiteriana



Fonte: CHAVES, P. (2013) 2

Também há na comunidade a presença das igrejas evangélicas, são no total quatro igrejas, a mais antiga fundada em meados da década de 90 a igreja Presbiteriana, as outras três, Pentecostal Unidos do Brasil, Evangélica Tradicional e a Leão Juda no Amazonas, surgiram mais tarde por volta de 1998.

Nas igrejas evangélicas o funcionamento acontece nos dias de terças-feiras, quintas-feiras e domingos, nos outros dias os cultos acontecem como forma de pregação do evangelho realizado diretamente na casa das famílias evangélicas, são chamados de cultos domésticos. São realizados casamentos e batizados em águas, um tipo de batizado onde a pessoa é imersa na água, e esses eventos acontecem com mais frequência em relação à igreja católica, isso devido à presença dos pastores que são mais comuns, por serem os moradores da própria comunidade, do que os Padres que vem de outro município somente duas vezes ao ano. Há também a realização de festas e eventos sociais que acontecem com mais frequência do que na igreja católica.

Os resultados da pesquisa quantitativa de campo (UEA, 2015), pode-se observar que, há a predominância da preferência religiosa evangélica na comunidade, onde, no espaço do Jaraquzinho essa preferência chega a ser de quase 100%, já no espaço da Jaraqui Grande a preferência familiar chega á 60% e na Vila de 54%, nos mais resultados prevalecem a preferência católica. Entende-se que há uma ação mais efetiva por parte das igrejas evangélicas na comunidade em relação às atividades com a presença dos Padres e Missionários da igreja católica que são mais esporádicos, talvez esta situação possa ser o motivo da preferência evangélica pelos moradores.

Há na comunidade, no espaço da ilha, um cemitério modesto e simples, onde as sepulturas são de formas variadas, seguindo somente uma característica em comum, a pintura azul, que é um dos adornos dos mausoléus que faz a alusão com o céu ou de estar próximo dele. Lá estão enterradas as primeiras pessoas que faleceram na comunidade.

Porém, há mais de dez anos o cemitério está desativado e abandonado em virtude da ilha ter sido vendida e ter virado uma propriedade particular de uso turístico.

Figura 10: Cemitério abandonado da Ilha



Fonte: CHAVES, P. (2015)

A comunidade busca resgatar o espaço do cemitério como patrimônio histórico da comunidade. No momento a comunidade reservou um espaço ao lado da antiga igreja São Francisco para os sepultamentos, área particular cedida pelo Sr. Manoel Ferreira.

Não houve informações ou registros exatos sobre o ano da venda da ilha, mas conforme informações do comunitário ela foi vendida antes do conhecimento da transformação da comunidade rural em PE.

O lazer também faz parte da comunidade Bela Vista do Jaraqui, como dito acima, tudo teve início com as quermesses comemoradas em junho e no dia seis de outubro em comemoração a São Francisco, uma característica que faz parte da cultura brasileira e no Amazonas isso parece estar ainda bem conservado, conforme Wagley;

As festas de junho [...] são características e tradicionais no Brasil. Como na maioria dos elementos tradicionais da cultura nacional brasileira, o Norte do País conserva a forma típica dessas comemorações. [...] constituem pretexto para reuniões sociais e comemorações, seguindo os costumes herdados de Portugal e posteriormente modificados no processo de adaptação às novas condições (p. 206, 1988).

Em paralelo às festas religiosas, também é comum acontecer os torneios de futebol, onde o primeiro time criado chamava-se São Francisco do Jaraqui do Rio Negro, o nome também deu origem ao primeiro nome da comunidade.

Atualmente, os torneios e campeonatos de futebol seguem agora com outro time, o Atlético do Bela Vista, formado em 31 de maio de 2002. A prática dos torneios é mais comum na comunidade e são realizados sem uma data definida, em torno de quatro torneios por ano que duram em média dois dias, com exceção do torneio em comemoração ao aniversário de surgimento do time. Os campeonatos organizados pelos coordenadores do time acontecem uma vez por ano e duram em média três meses, e as premiações variam em dinheiro, boi, porco, entre outros.

Hoje a comunidade conta com duas áreas de lazer na Vila, uma considerada comunitária e outra particular que quando há participação de torneios externos há cobrança do aluguel da área. A área comunitária compreende um grande espaço onde pode ser praticada várias atividades de lazer, recreação e esporte, muito utilizado pelas crianças e jovens da comunidade, as atividades se integram às atividades de recreação e lazer da igreja ou da escola. Já a área particular compreende um campo de futebol, com arquibancadas e uma área de bar com barraquinhas para degustação dos produtos vendidos, conhecido como Crocodilos Bar.

Figura 11: Área de Lazer Comunitária à esquerda, e Particular à direita



Fonte: CHAVES, P. (2015)

A comunidade também conta com dois espaços sociais, um é o espaço da associação dos pescadores, uma área em parte aberta que é também utilizada para outros fins. E um espaço social para atividades diversas, além do uso integrado com as atividades da escola e da igreja, nesse espaço são realizadas palestras, cursos e oficinas oferecidos por órgãos ou instituições públicas, mas também é onde acontecem as reuniões da comunidade e boa parte das decisões são tomadas em conjunto nesse local. Conforme observado na figura 12 abaixo, à esquerda a sede da associação e à direita o espaço social comunitário:

Figura 12: Espaços Sociais da Comunidade



Fonte: CHAVES, P. (2013) 3

Apesar do espaço da associação dos pescadores, não há ainda uma associação de pesca registrada em nome da comunidade, todos associados fazem parte da Colônia Z 12 Manaus, onde fazem parte a comunidade Bela Vista do Jaraqui entre outras comunidades.

A comunidade conta com uma associação dos agricultores, registrada e constituída com o nome de Associação Agrícola Rural de Desenvolvimento dos Moradores da Comunidade Bela Vista (AGRIMBEL), uma associação de direito privado e sem fins econômicos, constituída em 2003 e conta com cento e dez cadastrados e é por meio desta associação que os presidentes, líderes da comunidade são eleitos.

Como pôde ser observada, a comunidade ao longo da sua história buscou organizar inicialmente sua estrutura comunitária por meio da realização de iniciativas próprias e privadas, em prol de atender as obras de necessidades básicas. Depois de algum tempo, pode contar com o apoio de instituições e órgãos públicos e governamentais. Porém, o papel das lideranças sempre fez parte de toda essa história de conquistas da comunidade, seja na construção de uma escola de madeira a uma escola de alvenaria, seja atuando na luta pela mudança de categoria de Unidade de Conservação ou representando a AGRIMBEL e todos os moradores, residentes na comunidade Bela Vista do Jaraqui. De forma atuante foi a partir de 2003, com a criação da AGRIMBEL que foi registrado o Estatuto Social da associação, onde, determinam as regras de eleição, período de mandato e competências dos Presidentes e Líderes da comunidade.

2.2.1.1 A Infraestrutura Básica

A comunidade Bela Vista do Jaraqui compreende uma estrutura básica, apesar de existir alguns serviços de apoio, ainda assim, apresentam demandas e necessidades, ainda não atendidas pelos representantes governamentais.

Como se pode observar a comunidade conta com o apoio governamental em parte da infraestrutura básica, é o caso da educação, da saúde, da energia e do tratamento da água. Vale ressaltar que, a Escola já apresentada, conformes moradores, atende a demanda de alunos, porém há necessidades de melhorias nas instalações. Na infraestrutura de segurança, esgoto e coleta de lixo o apoio é ausente. Observou-se também a existência de um sistema de comunicação, de acesso a produtos alimentares e de outras necessidades e de acesso ao transporte.

Partiremos para uma apresentação mais detalhada do sistema de infraestrutura, quanto aos serviços de saúde na comunidade, a mesma não conta com posto de saúde, tampouco equipamentos de primeiros socorros, qualquer caso de doença ou que necessite de cuidados com primeiros socorros ou são encaminhados ao Posto de Saúde na comunidade do Arara, há um quilometro da comunidade, para pré-atendimento com a enfermeira técnica ou agentes de saúde e retiradas de medicamentos, ou são encaminhados para Manaus.

O sistema de saúde na comunidade resume-se no atendimento realizado por três agentes de endemias e um agente de saúde, todos conveniados ao programa da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA). O atendimento prestado pelos agentes de endemias corresponde principalmente ao levantamento de diagnóstico de malária, porém outros sintomas como dengue, febre, dores, disenteria, entre outros, quando diagnosticados são encaminhados ao Posto de Saúde na comunidade do Arara (a 30 minutos da comunidade) ou para tratamento em Manaus. Este encaminhamento, na maioria das vezes, é feito pelos próprios moradores ou, quando possível, pela lancha do SAMU, que conforme moradores o atendimento de socorro é muito demorado. Esses agentes atendem além da comunidade Bela Vista do Jaraqui mais 11 comunidades, onde o atendimento é em média, duas vezes por semana na comunidade.

Quanto ao atendimento realizado pelo agente de saúde, este atende na comunidade uma vez por semana, e tem a responsabilidade de identificar alguns sintomas clínicos, como pressão alta, medição de temperatura entre outros sintomas relatados pelos moradores atendidos. Caso haja a necessidade de outros atendimentos, novamente, ou são encaminhados ao Posto de Saúde do Arara ou para Manaus.

Figura 13: Barco Saúde da Prefeitura



Fonte: CHAVES, P. (2014)

Há também o Barco Saúde da Prefeitura (Figura 13), que atende uma vez por mês a comunidade, com atendimento médico de Clínicos Gerais e Dentistas, esporadicamente outros especialistas da área da saúde estão presentes no atendimento é o caso de Ginecologistas, Cardiologistas e Oculistas. O atendimento realiza consultas e exames rotineiros como ultra-som, sangue e urina. Conforme relatos dos moradores,

os atendimentos nem sempre atende toda comunidade, além de não haver um bom atendimento por parte dos médicos.

Como o atendimento na área da saúde ainda é deficiente a comunidade faz uso, em alguns momentos, das rezadeiras, das parteiras e de medicamentos naturais. Essa rotina já foi muito praticada no passado, atualmente esta procura é muito pequena, pois, as facilidades do transporte fazem com que as grávidas ou outros pacientes procurem os hospitais em Manaus, mas há casos recentes na comunidade que por falta de tempo as antigas parteiras e rezadeiras foram procuradas para realização de partos, como também são procuradas para rezar sobre alguma enfermidade ou indisposição. E em função dos remédios, oferecidos no posto da comunidade Arara, também não ser suficiente há rotina de utilizar remédios naturais, uma tradição cultural.

Esta prática da utilização de parteiras, rezadeiras e o uso de medicamentos naturais sempre fizeram parte das populações tradicionais, porém com acesso ao sistema de saúde médica nas comunidades os usos tradicionais estão diminuindo, é o que já havia sido observado pelo autor Galvão (p. 153, 1955):

O posto médico é uma inovação em Itá, seu maior sucesso é o de prestar assistência gratuita. Consultar o médico é definitivamente uma nova atitude social, sancionada sobre tudo pela de primeira. Isso não impede, porém que indivíduos recorram a ambos o médico e os benzedores [...] porém não dispensam os remédios caseiros e a assistência de uma rezadeira.

Quanto ao sistema de energia, há a presença de um potente gerador instalado pela Prefeitura para atender as necessidades da Escola, em virtude do seu grande potencial acaba atendendo uma boa parte dos moradores da Vila que, conforme eles, não atende de forma satisfatória tendo quedas de energia o dia todo.

Os restantes dos moradores, dependendo da condição financeira, fazem uso de geradores particulares e os que não têm essa condição vivem à base de luz de velas, lampião, lanterna e salga de alimentos. Conforme relatos desde 2004 a comunidade luta pela instalação de energia por meio do projeto Luz Para Todos do Governo Federal, porém em virtude da criação do Parque Estadual a comunidade não pode ser contemplada até o momento, contudo com a nova categoria de RDS esse processo de implantação já iniciou e passa por alguns trâmites de estudo e aprovação das implantações dos postes de energia.

O tratamento de água compreende apenas no tratamento de hipoclorito distribuído pelo agente de saúde, em quantidades que atendem as demandas da comunidade. Conforme pesquisa em loco e os dados da pesquisa da UEA (2015), todos os entrevistados na comunidade fazem a utilização do hipoclorito no tratamento da água. Já o abastecimento é em boa parte do poço comunitário, porém este no período de cheia fica impossibilitado de ser utilizado em virtude da água que fica toldada (barrenta), tendo assim a utilização da água do rio, há também uma fonte em uma propriedade particular, onde alguns moradores retiram a água de lá. Vale ressaltar que, nenhum desses tipos de abastecimentos foi ou passaram por algum tipo de estudo sobre a qualidade da água.

A comunidade não conta com nenhum apoio governamental na área de segurança, no caso de ocorrências de violência, de furto ou de qualquer tipo de situação que comprometa a segurança dos moradores ou de visitantes, a situação é levada até Manaus, que devido ao tempo, acaba ficando sem solução tendo eles próprios que resolverem as situações encontradas.

Há também a falta de apoio na coleta de lixo, onde em boa parte o lixo é queimado e ou enterrado no quintal da propriedade, uma prática muito comum nas áreas rurais do Brasil, e a única opção que a comunidade tem para se desfazer do lixo. Conforme pesquisa quantitativa realizada (UEA 2015), a queima do lixo é predominante, na Vila chega a 100%, Jaraqui Grande em 82% e no Jaraquzinho em 83%. Enquanto que o procedimento de enterrar é bem inferior, mas ainda praticado em média de 20% em todas as áreas pesquisadas. Conforme moradores a preocupação em não enterrar é evitar a poluição dos lençóis freáticos, já que boa parte utiliza água de poço. Porém, por falta de opção preferem queimar, uma atitude altamente prejudicial à saúde e ao ambiente.

A queima do lixo doméstico é muito nociva à saúde, a fumaça originada conduz agentes químicos às vias respiratórias, sendo a causadora de inúmeras doenças, e dependendo do que se é queimado pode gerar resíduos altamente tóxicos, é caso da queima do PVC ou plástico que contaminam o ar com a dioxina e quando inalada podem causar doenças como o câncer.

Autoridades do mundo científico destacam que as doenças relacionadas com a contaminação por dioxinas são várias, entre elas os cânceres no fígado, nariz, língua, aparelho respiratório, tireóide e ainda queda de imunidade, malformações e óbitos fetais, distúrbios hormonais, dor de cabeça e nos músculos e tantos outros. A contaminação pelas dioxinas ocorre de forma lenta e gradual, em pequenas doses, e não é facilmente detectada porque, em curto espaço de tempo, não gera sintomas. Mas como são cumulativas no organismo, após alguns anos, as intoxicações pelas dioxinas podem provocar doenças fatais (Disponível em: <http://ra-bugio.blogspot.com.br/2011/09/o-perigo-de-queimar-lixo-plastico-no.html>, acessado em 03 de setembro de 2015).

Além das doenças, as queimadas, dependendo da alta concentração, contribuem para o aumento do efeito estufa e em consequência o aquecimento global, situação que vem gerando polêmicas e discussões no mundo todo visando buscar uma destinação do lixo de forma correta e ao alcance de todos.

Apesar do lixo não ser enterrado, boa parte da comunidade faz uso da fossa rudimentar (buraco para dejetos), por não possuir tratamento adequado do esgoto, em poucos casos e somente na Vila encontramos cinco fossas sépticas, o que representa 8% do universo pesquisado (UEA 2015), o que significa que boa parte da comunidade utiliza a fossa

rudimentar, uma prática extremamente nociva tanto ao solo, aos lençóis freáticos e aos rios e lagos. Conforme os autores Costa e Guilhoto (p.52, 2014) essa prática é bem comum nas áreas rurais, salientam ainda que as fossas sépticas apesar de evitarem a contaminação das águas não impedem a proliferação de vetores:

Atualmente, na zona rural no Brasil, além da rede coletora, existem também o uso de fossa séptica, ligada ou não à rede de esgoto, as fossas rudimentares, entre outros (IBGE, 2011a). O mais comum é a fossa rudimentar (que serve 48% da população rural do país), a qual, juntamente com outros métodos e com a não coleta/tratamento, corresponde ao percentual da população rural não assistida com coleta adequada do esgoto” [...] Observa-se que, ao contrário da fossa séptica, as fossas rudimentares não funcionam como forma de evitar a contaminação das águas. Já a fossa séptica, apesar de evitar essa contaminação, não promove a reciclagem dos dejetos humanos, como ocorre na fossa séptica biodigestora. Essa última também elimina a contaminação de águas subterrâneas e, diferentemente dos outros métodos, promove a reciclagem dos dejetos (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/esa/v19nspe/1413-4152-esa-19-spe-0051.pdf>, acessado em 03 de setembro de 2015.

Vale salientar que a comunidade agora vive em condições de RDS, o que lhes confere o direito de viver e produzir nessas áreas, logo o investimento de novas formas de fossas, o destino adequado do lixo, novas técnicas adequadas ao uso do solo e da água e a gestão do plano de manejo das produções praticadas na comunidade, se fazem imprescindível já que se trata de uma unidade de conservação de uso sustentável.

Já quanto ao sistema de comunicação, oferecido por empresas privadas, pode-se dizer que é relativamente bom na comunidade, apesar de em algumas áreas o acesso ser quase impossível. Existe serviços de três operadoras de celular que disponibilizam também acesso a internet, porém a qualidade de sinal não é muito boa, conforme relato dos moradores. Para que o sinal tenha melhor eficiência alguns moradores fazem o uso de antenas de celular que custam em média de R\$ 80,00 (reais).

Quanto ao sistema de acesso à compra de alimentos, esta é realizada em parte nos comércios existentes na comunidade que vendem estivas e outros produtos, mas conforme moradores, uma boa parte prefere fazer suas compras em Manaus, em função das variedades oferecidas de produtos e preço que é menor do que o praticado nos comércios.

Existem outros tipos de comércio, como venda de pão caseiro, venda de vassoura artesanal, venda de fogão de barro e utensílios de cerâmica, e até de roupas e produtos de

belezas. O fornecimento de gás e combustível é feito por praticamente quatro comerciantes, dois que vendem gás e dois que vendem combustíveis. O preço do gás varia de R\$ 52,00 a R\$ 57,00 (reais), a gasolina apresenta um preço fixo de R\$ 4,00 (reais) nos dois estabelecimentos e o diesel apresenta o preço de R\$ 2,00, também fixo nos dois estabelecimentos. Em todos os negócios comerciais oferecidos na comunidade o preço é a vista e para alguns conhecidos há também o *fiado*. Observa-se que aos poucos o processo empreendedor, mesmo que informal, começa a fazer parte da comunidade que busca uma forma de sobrevivência ou de complementação de renda.

Outra atividade que nos chamou atenção é o turismo, praticado por quatro famílias que já oferecem uma infraestrutura de hospedagens, redários na selva, alimentação e entretenimento como, passeios de canoa, caminhadas em trilhas, a própria convivência com a comunidade, entre outras atividades. Há também a venda de artesanato e balas recheadas de frutas nativas (cupuaçu e castanha). Como dito acima, esta atividade também demonstra o perfil empreendedor existente na comunidade, mesmo que ainda habitando a informalidade e sob a falta de conhecimento profissional.

Quanto ao acesso de Manaus à Comunidade Bela Vista do Jaraqui, esse pode ser feito por duas maneiras, totalmente por via fluvial ou em parte por via terrestre e a outra fluvial. O meio em que é feito totalmente por via fluvial, ocorre saindo do porto da Manaus Moderna (Centro), Marina do Davi (Ponta Negra) ou Marina Beira Rio (Compensa), o trajeto pode ser por meio de barco regional, que leva em torno de três horas ou por meio de lancha, com duração média de uma hora de viagem, o preço aplicado é em torno de R\$ 20,00 (reais). As saídas dos barcos acontecem nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras pelo horário da manhã por volta das onze horas, e pela noite por volta das vinte horas, à noite as saídas só acontecem nas segundas e sextas-feiras.

O outro meio de acesso se dá em parte pela Rodovia Manuel Urbano (AM – 070), seguindo pela Ponte Rio Negro, que liga a cidade de Manaus ao município de Iranduba, até a praia do Açutuba, localizada a 27 km de Manaus, com o tempo equivalente de 45 minutos. Posteriormente o acesso segue à comunidade por meio de lanchas (voadeiras), onde a travessia tem duração em média de quinze a vinte minutos, e geralmente o transporte é realizado pelos moradores que cobram em torno de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 (reais) a

travessia, e nesse caso deve-se contar também os custos de combustível utilizado para chegar até a paria do Açutuba.

2.3 O TRABALHO E O MODO DE VIDA DA COMUNIDADE BELA VISTA DO JARAQUI

Como discutido na seção anterior, o trabalho tem uma relação direta com o modo de vida do caboclo ribeirinho, conforme Williams (1992 apud FRAXE, 2004) o modo de vida está integrado à agricultura, ao extrativismo vegetal, à pesca e à caça. Uma cultura marcada por profundas relações com a natureza não somente por consistir em uma forma de subsistência ou de meio de vida, mas sim por esta relação interagir nas decisões e atitudes do caboclo ribeirinho, é a água, o solo, a floresta e o clima que determinam a forma de viver do caboclo ribeirinho da Amazônia.

E como dito por Wagley, 1988, é assim que o caboclo ribeirinho da Amazônia continua ganhando a vida por meio de técnicas consideradas pelo mundo ocidental, arcaicas e primitivas, praticando a agricultura, a pesca, a caça, entre outras atividades de forma simples, praticamente com as mesmas formas do passado. E mesmo tendo o progresso chegado paulatinamente, por meio da energia, do acesso à internet da melhoria do transporte, o uso de outras formas mais modernas, para a prática dessas atividades, mantém parte da sua forma tradicional, e essa realidade também é encontrada na comunidade Bela Vista do Jaraqui. O motivo talvez seja a falta do poder econômico e de conhecimento, ou de manter a forma que aprenderam desde criança pelos seus avós e pais que fazem com que parte desses conhecimentos sejam mantidas, e ainda, praticados.

Na comunidade Bela Vista do Jaraqui, mesmo após a constituição da categoria de Parque Estadual, ainda encontramos essas atividades que podemos considerar tradicionais, apesar de serem realizadas com menos intensidade em relação ao passado, ainda assim encontramos a roça, a pesca, a caça, extrativismo vegetal com a produção de espeto e retirada de madeira para construção das casas e canoas e a criação de alguns animais, conforme podemos observar pelo relato de um comunitário: “O Parque chegou em cima de

nós proibindo tudo até o roçado nós tivemos que diminuir” (M., 47 anos). Esse depoimento declara a ação intensiva da gestão do parque em cima dos residentes que com o passar do tempo e assumindo a tentativa de recategorização, os trabalhos realizados com a natureza foram sendo permitidos sob uma fiscalização intensa, permitindo apenas as produções e retiradas para subsistência.

Além das atividades tradicionais, encontramos outras atividades oriundas de algum tipo de especialização ou conhecimento, dentre elas, encontramos a carpintaria, o eletricista, o pedreiro, o padeiro e os que trabalham dando o apoio às atividades do turismo, como os guias (mateiros), cozinheira e os artesões que também atendem às demandas turísticas e esporadicamente às necessidades dos moradores. Também como dito anteriormente encontramos os comerciantes que em parte atendem às necessidades de alimentos e produtos básicos de limpeza e outros tipos de abastecimento como combustível e gás.

Em todo caso, as atividades consideradas aqui tradicionais são praticadas em sua maioria pelos moradores enquanto que as outras atividades são encontradas em números muito menores. Conforme o autor Witkosk (2013), a maioria dos trabalhos tradicionais, são realizados pelas famílias, sejam elas nucleares ou extensas e há uma participação de ambos os gêneros, masculinos e femininos, há também a participação em alguns casos dos adolescentes e crianças. Conforme observado em campo a participação dos homens e das mulheres nas atividades é bem comum, porém não foi percebida a inserção das crianças e adolescentes nas atividades.

Em todas as famílias, conforme dados da pesquisa (UEA, 2015), observou-se a predominância da pesca como sendo uma das atividades primordiais para o seu sustento, observaremos abaixo a relação de frequência dessas atividades na comunidade:

Tabela 3: Percentual das Atividades Tradicionais Praticadas na Comunidade Bela Vista do Jaraqui

QUANTIDADES DE FAMÍLIAS PESQUISADAS	ATIVIDADES TRADICIONAIS	PERCENTUAL IDENTIFICADO
	PESCA	80%
	CAÇA	46%

63	FABRICAÇÃO DE ESPETO	43%
	ROÇA	43%
	PRODUÇÃO DE FARINHA	43%
	CRIAÇÃO DE ANIMAIS	37%

Fonte: CHAVES, P. (2015)

Outra situação analisada, foram os resultados apresentados por área, observou-se que há discrepâncias sobre a atuação dessas atividades tradicionais entre a Vila, o Jaraquzinho e o Jaraqui Grande:

Tabela 4: Práticas das Atividades Tradicionais Por Área na Comunidade Bela Vista do Jaraqui

QUANT. DE FAMÍLIAS	ATIVIDADES TRADICIONAIS	% VILA	% JARAQUZINHO	% JARAQUI GRANDE
62	PESCA	62%	91%	87%
	CAÇA	32%	72%	48%
	FABRICAÇÃO DE ESPETO	17%	91%	52%
	ROÇA	28%	72%	48%
	PRODUÇÃO DE FARINHA	21%	72%	57%
	CRIAÇÃO DE ANIMAIS	25%	45%	48%

Fonte: CHAVES, P. (2015)

Observa-se que o Jaraquzinho concentra a maior parte das atividades tradicionais, isso pode estar relacionado à presença da etnia indígena na área e a condição financeira que é menor. Enquanto que a Vila apresenta os menores números, o que pode estar relacionado à condição financeira e também a presença do comércio com venda de produtos industrializados, como frango congelado, calabresa, salsicha, entre outros, além da falta de espaço para roçado. O Jaraqui Grande apresenta resultados relativamente altos quando comparado com a Vila, e resultados um pouco abaixo quando comparado com Jaraquzinho, no qual parece estar influenciado pelo poder econômico e pelas influências tradicionais.

Ainda assim, observou-se que a situação do parque limitou também as atividades, além do que, os dados em alguns momentos podem apresentar algumas fragilidades, que correspondem: ao receio de admitir que realizam algumas dessas atividades em virtude da fiscalização do PAREST; por entenderem que algumas dessas atividades não fazem parte da

categoria trabalho, é o caso da pesca que apresentou um número muito inferior na Vila, porém o entendimento pode não ter correspondido à pesca artesanal, tão presente e imprescindível para os moradores que não tem tantas alternativas de recursos de alimentos. Logo, conforme observação em lócus, os resultados dessas atividades podem ser em maior quantidade do que o apresentado.

Percebe-se uma forte atuação das mulheres na participação de algumas atividades tradicionais, como: a pesca, a roça, a produção de farinha, com exceção da caça, são tanto realizadas por elas como pelos homens, identificou-se apenas que a criação de animais, que em sua maioria são de galinhas, e produção de espetos são atividades onde há predominância da participação feminina.

Já a participação das crianças e adolescentes, é praticamente ausente nas atividades relacionadas à natureza. A ação da Escola e a preocupação dos pais em darem uma oportunidade de estudo aos filhos tem sido um dos fatores que influenciaram a ausência deles nessas atividades. Isso pode levar a diminuições ainda maiores ou até mesmo o fim das atividades tradicionais ou ligadas à natureza dentro da comunidade. Projetos que integrem a educação ao modo de vida tradicional da comunidade poderiam incentivar a continuidade dessas atividades, também como alternativa de trabalho e reprodução de vida.

Diante das diversidades das atividades apresentadas, principalmente as que se relacionam diretamente com a natureza, podemos perceber a presença da multiplicidade do trabalho apresentado por Witkosk (2013), como sendo uma das características que compõe o modo de vida e do trabalho do caboclo ribeirinho e que também está presente na comunidade.

Outro fator analisado é ausência da meia apresentada por Noda *et al.* (1997, p. 273 - *apud* WITKOSKI, 2013, p. 177), isso talvez ocorra pela ausência de grandes roçados com fins comerciais e pela ausência da atividade do *puxirão* ou *ajuri*, uma atividade que desempenha um papel importante dentro das comunidades ribeirinhas, que tanto sustenta as relações de colaboração e ajuda mútua e contribuem para a diminuição de gastos com diárias e meias, oferecendo oportunidade de trabalho sob forma de outros ganhos que substituem o financeiro.

O *puxirão* ou *ajuri* é uma forma onde todos que participam têm uma função que complementa o trabalho de colaboração. Matos (2015) ao estudar três comunidades revela que nessas atividades os participantes desenvolvem esforço de baixo e moderado intensidade. No que se refere figuração do *puxirum* ou *ajuri*, identifica: o anfitrião, o cavador, o distribuidor de maniva, o plantador, o carregador de água e a aguadeira. Um conjunto de relações produtivas e em alguns momentos econômicas, quando se tem adiar ou venda dos produtos colhidos, que sustentam a atividade do *ajuri*.

Nos tópicos seguintes iremos abordar algumas especificidades de algumas atividades encontradas no estudo de campo relatando também as formas, técnicas e dificuldades encontradas pelos moradores.

2.3.1 A agricultura

Na agricultura encontramos diversos tipos de plantas que servem como alimento e medicamentos naturais, são o caso das frutas regionais (cupuaçu, maracujá, limão, açaí, buriti, ingá, banana, etc.), da castanha da Amazônia, dos pequenos jiraus de coentro, cebolinha, chicória e dos pequenos roçados de plantação do cara, da macaxeira e da mandioca. Dentre elas a de maior predominância é a mandioca e macaxeira, que além de representar a principal base alimentar do caboclo ribeirinho da Amazônia, destaca-se também pela adaptação que o tubérculo tem mesmo no solo em regiões de água preta, o que é caso também da comunidade. Conforme Morán:

“As pressões ambientais resultantes da oligotrofia geral das regiões de água preta levar-nos-ia a esperar consideráveis graus de destruição em populações humanas devido à baixa biomassa vegetal e animal. Mas as respostas elaboradas pelas populações têm tido um alto grau de sucesso. Entre elas destacam-se a importância da mandioca na região, uma planta adaptada a solos ácidos e pobres [...]” (p. 168, 1999).

Sobre as formas utilizadas nas plantações desses alimentos, observou-se ainda que suas técnicas e instrumentos fazem parte de um contexto já apresentado no passado por

Wagley (1988), onde tudo parece permanecer no passado, superado há muito tempo por técnicas já existentes no mundo todo: *“a roça continua tudo do mesmo jeito, derrubar, coivar, plantar, do mesmo jeito, nós usa o terçado para roça, o machado pra derrubar e a enxada pra coivar, mas as vezes nos queima também”*(Sra. B., 68 anos).

As queimadas também fazem parte dos métodos tradicionais utilizados no plantio pelas populações ribeirinhas, no caso da comunidade eles usam espaços pequenos e em sua maioria cortam as árvores deixando alguns tocos para sua recuperação posterior, conforme apresentado na Figura 14.

Conforme Matos (2015, p. 117), “Em Canela-Fina, Bicó e Cuiamucú, assim como em outras comunidades amazônicas e indígenas, a prática de derrubada e queimada ou agricultura itinerante tem sido passada de geração a geração como forma de cultivar o solo”.



Figura14: Terreno Roçado

Fonte: CHAVES, P. (2015) 1

Esse método é utilizado principalmente para a plantação de tubérculos, que em sua maioria são a mandioca (raiz venenosa) para a produção de farinha, e a macaxeira (não venenosa) para a produção de pé de moleque e consumo por cozimento.

Conforme Morán (1999), a utilização de espaços pequenos e a forma do corte podem fornecer um ambiente propício para uma recuperação mais rápida:

Em uma área de água preta, o tempo que uma floresta demora para se restabelecer depende muito de como foi cortada e do período que a área foi cultivada. Se as roças são abertas em áreas pequenas, o período de recuperação tende ser curto, devido a capacidade de muitas espécies rebrotarem a partir dos tocos. Mas se a floresta é cortada queimada e cultivada por alguns anos, os tecidos de muitas espécies arbóreas morrem na queima. [...] Por isso, a floresta primária deve ficar perto das áreas desmatadas de forma a facilitar sua sucessão depois de abandonada. Se as áreas forem muito grande, as sementes ficam muito longe e, com o uso prolongado do terreno, as sementes podem perder sua viabilidade [...] a floresta pode levar mais de cem anos para se restabelecer (p. 174).

O que se percebeu é que a escolha de uso de espaços pequenos por parte da comunidade é em virtude das exigências órgãos gestores (SEUC) da Unidade de Conservação (UC), pois conforme os moradores como havia muitas pessoas que plantavam para vender a utilização desses espaços para o plantio era bem maior e no momento são utilizados somente para a sua subsistência, poucos são os casos de excedente para a venda.

Tanto os pés de frutas, como os pés de plantas medicinais são plantados aleatoriamente no terreno (quintais, sítios), pois não se identificou nenhuma plantação em grande escala de determinado plantio, logo não há necessidade de grande derrubadas da floresta, porém em algumas áreas percebe-se a limpeza dos terrenos próximos às moradias para as plantações de árvores frutíferas e outras.

Outra situação apontada pelos moradores que impossibilita as plantações e o crescimento delas é a própria pobreza do solo, já apresentada acima por Morán (1999), que aponta a presença de solos como oxissolos e ultissolos em regiões de água preta, caracterizados pela a sua acidez e pobreza química. A presença desse tipo de solo dificulta muito o cultivo de muitas espécies de plantas. Vale ressaltar que a comunidade não utiliza as áreas da vazante para a plantação, a maioria é plantada em terra firme longe das águas, sendo assim não são tão afetadas por elas em suas plantações. Essas áreas não são aproveitadas devido à presença de terras arenosas que dificulta o plantio.

Conforme relatos de moradores muitos já perderam boa parte dos investimentos e trabalhos dedicados à plantação em virtude de não conseguirem bons ou nenhum resultado com as plantações investidas e apontam desconhecer técnicas de lidar com esse tipo de solo:

“Conseguí três mil e quatrocentos pés de abacaxi, plantei, muito lindo, eu não consegui colher duzentos abacaxis, e depois nasceram e ficaram tudo pequenininho, a terra daqui não dá é muito ácida. Tem muita gente aqui querendo produzir, mas não dá a terra é ácida, mas já pedimos de um bocadinho de gente analisar a terra, pra ensinar pra gente como trabalhar nela, o que precisa por nela, quanto custa, porque se não agente perde, olha o que eu já perdi e tantos outros que também perdem”.

Um fator interessante analisado foi a presença de *jiraus*, para a plantação de cebolinha, coentro e chicória uma prática utilizada independente de não haver a influência das enchentes das águas do rio em boa parte da terra firme. Como aponta Fraxe (2004), os *jiraus* são necessários no período das cheias, construídos pelos próprios ribeirinhos, seguem as mudanças das águas. Esta prática pode estar relacionada á boa parte da migração oriunda do Juruá e de outras áreas que realizavam esta prática de forma rotineira em virtude da convivência com este fenômeno das águas e isso pode ter mantido esta prática.

Como observado anteriormente, a roça é uma das práticas que intenciona a relação com a terra realizada na comunidade. Como apresentado na Tabela 04, no Jaraquzinho essa prática representa 72%, no Jaraqui Grande 48% e na Vila ela é realizada com menos intensidade em 28%. Outro dado importante identificado é a participação da mulher que também é muito intensa em relação ao homem, tanto no roçado, ou em plantações de plantas, ou na produção de farinha, a participação feminina representa em algumas áreas a mesma participação que a do homem, é o caso do Jaraquzinho. Na Vila e no Jaraqui Grande a participação feminina apresenta uma sutil diminuição em relação aos homens, mas é também bem participativa. O mesmo acontece com a pesca que iremos apresentar em seguida.

Tanto a extração de madeira como de óleo, não é muito praticada. A extração dos óleos é mínima em virtude da pouca quantidade extraída, que conforme relatos está relacionada à pobreza do solo. Já quanto à madeira, em tempos passados, antes do parque, era mais realizado, mas agora há relatos que somente poucos realizam essa atividade. Uma atividade que continua ainda sendo praticada é a produção de espeto, onde é retirada a madeira de mais ou menos 40 cm de largura para a fabricação de espetos, preservando as árvores mais antigas.

2.3.2 A Pesca

O rio tem uma relação direta com o trabalho realizado pelos povos tradicionais, que conforme Witikoki (2013), é o rio e suas condições que tendenciam as características tanto no modo de vida dos caboclos ribeirinhos, como a forma de trabalho praticados por eles:

“Assim, não seria exagerado afirmar que o rio, *na pesca*, também *comanda a vida*” (p. 289), uma relação em que o autor referencia a obra de L. Tocantins em “*O Rio Comanda a Vida*”.

A pesca é uma das fontes alimentares mais importantes, seguida da mandioca, por atender às necessidades nutricionais necessárias de proteína, e por ter um rendimento em quantidade de peixes, versos horas empenhadas de trabalho, diferente da caça, que também é uma fonte de proteína, mas não apresenta o mesmo desempenho, conforme Morán (1999, p. 177), “A pesca é uma fonte de proteínas que rendem mais por hora do que a caça na maioria dos casos documentados na Amazônia”.

Matos (2015) aponta a pesca como sendo essencial para a obtenção de proteína tanto para os homens como para as mulheres e aponta o desflorestamento dos igapós como um dos fatores da diminuição das espécies e quantidades de peixes, como também o aumento populacional de comunidades que vão se instalando a margem dos rios e a o desenvolvimento da pesca como oportunidade econômica.

Sendo uma das atividades tradicionais mais realizadas pelos ribeirinhos, a pesca representa tanto uma forma de subsistência como uma forma de ganho de vida. Porém a prática da pesca na comunidade não apresenta uma forte relação comercial, em boa parte é utilizado como alimento.

Como já demonstrado anteriormente, a pesca representa uma forma de trabalho praticada em média por 70% da comunidade Bela Vista do Jaraqui, na área do Jaraquzinho este dado sobe para 90%. Um fator interessante é a grande presença das mulheres nesta atividade, onde em algumas áreas, como o Jaraquzinho, a porcentagem de participação é a mesma dos homens, nas outras áreas, Vila e Jaraqui Grande a participação é menor, mas não há ponto de ausentá-la ou tornar reduzida a sua participação na pesca em relação à participação do homem.

Quanto às técnicas utilizadas, percebe-se haver tanto uma variedade que acompanhe às necessidades ditadas pelas nuances das águas (enchente e vazante), como pelo próprio etnoconhecimento que conforme Wagley (1988, p. 91):

“Os métodos de caça e pesca da cultura regional contemporânea da Amazônia são de origem fundamentalmente aborígine. Embora o habitante moderno do Vale cace com uma espingarda ou uma carabina de calibre 44 e pesque com um anzol de ferro ou uma rede de tipo europeu, exerce essas atividades com o conhecimento da fauna local que lhe foi transmitida pela herança cultural indígena”.

Conforme Morán (1999) essas variedades se deram em virtude das pressões ambientais, na qual são enfrentadas pela olitografia das águas pretas, ou pela sazonalidade das águas enfrentadas nas vazantes (junho à dezembro) que proporciona o período mais favorável e na enchente (janeiro a maio) período desfavorável para a pesca.

As áreas utilizadas para pesca pelos moradores são as áreas da própria comunidade, e das ilhas de Anavilhanas que apesar de serem áreas proibidas é o local q apresenta maiores opções de peixe. Conforme relatos, os lagos ao redor da comunidade em virtude da excessiva população não oferece a quantidade necessária de peixes, tendo eles que se deslocar para outros lugares o que demandam tempo, custos e implicações legais devido às áreas de proibição de uso.

Quanto às técnicas são as mais diversas, porém a sazonalidade das águas e pouca oferta de peixes influenciam na escolha. De acordo com os comunitários pesquisados, durante a vazante há a preferência pelo o uso da tarrafa que é a mais utilizada, contudo há também a utilização do espinhel (linha com vários anzóis pendurados, sustentado por duas bóias nas pontas). A utilização do anzol quando comparado com a tarrafa e o espinhel, é utilizado em menor quantidade devido ao tempo e ao esforço que são maiores. Na enchente os mais utilizados são o espinhelão (igual ao espinhel só que maior e com mais quantidades de anzóis que chegam até as áreas mais fundas) e a novamente a malhadeira, já o método da utilização de anzol é menor devido aos resultados com a pesca, que conforme eles, são menores e em muitas vezes completamente nulos.

2.3.3 A Caça

Apesar da caça representar uma quantidade de esforço menor versos horas dedicadas, que é maior, ela é bastante praticada em algumas áreas na comunidade é o caso

do Jaraquzinho onde esta prática é realizada por 72% das famílias, já no Jaraqui Grande essa quantidade é um pouco menor, mas bem representativa chegando a 48%, e novamente a Vila continua sendo a área que menos pratica essas atividades tradicionais, com 32%. Outro fator analisado é ausência das mulheres, essa é a única atividade que a mulher não participa, sendo exclusivamente dos homens.

Não diferente da pesca, na comunidade encontramos além das técnicas de fogo, as técnicas de origem indígenas que exercem sua influência até os dias atuais. O arco e flecha, quebra cabeça, laço, buraco, entre outras armadilhas ainda são utilizadas e substituem o uso da arma de fogo. Os conhecimentos sobre o ambiente natural também faz parte do caçar desses moradores, verdadeiros peritos em encontrar pistas de animais e cercar suas presas.

De acordo com Matos (2015), a caçada está imbricada com anos de aprendizado, onde os sentidos aguçados da visão, da audição e do olfato aliados ao conhecimento sobre o meio natural e a utilização de adequados instrumentos propiciam o sucesso da atividade:

A caçada exige anos de aprendizagem. Ela proporciona ao caçador o conhecimento do meio e, conseqüentemente, os trajetos pelos quais os animais, dada a sua natureza, passam em sucessivas gerações e nos ciclos naturais, no que diz respeito à floração e frutificação de determinadas espécies. Nesse caso que se dá na floresta, uma boa variedade de frutas. [...] Conhecer o comportamento e o hábito alimentar dos animais, aliada ao domínio de instrumentos [...] vai proporcionar maior sucesso na atividade (p. 326).

Na comunidade a influência das águas exerce um papel importante também na escolha das técnicas, mesmo essa tendo uma ligação direta com a terra. Conforme relatos, são várias as técnicas e preferências em virtude do nível da água, na enchente a prática é realizada mais à noite seguindo de canoa pelas margens do rio ou lagos: “Na cheia quando a água tá mais perto da floresta agente prefere caçar de canoa pelos igapós próximos a margem, que é onde o animal vai comer e aí nós foca e atira nele” (F. S., 52 anos), logo percebe-se a utilização de armas de fogo na prática da caça.

Em conformidade aos estudos de Matos (2015), as estações climáticas do Amazonas revelam os diferentes ambientes propício e as espécies disponíveis para caça:

A caçada é uma atividade sazonal e se desenvolve em diferentes ambientes como capoeira, mata, cabeceira de rios e lagos. No Amazonas, imbricada aos ciclos naturais, se manifesta a primavera amazônica, que faz disseminar espécies vegetais com a colaboração de seus consumidores de pena ou pelo. Portanto, nas várias épocas do ano a floresta produz uma diversidade de flores e frutos, de tempos em tempos, que hoje são definidos no calendário gregoriano. Os caçadores, de posse dessa temporalidade natural, sabem que os animais silvestres convergirão para um microespaços em diferentes meses do ano (p. 330).

Outras técnicas utilizadas pelos moradores da comunidade, e já comentadas anteriormente, são as armadilhas, que podem ser utilizada com ou sem arma de fogo. A conhecida como toco, trata-se de uma espécie de armadilha com arma de fogo engatilhada, “o toco é pouco utilizado aqui, por causa dos acidentes, agente tem medo de alguém se machucar. Quando alguém utiliza essa técnica costuma a avisar aos moradores dos arredores a localização da armadilha” (M. F., 66 anos). Sendo assim, percebeu-se que na maioria das armadilhas a preferência, por uma questão de segurança, é sem o uso de arma de fogo, com a utilização apenas de buracos coberto por galhos e folhas.

Além das armadilhas são utilizadas outras técnicas que fazem o uso de arma de fogo, onde predomina a espingarda: a *varrida* consiste em retirar as folhas do chão para perceber por meio das pegadas do animal a sua direção dando a oportunidade do caçador seguir e abater o animal; a *espera* consiste em atar uma rede na copa da árvore e esperar o animal passar acertando-lhe também com a espingarda. Esses últimos apresentados, conforme os relatos são mais utilizados durante o dia e na época do verão.

2.3.4 As Redes de Comercialização

Os fins utilizados na produção de produtos oriundos da relação do trabalho com a terra e água pelo caboclo ribeirinho dita inicialmente duas finalidades, a de subsistência, ou seja, trocar o seu trabalho por produtos produzidos por ele para garantir a própria alimentação ou sustento de suas necessidades básicas, ou a troca do seu trabalho ou dos produtos produzidos em do valor monetário que possa garantir a compra de outros produtos que não são possíveis serem retirados somente da natureza, Witkoski (2013).

O mesmo acontece na comunidade aqui apresentada, boa parte da sua força de trabalho é para garantir a sua subsistência, porém há a necessidade da compra de outros

produtos, principalmente industriais que são adquiridos em Manaus, na área urbana. Como se tratam de mercadorias que são adquiridas pelo valor monetário há a necessidade dos moradores venderem o excedente produzido e assim garantirem a compra de outros produtos. Logo, percebe-se uma forma diferente dos moldes capitalista, vender para ganhar lucro, e sim, vender para comprar produtos de necessidades básicas. E o trabalho está ligado a produção familiar de ajuda mútua onde os pais é quem organizam tudo, não há assim a mão-de-obra assalariada e nem divisão de cargos. Cada um tem a sua função dentro das atividades domésticas que compreendem os trabalhos da casa e as atividades principalmente do roçado.

Um fator já comentado é a ausência do trabalho acessório, temporário ou assalariado na comunidade. Os moradores por não trabalharem com grandes produções agrícolas ou pesqueiras limitam-se, em boa parte, ao uso do trabalho familiar, mesmo a família sendo nuclear e não extensa, contudo utilizam de forma esporádica do pagamento de diária.

Há na comunidade, integrantes familiares que são funcionários públicos, é o caso dos professores, agentes de endemias e de saúde e os que são favorecidos com algum tipo de assistencialismo governamental, são os casos dos aposentados, dos que recebem seguro defeso e Bolsas (família, leite do meu filho, bolsa escola). Isso demonstra que a troca do trabalho pelo valor monetário na comunidade se dá por meio de outras formas que fogem da relação do trabalho com a natureza, dando uma condição de compra diferenciada da maioria, situação já discutida por parte de alguns autores que estudam o trabalho em comunidades amazônicas.

Porém, como dito anteriormente, esta troca do trabalho produzido na terra e na água pelo valor monetário, apesar de se apresentar em menor escala quando comparada com o trabalho desenvolvido para a subsistência, pertence a uma rede de comercialização necessária para a efetivação tanto da venda como da compra. De um lado tem o comunitário que oferece seus produtos excedentes, do outro os agentes econômicos que compram os produtos dos moradores e por fim, por terem adquirido o poder de compra com as vendas dos seus produtos compram, na maioria das vezes, outros produtos no mercado de Manaus garantindo o ciclo do mercado econômico deste local.

As compras realizadas na própria comunidade são pequenas quando comparada com as compras realizadas por eles na área urbana em Manaus, isso demonstra que a comunidade não apresenta condições mercadológicas para se beneficiarem, onde, a manutenção deste ciclo econômico não privilegia a própria economia da comunidade, quer seja por falta de condições econômicas para investimentos ou por falta de conhecimento operacional de mercado. Apoios externos que estimulassem a produção e venda de produtos produzidos pela própria comunidade aumentariam o poder econômico e a economia da comunidade.

Conforme apresentado por Fraxe (2004), há alguns agentes de comercialização que atuam dentro das comunidades ribeirinhas comprando os seus excedentes, trocando por produtos ou os comprando, é o caso dos marreteiros. Há também os marreteiros feirantes, agentes que atuam na comunidade levando as mercadorias para venda no mercado de Manaus e os regatões que atuam da mesma forma como os marreteiros e marreteiros feirantes, só que este compra em maior quantidade.

Na comunidade Bela Vista do Jaraqui não há a participação dos agentes econômicos intermediários, todos os produtos são levados diretamente pelos moradores até ao mercado de Manaus, eles mesmo negociam os seus produtos que variam entre o espeto, um dos principais produtos oferecido, e o excedente de frutas, tubérculos, farinha e goma.

Conforme os moradores, são várias as dificuldades enfrentadas por eles, o transporte que é dispendioso, as poucas opções de agentes de comercialização presente nos portos e grande quantidade de produtos ofertados, e o desconhecimento do mercado, que faz com que fiquem na mão de poucos e tenham que ceder baixando o preço.

A comercialização ou é feita entre moradores ou diretamente com os agentes de comercialização que estão nos portos da Compensa e da Manaus Moderna. Esses agentes estão sempre em busca de mercadorias de preço baixo para serem revendidos nas feiras ou mercados ao consumidor final. Mesmo o comunitário sabendo da desvalorização que irá passar ao vender seus produtos aos agentes comerciais do porto, preferem vender a eles, do quê aos marreteiros, regatões ou qualquer forma de agentes intermediários que frequentem a comunidade, até porquê, conforme eles, a presença deles é praticamente inexistente.

Conforme os moradores, essa negociação, em alguns momentos, pode ser mais valorizada quando há uma boa demanda de compradores ou quando o comunitário já possui comprador certo, no qual negocia uma quantidade e valor fechado. Mas, quando há uma oferta de produtos muito grande e poucos compradores a desvalorização é grande e o comunitário aceita para não perder o investimento do transporte ou os produtos que podem perecer. Conforme eles, é bastante perceptível a desvalorização dos valores quando comparados a alta valoração ofertada ao consumidor final: “Eu vendo cinco milheiros de espeto por R\$25,00 (reais) e eles são vendidos ao consumidor final por R\$ 35,00 (reais) ou R\$ 40,00 (reais)”.

Outra situação observada é a dificuldade de permanência desses moradores na feira para vender diretamente aos consumidores finais. Além de não terem um espaço de Box ou um espaço em condições menores, como apontado por Fraxe (2004) como os “sem terras” (pessoas que vendem na feira em espaços inapropriados), eles não possuem um sistema de revezamento diário e nem condições de pagar o transporte e os custos com a alimentação, em virtude da pequena quantidade de produtos ofertados. Talvez se a quantidade de produtos ofertados fosse maior, e eles agissem em conjunto de revezamento de moradores, isso lhes proporcionariam tanto tempo para produzir e a compensação das despesas.

O ideal desejado por eles era contar com o apoio de um órgão público ou privado que comprasse toda a produção deles:

“É preferível se o Estado, o governo, alguém, se o produtor chegasse lá com toda sua produção sem ser aquele atravessadorzinho, eu compro todo o teu material pra tu poder produzir mais e voltar pra lá. Seria muito bom, não só pra nós como pra todo mundo que usa essa parte, seria importante, porque vamos supor que o comunitário leva trinta e cinco milheiros de espeto, ele não tem um comprador certo aí ele vai passar uma semana pra vender, aí ele para de produzir aqui e fica tudo parado. E as despesas que ele teve lá gastando? Aí todo material vendido lá ele ta tirando pra comer aqueles dias lá”.

O que se percebe é que existe uma dificuldade muito grande por parte dos moradores em encontrar esses agentes econômicos que compre toda sua produção e esta situação está diretamente relacionada com a falta de conhecimento do mercado que gera

uma insegurança para enfrentar tanto as exigências, como a burocracia de documentos e pagamentos:

“Tú é dono de uma empresa, um supermercado muito forte, aí algum comunitário tem um produto para vender, tu não vai comprar, porque tu não sabe quem é ele, tu não conhece o negócio dele, e nem ele vai vender pra ti, porque ele não sabe como é teu pagamento, tudo tem uma dificuldade pra essa situação, é muito difícil”.

Apesar de já haver uma associação de agricultores, e eles poderem atuar no mercado de forma formal, apresentando nota fiscal, o conhecimento sobre mercado que garantiria outra forma de comercialização só seria possível por meio de muito conhecimento em estratégias de comercialização e competitividade já que se trata de um mercado muito concorrido. Outra situação necessária seria a comunidade ser reconhecida como produtora de um determinado produto, a diversidade na produção existente não dá à comunidade este reconhecimento pelo mercado e nem a oportunidade de trabalharem em conjunto minimizando esforços e custos.

SEÇÃO III – MEIO AMBIENTE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Nesta seção pretende-se abordar os referenciais teóricos e empíricos da formação do pensamento ecológico que influenciaram no estabelecimento da criação das áreas protegidas no mundo e as influências do biorregionalismo e da ecologia política no entendimento necessário das relações endógenas entre o homem e a natureza e os seus movimentos de lutas sociais que vem dando novas formas aos tipos de unidades de conservação.

Busca-se entender por meio da história de vida, o lado de quem vivencia uma relação direta com a natureza e as tensões geradas na implantação de uma unidade de conservação, no caso, a implantação do Parque Estadual (PAREST) Rio Negro Setor Sul, realizado em 2005 na comunidade Bela Vista do Jaraqui, com o objetivo de retratar as mudanças nessa relação e as alterações no trabalho e no modo de vida, os sentimentos, as percepções sobre as perdas e os ganhos desses moradores que vivenciaram essa experiência. E ainda se tais situações são de fato decorrentes da implantação do PAREST ou se há outras possíveis causas que vem afetando essa comunidade.

O extrativismo quer seja animal ou vegetal da forma como era praticado é alvo de crítica nas atuais discussões ambientais. No Amazonas o discurso do extrativismo cedeu lugar para o ideal de sustentabilidade. Exaurir os recursos naturais passou a ser irracional, forçando o amazônida a se empenhar em outras atividades, precavendo-se em deixar parte do todo para futuras gerações. Embora algumas práticas extrativistas sejam corriqueiras, um indivíduo não pode fazer em demasia como fazia antes. Essa mudança no discurso e no assistir das práticas do amazônida trouxe consequências à estruturação familiar.

(MATOS, 2015, p. 258).

3. O PENSAMENTO ECOLÓGICO E SUAS INFLUÊNCIAS COM A CRIAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Ao debruçarmos sobre a história ambiental do mundo verificamos que a humanidade esteve e está dentro de uma contraposição dicotômica sobre os valores da natureza e sua relação com o homem. De um lado predomina a consciência do destruir a natureza em prol do desenvolvimento e da sobrevivência humana. E de outro predomina a consciência de preservar e garantir a reprodução ambiental em prol de uma vida melhor (TOMMASINO, *etal*, 2005).

Conforme McCormick, John (1964, p. 22):

O movimento ambiental não teve um começo claro. Não houve um acontecimento isolado que inflamasse um movimento de massas, nenhum grande orador ou profeta que surgisse para incendiá-las, poucas grandes batalhas perdidas ou ganhas e poucos marcos dramáticos. [...] As questões ambientais mais antigas eram questões locais. Uma vez compreendidos os custos mais imediatos e pessoais da poluição, da caça ou da perda das florestas, os indivíduos formaram grupos, que formaram coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional. Esta evolução foi episódica, com períodos de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência.

Conforme Diegues (2008), o pensamento que prevalecia até meados do século XVIII era “o mundo natural domesticado e os campos de cultivo eram os únicos que tinham valor. O homem era considerado o rei da criação e os animais destituídos de direitos e de sentimentos, e por tanto insensíveis a dor” (p. 25).

De acordo com Matos (2015, p. 116), o processo civilizatório fez com que o homem se individualizasse, pensando em si próprio se tornando insensível ao meio ambiente: “Atomizado, sentiu-se superior e se afastando de sua essência de suas origens naturais. Vivendo como um ser eminentemente sociocultural, virou as costas para o ambiente. [...] o fez negar sua natureza e procurou domar a natureza e usufruir dela ao extremo”. Porém, as grandes destruições ambientais causadas pelos grandes projetos de agropecuários, de

agricultura, as instalações de grandes centros urbanos e industriais e a matança em grande escala de animais, por meio da retirada de peles e outros artefatos e pela caça sem controle, fez com que a humanidade percebesse que os recursos naturais eram limitados e portanto deveriam ser administrados de maneira sustentável. E que a velha visão dos primeiros colonizadores de que a natureza selvagem era um obstáculo para o desenvolvimento, deveria ser repensada e abandonada.

“Essa desvalorização do mundo selvagem começou a mudar a partir do início do século XIX, e para isso contribuíram o avanço da História Natural, o respeito que os naturalistas tinham por áreas selvagens não transformadas pelo homem. Como exemplo, os pântanos que antes eram drenados para dar lugar aos campos de cultivo, passaram a ser valorizados como habitats de espécies selvagens” (DIEGUES, 2008, p. 25).

Do mesmo jeito como ocorreu na Europa, na América a História Natural com os fundamentos na botânica e na zoologia e nas outras ciências biológicas, que marcaram os séculos XVI, XVII e XVIII, levou inicialmente ao movimento da proteção da vida selvagem, que enfrentou grandes barreiras até meados do século XIX em virtude da relação de poder do homem sobre a natureza, onde imperava a domesticação do mundo selvagem. Depois os grandes apelos naturalistas reivindicaram por oportunidades rurais de lazer, como antídoto para a vida conturbada industrial (MCCORMICK, 1964).

O movimento do Romantismo também teve um papel importante na difusão das discussões sobre a proteção e valorização do meio-ambiente em meados do século XVIII e início do século XIX, as inspirações dos escritos, pinturas e outras obras, retratavam a beleza selvagem como um ambiente de fuga da alma humana, estimulando o imaginário do paraíso perdido, incitando a humanidade a procurar e a valorizar esses ambientes naturais e que mais tarde influenciariam também na criação de áreas naturais protegidas.

Esses fizeram da procura do que restava de “natureza selvagem”, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, refúgio, da intimidade, da beleza e do sublime. [...] Essas idéias, sobre tudo a dos românticos do século XIX, tiveram, portanto, grande influência na criação de áreas naturais protegidas, considerando ilhas de grande beleza e de

valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada (DIEGUES, 2008, p. 26).

Mas, foram os abusos causados ao meio ambiente que levantou a discussão sobre uma consciência de proteção à natureza disseminada pelos naturalistas. Conforme McCormick (1964, p. 23):

O domínio sobre o meio ambiente era visto como essencial para o progresso e para a sobrevivência da raça humana. Mas uma "consciência biocêntrica emergiu gradualmente, reforçando o restabelecimento do sentido de inter-relação entre o homem e a natureza e a aceitação de uma responsabilidade moral relacionada à proteção da natureza contra os abusos. A obra de Darwin forneceu um estímulo importante para esse ponto de vista; a evolução sugeria que o homem era parte integrante de todas as outras espécies e que, por sua própria conta e risco, se havia distanciado da natureza.

Tanto a visão biocêntrica, como a visão ecológica surgiram, inicialmente, por meio da corrente da ecologia radical. E tiveram um papel importante que marcaram a trajetória das criações das unidades de conservação no mundo.

Conforme Jatobá *etal* (2009), a visão biocêntrica independe das necessidades humanas ou como a natureza pode satisfazer o homem, e sim constitui um valor constitutivo à natureza. Surgida em 1866, a visão biocêntrica se preocupa com a preservação e conservação do meio ambiente independente das necessidades do homem. Logo, nesta visão as tendências do preservacionismo e do conservacionismo estão extremamente presentes. Conforme ainda, McCormick (1964), os preservacionistas defendiam a proteção integral da Natureza e a partir de suas propostas, foi criado o primeiro Parque Nacional do mundo, nos EUA, em 1872, conhecido como Yellowstone.

Quanto à tendência conservacionista, esta surge na virada do século XX, mesmo com a intenção de proteger as áreas naturais, esta tendência que surge em meio ao processo de industrialização, visa também à relação do homem e meio ambiente no meio urbano (JATOBÁ *etal*, 2009). Dentro deste contexto os conservacionistas sustentavam alguns propósitos como a proteção a vida selvagem e da paisagem natural, mas também faziam críticas as mazelas geradas ao meio ambiente em decorrência da Revolução Industrial tais

como, a precariedade social, geração de poluição, a demanda de novas doenças, a perda de terras públicas que ameaçavam a perda da paisagem da flora natural. Os conservacionistas se preocupavam com a conservação das áreas naturais, mas também com as questões sociais e os impactos ambientais, causados pelo rápido processo de industrialização, a relação do homem com o meio ambiente se encontra presente nesta tendência (MCCORMICK, 1964, p. 31 -34).

Já à visão ecológica, que se fortaleceu a partir do século XX, esta se preocupa em dar uma visão mais científica às questões ambientais, como forma de resolver os problemas ocorridos pela produção e o consumo de massa que cada vez mais se utilizava dos recursos naturais sem controle algum. O uso intensivo de petróleo e da eletricidade como fontes de energia, como também o uso de energia atômica que causou desastres ambientais, fez com que estudiosos começassem a discutir de forma mais científica a relação do homem e natureza (JATOBÁ *etal*, 2009).

Essa visão mais tarde foi aprofundada pela abordagem do ambientalismo moderado, que tem sua origem em meados dos anos de 1970 com a crise do petróleo que gerou uma ameaça ao sistema econômico capitalista em virtude da escassez dos recursos naturais, inspirada nas bases neomalthusiana, onde Malthus, fazia uma analogia do planeta terra ser comparado a uma nave espacial (“Spaceship Earth”), onde os níveis de produção e consumo poderiam levar a extinção dos recursos naturais e da própria vida na terra. Nascia, portanto uma visão que tentava conciliar crescimento econômico e conservação ambiental que mais tarde inspirariam o conceito de desenvolvimento sustentável (JATOBÁ *etal*, 2009).

A partir da década de cinquenta os órgãos oficiais começam a ser criados, como a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em 1948 que, apesar de ter um caráter protecionista devia atender os interesses as necessidades humanas. E em 1973 no Brasil, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), além desses, no mundo inteiro, vários órgãos começaram a ser criados com intuito de regularizar o uso dos recursos naturais, levando em consideração o atendimento das necessidades humanas. Foi também nesta mesma época, em 1972, que foi realizado a Conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo, com a discussão do tema emergente de desenvolvimento sustentável, envolvendo os países do mundo inteiro para buscar alternativas para o desenvolvimento

com práticas mitigadoras a degradação e da finitude dos recursos naturais (BURSZTYN, 2006).

As visões associadas com o ramo da ecologia radical e que influenciaram a criação das leis do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foram à visão territorial de criação de áreas protegidas sem a presença humana (preservacionismo e conservacionismo), e a outra, é a visão territorial que estuda a interação humana com o seu ambiente natural, conhecida como biorregionalismo (JATOBÁ *et al*, 2009).

A visão biorregional vai além da demarcação de território geográfico, visa entender a relação homem e natureza de uma forma endógena, evidenciando os fatores relevantes desta relação para que a mesma não perca sua conectividade, entendendo as características ecológicas (fauna, flora, solo, clima, entre outros) e suas características culturais que determinam a forma de como lidam com a natureza e a representação desse ambiente em seu meio de vida. Na visão de Jatobá, *et al* (2009), “O biorregionalismo dá destaque às potencialidades endógenas e às culturas locais, reconhece o território das populações tradicionais e o direito à diversidade cultural”.

Conforme Júnior e Sato, (2008, p. 551):

História e geografia, na tessitura biológica e cultural apresentam-se no Biorregionalismo, que pode ser considerado como a tentativa de restabelecer uma conexão entre as comunidades humanas de uma determinada região com seu ambiente natural. A visão biorregional nos permite contemplar o local, o que está próximo e não apenas uma noção abstrata de lugar, ou seja, as particularidades de determinadas áreas. Ao recuperarmos a história de um determinado lugar, é possível desenvolver as relações entre a comunidade e o ambiente biofísico que ela habita. Além da proximidade com a terra, a visão biorregional apregoa o desenvolvimento de valores comunitários de cooperação, solidariedade e reciprocidade. De acordo com a visão biorregional, se o indivíduo estiver vivendo mais próximo da terra, com certeza ele também desenvolverá uma relação mais próxima com a comunidade.

Um dos principais objetivos dessa visão é manter uma relação próxima desse indivíduo com a natureza e não distanciá-lo do seu ambiente o qual tem relações identitárias culturais e isso é o que o diferencia das outras visões, da biocêntrica e da ecológica, que apesar de terem sido importantes para consciência ecológica e de visarem a proteção total

dos ambientes naturais como preservação necessária para o meio ambiente, carregaram consigo tensões de ordem econômica, daqueles que são a favor do desenvolvimento por meio da exploração dos recursos naturais mesmo que de forma controlada, e de ordem social, daqueles referentes aos movimentos sociais e de lutas em prol da permanência em seu local de origem ou de moradia.

Logo, entende-se que o biorregionalismo é uma visão importante para valorizar o processo cultural existente em boa parte do nosso território brasileiro e que é por meio do conhecimento de como se dá esta relação que poderemos aproveitar os conhecimentos culturais e propor soluções para se manter esta relação sem grandes impactos ao homem e o local natural que vive.

Os estudos realizados por meio da visão biorregional poderão compreender a relevância de um território, principalmente quando este se trata de uma comunidade tradicional, que poderá ser transformado em unidade de conservação, ou caso de uma que já se tornou, mas que há a necessidade de compreendê-la para verificar até onde os resultados positivos ou negativos podem estar impactando os moradores e ambiente. E os conhecimentos desses moradores podem contribuir para o manejo comunitário ambientalmente sustentável já que em sua maioria apresentam uma relação íntima com a natureza.

Como dito anteriormente, a proteção do meio ambiente foi ganhando novas configurações a partir do momento que novos movimentos sociais, ambientais, políticos e econômicos vão se apresentando. Anteriormente a natureza tinha uma importância mais contemplativa, mas com o rápido desenvolvimento das localidades e a introdução do sistema capitalista o homem percebeu a importância da preservação e conservação da natureza como forma vital para sobrevivência da espécie humana.

É neste momento que percebemos que estas discussões teóricas, oriundas de problemas apresentados na sociedade e na natureza, vão dando formas inicialmente a questão da proteção ao meio ambiente, posteriormente ao uso das áreas naturais sob o viés do preservacionista, do conservacionista e do biorregionalismo que por fim refletem nas configurações da Lei Federal 9.985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que se apresentam e reconhecem duas formas de unidades, a Unidades de Proteção Integral

e de Uso Sustentável. Onde a primeira faz exigências de áreas de proteção integral, com o uso indireto dos recursos naturais e sem a permanência de seres humanos e a outra faz a exigências de áreas de conservação dos recursos naturais, admitindo a permanência humana e o uso direto dos seus recursos naturais sob medida.

A ecologia política foi outra corrente que contribuiu para uma visão mais humanitária nas criações das Unidades de Conservação, como dito acima no início da formação do pensamento ecológico a visão romântica era voltada a criação de áreas onde o objetivo era a contemplação da natureza selvagem restringindo a presença de moradores, mesmo sendo estas populações tradicionais ou não.

Com a evolução das discussões teóricas e os impactos causados pelo desenvolvimento do processo capitalista e de urbanização, o mundo busca uma conciliação entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, nascia, portanto a corrente do ambientalismo moderado que mais tarde sustentariam as discussões e conceitos sobre o desenvolvimento sustentável. Em paralelo a esta última corrente, nascia à ecologia política que conforme alguns autores foi incentivado pelos movimentos socioambientais e pelas críticas teóricas feitas ao ambientalismo moderado.

Para Jatobá *etal* (2009), um dos aspectos determinantes para a ecologia política foi a identificação de sua teoria com os movimentos socioambientais contestatórios as injustiças sociais e ambientais causadas em prol do desenvolvimento dos padrões de produção e consumo da sociedade moderna.

A ecologia política identifica-se com os movimentos ambientais contestatórios em defesa de minorias raciais, que surgem nos países desenvolvidos, mas também e especialmente com o contexto de injustiça social e ambiental que caracteriza a história dos países em desenvolvimento. [...] Os movimentos ambientais ou socioambientais originaram-se nas manifestações de grupos sociais em contestação a casos, geralmente locais, de contaminação tóxica, poluição hídrica, obras geradoras de forte degradação ambiental e ameaças à biodiversidade. Dentre eles podem ser identificados: a) os movimentos sociais urbanos por justiça ambiental, que surgiram nos EUA na década de 1980; b) os grupos ambientalistas que se transformaram em organizações ecopacifistas, como o *Greenpeace*; c) os movimentos sociais dos países terceiro-mundistas, reivindicando direitos de populações menos favorecidas, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos em

favor dos trabalhadores extrativistas, dos quilombolas e dos ribeirinhos (JATOBÁ et al, 2009, p. 67 e 69).

E ainda, Jatobá S. (2006) cita em seu trabalho uma compreensão teórica sobre a ecologia política amparada no aporte teórico dos autores Bryant e Bailey (1997, p. 10), apontam que: “A origem do movimento da ecologia política, ocorre no início da década de 1970, quando a interação homem e natureza tornam-se objeto de interesse público e acadêmico, especialmente no mundo desenvolvido”. E ainda que as fortes críticas causadas às correntes do ambientalismo moderado fizeram com que despertasse a atenção sobre as desigualdades causadas as populações marginalizadas em prol do capitalismo e de assegurar reservas biológicas de interesses econômicos,

Um dos maiores fortes críticos da corrente ecologista malthusianas foi Enzensberger (1976, p.15) que acusava iniciativas como a do Clube de Roma de serem demagógicas por esconderem, por detrás uma pretensa preocupação ecológica, interesses do capitalismo industrial para assegurar uma reserva estratégica de recursos naturais e frear a onda de desenvolvimentistas que se estendiam além dos limites do mundo desenvolvido (Jatobá S., 2006, p. 16 e 17).

Em boa parte das críticas realizadas pelos ecologistas políticos se referiam aos custos gerados que os países subdesenvolvidos teriam que ter desacelerando o seu desenvolvimento como resposta a reservas de recursos naturais, por outro criticavam as criações de áreas protegidas onde às populações tradicionais ou não, tinham que se retirar de suas terras. A retirada das populações tradicionais dos Parques Nacionais motivou um movimento socioambiental de discussões daqueles que eram a favor da retirada em benefício da proteção ambiental e daqueles que contestavam essa atitude que usurpava o direito a terra dessas populações em prol de beneficiar o capitalismo e da contemplação dos visitantes urbanos. Para Diegues (2008, p. 67):

A criação de áreas naturais protegidas em território ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo onde se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial.

Essa situação emergiu um movimento de resistência humana em seu ambiente de vida. Logo, percebe-se que também este pode ser um movimento socioambiental que deve ser discutido dentro dos pressupostos teóricos da ecologia política, onde seus estudos visam principalmente à interação do homem na natureza e busca entender as tensões socioambientais e como os estudos das relações econômicas, históricas e políticas podem intervir para melhorar os resultados de preservação ambiental e bem estar da humanidade.

Conforme o autor Jatobá S. (2006, p. 16 e 17),

[...] considerando que os problemas ambientais nas regiões socialmente desiguais do mundo não podem ser compreendidos isolados do contexto político e econômico em que foram criados [...] a ecologia não poderia, assim, restringir-se somente as análises biológicas, pois quando se inclui o homem, ela assume um tal grau de complexidade, que obriga os ecólogos a recorrerem às teorias sociais e a análise de aspectos históricos e políticos. [...] Partem da premissa de que as mudanças ambientais não devem ser tratados como um problema neutro, resolvido unicamente por soluções técnicas.

Destarte, as correntes e abordagens teóricas aqui apresentadas tiveram uma grande relevância nos estudos sobre o pensamento ecológico e muito influenciaram nas criações das unidades de conservação, porém esse olhar preocupado com as tensões sociais de uma população marginalizada tem sido uma das questões mais discutidas na tentativa de achar soluções para esse embate socioambiental.

De acordo com Bryant e Bailey (1997, p. 27-28 apud JATOBÁ 2006, P, 18 - 19), a ecologia política se baseia em três premissas teóricas que ocorrem nas tensões sócioambientais: O primeiro aborda os “Custos e benefícios associados a mudanças ambientais são na maior parte das vezes, desigualmente distribuídos entre os diversos atores envolvidos”; Os casos mais conhecidos foram os acidentes com as indústrias nucleares e químicas que além dos benefícios não terem sido divididos de forma igual em alguns casos as áreas mais afetadas com os acidentes foram as áreas mais pobres. Por meio dessa mesma premissa podemos utilizar o exemplo que vem ocorrendo na criação de parques onde há o sacrifício das populações tradicionais, em deixar as suas terras, em prol

das populações urbanas industriais terem acesso as áreas selvagens de lazer e recreação (DIEGUES, 2008).

O segundo princípio teórico trata sobre que,

Qualquer mudança nas condições ambientais vai afetar também o status político-econômico e vice-versa. Se nas regiões pobres do mundo os recursos naturais são em geral, a principal fonte de onde provém a sobrevivência das populações tradicionais e pobres, qualquer alteração ambiental vai afetar a capacidade do sustento dessas populações.

Baseado no segundo princípio teórico pode-se apresentar os impactos causados no modo de vida dos povos tradicionais, que em virtude da criação de parques são transferidos para outras áreas diferentes da sua base de subsistência material e cultural e acabam perdendo seus costumes e encontrando dificuldades para sobreviver.

Já o terceiro e último princípio teórico abrange, “modificações no meio ambiente que impliquem em impactos econômicos e sociais diferenciados alteram as relações de poder entre os autores sociais”. Também como discutido acima e usando o mesmo exemplo, a relação de poder dentro da comunidade muda completamente com a inserção do Estado na gestão dessas áreas protegidas.

Embora a ecologia política se trate de uma abordagem nova e ainda não tenha apresentado um modelo para eficiência dos resultados homem e natureza, pode vir a ser o caminho para construção de um novo paradigma onde as ações voltadas ao meio ambiente encontrem alternativas de manter os povos tradicionais ou não, fazendo deles atores participantes na contribuição da manutenção do meio ambiente e na melhoria de vida.

Nota-se que as configurações das unidades de conservação passaram por muitas mudanças em virtudes das discussões teóricas e dos movimentos socioambientais, as figuras sustentam a teoria de que as transições são um processo de mudança necessária que vão se ajustando as novas formas sociais e que não seguem modelos ordenados ou desordenados, simplesmente vão respondendo as movimentações sociais apresentadas por

mecanismos sociais, históricos, políticos, econômicos e neste caso também de ordem ambiental,

O que Elias quer dizer é que quando analisamos um conjunto histórico não podemos dizer que as mudanças ocorridas em direção a uma nova ordem social foram racionalmente planejadas, mas também não podemos reduzir essas mudanças “ao aparecimento e desaparecimento aleatório de modelos desordenados”. [...] “A passagem de um tipo de configuração social para outro deve ser entendida como uma transição, as quais não “podem ser com absoluta exatidão. O objetivo de Elias é também de explicitar quais os mecanismos (sociais, históricos, políticos e econômicos) que possibilitam a existência de tais sociedades, bem como as forças de coesão e ou as forças de distinção (as quais ele irá chamar de forças centrífugas), que possibilitaram a sucessão nessa seqüência, desses diferentes tipos de sociedade ou configurações sociais (Brandão, 2009, p. 67 e p. 69).

Se utilizarmos os mecanismos da história perceberemos que as configurações sobre o entendimento do uso das áreas naturais divergem em preservacionismo e conservacionismo, inicialmente existia um olhar romântico e contemplativo da natureza. Em função da introdução do capitalismo e as mazelas decorrente do consumo de massa, percebe-se uma força de coesão estimulada pelo mecanismo econômico (capitalismo), e pelas questões ambientais (a escassez dos recursos naturais e os acidentes ambientais) e também social (equidade na distribuição de riscos e benefícios).

Nesta preocupação de se tentar achar uma solução entre a relação do homem com o meio ambiente as configurações dentro das Unidades de Conservação ganham o seu espaço em tentar controlar a ação do homem na natureza e considerando os conhecimentos tradicionais das comunidades e sua relação como uma tentativa de reconciliação com o meio ambiente. E dentro dessas discussões epistêmicas há a busca de um novo paradigma que provavelmente irá dar uma nova configuração ao olhar sobre esta relação e que provavelmente influenciarão novas mudanças no uso das UCs.

“Os males causados ao planeta Terra não devem ser interpretados como uma justificativa para afastar o ser humano das áreas naturais e criar um paradigma de uma natureza intocada e intocável. Diante desse impasse, Diegues (2008) expõe sua preocupação com a herança trazida pelas antigas políticas conservacionista – e, conseqüentemente, defendida por algumas correntes de ambientalistas -, refletida,

a partir de meados do século XIX, na criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos, com a lógica de separação entre as “ilhas” de conservação ambiental e as comunidades locais. Para o autor, a visão equivocada de separação ser humano-natureza desrespeita valores vivenciados por comunidades locais (populações indígenas, caiçaras, comunidades tradicionais) que há séculos vivem em áreas de preservação e possuem um conhecimento de grande valor no que diz respeito a modos de convivência e preservação dos recursos naturais” (BAHIA e SAMPAIO, 2007, p. 174).

Diante dessas necessidades, as comunidades locais que vivem em UC, se vêem nesse embate, o de sobreviver economicamente e conservar os recursos naturais. Uma discussão epistemológica realizada há anos por estudiosos de várias áreas, biológicas, físicas e entre outras sociais que tentam justamente encontrar respostas a todos esses desafios, de uma nova forma de progresso, não mais este ditado pelo paradigma clássico, o da globalização, mas um novo paradigma complexo capaz de ampliar os horizontes da explicação científica, tanto nas ciências físicas e biológicas como nas ciências econômicas e sociais.

Fazer progredir a idéia de progresso: o progresso é noção aparentemente evidente; sendo por natureza cumulativa e linear, traduz-se de forma simultaneamente quantitativa (crescimento) e qualitativa (isto é, por um "melhor"). Vivemos durante dezenas de anos com a evidência de que o crescimento econômico, por exemplo, traz ao desenvolvimento social e humano aumento da qualidade de vida e de que tudo isso constitui o progresso. Mas começamos a perceber que pode haver dissociação entre quantidade de bens, de produtos, por exemplo, e qualidade de vida; vemos, igualmente, que, a partir de certo limiar, o crescimento pode produzir mais prejuízos do que bem-estar e que os subprodutos tendem a tornarem-se os produtos principais. Portanto, a palavra progresso não é tão clara quanto parece” (MORIN, 2005, 95 e 96).

E hoje se busca um consenso dentro das UCs que são habitadas por pessoas, entre o desenvolvimento de forma a aproveitar e respeitar as limitações da natureza, como também valorizar as diferenças existentes nas mais diversas comunidades, sociedades ou grupos sociais, onde o desenvolvimento começa a ser discutido de uma forma inversa, repensando as formas ditadas pelo capitalismo que se apresentam enfraquecidas diante dos problemas causados.

3.1 AS UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E OS PARQUES FLORESTAIS NO BRASIL, SUAS CONTRIBUIÇÕES E TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS

Conforme vimos na seção anterior, as discussões sobre o pensamento ecológico no mundo deram um aporte teórico e influenciaram as criações de áreas protegidas no mundo inteiro. De acordo com Morsello (2001) as criações de áreas com intuito de preservar a natureza existiram antes mesmo do nascimento de Cristo. E só a partir do século XVIII com os estudos das Ciências Naturais, da inserção do Romantismo e do conhecimento da finitude dos recursos naturais que, a busca por essas áreas e pelas criações delas, tornaram-se mais desejada, logo as áreas que representavam a natureza intocada ou selvagem passaram a ser fonte de inspiração para a valorização desses ambientes.

Na história do Brasil, a Colônia Portuguesa explorou de forma desenfreada os recursos naturais esgotando-o de tal maneira a ponto de várias espécies serem extintas, como foi o caso do pau-brasil. Apesar do amor que os portugueses demonstravam em suas cartas e escritos sobre as belezas naturais brasileiras, a sede de exploração e desenvolvimento falava mais alto nas ações lusitanas.

Essa dicotomia entre o amor e a devastação do paraíso é bem da tradição colonial lusitana: a famosa diferença entre intenção e gesto, do coração sentimental, que se desabotoa, da mão cega que executa. O Brasil independente manteve a tradição, do império à velha república: ao longo de cinco séculos a Mata Atlântica foi desmatada em 97% pelos ciclos do açúcar e do café, pela industrialização e pela urbanização (MCCORMICK, 1964, p, 216).

Antes mesmo do reflorestamento de parte da Mata Atlântica, ocorrido em meados do final século XIX, na Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, considerado um desastre ecológico provocado pelo desmatamento (MCCORMICK, 1964, p, 216), em meados do século XVIII em reação a exploração desenfreada já se havia o conhecimento sobre os princípios de proteção a natureza, conforme Pádua e Filho (1979, p. 8):

Na Carta Régia de 13 de maio de 1797, a rainha de Portugal determinou a Fernando Delgado Freire de Castilho, governador da capitânia da Paraíba, tomar todas as

precauções para a conservação das matas do Estado do Brasil, e evitar que elas se arruinassem... estabelecendo as mais severas penas contra os incendiários, destruidores de matas.

Conforme Medeiros (2006) foram várias as personalidades que se engajaram na criação de áreas protegidas em defesa da preservação da floresta e da continuidade dos recursos naturais, mas um dos representantes da chamada crítica ambiental brasileira foi José Bonifácio que reunia conhecimentos sobre os efeitos negativos aos solos originados pelo desmatamento, ele mostrava forte motivação em defesa pela proteção dos recursos florestais.

Quando nos deparamos com a história dos Parques Florestais, observamos que esse tipo de área protegida deve ser livre de seres humanos residentes, mas essa dicotomia que separava lado a lado o homem da natureza foi por muitas vezes criticadas no século XX, e se nos debruçarmos sobre a história identificaremos que desde o século XIX quando o primeiro parque foi criado, o Yellowstone, em 1872, havia presença de povos indígenas no local e que não saíram de livre e espontânea vontade (DIEGUES, 2008).

Ainda conforme Diegues (2008) o primeiro exemplo de reservar grandes áreas naturais foram definidas somente na segunda metade do século XIX, “quando a designação de milhares de hectares da região do nordeste de Wyoming se transformaram no Parque Nacional de Yellowstone”(p.101).

A criação do primeiro parque que tinha como objetivo a proteção de grandes áreas livre da presença humana, incentivou a criação de vários outros no mundo inteiro, Diegues (2008, p. 101), aponta os primeiros países que seguiram o exemplo do Yellowstone: Canadá em 1885, Nova Zelândia em 1984, a África do Sul e a Austrália em 1898, o México em 1894, a Argentina em 1903, o Chile em 1926 e o Brasil em 1937 com a criação do parque Nacional Itatiaia.

Parece que a história acompanha o presente ignorando os povos tradicionais e seus saberes sobre a natureza como se fossem invisíveis ou que tivessem a obrigatoriedade consentida de sair de suas terras em prol dos “visitantes urbanos”(DIEGUES, 2008).

Até meados da década de 70 a maioria dos Parques Nacionais foram estabelecidos, basicamente pela beleza cênica (PÁDUA e FILHO, 1979), onde o Brasil acompanhou essa

tendência preservacionista iniciada nos Estados Unidos com a criação dos primeiros Parques, que deveria ser completamente selvagem uma espécie de mito do paraíso perdido com os objetivos reservados para a contemplação e recreação completamente natural e sem a presença de residentes humanos, o que Diegues (2008) chama de neomito ou mito moderno. Porém a realidade social encontrada nas florestas do Brasil é bem diferente das encontradas em algumas outras regiões em virtude da grande diversidade sociocultural dos povos existentes, onde a retirada deles tem causado muitas tensões e problemas:

Esse neomito, no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distintas. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de tradicional), de seus mitos próprios e de relações com mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais. Ora, a legislação brasileira que cria os parques e reservas prevê, como nos Estados Unidos, a transferência dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas ético, social, econômico, político e cultural (DIEGUES, 2008, p. 18).

Antes do surgimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) as leis que regiam os Parques Nacionais no Brasil eram O Novo Código Florestal, Lei 4.771/65, e a Lei 5.197/67 de Proteção a Fauna, antes disso existiam as leis e convenções em defesa ao patrimônio natural: é o caso da Constituição de 1934, no artigo 10, item II, da Constituição 1937, artigo 134 e da Carta Magna de 1946, que estabelecem as competências de proteção das belezas naturais (PÁDUA e FILHO, 1979, p. 9).

Contudo conforme Medeiros (2006), na mesma época nascia também o Decreto 23793/1934 do Código Florestal que mais tarde subsidiariam a criação da lei do Novo Código Florestal. o Decreto 23793/1934 do Código de Caça e Pesca, o Decreto 24643/1934 do Código de Águas e o Decreto 24645/1934 do Código de proteção aos animais. Conforme ainda o autor foi o Código Florestal que mais contribuiu para as bases da proteção ambiental no Brasil:

De todos eles, o Código Florestal foi o instrumento mais importante, pois definiu objetivamente as bases para a proteção territorial dos principais ecossistemas florestais e demais formas de vegetação naturais do país. Ele tinha como principais objetivos legitimar a ação dos serviços florestais, em franca implementação em alguns estados brasileiros desde o final do século XIX, além de regularizar a exploração do recurso madeireiro, estabelecendo as bases para sua proteção. Ele foi, também, o primeiro instrumento de proteção brasileiro a definir claramente tipologias de áreas a serem especialmente protegidas. Ele declarava de “interesse comum a todos os habitantes do país” o conjunto das florestas existentes e demais formas de vegetação, classificando-as em quatro tipologias: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (p. 50).

Nenhuma das leis, decretos e convenções apresentadas à cima tinham uma definição sobre os parques e suas aplicabilidades, consoante a autora Morsello (2001), o conceito de parque passou por um longo período sem uma definição única, havia na verdade “uma variedade enorme de significados” no mundo todo, o que acarretava problemas no entendimento popular e alcance de resultados. “A existência desses diferentes conceitos levou à tentativa, iniciada em 1930, de procurar a unificação tanto de conceitos como de práticas” (p.24).

E foi na Convenção para a Preservação da Flora e Fauna, em Londres, em 1933 que definiram as três primeiras características do parque nacional: “a) são áreas controladas pelo poder público; b) para preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida; c) e que devem servir a visitação pública. A partir desse momento os parques começam a ser definidos de uma maneira mais clara e várias são as ações para o controle e estímulo dessas áreas no mundo (DIEGUES, 2008, p.101).

Outra instituição importante criada foi União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) (1948) que tinha como objetivo obter a cooperação internacional nessas áreas, além disso, tinha a responsabilidade de inventariar todas as áreas protegidas do mundo. No ano de 1962 a IUCN realiza em Seattle (E.U.A) a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais que objetivaram entre outros aspectos os critérios de classificação das áreas protegidas baseadas em boa parte delas no sistema de parques norte americano (MORSELLO, 2001, p. 25 e 26 e DIEGUES, 2008, p.101 e 102).

Essas atitudes influenciaram o Brasil anos mais tarde que por meio do novo Código Florestal da Lei nº 4471 de 15/09/1965, criaram quatro tipologias de áreas protegidas,

Parque Nacional e Floresta Nacional, Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL) que substituíram as quatro anteriores existentes. Porém, os mesmos objetivos da versão de 1934 foram seguidos, de conter os avanços sobre a floresta, mesmo aquela que permitia em parte a exploração da natureza de forma controlada, o caso da Reserva Legal, que além transferia compulsoriamente para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção (MEDEIROS, 2006).

E foi por meio da criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967 e ligado ao Ministério da Agricultura, que tinha como objetivo administração das unidades de conservação, que ficou instituído o Regulamento dos Parques Nacionais no Brasil, onde em sua primeira publicação em 1979, *Os parques Nacionais no Brasil*, de Pádua e Coimbra Filho, se referiam as populações moradoras como “posseiros” e “degradadores”, sem se preocupar com suas características, origem, conhecimentos e tempo de moradia que antecedia a criação do parque (DIEGUES, 2008, P.117).

Esse mesmo modelo foi seguido pelos órgãos subjacentes que em meados dos anos de 1979 intencionavam a criação de Parques Nacionais e Florestas Nacionais para a Amazônia em resposta aos projetos de desenvolvimento que se instalavam na região e no Brasil (MEDEIROS, 2006).

Observa-se que é a partir desse momento é que outros tipos de áreas protegidas são estabelecidas, mas todas com o mesmo viés preservacionistas que se estabelecia no Brasil e no restante do Mundo. As relações entre as populações locais e as unidades de conservação começaram a aparecer de forma discreta no Terceiro Congresso de Parques Nacionais, em Bali, em 1962:

A degradação de muitos parques nacionais no Terceiro Mundo era tida como resultado da pobreza crescente das populações locais. O Congresso de Bali, reafirmou os direitos das sociedades tradicionais à determinação social, econômica, cultural e espiritual; recomendou que os responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas investigassem e utilizassem as habilidades tradicionais das comunidades afetadas pelas medidas conservacionistas, e que fossem tomadas decisões de manejo conjuntas entre as sociedades que tradicionalmente manejavam os recursos naturais e as autoridades das áreas protegidas, considerando a variedade de circunstâncias locais. Em nenhum momento, contudo, se reconheceu explicitamente a exigência de populações locais dentro dos parques dos países do Terceiro Mundo e nem os

conflitos gerados com sua expulsão, ao se instituírem parque nacional (DIEGUES, 2008, p. 102-103).

Nesse momento uma visão mais humanizada nos ambientes protegidos e voltada aos povos tradicionais começa ser valorizada, e é justamente na década de 80 quando os movimentos socioambientais e as críticas a ecologia moderada por parte dos ecologistas políticos que surgem escritos que ganhavam notoriedade no mundo, conforme ainda Diegues, no ano de 1985 a revista *Cultural Survival* (vol. 9, n.º 1, fevereiro) dedicou toda a sua edição criticando a expulsão das populações tradicionais, indígenas ou outras, das unidades de conservação.

Abaixo trechos como os publicados na revista a cima mencionada e em outras publicações abriram o caminho para novas e mais forte discussões que já ganhavam mais audiência do que os debates ambientalistas tradicionais (DIEGUES, 2008):

As áreas protegidas poderiam garantir a sobrevivência dos habitats e também das populações nativas. As reservas poderiam preservar o modo de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais. As populações nativas podem beneficiar-se da proteção de seus direitos sobre essas áreas ou da venda de produtos ou da renda gerada pelo turismo. [...] Os povos desenvolveram uma série de maneiras de conviver com os ambientes frágeis. Nós conhecemos muito pouco sobre como esses sistemas se desenvolveram, como eles funcionam e como podem ser adaptados para fazê-los mais produtivos e ecologicamente saudáveis. Sabemos, no entanto, que a chave para o entendimento das atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com as populações locais. Seu conhecimento é válido para o futuro do ambiente da terra e dos povos. No entanto, nós nunca conheceremos esses ambientes se os povos que os desenvolveram continuam a ser destruídos ou impedidos a continuar seu modo de vida tradicional (CLAY, 1985, p. 2 e 5 apud DIEGUES, 2008 p. 1004).

A partir dessas discussões amplos debates são proferidos em prol de alternativas que permitissem as populações tradicionais em unidades de conservação e novas discussões, documentos, movimentos e instituições surgem com intuito de apoiar esse embate ambiental.

No Brasil as discussões socioambientais ganharam notoriedade também a partir dos anos 80, as questões sociais ganharam relevância nas discussões ambientais. Para Medeiros

(2006), o reconhecimento legal das terras indígenas fortaleceram o pensamento de direito dos primeiros povos as terras: “As Terras Indígenas constituem um avanço significativo da política brasileira no sentido de reconhecer os direitos dos primeiros povos que habitavam o Brasil antes da chegada do colonizador” (p. 54)

Como já apontado anteriormente foi em meados dos anos 80 que os grandes movimentos socioambientais surgem no mundo, porém para Diegues (2008), a preocupação com os “povos tradicionais” que viviam ou vivem em unidades de conservação é um processo novo no Brasil:

A PROTEÇÃO as populações tradicionais que vivem em unidades de conservação é relativamente recente no Brasil, e até pouco tempo (e ainda hoje para os conservacionistas clássicos) eram considerados “caso de polícia”, pois deviam ser expulsas da terra em que sempre viveram, para a criação de parques e reservas (p. 127).

Os movimentos socioambientais dos indígenas, dos seringalistas, dos atingidos por barragens e dos pescadores artesanais, para Diegues (2008), “tiveram um papel importante na luta para manter acesso aos recursos naturais”, que aponta como marco a realização o *Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em Altamira, em 1989, onde uma dos objetivos das discussões era repensar a inclusão dos moradores nas áreas de parques já que os mesmo se sentiam parte dele: “não destruir a floresta, os rios, que são nossos irmãos, pois esse território são sítios sagrados do nosso povo, morada do Criador, que não podem ser violados” (In: WALDMAN, 1992, p. 90 *apud* Diegues, 2008, p. 132).

3.2 AS TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS PARQUES FLORESTAIS

A relevância das tensões ambientais entre as populações residentes em unidades de conservação demonstram a necessidade de estudos aprofundados sobre esta relação. Alguns estudos aqui já apresentados no campo do ambientalismo moderado, do biorregionalismo e da ecologia política vêm consolidando estudos com intuito de evidenciar

os sentimentos dos atores envolvidos nesta relação conflituosa entre populações moradoras e unidades de conservação.

Conforme Acserald (2004, p. 26),

Os “conflitos ambientais” surgem na medida em que os agentes sociais, a par das “condições de possibilidade” proporciona pelas garantias democráticas após a ditadura militar, passam a reivindicar maior acesso a água, a terra, aos estoques pesqueiros e outros recursos naturais. [...] surgem quando grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do território [...] tem sua continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por aspectos indesejáveis.

De certo que as áreas de preservação integral tiveram e tem uma grande relevância para a proteção da natureza, conforme Myers (1992) se não houvesse a criação de parques e reservas, poderíamos antecipar que 66 % das espécies de plantas iriam eventualmente desaparecer junto com quase 69% das espécies de aves e proporções similares de todas as outras categorias de espécies (*apud*, LIMA *etal*, 2013, p.2).

Porém, são vários os problemas encontrados na retiradas dos povos e comunidades tradicionais que refletiram nas tensões ambientais nas unidades de conservação. Um dos principais problemas apontado por vários autores e que também foi um dos fatores ao incremento de movimentos sociais, foi a criação dessas áreas sem o estudo de relevância das características dos moradores existentes e, sobretudo sem o consentimento e participação desses moradores no processo de decisão, que na maioria das vezes tiveram a sua expulsão compulsória.

Conforme Almeida, (2013, p. 19)

“Medidas de política ambiental tornaram os direitos territoriais desta comunidade absolutamente secundários, sem que jamais as famílias que a compõe tenham sido consultadas sobre a pertinência e o *modus operandi* de tal intervenção, não obstante serem profunda conhecedoras da particularidades ecológicas e geográficas e exímias artífice de paisagem.

O autor aponta que tais medidas ambientais deveriam ou devem levar em consideração os conhecimentos étnicos e ecológicos existentes nas comunidades e povos tradicionais, como alternativa de contribuírem de uma forma participativa nas decisões.

Desta forma, Morsello (2001), aponta como proposta o envolvimento de todos os interessados na discussão de qual o tipo ou arranjo mais justo para a implantação na área. Ainda conforme a autora essas discussões participativas que envolvem “participação pública” e “participação popular” estão prosperando no tempo de hoje, porém a falta desses estudos de relevância humana e cultural como também a participação de todos nas decisões acarretou e acarreta muitas tensões e problemas para essas áreas de proteção permanente, nos Parques Nacionais.

Para Diegues (2008), a retiradas principalmente de comunidades e povos tradicionais interferem no modo de vida dessas pessoas que vivem de forma diferenciada em virtude do isolamento que propícia uma relação intensa com a natureza ditando seus hábitos, costumes e conhecimentos:

Com o isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (p. 18).

Além disso, tem causado danos também a sobrevivência dessas comunidades e povos em virtude da intensa fiscalização e proibição dos recursos naturais:

O estabelecimento de parques nacionais significou para essas populações aumento de restrições no uso de recursos naturais que inviabilizaram sua sobrevivência. Os grupos de caçadores, pescadores, extrativista que tinham desenvolvido uma simbiose com as áreas de floresta, rios e regiões litorâneas e que foram transferidas para outras áreas – como o caso dos Tharus, do Nepal, de tradição agropastoril – tem grande dificuldade de sobreviver com proibição de suas atividades tradicionais pela criação de parques (DIEGUES, 2008, p. 22).

Uma realidade mais próxima ocorrida no Parque Nacional Anavilhanas demonstra que esta realidade também é enfrentada aqui no Amazonas, e aponta o sentimento de afronta ao se sentirem como criminosos ao utilizar os recursos naturais nas áreas de preservação:

“Besta se for eu lá no Anavilhanas matar um pato, aí a ICMbio vai me pegar e vai me levar para Novo Airão. Besta eu, pai de família, e de outros como já aconteceu aí, se pegar com peixinho e uma malhadeira na canoa, aí haja coração. Vai ter que arrumar advogado e ir lá em Novo Airão ficar sem a canoa, sem os equipamentos. Mas o poderoso mesmo, só tem lei pra mim. A nossa história é essa, sabe por que às vezes tem gente que passa fome aqui? Ali no Anavilhanas tem peixe de qualidade, mas ninguém não vai lá. Prefiro passar uma fomezinha, comprar uma conserva, um fiado, alguma coisa, mas ninguém não vai lá”, depoimento Sr. Waldemir da Silva, Tuxaua aa Aldeia Três Unidos (Disponível em: CADERNO DA NOVA CARTOGRAFIA, 2014).

Logo, para Diegues (2008) esta situação reflete um dos primeiros problemas existentes encontrados em unidades de conservação onde as tipologias são referentes a áreas de preservação permanente “que não permitem a presença humana, mesmo as consideradas tradicionais que habitavam essas áreas por dezenas e até centenas de anos sem a depredarem” (p. 20).

Ainda conforme o autor: “A expulsão de suas terras implica a impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, [...] As populações tradicionais transferidas por força da criação de uma área natural de conservação exprimem esse desassossego [...]”p. 67.

A ditadura militar determinava a expulsão compulsória dessas populações que às vezes sofriam violências com o uso de ação policial, nos tempo de hoje, com a rompimento da ditadura e forte influência das mídias, uma forma mais democrática permitiu a permanência dessas populações que foram se mantendo e reivindicando os seus direitos á terra.

Conforme Marcello (2001), mesmo com a criação dos parques a população resistiu e continuaram morando dentro deles, porém em boa parte também, a própria população teve

a iniciativa de se retirar dessas áreas em virtude dos excessos de cobranças e fiscalização existentes que interferiam nas atividades de subsistência conforme apontado por Farias Jr.:

Por ocasionar situações de conflito entre o modelo proposto de UCs e as formas de uso dos recursos pelos denominados “povos e comunidades tradicionais”, que passaram a ser regulamentadas, inspecionadas, restringidas ou aprovadas pelo órgão gestor da UCs, as atividades agrícolas e extrativistas que passar pelo crivo burocrático. As dificuldades impostas por essa “nova” realidade ocasionaram o deslocamento compulsório de várias famílias (2013, 42).

Outro fator também apontado por Diegues (2008) diz respeito ao impacto político territorial e fundiário, além das tensões para retirá-las, os resultados da preservação não são alcançados de forma satisfatória em virtude a ausência dessas populações que aliada à falta de fiscalização acabam sendo alvo de sobre-uso dos moradores ao redor dessas áreas e de outros tipos de exploração ilegal.

Esse tipo de exploração ilegal acometido em virtude da ineficiência de fiscalização por parte dos órgãos gestores e a falta da vigilância dos próprios moradores que foram expulsos, mas que poderiam contribuir para a fiscalização dessas áreas, tem permitido que ações degradadoras sejam realizadas por terceiros, ou pro empresas exploradoras de recursos naturais. Essas ações têm afetado sobre maneira essas áreas habitadas por essas comunidades e povos tradicionais que além de perceberem o tamanho da devastação, sentem no dia a dia a falta do alimento ou do recurso natural que serve como base para a sua sobrevivência:

“(...) O Parque Nacional Ecológico de Anavilhanas... antigamente existia muita madeira, o peixe de 15 anos, de 20 anos atrás, a gente entrava no igapó e eu gostava de ver a fruta da virola que é o cuuba, que chamam, eu acho que se existir alguma que dê 20 centímetro de ponta é porque eu estou mentindo, porque já derrubaram todas, eu queria que a senhora visse ali no Anavilhanas, como está desmatado”, depoimento do Sr. Manuel Chagas da Silva, Tuxaua Da Aldeia São Thomé (Disponível em: CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014).

Outro ponto também levantado na fala anterior do autor Diegues (2008), trata sobre a sobreposição de territórios, onde as tensões fundiárias geram tensões ambientais. Para

Mello-Théry (2011), apesar das terras indígenas se sobreporem as áreas de proteção elas ainda não representam boa parte das tensões existentes, pois a reforma agrária e acesso a propriedades privadas é que vem causando um grande embate territorial,

Subtraindo-se o inalienável direito à terra dos grupos indígenas e a primazia de seu uso para garantir a continuidade destas populações, a queda de braço se dá entre a determinação de propriedades para a proteção ambiental e para a reforma agrária. É uma queda de braço desigual, visto que duas concepções de mundo se enfrentam: o interesse difuso da proteção do meio ambiente e o acesso à propriedade privada da terra (p. 129).

Conforme Medeiros (2006), as Terras Indígenas sempre representaram um instrumento de conservação, comenta que o próprio Código Florestal citou sobre a importância das terras indígenas nos procedimentos de conservação da natureza, ao declarar, em seu artigo 3º, que “as florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente”.

Na Amazônia de acordo com Cunha (2012) 19% das áreas protegidas tinham sobreposição com Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Apenas duas Áreas Protegidas, das 48 existentes, tinham situação fundiária totalmente regularizada.

Logo, há a necessidade de se fazer estudos e diagnósticos antes da criação dessas áreas, definindo por seguinte qual o tipo de unidade de conservação mais adequado a realidade se a de uso sustentável ou de preservação integral (CUNHA, 2012). Conforme ainda autora tais levantamentos no contexto social podem apontar a existências de tensões, ameaças e fragilidades:

Para a definição adequada da categoria a ser implantada, o recurso humano ali existente e a problemática social deve ser levada em consideração no ato de criação. Além disso, estes levantamentos podem apontar a existência de conflitos, e as principais ameaças e fragilidades, que podem comprometer os recursos naturais da área. Estes fatores estão geralmente relacionados com a especificidade dos ambientes e os fatores humanos, tais como agricultores, madeireiros, mineradores, empresas públicas e privadas (CUNHA, 2012 p. 10).

Dentro desse mesmo contexto, tal realidade se repete na história da criação do Parque Estadual (PAREST) Rio Negro Setor Sul, onde apresentou e apresenta muitas tensões, inicialmente o maior de todos eles foi a situação sabida pelos moradores em 2005 da criação do PAREST, onde houve a tentativa de retirá-los por meio de um termo de Cooperação Técnica que não foi assinado devido a resistência de permanência dos moradores e ao grande número de residentes nas comunidades, situação também ocorrida em outras áreas.

A existência de algumas terras particulares, terras indígenas, área de uso da Marinha, os projetos de assentamento e a resistência pelo direito a terra de outros povos e comunidades tradicionais ou não, que já estavam estabelecidas antes da criação do PAREST, criaram uma sobreposição de direitos, resultando em grandes tensões que acabaram por incitar a recategorização do parque em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) em 2014.

Tabela 5 - Geopolítica de áreas sob utilização no PAREST do Rio Negro Setor Sul.

No.	Natureza dos Conflitos	Área	%	Conflitos
				SIM/NÃO
1	Área oficial do PAREST	157.807,00		SIM
2	Área de uso por populações no PAREST	31.180,53	19,751	SIM
3	Área de uso por populações não indígenas	14.213,64	9,007	SIM
4	Área de Uso Indígena no PAREST	16.966,89	10,752	SIM
5	Área Livre de conflitos institucionais	39.157,91	24,814	NÃO
6	Sobreposição PAREST X Marinha	14.220,51	9,011	SIM
7	**Sobreposição PAREST X Títulos Definitivo	5.074,84		SIM
8	Sobreposição PAREST X PDS	73.091,27	46,317	SIM
TOTAL		157.650,23	99,90	

Fonte: Cunha (2012), p. 62, adaptado por Chaves (2016).

O que se observa por meio da tabela acima que o maior responsável pelas tensões territoriais, como já discutido anteriormente, são os projetos de assentamento agrário.

Ainda conforme Cunha (2012), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não reconheceu a autonomia do Estado e nem a existência do PAREST e criou em 2005 um projeto denominado PDS Cueiras-Anavilhanas, sobrepondo-se ao PAREST (p. 18):

Diante das restrições ao uso da terra impostas por uma UC de proteção integral e a possibilidade de um futuro reconhecimento de TI, as comunidades ribeirinhas não indígenas residentes nesta região mobilizaram-se e reivindicaram o reconhecimento de seus direitos fundiários (regularização fundiária) junto ao INCRA em 2005. O INCRA não reconhecendo autonomia do estado e em resposta a solicitação feita pela a população local criou um projeto de assentamento denominado PDS CUIEIRAS/ANAVILHANAS, com sobreposição de 50% área do PAREST do Rio Negro Setor Sul, Plano de gestão do PAREST (p.18).

No trabalho realizado por Cunha (2012) esses tensões já eram evidentes em todas as comunidades residentes no PAREST, onde aponta outros pontos de tensões que estão também relacionadas à delimitação do parque que se estendia por boa parte das margens do Rio Negro, principal via fluvial de escoamento de produção do Estado, que fere os preceitos da legislação da criação de uma área de proteção integral:

O ato de sua criação através decreto No. 16.497 de 02 de Abril de 1995, assinado pelo então governador do Estado Amazonino Mendes, definiu seus limites geográficos ultrapassando ambas as margens do Rio Negro principal via de escoamento de produção e navegação do Amazonas, no sentido Leste-Oeste. Contrapondo o, artigo 2o do decreto supracitado: “... *O Parque Estadual Rio Negro tem por finalidade precípua, a preservação dos ecossistemas naturais englobadas, contra quaisquer alterações que os desvirtuem, destinando-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos.*” Na Lei 2.646 de 2001, o Artigo 6º reforça a destinação original do Parque: “... *O Parque Estadual Rio Negro Setor Norte e Setor Sul, têm como objetivos básicos a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.*” (p. 15)

Sendo assim, pode-se observar que o PAREST passou por várias pressões que exigiram revisões dos limites geográficos redelimitando sua área, inicialmente em 2001, onde algumas comunidades ficaram fora da nova área do PAREST, reduzindo a quantidade

de comunidades participantes, porém essa medida paliativa ignorou informações importantes sobre a fauna, a flora e a população de comunidades indígenas estabelecidas na região. Isso se deu em virtude das limitações de informação e ausência de instrumentos técnicos, mas gerou um cenário instável com inúmeras tensões levando a recategorização da área em RDS ocorrida em 2014 (CUNHA 2012).

É importante salientar que as interferências no modo de vida de uma comunidade não são oriundas somente da implantação de uma UC a própria relação mesmo que pequena com os espaços urbanos, a introdução de serviços sociais, como a educação, a assistência médica ou outras situações podem levar mudanças ou transformações no modo de vida de uma comunidade. Isso pode vir a desmistificar a ação da UC, ou do PAAREST como sendo o único ou responsável pela mudanças ocorridas na comunidade Bela Vista do Jaraqui.

É o que aponta Parada (2004), sobre as mudanças socioambientais ocorridas nas comunidades caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, onde aponta que o mutirão, uma das atividades de característica dos povos e comunidades tradicionais, que se baseiam pela ajuda mútua vem perdendo o seu valor em virtude do desinteresse por parte dos jovens que preferem outros tipos de atividades menos cansativas, isso se dá também com o acesso a educação que permite que esses jovens tenham acesso a outras profissões.

Matos (2015) ressalta que a atividade conhecida como puxirum, ajuri e mutirão, vem perdendo sua frequência e força dentro das comunidades, e um dos motivos vem sendo a diminuição das famílias nucleares que não mais se apresentam tão extensas como antigamente, esse fato vem se dando em virtude das ações dos governos difundirem o pensamento do controle á natalidade:

Em outros tempos, encontrávamos em comunidades amazônicas famílias com cinco ou mais filhos, que organizadas se tornavam vantajosas para o sistema de ajuri ou puxirum. Mas, as associações comunitárias, organizações não governamentais e o Governo, por meio de seus agentes de saúde, preocupados com o grande número de filhos interferiram em comunidades como a de Bico, Cuiamucu e Canela Fina, disseminando a idéia do controle da natalidade.

Ainda conforme Matos (2015), outras ações também podem estar afetando a prática do ajuri, é o caso da ausência de crianças e adolescentes no ajuri devido ao que é estabelecido no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), “[...] não levou em consideração o princípio da alteridade, considerando de forma generalizada o trabalho desenvolvido por crianças como sendo de exploração de adultos”. Contudo, Matos (2015) considera que essa prática faz parte do *habitus* das populações Amazônicas, como sendo uma forma de perpetuar a ajuda mútua na comunidade e o aprendizado familiar.

Outra situação apontada por Matos (2015), é sobre a interferência dos turnos escolares que podem estar afetando a prática do ajuri ou puxirum:

Nos dias atuais, dependendo do turno que a criança estuda, são menos frequentes no puxirum, não porque elas não queiram ir ou que os pais não as desejam levar, mas pelas condicionantes do governo federal em atrelar, dentre outras exigências, assiduidade da criança na escola ao recebimento da Bolsa Família (p. 220).

Logo, percebe-se que nem sempre os resultados das alterações ocorridas em uma comunidade podem exclusivamente estar relacionados ao fato de ter havido a intervenção de gestão de Unidade de Conservação. Em seguida partiremos para as discussões sobre a criação da RDS, suas contribuições e limitações.

3.3 RDS CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES

A participação das populações tradicionais no processo de criação e gestão das áreas protegidas em defesa do meio ambiente é um cenário novo para o Brasil e para a Amazônia. Logo, percebe-se que as experiências com as Unidades de Conservação (UC) e sua relação com as populações tradicionais são recentes na história brasileira, no caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), esta experiência é ainda mais nova que se apresenta

ainda como dilema entre os estudos científicos e prática realizada dentro dessas áreas de conservação que buscam um equilíbrio entre a minimização dos impactos ambientais e sua preservação garantindo a permanência e a qualidade de vida das comunidades e povos tradicionais. Diante a este cenário atual se faz presente o estudo sobre esta configuração que perpassa pela transição social, política e ambiental.

Tanto a proteção, quanto a conservação ambiental são primordiais para a permanência e continuidade da existência humana em um determinado espaço, porém é necessário entender como tal relação se dá, é realizada e como esta afeta o homem e a natureza. Vários são estudos na região amazônica sobre o modo de vida dos seus habitantes que buscam entender sobre o conhecimento do modo de vida das populações tradicionais.

Destarte, os estudos que buscam entender as relações entre essas populações que vivenciam essa situação, a de participarem de um processo de criação de uma Unidade de Criação são importantes, pois podem contribuir com as decisões dos Planos de Gestão dessas áreas e de outras que possam surgir.

Esses planejamentos devem contar com a participação efetiva dessas pessoas no processo de decisão que são específicos para cada situação, mas devem atender o propósito de proteger a natureza e garantir a qualidade de vida dessas populações. De acordo com Irving (2001, p. 311):

O envolvimento das populações locais em unidades de conservação não deve seguir um modelo muito rígido. Ao contrário as experiências precisam ser construídas no decorrer de um processo de interação contínua com a população, ajustando as demandas e costumes locais à intenção de se construir um sistema de uso sustentado do ambiente, que combinado com a preservação da biodiversidade, garanta uma melhoria da qualidade de vida da população.

Dentro das comunidades ribeirinhas da Amazônia, há vários fatores ambientais que intervém no seu modo de vida, onde, o trabalho está diretamente e influenciado pela relação direta com a natureza ditadas principalmente pelo ritmo das águas. Como dito acima é necessário conhecer as características, entendo como esta interação entre as tipologias e a gestão das UCs juntamente com as comunidades e povos tradicionais se dão.

O objetivo principal das Unidades de Conservação (UC), tipologia apresentada às áreas protegidas no modelo brasileiro, é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados (MEDEIROS, 2006). Segundo a União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), elas podem ser definidas como:

Uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (UICN, 1994:7). Sua criação pode ser considerada importante estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Este controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são freqüentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção (MEDEIROS, 2006, p. 1).

De acordo com Medeiros (2006), o ano de 2000 marcou o sistema organizacional da estrutura das áreas protegidas no Brasil. Onde, foi concretizado um sistema único de tipologias e características que atendiam as expectativas surgidas desde a década de 70. O Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), definia os critérios e objetivos para a criação e gestão de doze tipologias de forma mais coadunada e clara, além de atender o centro das disputas entre dois grupos que buscavam objetivos distintos de gestão, os que eram a favor da proteção integral e dos que eram a favor do uso sustentável.

Conforme Veríssimo *etal* (2011), o “boom” na criação de Unidades de Conservação no Amazonas, como em outros estados, foi no ano de 2003, sob uma iniciativa do Governo Federal e Estadual, que tinham o propósito de atender a necessidade:

“de ordenar o território e combater o desmatamento ilegal associado à grilagem de terras. Segundo, a urgência em proteger regiões com alto valor biológico. E, terceiro, a necessidade de atender às demandas das populações tradicionais (especialmente Resex e RDS) e de produção florestal sustentável (Flonas e Flotas)”(p.24).

Conforme ainda os autores, os conhecimentos tradicionais das populações locais, de ribeirinhos que desenvolvem atividades como seringueiros, coletores de castanha e demais

extrativistas, podem contribuir com o planejamento de ações eficientes no manejo e proteção de recursos naturais.

Vale ressaltar que até meados do ano de 1984, a maioria (92%) dessas áreas eram ocupadas por UC de Proteção Integral, enquanto que o de Uso Sustentável era de apenas 8%, contudo esse cenário mudou a partir de 2002 :

A tendência se reverteu a partir da década de 1990, sobretudo depois de 2002, com um aumento expressivo na proporção de UCs de Uso Sustentável. Em dezembro de 2010, as Unidades de Uso Sustentável somavam 64% da área total, contra 36% ocupados por Unidades de Proteção Integral (VERRÍSSIMO, 2011, p. 25).

Essa tendência de criação de UCs de Uso Sustentável surge por meio dos movimentos e lutas socioambientais que partiam de seringueiros e outros extrativistas na tentativa de proteger as florestas e o seu trabalho, contra a expansão dos fazendeiros de gados e projetos agrários do INCRA. Esta situação influenciou o surgimento da Reserva Extrativista (RESEX) (MEDEIROS, 2006).

Conforme ainda a autora, a RDS surgiu de bases diferentes, partindo de interesses científicos e preservacionistas. Contudo, os movimentos exigidos pelas comunidades locais tiveram também grande relevância para a sua origem e criação é o caso da RDS Mamirauá que foi a originária do modelo:

A origem desta categoria está intrinsecamente ligada ao Projeto Mamirauá, localizado na Várzea do Médio Vale do Solimões, no Estado do Amazonas, que durante um curto período de tempo funcionou como uma Reserva Ecológica estadual. Mas a evidente inadequação desta categoria às expectativas demandadas para a área, tanto pelos cientistas, como pela própria comunidade local, levou à proposição de uma nova categoria, a RDS, que foi prontamente implementada pelo governo estadual. Os desafios a serem enfrentados, neste caso, foram a necessidade de compatibilizar a preservação de espécies endêmicas ameaçadas de extinção com os modos de vida de populações ribeirinhas (MEDEIRO, 2006, p. 58).

Logo, tanto a categoria de RESEX e RDS tiveram um grande significado para os avanços dos movimentos socioambientais, pois além de atenderem os objetivos da conservação ambiental, incluíram populações diretamente envolvidas neste processo, contribuindo diretamente para a redução de tensões, principalmente os fundiários (MEDEIROS, 2006).

De acordo com Veríssimo *etal* (2011, p.11),

As UCs de Uso Sustentável são aquelas destinadas tanto à conservação da biodiversidade como à extração racional dos recursos naturais. Nessas Unidades são permitidos o turismo, a educação ambiental e a extração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, com base no manejo sustentável e de acordo com o plano de manejo da unidade. As populações denominadas tradicionais podem permanecer em seu interior, desde que realizem atividades sob regime de manejo.

Destarte, a Lei No. 9.985, de 18 de junho de 2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), apresenta dois grupos de objetivos distintos conforme Art. 7º: Unidades de Proteção Integral, que tem como objetivo central apresentado no parágrafo § 1º “é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei”; E Unidades de Uso Sustentável, que tem como objetivo central apresentado no parágrafo § 2º “é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”.

Dentro do grupo das Unidades de Uso Sustentável se apresenta a categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que se trata de:

Uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (Art. 20, SNUC).

Onde o seu objetivo básico:

É preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações (Art. 20º. § 1º.).

Nesta na situação de RDS, a categoria é mais flexível quanto à presença de moradores na área, e observa-se a intenção de assegurar a melhoria da qualidade de vida e valorização do conhecimento local.

Sobre o quesito manutenção qualidade de vida, a mesma deve acompanhar as necessidades básicas humanas, previstas na Seção II Dos Direitos Sociais, do Art. 6º, da Constituição Federal de 1988, que compreendem entre outras: a saúde, a educação, moradia, segurança, alimentação, transporte, lazer e o trabalho.

De acordo com Bentes (2006),

Estes requisitos básicos devem ser propiciados pelo Estado e pela instituição responsável pela administração da Reserva, para que atenda as necessidades dos moradores e usuários da UC, para viabilizar os objetivos da RDS. Os serviços podem fornecer melhores condições e ainda colaborar na manutenção da vida dos residentes e usuários da RDS, ainda trazendo melhorias na qualidade de vida, desde que sejam disponibilizados de maneira regular naquela localidade e com eficiência.

Outra situação levantada e que deve ser levada em consideração é sobre o domínio público da área de RDS, que prevê a desapropriação de áreas particulares, quando existentes dentro dos limites da RDS, caso haja necessidade (§ 2º, Art. 20).

A concessão a terra se faz por contrato de concessão de direito real de uso, que conforme Bentes (2006) regulariza a posse do morador e estabelece à desapropriação de propriedades privadas, de acordo com autor isso admite a existência de propriedades privadas nos limites da RDS mesmo sendo domínio público.

Desta forma, observa-se que mesmo as comunidades ou povos tradicionais tendo conquistado a permanência na UC, ela ainda continua condicionada as relações de poder do Estado que mesmo garantindo a concessão de uso não dá a eles o livre arbítrio de decidirem o que fazer com elas. Com tudo aqueles que estavam estabelecidos de uma forma ilegal, ou seja, sem a titulação da terra, ganharão o direito da concessão de uso.

No Art. 20 do parágrafo § 5^o podemos observar que mesmo as permissões concedidas se valem de exigências que devem ser obedecidas:

“As atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável obedecerão às seguintes condições:

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.”

E ainda, conforme o Art. 23 do parágrafo § 1^o, são obrigadas “a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção de conservação”. E no § 2^o do mesmo artigo fica mais claro as proibições que interferirão na liberdade de ação dessas populações residentes que poderão sofrer penalidades caso desobedeçam tais normas que determinam:

I proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus *habitats*;

II proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

De acordo com Bentes (2006) essas regras quando não cumpridas podem ensejar na rescisão de contrato social, logo tais regras devem ser elaboradas em conjunto com a população residente para que além do conhecimento elas possam opinar de acordo com as necessidades e aspirações.

Outra situação que deve ser observada é quanto criação de uma UC, é necessário realizar a consulta pública, conforme o parágrafo § 2º, do Art. 22, que prevê que “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento”.

E ainda conforme o § 3º “é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas”.

A consulta pública é um instrumento legal que garante as populações locais entre outros grupos envolvidos ou interessados opinarem de forma consciente sobre a proposta de se criar uma UC, evitando desconhecimentos ou informações distorcidas que possam comprometer o andamento eficiente da gestão da UC, e causar tensões (BENTES, 2006).

Observou-se no decorrer das discussões sobre RDS, que a mesma respondeu as necessidades dos movimentos sociais, de continuarem em suas terras e de poderem participar das discussões sobre as regras de uso territorial e ambiental. Mas, como salientado anteriormente, trata-se de uma realidade nova que pode apresentar outros problemas e tensões, onde novas configurações podem surgir mediante a esta relação complexa entre o conservar de forma sustentável e manter a qualidade de vida dos que vivem em uma unidade de conservação.

3.4 RESULTADOS ENCONTRADOS: HISTÓRIA DE VIDA, A LUTA, A RESISTÊNCIA, OS SENTIMENTOS E AS MUDANÇAS NO MODO DE VIDA DOS MORADORES DO BELA VISTA DO JARAQUI

Como discutido e apresentado anteriormente, busca-se entender o lado de quem vivencia a relação direta da situação de implantação de uma unidade de conservação, logo para esta subseção será apresentada a história dos moradores da comunidade Bela Vista do Jaraqui, retratando as alterações no trabalho e no modo de vida, os sentimentos, as percepções, as perdas e os ganhos desses moradores que vivenciaram a experiência da implantação do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul, que iniciou a sua gestão em 2005.

Apoiado na ecologia política, buscamos apresentar uma visão mais humanitária dessa realidade, onde houve a conquista de uma nova categoria a de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista em 2014, que permitiu a presença desses moradores dentro da UC, por meio de muita luta e resistência, que podemos considerar um movimento social desses caboclos ribeirinhos que lutaram durante o período de nove anos (2005 à 2014) pelo direito de se manterem em suas terras habitadas há dezenas de anos.

Amparado nas discussões sobre a ecologia política referenciada por Jatobá *et al* (2009) trata-se de um movimento socioambiental local e contestatório em defesa daquela minoria que não aceitava perder nem sair de suas terras, em benefício daqueles que, em virtude do desenvolvimento da sociedade moderna, destroem a natureza de forma desenfreada.

Isso não significa dizer que os pequenos produtores que abrem os seus clarões no meio da mata de forma rústica de facão, machado e serrote⁵, ou muitas vezes fazem usos de tecnologias como o motor-serra, não destroem a natureza, mas nada comparado aos grandes empreendimentos com fortes estruturas e tecnologias apoiada a grandes recursos financeiros que são os responsáveis pelos grandes estragos à preservação ambiental.

⁵ Um tipo de serra antiga e grande que é utilizado por duas pessoas para cortar árvores, ou objetos mais grossos.

Matos (2015) aponta, a utilização do uso do fogo de forma descontrolada pelo não índio como fator que tem trazido efeitos danosos ao ambiente. E apesar do conhecimento do uso do fogo ter vindo da cultura indígena, contudo esse conhecimento sofreu interferências de novas técnicas do processo civilizador, que interpretavam a natureza como prateleira, o pensamento danoso ao meio ambiente que incentiva até hoje práticas sem consciência ambiental.

Portanto, essa minoria que já apresenta um crescimento intensivo e extensivo, deve também contribuir com a preservação e conservação ambiental de forma consciente, justa, participativa e com resultados mais eficientes para a conservação.

Os resultados visam também identificar se tais situações de mudanças são de fato decorrentes da implantação do PAREST ou se há outras possíveis causas que vem afetando essa comunidade. E ainda, quais as expectativas desses moradores para atual situação de RDS que ainda não teve a implantação das regras de uso. Desta forma tais resultados poderão contribuir com possíveis sugestões e agregar as futuras decisões da implantação da RDS.

3.4.1 A Criação do Parque Estadual (PAREST) Rio Negro Setor Sul, um fato marcado na história e nos sentimentos dos moradores da comunidade Bela Vista do Jaraqui

Como já apresentado nesta e na seção anterior, a criação do Parque Estadual (PAREST) Rio Negro Setor Sul realizada em 1995, foi um iniciativa do Governo do Estado com o objetivo de preservar a natureza de grande relevância ecológica e a beleza cênica, possibilitando a pesquisa científica, a recreação e o turismo ecológico.

A criação do parque acompanhou uma herança preservacionista e conservacionista de natureza intocada, onde o homem deveria ser afastado da natureza, que para Diegues (2008), trata-se de um desrespeito aos valores vivenciados por comunidades locais.

Cunha (2015) salienta as várias pressões que o PAREST enfrentou em virtude de informações sem estudos adequados tanto na relevância ecológica, dos conflitos fundiários e da presença de populações ribeirinhas e indígenas, o que ocasionou a criação de uma

categoria inadequada para a região, que mesmo tendo uma revisão de seus limites territoriais em 2001, reduzindo a quantidade de comunidades, não foi o suficiente para sanar os conflitos existentes levando à recategorização da área em RDS no ano de 2014.

Conforme os moradores, a criação do parque foi realizada sem que em nenhum momento eles fossem advertidos ou consultados sobre a criação dessa área, o que fere o parágrafo § 2º, do Art. 22, da Lei No. 9.985 (SNUC), que prevê que “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento”.

Esta situação é levantada pelos moradores com muita indignação como sendo uma situação que lhes tirou o direito à terra por eles estabelecida há décadas, sem que ao menos tal situação fosse informada e discutida previamente.

Esta situação casou um sentimento de tristeza e mágoa que motivou um movimento socioambiental contra a usurpação do direito de suas terras. Essa resistência de continuar morando em suas terras é, conforme Morcello (2001), uma realidade encontrada em muitas áreas que vivenciam a criação de uma UC em sua comunidade.

Como já apontado por Diegues (2008), faz-se necessário que reflitamos sobre a necessidade de sacrifício das populações tradicionais ou não, que são obrigadas a deixarem as suas terras para que das populações urbanas tenham acesso às áreas de lazer e recreação.

Será que esses sacrifícios não estão desigualmente distribuídos, quando boa parte da população tem a sua participação na degradação do ambiente? Será que só eles é que devem se sacrificar para protegermos o ambiente?

Ou será que não podemos encontrar uma alternativa para esta situação onde o ambiente possa ser preservado sem os sacrifícios radicais dessas populações?

A categoria de RDS parece ser uma alternativa para essa questão, porém apesar de já ter sido conquistada pelos moradores da comunidade Bela Vista do Jaraqui ela continua inerte

sem nenhuma aplicação a espera da realização de um plano de regras de uso, o que impossibilita os moradores de seguirem as suas vidas com outra perspectiva.

Dessa forma, os relatos das histórias de vida contadas abaixo servirão de exemplo para que se pense com mais sabedoria e humanização na criação de parques no Brasil, levando em consideração a diversidade cultural existente e a realidade desses moradores em plena floresta Amazônica.

Os relatos abaixo demonstram o desespero de perder tudo de uma hora para outra, de não ter uma alternativa de moradia de trabalho e de sustento de sua família. A pressão realizada pelos órgãos foi intensa, pois em virtude do PAREST eles não podiam permanecer lá. E apesar de não estarmos mais vivendo no sistema da ditadura e a força policial não ter sido utilizada para retirada dos moradores, até porque muitos deles possuíam o documento de compra do terreno e outros documento de posse, no entanto a perseguição moral coagiu esses moradores por muito tempo:

“Quando nós chegemos por aqui eu não sabia que isso era parque, nem eu nem meu pai, quando a gente chegou aqui começou a fazer a casa a fazer roçado, porque esse terreno antes do parque era nosso. Eu tinha uma base de cinco anos quando o papai comprou esse terreno aqui e aí nós passamos uns vinte anos lá pra cima e quando eu tava com vinte cinco anos nós viemos pra cá. E depois que nós construímos tudo aqui que o pessoal começou a dizer: “isso aqui assim não pode”. Não chegaram logo dizendo que aqui era parque não, há se soubesse logo que a gente chegou a gente tinha era ido embora. E aí eu fiquei pensando como pode ser parque se o papai comprou esse pedaço de terra faz é tempo? Aí quando a gente soube deu um desespero por que eu não queria morar em lugar longe e nem ir pra terra que alaga, aí eu fiquei doida pra ir me embora mas eu não sabia pra onde ir, eu fiquei sem saber o que fazer, porque criaram esse negócio em cima da gente. Porque olha só eu construí a minha casa toda arrumadinha, botei desde cerâmica e alguém chega e diz que você tem que deixar a sua casa sem direito de nada é muito difícil isso. Eu chorei muito e me peguei muito com Deus e aí foi passando aquela aflição” (Sra. M. Q., 32 anos).

“A gente soube que a gente não podia mais ficar aqui e que a gente levasse o que pudesse, mas pelo menos eles poderiam ter dado pra nós uma solução, porque antes disso não era parque a gente se localizou e quando foi criado o parque ninguém se interessou em saber se existia morador aqui e a gente não saiu porque a gente não tinha pra onde, ficávamos com medo da polícia aparecer e levar nós tudo preso” (Sr. F. A., 59 anos).

“Fiquei mais triste ainda, porque quando montaram esse parque aqui disseram que iam tirar nós daqui, pra donde que nós ia? Que nós não tem pra onde ir, e nós não podia fazer nada, porque se fizesse uma casa boa, nós ia perder tudo. Aí muita gente ficou triste, porque não pôde fazer nada, que vão jogar nós daqui e vamos perder tudo, era só o que falavam” (Sr. F. G., 48 anos).

“Ficamos chateados e tristes a gente que morou todo um tempo aqui em cima a gente não pode fazer nada, é mesmo que você morar na sua casa e não mandar nela. Isso aí era pra avisar o povo, mas não avisaram nada (lágrimas)” (Sr. F. C., 53 anos).

“Causou um conflito muito grande pra nós, um sentimento de tristeza de fracasso, foi um desespero, eu participei de várias reuniões e a gente não podia mais fazer nada, tirar madeira, fazer carvão e nem abrir uma quadra pra plantio. Por tanto, durante esses dez anos a gente sofreu bastante lutando, pelejando, foi um sentimento de tristeza de desânimo, mas a gente não parou continuamos lutando até que eles permitiram plantar alguma coisa” (Sr. S., 40 anos).

“Só que a gente ficamos com aquela mágoa, aquela coisa ruim de não saber pra onde correr pra onde a gente ia. E era só: “isso não pode”, fazia aquilo, “não pode ficar”. Chegamos sair daqui com a mala na cabeça, meu marido não tinha com que trabalhar, não tinha profissão e uma das vezes ele ainda foi assaltado e depois nós tornemos a voltar de novo. Foi uma vida sofrida com os meus filhos tudo pequeno e voltamos de novo pra cá, aí foi quando meu marido tava botando esse roçado lá atrás e a nossa casa de farinha era bem ali em baixo que água levou, aí chegou uma equipe, era do IBAMA, aí perguntou: “Cadê seu esposo”? Ta lá pra trás. “Fazendo o quê”? Roçando. “Mas roçando o quê”? Aí eu fui logo me esperneando: O que vocês quer que a gente faça? Se rouba se mata vai preso e se homem trabalha é preso, o senhor vai sustentar meus filhos? Tenho sete filhos ali, boto tudo aqui dentro da lancha e vou comer e beber e ai se faltar... Nesse dia eu perdi a cabeça com eles, perdi mesmo porque eles tudo de fardinha verde querendo que fosse lá com meu marido e eu não fui, porque eu não ia empatar ele, porque depois ele tava de sangue quente e não ia prestar, aí eles foram conversar pediram calma. Mas calma nada, que isso nunca vai mudar porque desde quando nós vivemos aqui dentro, nós nunca vivemos sendo perseguido como ladrão. Aí então desde daquele dia eles passaram a ser amigo de mim me respeitaram mais, chegavam comigo e respeitavam, diziam que a gente ia conversar que era necessário um plano de manejo, que nós não podia fazer mais do que aquilo e eles queriam conversar com meu marido, mas ele não queria conversa não, porque eles queriam tirar o nosso melhor que é do caboclo, de nós viver aqui do nosso lazer. Agora tirar nós pra que? Pra nós sofrer mais do que a gente sofre? Aqui nós ta com fome, mas nós não estamos vendo mercado bem ali com frango com carne com isso com outro, a gente chega faz um café bota o tucumã na mesa e farinha e vamos dormi se preparar pro outro dia. E lá em Manaus tudo que for pegar lá eu tenho que comprar e aqui nós temos pouquinho daqui, um cupuaçu ali, tenho bacaba dando na minha biqueira da casa, tenho o açaí, tenho a minha pupunha já dando, então eu só não quero que eles mecham mais com nós, deixa nós no nosso cantinho porque nós já sofremos muito (Sra. M. L., 49 anos).

Logo no início do relato da Sra. M. L., 49 anos, observa-se a tentativa da família em mudar o modo de vida para se adaptar a uma realidade. Cansados de tanta “perseguição” a família se depara com a realidade urbana que além de ser completamente diferente do modo de vida da comunidade, exige conhecimentos profissionais para a conquista do trabalho. Nota-se, conforme o autor Diegues (2008), que a atitude de expulsão ou coagir a

saída dessas populações de suas terras ou habitat de origem podem acarretar na perda de sua cultura.

Baseado no primeiro princípio da ecologia política citado por Jatoba *etal* (2006), que trata da distribuição desigual dos custos e benefícios das ações ambientais, nota-se que mais uma vez é a minoria que se sacrifica em prol de um todo. No caso da comunidade foram quase dez anos de muita luta e sofrimento para que o direito de continuar em suas terras fosse preservado e o custo dessa ação ainda prejudicou a comunidade em vários aspectos que serão discutidos posteriormente.

Pode-se dizer que o pensamento da ecologia política, que desponta na década de noventa, juntamente com as grandes repercussões dos movimentos socioambientais, pode ter influenciado as ações dos gestores do PAREST em não utilizarem da força bruta para retirada desses moradores e ainda de terem buscado alguma alternativa para que os mesmos, posteriormente, pudessem manter algumas das suas atividades para a subsistência e ainda a busca de uma nova categoria de RDS conquistada em 2014.

3.4.2 O perfil e a origem das famílias entrevistadas

Quando perguntado sobre a origem da família, a intenção é verificar até onde o modo de vida dos entrevistados está relacionado diretamente com a natureza, se o modo de vida da infância acompanhou a evolução e o crescimento familiar, se as mesmas bases do seu ambiente ou local onde cresceram quando criança se aproxima da realidade vivida pelos caboclos ribeirinhos da Amazônia já discutidos na primeira seção.

O que identificamos na maioria das famílias entrevistadas é que suas origens são de áreas remotas, completamente diferente da vida de áreas urbanas aproximando-se de uma realidade cultural tradicional das comunidades ribeirinhas da Amazônia. Segundo Diegues (2009), o modo diferenciado se dá pelo fato de viverem sob um relativo isolamento, dependendo em grande parte dos ciclos e recursos naturais para sobreviver, onde os conhecimentos dos seus antepassados são acompanhados durante gerações, além das

crenças e mitos e até uma linguagem diferenciada com sotaques e palavras de origem indígena.

“Nasci em Manaus, mas vim pro interior quando tinha dez anos, fomos para Nova Olinda lá era tudo distante uma casa da outra, na floresta mesmo, depois que eu vim pra cá quando me casei” (Sra. G., 31 anos).

“Nós viemos do Purus, morávamos bem pertinho da Vila do Beruri, eu vim de lá com idade de 9 anos, viemos pra cá cortar madeira de jangada, deixemos o nosso sítio de lá com castanha dando fruta, nós viemos eu com a família e dois tios, viemos contudo pra cá, fomo primeiro lá pra cima do Rio Negro e nunca mais voltamos, e fiquemos morando por lá, aí fomo baixando, baixando até que chegemos até aqui, só aqui já estamos a quarenta anos (Sr. F. S., 61 anos).

“Vim do Purus, de um lugar deserto, no meio da floresta, lá não tinha comunidade, não tinha nada não, a gente morava no centro mesmo, era dois dias, três dias de remo pra chegar num vizinho” (Sr. F. G., 48 anos).

Ao observar a linguagem linguística, típico da cultura cabocla ribeirinha, enquanto que na área urbana o centro quer dizer área de comércio e de maior movimentação de pessoas, o centro para as comunidades ribeirinhas, conforme MATOS (2015, p. 25) “é o lugar mais próximo da mata ou mais distante da residência. O centro é um lugar de trabalho, pode ser uma clareira na mata onde a roça é cultivada, onde se constrói a casa de farinha”. No caso relatado acima o comunitário evidencia a distância de tudo, faz uma alusão como se residisse no centro da floresta, distante inclusive dos vizinhos.

Em outros relatos foi observado o nascimento dos moradores na própria comunidade Bela Vista do Jaraqui, ou a vinda deles para a comunidade ainda muito pequenos o que demonstra laços familiares com esse território:

“Sou filha lá do Tarumã Grande, do município de Manaus tipo um interiorzinho, vim com um mês de nascida, então meu pai veio e tirou o primeiro terreno lá em cima e eu vim me criar com ele mais a minha madrinha, e aqui eu me criei até 49 anos. O meu pai ele não era amazonense era filho de pernambucano, ele era de recife alagoas como ele falava e veio na década de 53 aqueles pessoal que veio pro soldado da borracha que vinha abarcado e aqui ele se perdeu e aqui ele ficou” (Sra. M. L., 49 anos).

Observa-se nesse depoimento um dos traços que marcou a trajetória e constituição dos povos ribeirinhos na Amazônia, a herança dos migrantes nordestinos inicialmente no século XIX com a grande seca ocorrida 1877 (BATISTA, 2007) e posteriormente no mesmo período o ciclo da borracha (1879 – 1912), e sua sobrevida ocorrida 1942 a 1945, que apesar de neste período a borracha já ter perdido a sua importância no mercado internacional a coleta ainda continuava como principal meio de vida para os caboclos e ribeirinhos (Galvão, 1955).

“Eu vim do Purus de Beruri, mas eu nasci dentro de uma canoa o nome dela era Tua Mãe, nasci na canoa vindo pra cá pro Bela Vista do Jaraqui, to aqui desde quando nasci. Minhas filhas também nasceram aqui” (Sra. T. B., 58 anos).

“Sou filho da comunidade nasci e me criei aqui e os meus filhos também” (Sr. M. T., 37 anos).

Quando perguntado sobre a transferência de algum membro da família para Manaus, na maioria das respostas observou-se que os membros não deixam a comunidade por entender que lá tem tudo que precisam e por gostarem da forma que vivem, mesmo diante das dificuldades encontradas.

“Por enquanto não, até porque tudo indica que com esse progresso da luz vai ter a faculdade lá nos três unidos, e aí não vai ser preciso elas irem, seria mais pela faculdade mas vai ter, e os estudos aqui tem até o ensino médio, os tecnológicos, acho que a pretensão de ir pra Manaus não tem não “ (Sr. R., 29 anos).

Conforme relato de duas filhas que fazem faculdade em Manaus, demonstram não haver interesse de morar em Manaus. É o caso da Srta. M. T., 23 anos e Srta. S. T., 25 anos, ambas nasceram e se criaram na comunidade:

“Não por enquanto nós não temos interesse de morar em Manaus, enquanto a nossa mãe tiver vida nós ficaremos por aqui, mas depois não sei” (Srta. M. T., 23 anos)

Mesmo no caso de pessoas que já moraram em Manaus, como o caso do comunitário, Sr. F. A., 59 anos, que morou por algum tempo em Manaus o ambiente natural e em comunidade lhe é mais favorável:

“É porque eu gosto mesmo de viver em interior que foi onde eu nasci e me criei. Porque é a vida que eu gosto, mas primeiro eu adquiri um terreno no Manaquiri e depois eu

adquiri aqui, e se depender de mim eu quero morrer é por aqui mesmo”. [...] “Nós estamos acostumado com o rio e não com a estrada”.

Em poucos casos houve relatos de que membros da família saíram da comunidade, é o caso de alguns filhos do Sr. M. F., 66 anos:

“Foram por causa do estudo também e trabalho, primeiro foi a M., casou ne, e depois que ela foi que tava lá em Manaus, foi a M2. morar com ela e depois o M3. com 8 anos para estudar”.

E quando perguntado qual o motivo que gerou essa vontade deles de quererem vir para área urbana de Manaus e não ficar aqui, o Sr. M. F., 66 anos aponta:

“De não ter energia e a cidade é vaidade é diferente daqui, aqui é só trabalho não tem a vaidade, M. depois não quis mais, depois o J eu sei que puxou todo mundo e agora todos tem sua família”.

Logo, observa-se que além das novas constituições familiares com residentes em Manaus, os motivos também variam em buscar outras condições de estudo, como cursos técnicos, de graduação e pós-graduação; de trabalho e melhoria de vida, no caso da luz que ainda é ausente na comunidade e conforme relatos tem sido um fator que dificulta o dia a dia desses moradores. Mesmo a pesquisa ter revelado tais variantes que são responsáveis pela evasão de parte dos moradores da comunidade, entretanto, como apresentado e observado na comunidade essa evasão não apresenta números relativamente significativos.

Desta forma, os filhos que se afastaram apresentam também uma relação mais direta com o laço matrimonial:

“Não teve motivo não eles casaram e foram embora, a mulher também vive pra lá ne (Sr. F. M., 61 anos).

Diante das informações encontradas é possível que futuramente os jovens que estejam terminando o ensino médio na comunidade, e que contam com parentes em Manaus, tenham interesse em buscar e continuar os estudos ingressando em uma faculdade ou em um curso de Especialização. Desta forma a implantação de uma faculdade já é esperada pelos moradores que deverá acontecer na comunidade Três Unidos. Esta iniciativa pode ser uma alternativa de estimular os jovens a continuar morando em sua comunidade.

Isso foi observado conforme relato do Sr. M. T., 37anos que salienta a possibilidade de suas filhas precisarem estudar em Manaus:

“Tenho quatro meninas, todas moram aqui, mas talvez algumas delas possam ir para Manaus pra fazer faculdade se caso não tiver por aqui, porque nos Três Unidos vai ter”.

3.4.3 As mudanças na alimentação e no modo de vida

Fundamentado no segundo princípio da ecologia política que chama a atenção de que qualquer alteração ambiental, neste caso a restrição do uso do solo e água, irá afetar simultaneamente o ambiente político e econômico. Conforme Jatobá *etal*, qualquer mudança ocorrida naturalmente ao ambiente, ou neste caso imposta pelo Estado, irá afetar a sobrevivência das comunidades e populações tradicionais ou as pessoas de baixo poder econômico que dependem quase que exclusivamente dos recursos naturais para sobreviver.

Nos relatos a seguir apresentados nesta subseção e nas duas próximas, demonstrarão como a interferência da gestão do PAREST tem impactado o modo de vida desses moradores.

Diegues (2009), aponta que as restrições no uso dos recursos naturais (caça, pesca, extrativismo) podem, em virtude da intensa fiscalização, impactar a sobrevivência dos moradores que passam por essas restrições. Neste sentido preocupou-se em observar até onde foram as alterações na alimentação e no modo de vida e se a interferência da criação do PAREST teve alguma influência causada nos hábitos alimentares.

Nos depoimentos abaixo, fica evidente que no passado, tanto na comunidade como em outras áreas de origem havia uma fartura e diversidades de tubérculos, frutas, peixes e caças, é que o demonstra o depoimento da Sra. M. L., 49 anos que veio para comunidade com um mês de nascida e se criou e vive na comunidade:

“Toda vida nós trabalhamos com a agricultura, pouquinho, mas desde o início do meu pai, nós tínhamos plantação de abacaxi, nós trabalhávamos com agricultura de roça. O agricultor que seja pequeno ele tem sua macaxeira, sua batata, seu cara, sua roça, sua farinha, seu beiju da manhã que é o nosso pão de cada dia que nós não temos acesso de comer pão todo dia, que nós não tem mesmo, uma vez tem, mas é caro. Eu fui criada nesse resumo com meu pai na roça batalhando, fazendo o plantio do abacaxi. Pro meu pai botar o pão de cada dia na nossa mesa ele tirava aquela quantidade de abacaxi embarcava numa canoa e levava a remo numa canoa pra Manaus pra vender, meu pai saia três horas da

madrugada quando era onze horas, onze e meia nós tava lá na Compensa. Eu tinha uns oito anos, ia eu, minha mãe, meu tio e meu avô e a gente ia com a canoa até o bico de abacaxi”.

Para entender a mudança foi perguntado à Sra. M. L. sobre como era a sua alimentação atualmente. Novamente ela faz uma forte referência ao passado de tempos de fartura que não fazem mais parte do presente da vida da atual família. Pode-se perceber na fala da moradora a grande angústia por ter perdido aqueles momentos de abundância alimentar.

“A gente continuou na mesma, mas teve dificuldade, teve porque no passado eu achava que era melhor porque a gente ia ali e buscava um peixe mais fácil hoje ninguém busca um peixe mais fácil porque ta tudo mais difícil não sei porque habitou mais morador mais exploração de caça mais zoada na mata. Hoje não ta muito fácil, a gente compra já. O meu pai tinha aquela liberdade toda de dar pra gente o que a gente queria, nós plantava nosso feijão, plantava nosso jerimum mas, era lá do lado de lá, porque essa terra é melhor do que essas daqui, aqui eu planto que da dá mas não é igual”

O lado de lá a qual a Sra. M. L. se refere é uma área que faz parte do terreno dela, mas que foi proibido pelos órgãos gestores do PAREST por representar um bioma importante pra a preservação florestal do parque, deste modo percebe-se a interferência do parque na alimentação da família, pois a área que foi liberada para o plantio, conforme relatado da moradora é muito infértil para a produção de outras variedades de tubérculos, frutos e frutas, inclusive para o plantio de roça.

Esta situação da infertilidade faz parte da cultura itinerante da Amazônia. De acordo com Matos (2015), depois de dois ou três anos de utilização a terra fica enfraquecida não gerando os mesmos resultados de produção como anteriormente. E o fato deles terem que usar a mesma terra, em virtude das limitações do parque, pode ser a resposta para a infertilidade do solo.

“Aonde a gente tinha acesso de fazer esse plantio não pode mais e aí fiquemos nesse lado, a gente tem, mas ficamos com pouquinho de dificuldade tem a nossa farinha, mas ficou mais difícil porque esse lado a terra não é boa e outro lado ficou proibido por causa do parque área de reserva e era a área que era melhor de fazer o plantio. E isso prejudicou porque hoje a gente compra mais e tem mais gasto pra adubar a terra e a gente não tem de onde tirar, porque eu não sou empregada e nem o meu marido é assalariado a gente vive nesse alvoroço”.

Notou-se, também, outras interferências que serão enfatizadas mais adiante, entretanto, há relatos de outros moradores que apontam a gestão do parque como uma

força coercitiva que os impedia de explorar a terra e a água de forma liberta como acontecia no passado.

“Só a roça mesmo, mas se vê esse capoeirão aí porque a gente parou de plantar, porque ninguém podia plantar um pé de alguma coisa que o parque não deixava” (Sr. F. C., 53 anos).

“Eu me lembro quando eu era pequena que a mamãe ia plantar roça era aquelas quadra imensa, não sei a quantidade, mas era muito, agora tem que ser pouco e não dá mais como era antes, eu lembro daquelas mandiocas que a gente tinha e agora se a gente for plantar não dá mais” (Srta. M. P., 23 anos).

“Sim, é porque não podia fazer roçado grande, porque eles chegavam aqui e dizia que tinha que broca pequeno o roçado se não o pessoal ia empatar aí a gente fica com medo ne, com medo de derrubar roçado grande porque pra dar fatura mesmo, muita roça e farinha, tem que ser o roçado grande. Meu pai era de três quadra, quatro quadro por anos a gente fazia , aqui no máximo é uma quadra duas não pode fazer mais porque a gente tem medo. Um dia desse chegou aqui um dizendo que nós só podia plantar onde nós derrubamos meu irmão quase chora, chega ficou doido querendo ir embora: “não ... não vou nem perto da casa mais, porque disseram que vamos plantar as plantas de novo em volta da casa”. A gente vive assustado, queriam que a gente plantasse árvore onde foram tiradas pra plantar de novo, aí meu irmão ficou assustado, eu disse não tenho fé em Deus que isso não vai acontecer” (Sra. M. Q., 32 anos).

“A gente tinha mais liberdade porque plantava mais e isso era bom para alimentação, agora limitou uma quadra. No tempo que teve a pesquisa do Ceuc e que vieram fazer a RDS, eles falaram que a gente poderia fazer duas quadras na capoeira baixa e um na capoeira alta, só que pra isso aí quando a gente começa no verão a roçar todo dia passa um avião olhando a gente, monitorando, então se houver uma queimada já tão tirando foto manda pra lá, você sabe a gente vive num big brother aqui, foi daqui já leva pra lá direto pro IBAMA, no mesmo dia no mesmo instante vem uma pressão pra nós, então a gente não tem a liberdade, tem essa limitação pra nós aqui” (Sr. F. F. 59 anos).

“A roça quando não tinha esse negócio todo mundo tinha roça agora pra gente comprar uma farinha mesmo vem mais de Manaus porque muitos já não têm a coragem de plantar porque a terra é ruim e com essa arrumação aí que não pode plantar então pronto mas de primeiro todo mundo tinha sua rocinha pouquinha mas tinha” (Sr. F. M., 61 anos).

No depoimento da Sra. M. T., 59 anos, verificamos as mudanças na alimentação em relação ao passado, identificou-se também algumas técnicas utilizadas pelos indígenas em adquirir os alimentos o que demonstra uma relação com a procedência dessa moradora que diz ser da etnia Mapari, conhecidos como Kaixanas que se encontram entre os municípios de Fonte Boa, Japurá e Tocantins.

“O meu alimento era diferente quando nós chegamos aqui, eu conto sempre pras minhas filhas, meu pai pegava peixe boi, aí minha mãe torrava o peixe e empalhava era assim num paneiro de palha, de manhã cedo nós ia toma café com garapa de açúcar, ela colocava a panela num difumero e de lá ela tirava ia fazer café e nós tudo na beira do fogo, aí ela ia fazer farofa daquela mixira do peixe pra nós toma café, era assim. Agora é: “mamãe cadê a bolacha”? “cadê o pão”?, é assim. Agora ta tudo diferente, eu sinto é muita falta. De manhã cedo a gente saía e ia vendo de um lado e de outro, era laço ne, a gente via a inambu (galinha da selva) tudo pendurada no laço, de primeiro era muita caça, e pássaro a senhora via por baixo e acertava com a flecha, e o pássaro caía com a flecha, aí um já ia pega e o outro já ia levantar o quebra-cabeça (armadilha que acerta a cabeça do animal com um pedaço de madeira pesada) e já tinha mucura, ninguém nem tinha espingarda pra pei (barulho da arma). Peixe grande a gente pegava aqui, pirarucu meu pai pegava de arpão, agora se pegar é difícil e ainda sim só de malhadeira, tracajá tinha muito aqui, foi sumindo tudo”.

No comentário acima é observada interferência dos produtos industrializados na mesa de sua família, logo tal interferência não se deu pela gestão do parque, o fato de terem acesso fácil ao consumo de outros produtos, o acesso a mídias entre outras situações demonstram a interferência da modernidade mudando os costumes alimentares.

Outros fatores começam a ser evidenciados, nos relatos dos moradores dessa comunidade, que demonstram que os impactos que vem sofrendo em sua alimentação e também em seu modo de vida são de responsabilidade de outros fatores que não tem relação com a gestão do parque o que em parte desmitifica a ação do PAREST como sendo o único responsável pelas mudanças na comunidade, situação já evidenciada por Matos (2015) e Parada (2204):

“A terra é fraca, você planta uma vez duas vez e já não dá mais, aí tem que plantar mais pra trás, usar outro pedaço, porque, no ano que a gente chegou aqui papai plantou isso aqui tudinho de mandioca agora não dá mais, cada dia que passa a areia aumenta” (Sra. M. Q., 32 anos).

“Porque que isso acontece, porque quando nós chegamos aqui que nós começamos a plantar era mata virgem, era uma terra boa, depois que nós começamos a plantar e virou capoeira foi enfraquecendo a terra, divido a acidez que não tem adubo na terra e aí começou o sacrifício” (Sr. M. F., 66 anos).

“Da terra mesmo só a mandioca pra fazer a farinha, o que ainda dá é uma mandiocazinha pra gente ir se alimentando, a gente pesca ainda, mas caça é muito pouco, muito raro aqui o cara matar uma caça” (Sr. F. C., 53 anos).

“Trouxe sim, porque a gente não pode fazer nada porque tem que ouvir a gente maior, meus irmão são gente da roça criado em interior eles gostavam muito de plantar,

gostam ne, mas agora não pode fazer, principalmente o que a gente fazia onde a gente morava, lá a gente plantava pra nós e pro outros, muita gente chegava lá e se fartava de comida de plantação era cará, batata aqui não tem além de não poder fazer roçado grande a terra não dá, pode plantar que não dá não. Meu pai plantava muita banana, muita cana, fazia mel, ananás, pupunha, macaxeira, cará, batata, tudo, tudo. Tudo isso a gente tinha, aqui acabou, o que dá mesmo aqui pra agüentar é a roça. Uma árvore de abacate como dessa daí ó, já tem uns treze anos não dá fruta taí, quando cresce a árvore não dá fruto, mangueira também não desenvolve muito o fruto é pouco, a fruta melhor que dá aqui mas é muito diferente de lá é tucumã o cupu. Nós temos um partido de pupunha aí pra dentro á uns cinco anos e nem sonha de dar, começou bonita, mas depois desse verão passado ficaram tudo seco morreu quase tudo. Foi um verão horrível perdemos uma quadra de roça que passamos três meses ajeitando plantando paguei gente pra plantar, quando plantou não nasceu um pé, e nós estamos sem farinha, nós estamos comprando. Na verdade quase tudo nós compra” (Sra. M. Q., 32 anos).

“A gente aqui vai perdendo a vontade de plantar, a gente planta, luta e morre, você vai perdendo a suas forças se vai desvanecendo e ainda não pode isso e aquilo, como fica?” (Sra. M. Q., 32 anos).

Por meio dos relatos acima observamos que os moradores da comunidade encontram muitas dificuldades para plantar isso se deve tanto pela reutilização do solo por mais de três anos, sem que haja a fertilização por meio de técnicas apropriadas, como o que já foi apresentado por Morán (1999) na seção anterior sobre o solo em regiões de água preta, onde a acidez e a pobreza química da terra dificultam o cultivo de muitas espécies de plantas. Conforme ainda o autor esta situação poderia levar à destruição humana em virtude da baixa biomassa vegetal e animal, sendo o plantio de mandioca a saída para a nutrição em resposta a esses tipos de solos ácidos e pobres.

Outra situação que pode ser observada, é que mesmo a roça de mandioca ser um tipo de plantação que se adapta bem a esse tipo de solo, o mesmo vem sofrendo fortes pressões humanas devido ao aumento populacional e o intensivo uso do solo que não responde mais de forma satisfatória conforme já relatado, em alguns lugares a mandioca já não vinga e em outros lugares crescem em tamanhos inferiores ao passado.

Várias são as queixas relatadas por esses moradores que precisam conhecer novas técnicas de lidar com o solo de água preta, com o solo que já foi exaurido e precisa ser recuperado, além desses conhecimentos precisam ainda de apoio financeiro para a compra de adubo e de sistemas de irrigação, pois o verão castiga muito as plantações e a falta de energia pelos impossibilita a irrigação do solo que não resiste ao forte verão amazônico.

“Se tivesse algum desses órgãos que ajudasse pelo menos a adubar a terra nós tinha como plantar pra ter, por que quando nasce o bicho ajuda comer, e quando não nasce nem tem produção” (Sr. F. A., 59 anos).

“Do jeito que a terra é um ruim aqui é dois anos, até porque aqui não tem uma energia o cara não tem uma água pra aguar uma planta, então a terra tem que ser boa pra aguentar três anos quatro anos uma plantação na mesma terra. A energia prejudica muito, a gente ta esperando que essa energia chegue pra cá, dá pra gente fazer uma plantação e aproveitar mais a terra pro mais tempo. O cara vai fazer um plantio num canto ali só vai mexer quando não der mais, quer ver ali no rio Solimões o cara tem uma terra de 100 por 50 e todo ano ele só planta ali” (Sr., F. S., 53 anos).

“Foi feito um curso de agroecologia que foi feito pelo Ipê e eu participei do curso e nós fomos até o Rio Branco e eu conheci o plantio da terra do rio Branco só que a terra de lá é diferente da nossa, muito diferente. Aqui é como eu já expliquei, nós temos que queimar a terra, porque nós não temos condição de plantar no meio da floresta mandioca, como é que nós vamos plantar no meio da floresta se ela não da na sombra ela só dá no sol (sistema de abafo), na terra branca é mais fértil e aí dá, aqui não a terra já pobre porque é só ferro e ainda sem sol, fica difícil. Por isso que eu já pedi do governo pra vim fazer um estudo na terra pra vê como a gente pode aproveitar melhor a mesma terra sem precisar fazer roçado em outra terra” Sr. M. F., 66 anos.

Observa-se a preocupação do morador em não querer utilizar outra terra, o que demonstra uma preocupação com o meio ambiente, porém observa a necessidade de técnicas apropriadas para o ambiente daquela comunidade.

Por outro lado, há também a preocupação com a distância das terras que estão longe da sua residência que além de serem afastadas, o que dificulta o controle do plantio, essas áreas se encontram em mata virgem que não podem ser exploradas, em virtude das limitações exigidas pela gestão do parque:

“Aqui nesse Jaraqui tem as veias de terra que são boa , mas a gente não pode ta experimentando aqui e ali, fazendo buraco em tudo que for de lugar pra ver se a terra é boa em terra que nem é nossa e também não dá pra ser longe da gente porque o bicho vai lá e come (M. Q., 32 anos).

“...e pra pegar terra boa tem que ir lá pra dentro na floresta só que é muito longe e nós não pode mais matar uma floresta virgem que o parque não deixa” (Sr. M. F., 66 anos).

Diante desta circunstância observamos que o modo de vida desses moradores vem sendo alterado ora pelas imposições e proibições do PAREST e ora pela própria infertilidade do solo que se apresenta ainda mais enfraquecido em virtude da ação humana. Estas

situações podem estar desencorajando esses moradores a não mais plantar ou diminuir o seu trabalho de plantio.

Conforme Cunha (2012), e também observado em campo “A sua agricultura é baseada em pequenas roças individuais” [...] Estas comunidades costumam fazer seus roçados no quintal de suas casas [...] Não sendo hábito abrir grandes áreas para a produção de roças. Em sua maioria são plantas frutíferas e plantação de mandioca. Conforme a autora, não chagam a plantar mais de cinco hectares, com tudo, na comunidade as áreas utilizadas, conforme relatos e observação em campo, as áreas de roça não chegam a três hectares e em sua maioria são de um hectare.

Segundo observado nas pesquisas de campo (UEA, 2015), e já apresentado na seção anterior, à comunidade apresenta um número reduzido de produção de roça, em média de 43%, em algumas áreas este percentual aumenta, é o caso do Jaraquzinho, que concentra 72% de famílias que roçam e em outras áreas ela diminui drasticamente, é caso da Vila, onde 28% das famílias têm roça.

Uma situação relatada por um morador que pode ser umas das variantes que podem estar por trás desse resultado é a situação dos tamanhos dos terrenos da vila que são menores:

“Porque isso que nós estamos é uma ilha se seguir em frente a gente vara no Arara, e até chegar lá tem umas treze residências e aí nós não tem espaço pra plantar só em terra seguida mas a gente não pode ne, é proibido pelo parque” (Sr. F. M., 61 anos).

Outros fatores também estão afetando a alimentação desses moradores é o caso do peixe que, conforme relatos, foi impactado pela interferência da gestão do PAREST e pela diminuição dos peixes na comunidade. Os relatos abaixo demonstram as dificuldades enfrentadas pelos pescadores. Conforme Morán (1999, p. 177), “A pesca é uma fonte de proteínas que rendem mais por hora do que a caça na maioria dos casos documentados na Amazônia”. O uso, por exemplo, da malhadeira é uma das técnicas que rende menos esforço e tempo para o pescador, que se tiver sorte pega a quantidade de peixes necessária para as refeições de um dia ou mais.

“Do peixe a gente sentimos porque a gente não pode buscar um peixe e a onde tem porque não pode ir lá por causa da fiscalização e aqui também não tem essa facilidade como

tinha, porque meu pai dizia assim: “Fica aí mulher torrando farinha que eu vou buscar um tucunarezão”. E ia buscar, parece que ele já deixava lá porque ele chegava com o tucunarezão que dava pra família toda. E isso tem acontecido devido a muito morador é muito exploração de pesca e de caça” (Sra. M. L., 49 anos).

“O peixe é o que a gente pode pegar ne, mas agora tá ruim de peixe aqui, até na ilha por onde a gente sempre pesca tá ruim de peixe, a gente não vê mais muito peixe como antigamente, até tambaqui a gente pegava, eu não sei se é porque tem muita gente que trabalha na ilha, eu acho que é isso, descampa vai descampando e peixe só gosta do cerrado ne, aí derruba e fico limpo ne, aí sujeira que eles deixam de óleo vai retirando o peixe e vai ficando ruim e eu não trabalho mais com madeira e sem peixe fica ruim ne e pra longe ninguém pode ir, o IBAMA toma conta. Nesse primeiro lago daí da frente isso aí era para eles liberarem para essas comunidades daqui da frente, porque aí nesse lago vem gente do cacau pescar aí vem gente do outro lado essas comunidades tudo pesca nesse lago. E aí não carecia eles fica em cima de nós. Uma vez eles me pegaram já aqui do outro lado e me tomaram o meu arpão dizendo que aquilo matava era peixe boi nunca eu vi aqui (rsrsrs) um peixe boi morto por mim e nem pelos outros, antigamente a gente comia até tracajá que o próprio regatão trazia agora não pode mais” (Sr. F. M., 61 anos).

“Hoje eu vejo que o fluxo das embarcações no lago, um dos gargalos que nós temos é a própria escola o transporte escolar, porque a lancha da escola com o motor potente ele vai fazendo um rebuliço no rio todos os dias de manha, meio dia e agora cinco da tarde e ele vai até cabeceira e até a boca do igarapé, então e isso espanta o peixe que além daqui ser um igarapé ele é raso e isso espanta os peixes e isso não tem solução, a não ser que criasse os tanques porque não é que tá ficando escasso é que o peixe é esperto e ele vai embora com o barulho” (Sr. R. S., 29 anos).

“Por exemplo o que não pode mais é lá pra ilha pescar, porque se lêz pegam o cara com malhadeira eles tomam tudo caniço tudo e aí fica difícil pra gente mas pro consumo a gente pesca por aqui mesmo” (Sr. F. C., 53 anos).

“Foi problema muito grande, a gente pescava, mas era sempre com medo deles chegar prender a gente e levar o nosso material e eles quebravam o nosso material jogava nosso alimento na água” (Sr. M. F., 66 anos).

O lago que margeia a comunidade não apresenta quantidade de peixe suficiente para todos na comunidade em virtude da sobre carga populacional e da movimentação sobre ele, e o local mais próximo é a ilha de Anavilhanas que fica defronte à comunidade e é uma área proibida. Contudo os moradores relatam ser o território mais utilizado por eles, que mesmo sabendo que é proibido, não encontraram ainda, uma outra alternativa para garantirem o seu alimento.

Diante dessa conjuntura é necessário rever a demarcação dessas áreas proibidas para que possam ser dadas as oportunidades aos moradores de buscarem seu alimento e

reporem a proteína necessária ao organismo humano. Ou ainda, criatórios de peixe, como já sugerida por um dos pesquisados acima.

Outra alternativa seria incentivar e apoiar a participação da comunidade em outros projetos que apoiem a produção de outros animais que possam agregar na alimentação como a criação de galinhas, que conforme moradores precisam de financiamento ou de conhecimento para criar as galinhas sem muitos custos.

Os relatos abaixo demonstram as dificuldades financeiras desses moradores de criarem esses animais, já que vivem de subsistência o que sobra não lhes confere a condição ideal para manter a criação e por outro lado à própria pobreza do solo não fornece de forma natural o alimento:

“Porque a criação aqui se você não comprar comida pros animal, morre tudinho, morre, meus bichos vem tudinho pedindo da gente assim como criança, é e tem que comprar. Lá não, lá se não dava nada pras galinhas não, elas entravam aí tinha grilo tinha minhoca tinham um monte de coisa porque a terra era boa, não tem não, essa terra seca tem hora que você olha as galinhas tão comendo areia, porque não tem nada” (Sr., M. Q., 32 anos).

“E como é que nós vai criar bicho se nós não tem o alimento, se nos tiver roça nós tem o alimento pro bicho também” (Sra. M. T., 59 anos).

A caça é uma prática que também vem passando por essa situação: tanto pela interferência de gestão do PAREST, como da pressão humana sobre o ambiente. A caça, assim como a pesca representam atividades tradicionais com profundas relações com a natureza por estarem ligadas diretamente às decisões e atitudes do caboclo ribeirinho, sob as influências do solo, da floresta e da água (FRAXE 2004).

Representam também, uma forma de subsistência, é bastante praticada em algumas áreas da comunidade, é o caso do Jaraquzinho onde esta pratica é realizada por 72% das famílias, já no Jaraqui Grande essa quantidade é um pouco menor, mas bem representativa chegando a 48%, e novamente a Vila continua sendo a área que menos pratica essas atividades, em torno de 32%.

Conforme Cunha, (2012), a região do PAREST apresenta uma grande diversidade biológica, uma área de extrema importância para conservação, porém conforme a autora e também como verificado em campo, a área conta também com uma diversidade cultural,

sendo abrigada por famílias caboclas indígenas que se alimentam de caça por uma questão cultural, sobrevivência e por preferência:

“Tem horas que não tem jeito, a gente tem que ir lá na mata buscar uma caça, porque nem sempre a gente consegue pegar peixe, tem dia que ta difícil mesmo ou então o boto, bicho danado, pega nosso peixe. E o povo daqui de casa começa a reclamar que ta pra criar escama de tanto come peixe, aí não tem jeito a gente tem que pegar um bicho pra comer” (Sr. M. F., 66 anos).

Os relatos abaixo demonstram as dificuldades de praticar a caça na comunidade e ainda a aponto a diminuição dessa prática que é esporádica e não regular como a pesca:

“Não, é mais difícil, antes do parque meu marido matava, o parque também proibiu hoje nem tudo a gente tem liberação na mesa pra nossa alimentação. A senhora sabe que hoje uma caça é muito proibida uma paca um bicho uma coisa tudo é proibido eu não posso como ter uma caça na minha mesa porque hoje tem rastreador eu só sou bestinha a cara, uma que eu to com a panela cheia de paca to escondendo da senhora, mas aquele cheiro gostoso, e a senhora quando sair daqui a senhora vai dizer poxa Dona M. L. tava com uma panela cheia de paca, e aí um conta pro outro e todo mundo sabe, então a gente procura um meio mais fácil um peixinho, cria galinha, pato, as vezes” (Sra. M. L., 49 anos).

“Rapaz todo tempo aqui nunca foi um lugar bom de caça, o cara mata mais uma paca quando ta dando fruta, mas quando ta cheio que o cara vai nas cabeceira desses igarapé aí, mas não é vantagem não nem pra sobrevivência” (Sr. .F. C., 53 anos).

“Nós não estamos matando ninguém, mas vamos preso, até se a gente mata uma caça pra levar pra nossa família a gente vamos preso, não querem saber não” (Sr. F. A., 59 anos).

“A caça é muito difícil, às vezes a gente caça aqui mesmo na espera de uma fruteira pra pegar uma cutia, mas é mais é pescar. De primeiro era até melhor de caçar, mas agora é mais difícil, porque já chegou muito morador tem muita gente e aí já ficou mais difícil o negócio da caça até de peixe, sempre pra gente pegar um peixe melhor a gente tem que ir lá na ilha pegar” (Sr. F. G., 48 anos).

“Se o caboclo vai caçar ele chega e apreende a arma e caça do cidadão e onde fica o direito dele comer e alimentar a sua família” (Sr. M. T., 37 anos).

“Complicou muito essa situação, o que mudou na minha mesa é que não podia matar uma caça que o parque não deixava” (Sr. M. F., 66 anos).

Conforme Matos (2015), a caça como a pesca não fazem apenas parte da sobrevivência, essas atividades em muitas vezes são também utilizadas de forma comercial o que se torna mais danosa para o meio ambiente, porém entre os entrevistados a pesca utilizada para venda se resume, na maioria dos casos, na sobra que não será consumida pela

família, conforme informado são poucos os moradores que de fato pescam para vender. Enquanto que a caça é somente utilizada para o consumo familiar.

4.3.4 O trabalho e as atividades tradicionais o que mudou?

Como comentado anteriormente, as atividades tradicionais do caboclo ribeirinho tem uma relação direta com a natureza, praticamente uma boa parte do seu alimento e do seu trabalho é retirado do meio ambiente. Os conhecimentos profundos sobre esta relação são intensos que permitem que o caboclo conheça a forma, a época e o tempo melhor para se usufruir dela. E o trabalho que também está ligado à alimentação e ao modo de vida desta comunidade sofreu alterações assim como já observado.

Anteriormente, foi discutido sobre as atividades da agricultura, da pesca e da caça, os resultados apontados, mesmo estando voltados para a alimentação, observamos as alterações nessas atividades que diminuíram em virtude de vários fatores: das exigências da gestão do PAREST, do excesso populacional que exauriu parte do solo e dos lagos do entorno da comunidade; e a própria infertilidade do solo das águas pretas do baixo Amazonas.

Diante disso, a comunidade continua praticando as atividades de pesca, de caça e agricultura mais voltada à roça de mandioca como já apresentados nos dados anteriores:

“Caça, pesca, roça, produção de farinha, espeto, criação de galinha e porco, carvão só de vez em quando pro nosso consumo” (Sra. F. G. 48 anos).

“Só pesco pra mim e vendo por aqui também, só aqui, Manaus não. As vez vende nas outras comunidades ali no Arara” (Sr. F. M., 61 anos).

“Como eu to dizendo a gente faz um roçadinho pequeno só pra nós mesmo, corto uma madeira pra vender pra comprar um açúcar quando não tem e pesca pra comer” (Sr. F. C., 53 anos).

“A gente planta e eu trabalho no barro, faço fogão, panelas, artesanato, faço espeto e carvão, pesca de vez em quando porque ta muito ruim de peixe aqui, nem no verão não tem mais” (Sra. M. Q. 32 anos).

Também foram identificadas outras atividades que não são consideradas tradicionais, oriundas de um tipo de ofício profissional adquirido por meio de um conhecimento

específico, foram os casos das profissões de cozinheira, agente de endemias, professor e carpinteiro:

“Eu ajudo ele na roça, a gente planta macaxeira, cara, batata esse não prestou porque deu broca, jerimum, abacaxi só pra gente ter mesmo um pouquinho, pescamos e eu presto serviço de cozinheira pra esses órgãos às vezes, umas duas vezes no ano às vezes aqui em casa eu recebo eles” (Sra. M. L, 49 anos).

“Eu planto eu crio, como eu trabalhei muito em Manaus de duas profissões carpinteiro e pedreiro de vez em quando tem um servicinho por aqui pra ir se mantendo ne, farinha quando sobra a gente vende aqui e ali. Até então as pessoas não tem ne, devido a profissão, então quando tem eles vem aqui comigo. Também não dá pra cobrar um absurdo que a gente sabe da situação das pessoas por aqui. As vezes quando a gente faz uma farinha a gente vende, as vezes um animal, mas é muito difícil criar ne, porque tem que alimentar, mas a gente vende de vez em quando aparece um querendo comprar” (Sr. F. A. 59 anos).

Vale ressaltar que mesmo os moradores realizando outras atividades eles não deixam de exercer as atividades tradicionais como a caça, a pesca, a agricultura e o extrativismo, é o que o autor Witkosk chama de multifuncional onde “A multifuncionalidade que funda suas características básicas, decorrente do seu modo de vida, imprime-lhes um *habitus*, no sentido sociológico” (2013, p. 162).

. O turismo é outra atividade profissional praticada pelos moradores, apesar de não ser uma atividade tida como tradicional, ela tem uma forte influência cultural e ambiental por propagar formas de cultura e proporcionar um contato com a natureza.

“Caço, pesco, trabalho com turismo, minha profissão de agentes de endemias, a G. trabalha na escola como professora voluntária se precisar trabalhar na cozinha ela também pode porque já fez o curso de cozinheira, faz bala de cupuaçu e castanha que também aprendeu em um curso, a verdade é a música que tocar a gente tenta dançar” (Sr. M. T., 37 anos).

“Turismo, eu planto minha roça, eu faço as minhas canoas, tiro madeira pra consertar a minha casa, então eu faço tudo, eu faço artesanato, vime” (Sr. M. F. 66 anos).

O autor Maldonado (2009, P. 31) aponta que o turismo comunitário tem “objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida”.

Destarte, o modo de vida é mantido como forma de produto a ser oferecido pelos visitantes como também a cultura é fortalecida por meio da divulgação proporcionada pelo intercâmbio de culturas.

O turismo comunitário também é apontado como sendo uma atividade que preserva o modo de vida tradicional e garante uma forma econômica de o sustento ou parte dele sem agredir o ambiente.

Vale ressaltar, que essas atividades podem estar modificando a organização social dessa comunidade, que apesar de representarem números pequenos, percebe-se que aos poucos os moradores vêm se apropriando de outros conhecimentos, criando assim outras oportunidades de trabalhos diferentes das consideradas tradicionais que tem uma relação direta com a natureza. Essas mudanças serão mais discutidas na quarta e última seção.

Porém, a comunidade apresentava outras atividades que não são mais exploradas com tanta intensidade em virtude somente da proibição dos gestores do PAREST. É o caso da extração da madeira e da produção de carvão, esta última muito praticada em boa parte da comunidade. Segundo pesquisados elas ainda são praticadas em raras situações, para consumo próprio e em poucos casos de forma ainda ilegal.

Segundo o autor Matos (2015), a retirada da madeira assim como a pesca, a roça e caça são atividades que são determinadas conforme a manifestação cíclica da natureza: “É com base no ciclo da água – enchente e vazante do rio – que conseguimos observar a pressão sobre a retirada da madeira [...]”, o autor observa que é na cheia do rio a época ideal e preferida pelos caboclos ribeirinhos para retirar a madeira, pois água adentra a floresta ficando mais próximas as árvores de interesse, além de ficar mais fácil o seu escoamento que é realizado por água até a sua residência onde a água também se aproxima.

De acordo com Cunha (2012), a extração de madeira não era tão praticada em virtude das leis sobre a retirada da madeira que inibia o comércio na área do PAREST, com tudo, essa atividade era bastante presente na comunidade, que só foi de fato inibida com a gestão do PAREST.

“A gente tirava seringa, fazia o carvão, tirava estaca, lenha de metro lenha de tonelada, vara de andaime, tudo nós tirava e tudo dava dinheiro” (Sr. F. G. 48 anos).

“Logo nós chegamos aqui nós cortava madeira de jangada, serramos Itaúba, tirando breu fazendo sova, seringa, cipó, mas quando chegamos aqui foi mais tirando Itaúba e o carvão” (Sr. F. M., 61 anos).

No relato acima se pôde verificar um tipo de embarcação muito utilizado pelos ribeirinho, mas que hoje paulatinamente foi substituído pelo motor de poupa e pela rabeta. A jangada de madeira conforme Matos (2015), era uma forma antiga que foi muito usada em uma determinada época do Amazonas.

Uma situação verificada é a falta de madeiras de lei, conforme exposto por Cunha (2015) a Itaúba era a mais procurada na região do PAREST, hoje os próprios moradores percebem a sua ausência:

“Porque a Itaúba ta muito difícil, muito longe de tirar e depois é proibido” [...] (Sr. F. C., 53 anos).

Essa realidade se estende em boa parte do Amazonas e também na comunidade Bela Vista do jaraqui, onde cada vez mais se torna difícil encontrar madeiras de leis para produção de móveis e construção de casas. Observa-se que a fartura antes apontada na agricultura, pesca e caça também não é mais uma realidade para a extração de madeira na comunidade, que hoje encontram dificuldades para encontrá-la e retirá-la.

Segundo Matos (2015) “Voltando ao presente, à fartura de madeira que se podia ver e escolher da janela de casa, já não é mais realidade. [...] Quem na época viveu não teve de conduzir de muito longe a madeira necessária para construir sua casa, mas hoje a realidade é outra”.

“Antigamente madeira de lei era aqui pertinho agora pra gente achar é muito longe, muito longe mesmo, eles tão carregando de três tombos pra cá” (Sra. M. T., 59 anos).

“Tem muita madeira de lei que a gente nem vê mais, louro que a gente tirava pra construir casa, é loro do mata a gente tem que entrar mais de um quilometro dentro da mata pra tirar uma madeira mais ao menos que nem sempre ta boa, ta toda partida, aqui pra trazer uma madeira boa é três, quatro tombos” (Sr. F. A., 59 anos).

O termo “tombo” é utilizado para medir a distância pelo esforço de quem carrega a madeira. O tombo significa quando a pessoa não agüenta mais de cansaço e joga a

madeira no chão para descansar e aliviar o esforço. Cada tombo leva, conforme relatos, de 15 a 20 minutos de caminhada, dependendo muito de quem carrega e da sua resistência física.

Esse esforço físico também é apontado por Matos (2015), como uma questão que não é para qualquer indivíduo. Tal atividade depende principalmente de uma boa adaptação ao ambiente Amazônico, que significa estar adaptado as ferradas dos insetos, ao clima quente e apresentar condições físicas adequadas para suportar o esforço em demasio.

Os relatos abaixo relatam as dificuldades encontradas perante a intensiva fiscalização do IBAMA, que tomava os equipamentos, os produtos e multavam os madeireiros:

“De primeiro levava de barco, barco grande mesmo de pegar 20, 30, 40 metro de madeira, agora não leva, muitos perderam os barcos, muito, muito mesmo, pegavam com madeira prendiam lá pro Novo Airão, ta lá os barcos, o Jorge perdeu barco, o Zé Martelo perdeu barco, dali de cima perdeu barco, muita gente perdeu, e os pobres daqui da comunidade levam é a canoa” (Sr. F. G., 48 anos).

Isso posto, notou-se também a preocupação com a falta da madeira em vários relatos que mesmo afirmando que a madeira era uma forma de sustento salientam a importância da sua preservação:

“Tudo bem o certo seria não tirar a madeira hoje eu até concordo pra preservação, mas aí tem que dá um meio de sobrevivência, vão sobreviver de quê, tira tudo e vão fazer o quê? De certa forma estão incentivando ele a tirar mais, mesmo sendo errado, porque proíbe tudo” (Srta. M. P., 25 anos).

“Ele aqui, não recebe nada e não pode tirar madeira, não pode pescar e nem plantar pra vender, e ele é um pai de família e não pode se virar pra viver. Fica ruim pra nós isso” (Sra. M. T., 59 anos).

Observa-se que a maior insatisfação, no entanto, não foi somente perder o trabalho de retirar a madeira e garantir o sustento de sua família, foi não terem tido a oportunidade de aprenderem e se adaptarem a outra atividade, simplesmente tiveram que deixar o seu trabalho sem nenhuma expectativa de outro trabalho.

Por causa disso, alguns continuam a retirar madeira, em menor quantidade devido à fiscalização, porém mesmo quando são apanhados o comprador que fez o pedido reembolsa o madeireiro na garantia de ter a sua mercadoria:

“É o que eu já disse isso não adianta, eles tomam a madeira, tomam o barco o motor de serra e o comprador compra tudo de novo pra ele trazer a madeira” (Sr. M. F., 66 anos).

A atividade do carvão também foi proibida na comunidade, conforme relatos tal atividade era muito praticada por boa parte dos moradores que sentiram muito a sua perda, pois, representava uma garantia financeira para manter a família de outros produtos necessários à sobrevivência, já que nem tudo se tira da natureza. O café, o açúcar, o feijão, o óleo, entre outros eram comprados já naquela época.

“O carvão a mesma coisa a gente faz um pouquinho, assim quando se põe um roçadinho aí faz só com aquele tantinho pro uso da gente, mas não é mais modo de vida das pessoas não, principalmente o carvão era muito produzido, mas se não é pego aqui vai ser pego em Manaus. Vai chegar lá como com carvão? Vão prender” (Sr. F. C., 53 anos).

Percebe-se inclusive a dificuldade de produzir o carvão para o próprio consumo em virtude da fiscalização intensa na comunidade:

“Continua a mesma ne, porque antigamente a gente tirava uma madeirinha pro carvão pro um esteio, hoje em dia não pode tirara mais não nem aproveitar uma madeira pra fazer carvão” (Sr. F. C., 53 anos).

“O carvão, mas teve que acaba por causa do parque, a gente às vezes quer assar um peixe uma carne e é proibido, eu até tenho um pedaço de madeira para fazer, mas não posso ” (Sr. M. F. 66 anos).

Os moradores questionam sobre a sobra da madeira que muitas vezes é retirada de um roçado e que poderia servir para a fabricação do carvão para o consumo próprio e o excedente para a venda.

Outra atividade identificada é a produção de espetinho, que conforme relatos, são praticadas por 40 famílias, em média. De acordo com Cunha (2015), esse tipo de produção é bastante realizado nas comunidades do PAREST e na comunidade não é diferente.

A atividade de espetinho foi introduzida na comunidade por meio de um comunitário que chegou aos dezoito anos na comunidade. O ofício foi aprendido em Manaus e a técnica foi sendo repassada aos poucos a outros moradores. Contudo, a atividade não parece ter sofrido a mesmas exigências de proibição e fiscalização intensa como caso da extração de madeira e da produção de carvão.

Uma das dificuldades encontradas apontadas pelo Sr. S., 40 anos, é a baixa demanda do produto que está perdendo espaço em virtude da tecnologia das novas churrasqueiras que fazem uso de gás ou eletricidade, que por possuírem a grelha ou chapa para o apoio da carne dispensam o uso dos espetos.

“Não foi impactada não, a única coisa que aconteceu com a produção de espeto é que ela fracassou tem muitas pessoas produzindo e pouca demanda, agora tem muita churrasqueira elétrica então, em vez das pessoas comprarem o espeto elas não precisam mais porque já tem a grelha pra assar. No tempo logo do início eles prendiam tudo não tinha proibição mas se eles pegassem qualquer pedaço de madeira eles levavam tudo” (Sr. S., 40 anos).

Observa-se, conforme relato acima, que a falta de conhecimento mercadológico, que é extremamente competitivo, e que não faz parte da realidade de conhecimento ribeirinho, é e será um desafio a ser enfrentado por eles. Provavelmente, há e haverá necessidade de apoio externo para dar suporte e acompanhamento mercadológico.

Como já apresentado na subseção acima que trata da alteração alimentar, podemos afirmar que a interferência da gestão do PAREST não é o único fator que pode estar contribuindo para as ações de diminuição das atividades tidas tradicionais. Já foi observado anteriormente que a pobreza do solo, causada pela ação antrópica e pela terra pobre de águas pretas, é um dos fatores que vem limitando esses moradores de produzirem (plantar, pescar e caçar) de forma mais abundante como faziam no passado. Destarte, esta situação pode estar comprometendo as atividades de trabalho desses moradores como também prejudicando a qualidade da alimentação.

Conforme relatos, pudemos observar por várias vezes a visão dos moradores ao perceber a perda de seus ambientes naturais que estão sendo destruídos a ponto de não fornecerem mais os recursos importantes para manutenção de suas vidas, como o caso da perda do alimento (caça, pesca e plantações) e de tipos de madeira. Portanto, essas atividades tradicionais são importantes para manter a cultura e a sobrevivência dessa comunidade, entretanto as atividades devem ser repensadas e planejadas de forma a não agredir a natureza.

Destaca-se ainda, a relevância que esses pequenos produtores tem para o abastecimento da população da área urbana de Manaus que não produz o seu alimento.

Logo, a preocupação não deve ser somente afastá-los dos seus ambientes ou diminuir suas atividades a ponto que só produzam para subsistência como única alternativa para a preservação ambiental que deve ser tratada com muita atenção, porém não podemos também conviver com atitudes radicais que futuramente podem deixar o Estado sem produção própria de alimentos, é preciso refletir, ponderar e achar alternativas que garantam a permanência, o modo de vida dessas populações e a continuidade de suas atividades em paralelo a preservação ambiental.

3.4.5 O impactado financeiro

Conforme já comentado, a situação econômica desses moradores também foi afetada, já que suas atividades foram reduzidas. Vale ressaltar, que esta situação também é apontada no segundo princípio da ecologia política onde a alteração das ações ambientais impacta na situação financeira desses moradores.

Em conformidade com o terceiro princípio da ecologia política que trata dos resultados além das alterações político-econômico, visando perceber que tais ações impactam também na mudança de relação de poder. Neste caso foi observado que os moradores dessa comunidade perderam o poder de trabalhar livremente e tomar suas decisões conforme a necessidade de sua família. O provedor da família não tem mais o poder de decidir o que colocar na sua mesa nem o quanto colocar muito menos o quanto poderia ganhar para manter sua família. Esse poder de decisão está submetido às leis do Estado com a criação do PAREST. É o que demonstra os relatos abaixo onde é preferível dormir com fome do que sair para pescar pelo receio de ser preso:

“Foi meio difícil pra gente enfrentar porque a renda era a mesa farta, e hoje é pouco, foi pensado muito em mudar daqui, que é como eu lhe disse primeiro a gente ter a coisa boa e depois mudar completamente. O marido saía pra pescar, lá e eu tinha medo dele ir que Deus o livre não voltar e eu não ter notícia. Será que pegaram ele, prenderam, fizeram alguma coisa? Então nós preferia ficar desse lado e as vezes dormir com fome do que ser prejudicado” (Sra. M. L., 49 anos).

“Sim impactou, é frustrante, porque não tem outra coisa pra sobreviver, sabe que é errado porque ta matando a floresta, tem que pensar no futuro, nos nossos filhos e netos, do quê que eles vão viver? A gente sabe que é errado é ne, mas e aí a gente vai comer de quê

vai viver de quê? Eu penso assim que hoje a minha mãe é aposentada e a gente cuida de um terreno ainda recebe né, e os outros? Pra quem não tem uma renda assim, quem não tem nada, como fica?” (Srta. M. P., 25 anos).

“Naquele tempo era melhor porque qualquer produto a gente vendia e agora não muitos produtos a gente não pode mais vender porque se os cara pegar já era” (Sr. F. S., 61anos).

“A gente sentiu porque proibiu muita coisa como a extração da madeira que proibiu, vamos supor o cara é pego com cinco dúzia de madeira o cara vai perder a canoa e a rabeta e ainda vai ser multado, é uma coisa que só Deus é que livra o cara, quando der pra vender uma madeirinha pros amigos eu vendo por aqui mesmo, porque a gente precisa pra sobreviver, tem que tirar a madeira aqui é todos se bem dizer não tem essa” (Sr. F. C., 53 anos).

“Impactou muita coisa antigamente eu ganhava mais dinheiro, eu vendia muito carvão, trabalhei com carvão, fazia carvão e vendia muito carvão, mas eu também tirava a madeira pra vender e hoje eu não posso mais vender. A gente ganha mais pouco hoje, a gente ganha só do espeto e é pouco” (Sr. S., 40 anos).

“Mudou porque antes quando eu trabalhava aqui as pessoas tinham mais dinheiro e faziam mais serviço, hoje é pouco ne, e a gente tem que fazer a menos porque não tem como concorrer com o preço de Manaus, a gente vai pedir 100 reais como pedem lá, 100, 150, a gente não pode fazer isso aqui no mínimo 80, 70 reais depende da pessoa, às vezes até troca de alguma coisa, às vezes a pessoa tem uma madeira que não ta precisando, sobra de material, assim a gente vai fazendo porque não é tudo que é em dinheiro que a gente recebe” (Sr. F. A., 59 anos).

Contudo, as limitações que impediram as ações libertas de uso de solo e da água desses moradores, apesar de terem afetado o modo de vida da comunidade, foram responsáveis por reduziram os impactos ambientais na área.

3.4.6 As técnicas, as tecnologias e os conhecimentos

Nesta subseção serão analisadas: as formas e as técnicas de trabalho desenvolvidas pelos moradores da comunidade Bela Vista do Jaraqui, e as mudanças ocorridas em relação ao passado; as ferramentas utilizadas para a realização das atividades e as tecnologias atuais; e por fim quais os conhecimentos externos adquiridos, e até que ponto influenciaram as atividades de trabalho na comunidade.

Como já apresentado na primeira seção por alguns autores e por Matos (2015) a prática de plantio nas comunidades amazônicas é frequentemente realizada da mesma forma, derrubar a mata, queimar e plantar, isso faz parte da agricultura itinerante da Amazônia. Para Cunha (2010), que realizou a sua pesquisa na região do PAREST, a agricultura de corte e queima é um tipo atividade tradicional na Amazônia desenvolvida tanto por povos indígenas como por povos tradicionais da área.

Conforme relatos dos entrevistados para alguns o método continua do mesmo jeito como no passado, como era realizado pelos pais e avós, vale ressaltar que este método é uma forma tradicional passado pelos seus ancestrais. Conforme Wagley (1988) no roçado, as práticas de corte e da queima são muito utilizadas, o que constitui uma atividade tradicional e as ferramentas continuam sendo o terçado e o machado.

“Nós ainda estamos no mesmo ainda porque meu pai derrubava de machado tudo era de machado e meu marido ainda é do mesmo jeito ainda no machado, terçado e a enxada”(Sra. M. L., 49 anos).

“Eu trabalho do mesmo jeito que o meu marido já trabalhava mesmo, toca fogo, queimar, plantar, por causa da falta do recurso também porque na época meu pai tinha um manejo de virar a terra ne de ajeitar e plantar na terra crua e pra nós é mais difícil” (Sra. M. L., 49 anos)

“A roça continua tudo do mesmo jeito, derrubar, coivar, plantar, do mesmo jeito, nós usa o terçado para roça, o machado pra derrubar e a enxada pra coivar, mas às vezes nos queima também”(Sra. B., 68 anos).

Como relatado acima, a queima faz parte desse processo, apesar de não ser benéfico ao meio ambiente apresenta bons resultados para o plantio, já que a comunidade desconhece outra técnica que pode ser utilizada e que tenha melhores resultados.

Matos (2015) confirma tal situação quando disserta que “A prática costumeira e a “falta” de outras técnicas levam os moradores da área de pesquisa, à derrubada e a queimada para o plantio (p. 180).

Conforme moradores o solo é muito infértil devido à acidez e a prática da queima é a única solução adequada e encontrada por eles como auxilia ao plantio. Conforme relato do Sr. M. F., 66 anos, vários já foram os pedidos pra que seja verificado quais alternativas podem ser aplicadas, conforme eles algumas outras técnicas já foram apresentadas mas não

condizem com as condições de solo e nem com a realidade deles, pois não podem utilizar terras primárias e as capoeiras existentes em seus terrenos estão exauridas. Com isso mesmo eles sabendo que a queima é uma prática inviável apontam ser a única alternativa para esses moradores.

Abaixo um relato indignado de um morador que não aceita a situação sem que tenha o devido apoio para mudar a forma do plantio:

“Eu já questionei muito, até no terceiro grito da agricultura familiar lá dentro da UFAM eu já questionei, e venho questionando diretamente, que nós aqui vamos continuar queimando, Governo nenhum, fiscalização nenhuma vai proibir nós de queimar, porque eu disse pra eles, se o governo liberar adubo, máquina pra nós liberar e limpar a terra pra nós plantar aí nós não queima mais, e enquanto eles não fizerem isso, nós vamos continuar queimando doa a quem doer nós vamos queimar” (Sr. M. F., 66 anos).

Durante a entrevista foi perguntado sobre a prática do ajuri para alguns entrevistados, observou-se que essa prática já existiu na comunidade com mais frequência, mas na maioria das respostas o ajuri acabou por conflitos entre moradores, e posteriormente não retomaram as atividades em virtude das limitações do PAREST.

“Tinha o ajuri, mas o pessoal foi se desligando e aí não tem mais” (Sra. M. T., 59 anos).

“Eu comecei o ajuri aqui logo depois que eu cheguei à comunidade, foi na década de setenta, nós já éramos umas dez famílias, mas por motivo de conflito entre nós mesmo, foi acabando, ficou um bom tempo ainda. Aí depois veio essa história de parque e nós não fomos mais pra frente. Mas eu quero voltar a fazer o ajuri novamente” (Sr. M. F., 66 anos).

De fato, o ajuri para o roçado parece não mais existir, contudo ainda há na comunidade a essência da ajuda mútua que de acordo Matos (2015), “é uma forma de unir força de um lado e retribuir de outro”. O relato abaixo retrata bem esta relação:

“Não é que o ajuri acabou, mudou a forma dele de fazer, antes fazia ajuri pra roçado hoje quando precisa ajudar alguém pra fazer uma casa, limpar o campo da comunidade a gente se reúne, agora pro roçado o pessoal não faz mais, mas antes fazia. A minha esposa mais outros se ajudam na produção de balas, uns torram, outros fazem o doce, outros descascam a castanha e por aí vai e tudo que eles ganham eles repartem” (Sr. M. T. 37 anos).

Foi verificada também a possibilidade de voltar com a prática do ajuri e na maioria dos relatos existe essa esperança e vontade. Inclusive já existe uma iniciativa por meio de um projeto que pode paulatinamente incentivar a prática entre os moradores:

“Hoje eu creio que tem sim uma possibilidade grande, inclusive nós já estamos trabalhando com a Rede Tucumã que é uma associação de agricultores já visando isso. Como ta acabando essa coisa boa que era uma tradição os ajuris, a Rede Tucumã e os agricultores começaram a ver junto com uma pesquisa do Ipê essa situação, vendo que é uma necessidade disso de ter essa troca de serviço e vê se agente trabalha em cima disso para vê se consegue trazer essa prática que era feito antes. Mas ta muito difícil essa prática hoje, talvez seja preciso muito trabalho de muita coisa, não sei se precisa de apoio dos órgãos governamentais ou se precisa de técnicos ou até mesmo através de pesquisa mesmo, por que esta atividade ainda não se perdeu, mas ta se perdendo, porque hoje as pessoas têm na mentalidade o seguinte que hoje muita gente não pode tirar madeira, mas tiram, mas hoje pode sim se fazer os ajuris as plantações normais que se fazia antes. Tem que fazer essas pessoas entenderem que hoje, sim, eles podem fazer porque a meu ver isso ta na cabeça das pessoas que não podia porque era parque e começaram a se pensar que não podia roça porque o IPAM ia proibir, não podia abrir um mato que o IPAM ia proibir. Eu acho que não é bem por aí, não é essa mentalidade que agente tem pra trabalhar, tem que pensar assim, se eu sou morador, sou povo tradicional eu tenho o direito de produzir e me alimentar da minha própria função (Sr. R. S. 29 anos).

Logo, percebe-se que a comunidade pode retomar a prática do ajuri como forma de ajuda mútua sem ter que precisar pagar em espécie, uma solução para as famílias que não tem condição de pagar.

Outra situação que não foi apontada nos relatos, mas que foi identificada na pesquisa de campo, é a ausência de crianças e adolescentes na ajuda familiar que reduz a participação de ajuda na prática do ajuri. Consoante a Matos (2015) essa ausência é devido as influências dos órgãos governamentais e associações diversas a cada vez mais controlam a natalidade familiar e trabalho infantil.

Matos (2015) aponta as contribuições estabelecidas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que considera que o trabalho infantil nas comunidades é visto muitas vezes “de forma generalizada o trabalho desenvolvido por crianças como sendo de exploração por adultos [...] Essa prática é parte da formação do *habitus* do ser amazônico, que se mostra predisposto a colaborar com o outro”. Além disso, o autor chama a atenção sobre a presença das crianças nas escolas que é muitas vezes condicionado ao recebimento da bolsa família.

Conforme os relatos, os pais não exigem a participação das crianças no ajuri ou em qualquer outra tarefa em virtude dos estudos que consideram ser importante para eles, porém esse fato pode estar modificando o *habitus* tradicional como também minimizando a

perpetuidade dos conhecimentos tradicionais. Na comunidade, vale ressaltar que foi implementado o “Mais Escola” um programa que mantém o aluno sob práticas escolares nos turnos da manhã e tarde o que diminui ainda mais o convívio da criança com a família e de outras práticas tradicionais.

Mesmo alguns moradores terem relatado que utilizam os mesmos equipamentos de antes, foi observado em outros relatos a presença de tecnologias mais atuais. É o caso do uso da motosserra, para retirada de madeira, e outros equipamentos, como de caça e de pesca. Ao mesmo tempo que esses equipamentos, estão melhorando a vida do caboclo, podem estar também impactando a cultura e a natureza daquela comunidade.

“O que mudou foi que evoluiu os equipamentos de transporte hoje não usamos mais a canoa é motor, isso ajudou muito. Os equipamentos de pesca também evoluiu bastante a malhadeira hoje é bem melhor” (Sr. R. S., 29 anos).

“Eu uso a mesma coisa do meu jeito mesmo, mas agora tem umas malhadeiras mais finas transparentes que é melhor do que a de pano, que a de pano os peixe conhece muito” (Sr. F. S., 61 anos).

“Sim tem muito, tenho uma furadeira elétrica que eu não tinha, um besouro, uma makita, uma plainadeira e uma serra, e isso facilitou muito, muito, muito isso aí eu não tinha no passado, agora três, quatro anos pra cá eu tenho, então isso ajudou muito, mas a forma é mesma só mudou os equipamento pra ficar mais fácil o trabalho” (Sr. M. F., 66 anos).

O último item a ser analisado nesta subseção trata dos conhecimentos adquiridos e sua relação com as atividades desenvolvidas, conforme todos os relatos boa parte dos conhecimentos foram adquiridos pelos seus pais e avós, principalmente as que estão relacionadas às atividades tradicionais. Contudo, foram observadas outras atividades onde o conhecimento foi adquirido por pessoas externas à família ou sob a forma de participações em cursos oferecidos pelos órgãos gestores e parceiros à comunidade.

Pode-se observar que os órgãos gestores e parceiros como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e o Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ), entre outras instituições estiveram na comunidade oferecendo cursos para o aprimoramento de atividades, como o curso agroflorestal, o curso de culinária, de beneficiamento de frutas e produção de balas, de guia turístico e de agente ambiental.

“Agente recebemos dentro da comunidade um curso de culinária é muito caro pra fazer e eles vieram conversaram com agente quem queria quem não queria e vieram e

fizeram o curso em três dias ficaram aqui na comunidade esses três foi lá na casa da Nilda e foi por ali que eu tive aquele conhecimento fui aprendendo por ali aquele pouquinho mas so fiquemos só duas a rosa e eu e eu só atuo com os órgãos do parque e a Rosa é mais com o turismo” (Sra. M. L. 49 anos).

“Sim, teve um que eu gostei que eu aprendi a fazer comida de folha, ela ensinou agente a pegar a folha da bananeira esmigalha bem e fritar e ela deu pra gente comer eu gostei (Sra. M. T., 59 anos).

“Ela ensinou agente a fazer farofa do mangara de banana e era bom, e também teve o bife da casca de banana eu também gostei (Srta. M. P., 25 anos).

“Também veio muito curso pra planta mas eu não peguei mais não. Por causa que é assim, eu já vou logo lhe falar quando chega o verão se você não tiver um motor bom pra aguar de manha e de tarde não resiste e tem o combustível é caro fazer isso (Sra. M. T., 59 anos).

“Mas eu tive curso de horto-orgânico, inseticidas naturais e algumas coisas, a minha esposa já fez o curso de beneficiamento de frutas e produção de balas, de artesanato e de culinária pra trabalhar em cozinha. Eu tenho curso de líder comunitário de turismo, já fiz muito curso. O curso de agentes ambiental, ele foi bom pra mim pra gente ter conhecimento mas pra ser aplicado e agente tem que cobrar os outros é difícil, porque se eu disser não pode desmatar ne o morador pode dizer então a partir de hoje você sustente a minha família. Fiz também o curso de guia pro turismo, de cozinheira, de balas, de artesanato...e por aí vai” (Sr. M. T. 37 anos).

Outros conhecimentos foram sendo adquiridos por vontade própria, observando o ofício de outros que faziam determinadas atividades, e chegando a conclusão de que aquele tipo de trabalho poderia ser uma oportunidade de negócio diferenciado a ser praticado na comunidade, é o caso, da carpintaria, marcenaria, produção de fogões, panelas e outros utensílios de barro, a produção de artesanato de vime, entre outros e a produção de espeto.

“Eu aprendi a mexer com o barro vendo as pessoas fazer lá em Tapauá, só eu olhando mesmo que eu aprendi tecer também os artesanatos de cipó de palha eu via as pessoas fazer lá, os índios e também com a minha mãe ela sabia muito fazer essas coisas, aqui eu aprendi já o espeto” (Sra. M. Q., 32 anos).

“Foi vontade de apreender, porque de primeiro não existia isso de curso profissionalizando, então agente entra na construção civil como ajudante e foi aprendendo e a necessidade quando os meus filhos eram pequenos e aí fui aprendendo a trabalhar como pedreiro, marceneiro e carpinteiro, me aperfeiçoando, e aí tive que me qualificar ne, porque pra trabalhar em Manaus você tem que ter a carteira de carpinteiro e de pedreiro” (Sr. F. A., 59 anos).

3.4.7 As expectativas com a RDS

Como já comentado anteriormente a categoria de RDS foi uma conquista dessa e de outras comunidades, onde o seu principal motivo estava aliado à permanência dos moradores em suas terras se apropriando de seus recursos.

Conforme já discutido nesta seção a categoria de RDS faz parte das unidades de conservação de Uso Sustentável, onde além da permissão de moradores na área, são permitidas atividades como turismo, atividades relacionadas à extração florestal, entre outras, desde que sejam praticadas sob regime de manejo (VERISSIMO *etal*, 2011).

Assegurar a qualidade de vida desses moradores é um dos objetivos propostos por esse tipo de categoria, que visa também à preservação ambiental. Conforme relatos são grandes as expectativas desses moradores, principalmente no que diz respeito à conquista da energia, tão esperada por todos desde 2004, quando entraram com a solicitação de participar do Projeto do Governo Federal “Luz Para Todos” e não puderam participar em virtude da sobreposição da criação do PAREST, conforme eles esta situação foi também um dos motivos que causou indignação e frustração aos moradores dessa comunidade.

Os relatos abaixo demonstram as expectativas com a conquista da luz que já foi autorizada e se encontra na fase de levantamento de informação para a instalação dos futuros postes:

“A nossa melhoria que eu penso que quando era parque a nossa luz para todos nunca veio pra cá agora com essa RDS só vejo alegria por aí (risada) aí eu acho que já melhorou só vejo todo mundo feliz. Porque agente vai poder ter nossa alimentação guardada, ter nossa luz, agente vai poder economizar mais um pouco, agente vai poder aproveitar uma poupa de cupu pra vender mais tarde lá fora. E quanto as outras coisas eu ainda to meia perdida o que eles vão liberar mais” (Sra. M. L., 49 anos).

“Pra mim eu acho que vai melhorar ne, porque a luz vindo agente pode fazer outros serviços, marcenaria quem sabe, e assim nem tem como puxar água pra gente beber nem quente avalie gelada” (Sr. F. M. 61 anos).

Além das expectativas com a energia foram observados nos relatos os anseios quanto às melhorias para o desenvolvimento das atividades tradicionais e o desenvolvimento de outras atividades que eles possam vir a desenvolver, mesmo sem terem desenvolvido antes,

como apresentado no relato acima do Sr. F. M. que almeja ser marceneiro, e abaixo o relato do Sr M. F. que deseja realizar um evento para a comunidade e criar peixe, o jaraqui.

Esses anseios se estendem também aos apoios governamentais ou de instituições sem fins lucrativos que possam vir apoiar por meio de pesquisa, cursos e investimentos a realização de atividades e melhorias para os moradores da comunidade:

“A RDS facilita pra nós dentro das atividades que nós podemos ter e se legalizar, nós podemos ter curso, os órgãos podem investir na nossa comunidade, não corremos o risco de ser retirado mais de cima da nossa terra, podemos viver aqui até morrer e a energia que vai passar que já é um avanço, graças a mudança de categoria. Eu acho que aquele que já tava pensando em ir embora que já era o fim , hoje em dia ele já ta pensando em ficar que as coisas vão melhorar” (Sr. M. T. 37 anos).

“Além da energia, a comunidade vai abrir um espaço de trabalho pra família aí dá pra ter algum recurso. Inclusive já andei pesquisando pra agente fazer uma festa do Jaraqui pra fortalecer a nossa comunidade, com essa festa e nós ia com o governo pedir recurso pra criar o jaraqui” (Sr. M. F., 66 anos).

“Têm várias hoje, é resgatar as culturas o progresso que ta vindo aí com a instalação da luz que antes nem se podia falar disso, os programas sociais que nós podemos ter acesso por meio da RDS e uma nova visão ambiental (Sr. R. S. 29 anos).

É importante ressaltar que a permanência desses moradores se dará por meio de contrato de concessão de direito real de uso da terra, que conforme Bentes (2006) ela ainda continua condicionada às relações de poder do Estado que mesmo garantindo a concessão de uso não dá a eles o livre arbítrio de decidirem o que fazer com elas. Contudo aqueles que estavam estabelecidos de uma forma ilegal, ou seja, sem a titulação da terra, ganharão o direito da concessão de uso. Dessa forma, o descumprimento das regras estabelecidas no contrato pode ocasionar a rescisão contratual.

Logo, o autor adverte quanto à necessidade da consulta pública estabelecida conforme o parágrafo § 2º, do Art. 22, da Lei 9.985 (SNUC) e do fornecimento de informações adequadas à população local ou partes interessadas, conforme o § 3º da mesma Lei.

Destarte, a comunidade recebeu muitas informações que os levou a conquistas da categoria de RDS, mas em alguns relatos percebeu-se certo desconhecimento por parte

desses moradores sobre do que de fato se trata uma RDS e de como ela pode contribuir para a melhoria de vida.

Uma situação que deve ser levada em consideração e tratada com muita relevância já que, para constituir as Regras de Uso da RDS será necessária a participação efetiva da comunidade, é o incentivo por parte dos órgãos da participação da maioria dos comunitários nas reuniões para definir o rumo da RDS, quanto maior for essa participação maior será o envolvimento com as questões da RDS principalmente no que diz respeito ao controle de invasões e de impactos ambientais.

Quando perguntado aos moradores se eles sabiam o que era uma RDS e como poderiam contribuir para a criação das Regras de Uso os relatos em sua maioria apresentavam insegurança e em alguns casos desconhecimento total:

“Isso eu não sei nem o que dizer agente pensa de um jeito agente pensa de outro, e praticamente não sei nem o que é uma RDS. O que eu queria que mudasse era que agente pudesse plantar ter direito a plantar num pedaço de terra e a luz chegasse de modo de melhorar as coisas aqui. Chegando a luz agente vai poder pelo menos fazer um horta, tendo energia tem água, melhora cem por cento” (Sr. F. C., 53 anos).

‘Pra ser sincero vou ser muito real no momento não sei nem o que vai mudar, teve mudança de gestora e agente ainda não teve nenhuma reunião (Sr. S. 40 anos).

Foi observado também, qual seria a preocupação desses moradores quanto à preservação ambiental, já que a categoria de RDS representa a liberação de algumas atividades, como por exemplo, a extração de madeira que, mesmo havendo um plano de manejo, pode vir a impactar o meio ambiente se não for bem acompanhada. Além disso, a questão da chegada de energia pode ser outro agravante para preservação ambiental. Conforme a maioria dos relatos, os moradores estão preocupados principalmente quanto à chegada da energia e eles se propõem a monitorar a comunidade contra os invasores e respeitar as áreas estabelecidas pelas Regras de Uso, ainda não estabelecidas.

Mesmo havendo a preocupação com os invasores, cabe refletirmos sobre o crescimento populacional das próprias famílias residentes na comunidade. No regulamento específico não claro como será a sucessão dessas terras pelos filhos, netos e bisnetos, provavelmente haverá o aumento intensivo e extensivo na unidade.

“O morador tem que entender se nós vamos trabalhar na agricultura, o morador tem que entender que eles têm aquela área ali e pronto. Mas vamos precisar de recurso de tecnologias e máquinas pra gente aproveitar melhor a terra e não precisar trabalhar outra terra (Sr. M. F., 66 anos).

“Agente já ta trabalhando em cima disso desse medo que agente tem, que possivelmente pode ter algumas questões que possam vir nos prejudicar, como pessoas invasoras que podem vir por causa da luz e sabendo disso agente já ta preparando um documento junto com os órgãos para nos dar apoio nessa questão porque agente só pode monitorar” (Sr. R. S. 29 anos).

Conforme abordado anteriormente a categoria foi estabelecida em março de 2014 e até o momento não começou de fato a ser praticada. Uma das ansiedades dos moradores tão aclamada é a regularização da Regras de Uso da RDS Puranga Conquista:

“Precisamos das delimitações, no sentido do que pode e o que não pode hoje agente precisa disso com urgência. Nós temos que ter um amparo pela lei na RDS o que pode e que não pode” (Sr. R. S., 29 anos).

SEÇÃO IV – EMPREENDEDORISMO, INFORMALIDADE OU ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Nesta seção pretende-se abordar a história do surgimento do termo empreendedorismo, discutir sobre as formas empreendedoras que dentro do processo histórico foram sendo citadas de formas diferenciadas, onde em virtude do processo capitalista outras formas já existentes e que ainda existem foram sendo consideradas fora dos padrões tido empreendedor.

A partir deste entendimento e por meio do conhecimento empírico, podemos observar que o empreendedorismo sempre esteve presente na história da humanidade em busca de novas formas de sobrevivência e desenvolvimento, entretanto a realidade encontrada na economia brasileira não nos permite ver um empreendedor que transcede os conceitos até aqui criados, todos acompanhando os modelos estrangeiros pautados na formalidade e nas bases do capitalismo.

Logo, propõe-se uma discussão sobre epistemologia do termo empreendedorismo tão marcado pelos modelos estrangeiros, fechando os olhos para outras formas empreendedoras que há muito fazem parte da economia real do Brasil é o caso da economia popular, em que o informal está presente e da economia solidária, onde outras formas de organização e de gerenciamento são encontradas.

Adotamos nesta seção o processo virador citado por Bezamat, como uma tipologia que transita entre as características do empreendedorismo, porém se adequa a realidade de necessidade econômica e social encontrada em várias partes do Brasil e da Amazônia, adotando estratégias para garantir a reprodução ampliada da vida e que muitas vezes se encontra em formas de trabalho diferenciadas, informais e artesanais. Tal aporte teórico serviram de apoio as discussões necessárias para o entendimento das estratégias econômicas adotadas pelos pesquisados da comunidade Bela Vista do Jaraqui.

*Um poeta agarra um lápis / e escreve uma poesia / um palhaço pinta
o rosto / pra espalhar alegria / o pintor pinta uma tela / de uma
paisagem tão bela / e a Ana faz um fuxico / usando o poder das mãos
/ e o amor do coração / faz-se até luxo no lixo / um tronco velho de*

*pau / se transforma em escultura / a arte brota na vida / a vida brota
cultura / a cultura brota o novo / esculpindo o próprio povo / que se
enxerga em toda parte / cada calo em sua mão / fortalece o artesão /
mantém viva sua arte / a mão que faz um carinho / que aperta firme
e forte / a mão que abençoa um filho / a mão que nos dá suporte / a
mão que diz "venha cá" / a mão que diz "volto já" / a mão que faz
oração / hoje eu falei pra você / da magia e do poder / de tudo o que
é feito à mão."*

(BRÁULIO BESSA, Cordel: O poder das Mãos)

4. A HISTÓRIA E O SURGIMENTO DO EMPREENDEDORISMO

As formas empreendedoras na história da humanidade são muito antigas, situadas num tempo onde o termo empreendedorismo ainda não era referenciado, porém as atitudes e comportamentos nos levam a perceber a sua existência antes mesmo do tema ser debatido com tanta ênfase e relevância como nos tempos atuais.

De acordo com Bezamat (2008) o termo empreendedorismo é de origem francesa *entrepreneu*, que faz alusão com "o indivíduo que tem o mérito de lançar-se no mercado em busca de novas oportunidades de negócio e, para tanto, esse personagem, continuamente, encontra-se disposto a assumir riscos, com a permanente inclinação à criação e inovação".

Logo, se fôssemos divagar sobre a história do mundo encontraríamos vários protagonistas que serviriam de exemplo e fariam alusão ao termo empreendedor. Conforme Dornelas (2001), o primeiro exemplo de empreendedorismo pode ser referenciado a Marco Pólo, que na visão do autor foi inovador ao oferecer uma nova rota comercial para o Oriente em busca de novas mercadorias, ou seja, Marco Pólo idealizava um novo mercado, além disso, estava disposto a correr riscos, não financeiros, mas de vida, já que as expedições marítimas representavam muitos perigos e ameaças a quem se aventurava no oceano ainda pouco conhecido.

Segundo Bezamat (2008), somente a partir da metade do século XX, o termo empreendedorismo que não era tão difundido, teve seu ápice com o surgimento das ciências gerenciais difundidas por volta dos anos 60, que tinham como objetivo o alcance de metas nas organizações. Logo, antes do surgimento das ciências gerenciais, quando se falava em comércio, empresas, criações de novos empreendimentos, gerenciamento de negócios, relacionavam-se às ciências econômicas que surgiu no século XVIII, com intuito de entender a nova sociedade que se criava com o surgimento da Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

Daí, uma crença generalizada de que o empreendedorismo surgiu só das ciências econômicas. Contudo, a teoria econômica forneceu uma base para um pensamento sistematizado e uma definição do empreendedorismo que ressalta com especial importância o tema (BEZAMAT, 2008, p. 110).

Ainda conforme o autor, os primeiros a usar o termo e se aprofundar sobre o que é ser um empreendedor foram Richard Cantillon (1697-1734), “para referir-se a alguém que compra bens e serviços a certos preços com vistas de vendê-los a preços incertos no futuro, correndo um risco não assegurado” (p. 110). E Jean-Baptiste Say (1768-1832) considerado o “pai” do empreendedorismo foi o primeiro a definir o que é ser um empreendedor, e a lançar os estudos sobre o tema que deram base para outros estudos. Em suas pesquisas “associou os empreendedores à inovação e além de vê-los como os agentes da mudança, também considerava o desenvolvimento econômico como resultado da criação de novos empreendimentos” (p. 27).

As ciências econômicas, como também o processo histórico dos sistemas econômicos tiveram uma grande influência no embasamento da função e significado do termo empreendedorismo. Vários foram os movimentos que influenciaram nas mudanças econômicas e de organização ocorridas no mundo, dentre elas as mais importantes foram os movimentos do Iluminismo e o Liberalismo.

O Iluminismo, ocorrido no final do século XVII e no século XVIII tinha como base a razão como melhor caminho para alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. Debatia contra o autoritarismo da Igreja e era contra ao sistema monárquico. Era contra o

regime absolutista e pregava liberdade econômica. Os precursores do Iluminismo foram Montesquieu (1689- 1755), Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), e aos empiristas ingleses Locke (1632-1704) que foi considerado o pai do Iluminismo e Hume (1711-1776) (MELLO e DONATO, 2011).

O Liberalismo foi influenciado pelo movimento do Iluminismo que tinha como base a liberdade e a razão, e que mais tarde daria lugar ao modelo econômico capitalista. Pautado no princípio de um Estado Laico, livre de qualquer influência religiosa, o Estado tinha pouco poder para intervir na economia, o Liberalismo defendia a propriedade privada o princípio do lucro para fortalecer a economia e a livre iniciativa que mais tarde influenciariam no processo empreendedor e na competitividade de mercado. Seus principais idealizadores foram Jhon Locke (1632 - 1704) e Adam Smith (1723 - 1790) (STEWART, 1931).

Destarte, podemos afirmar que essas transições influenciaram o processo empreendedor e também o processo inovador, pois por meio da livre iniciativa o indivíduo poderia exercer sua atividade econômica sem restrições ou limitações do Estado. Isso dava poderes ao indivíduo de criar seus tipos de negócios, gerenciá-los, ter lucro, assumir riscos financeiros e competir com outros indivíduos que se lançavam no mercado, ou seja, assumir o papel empreendedor.

Dois acontecimentos históricos ocorridos entre os séculos XVII e XVIII, marcaram a economia e as novas formas de organização e de trabalho, a Revolução Científica que teve seu início no século XVI, onde Isaac Newton foi o iniciador de ideias que se distanciavam dos conhecimentos filosóficos se aproximando de um conhecimento mais estruturado e prático. E a Revolução Industrial do século XVIII, teve seus primeiros indícios na Revolução Francesa (1789 a 1799), foi marcada pelas discussões políticas e sociais sob a luz do pensamento iluminista, que conforme Batista (2012) tinha ênfase na produção industrial, como fator indutor do crescimento econômico.

Esta transformação propiciou a transição de métodos de produção artesanais para a produção por máquinas, a introdução divisão do trabalho e a especialização da mão-de-obra referenciado por Adam Smith, a importância do lucro e dos valores de bens introduzido pela “Lei dos Mercados” de Jean Baptiste e para o desenvolvimento

econômico. Nesse momento há uma ruptura com as outras formas de trabalho que não atendiam o perfil do modelo capitalista.

Desta forma, algumas formas de trabalhos apresentavam formas de produção e de distribuição diferenciadas, não utilizando a força de trabalho como mercadoria. Na Idade Média, por exemplo, o método de produção comunitária foi por muito tempo utilizado, as atividades como agricultura, que dependia do trabalho humano também era bastante valorizada, porém a lógica de produção para lucro e a utilização do trabalho como mercadoria mudaram os padrões das categorias do trabalho e do processo empreendedor.

Conforme Dornelas (2001), na Idade Média aquele que gerenciava grandes projetos de produção, agrícola, por exemplo, apresentava características empreendedoras ao achar formas de gerenciar e conquistar resultados para atender aquela população.

Para Monteiro (2010), Cantillon apontava o agricultor como uma das formas empreendedoras:

Cantillon descreveu o que hoje poderíamos designar de empreendedorismo, como uma função especial no sistema econômico: o agricultor e um empreendedor que promete pagar ao proprietário, pela sua quinta ou terreno, uma quantia fixa em dinheiro, sem certeza do lucro que obterá dessa exploração. Cantillon já previa a existência de agentes responsáveis pela contratação de fornecedores e de trabalho, a determinado custo, com o objetivo de produzir bens, que mais tarde podiam ser vendidos a preços incertos. O lucro era a compensação para o empreendedor lidar com a mudança, a incerteza e um incentivo para se preocupar com a redução de custos, recorrendo à aplicação de novas técnicas de produção (p. 16).

Segundo Tiriba (2004), mesmo que o capitalismo tenha criado uma forma hegemônica de trabalho, produção, consumo e distribuição, a lógica capitalista não excluiu outras formas de trabalho, e porque não dizer outras formas empreendedoras, que sobrevivem em outras relações econômicas:

Em síntese, o que vai caracterizar o mercado capitalista é a lógica da “produção para o intercâmbio” (ou seja, para o lucro), em detrimento da “produção para o consumo” (ou seja, para provisão) e, além disso, a utilização e a generalização da força de trabalho como uma mercadoria que, como bem assinalou Marx (1980),

tem a capacidade de criar mais valores que o valor investido pelo capitalista. No entanto, como ele mesmo dizia, no interior de todo o modo de produção sobrevivem outras formas de produzir, distribuir e consumir que correspondem ao modo de produção precedente ou que, num determinado momento histórico, pode vir a lhe substituir (p. 6).

O que se propõe discutir são as formas empreendedoras que dentro do processo histórico foram sendo citadas de formas diferenciadas, onde em virtude do processo capitalistas outras formas já existentes e que ainda existem foram sendo consideradas fora dos padrões tido empreendedor.

A partir deste entendimento e por meio do conhecimento empírico, entendemos que o papel do empreendedorismo sempre esteve presente na história da humanidade, em busca de novas formas de sobrevivência e desenvolvimento e que o processo empreendedor é marcado pela complexidade dos acontecimentos históricos.

Vários conceitos surgiram entre os séculos XVIII e XIX, todos pautados no contexto capitalista: ligado ao desenvolvimento industrial europeu, Kirzner (1973) destaca que “o empreendedor é aquele que **cria um equilíbrio**, encontrando uma posição clara e positiva **em um ambiente de caos e turbulência**, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente” (*apud*, DORNELAS, 2001, p. 37). Neste conceito observa-se o uso da criatividade e da inovação para criar alternativas que possam responder a questões de ordem econômicas, e porque não dizer, sociais e ambientais.

Para Joseph Schumpeter (1949), “o Empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, **pela criação de novas formas de organização** (grifo do autor) ou pela exploração de novos recursos e materiais” (*apud*, DORNELAS, 2001, p. 37). Nota-se que o conceito marca momentos de grandes transformações e inovação. Porém quando menciona novas formas de organização deixa uma lacuna que pode ser interpretada por novas formas de trabalho ou novas formas empreendedoras que fogem do contexto capitalista.

Conforme Bezamate (2008), Schumpeter “é considerado pela literatura como o que melhor analisa o empreendedor e sua inserção na economia capitalista” [...] “E essa definição é, segundo vários autores, ainda hoje, com poucas variações, a que parece melhor aplicar-se ao referido termo”. (p. 27 e 28).

Conforme autor Bezamat (2008) Drucker identifica três traços importantes no perfil *entrepreneur*: a “criatividade”, a insatisfação com o “*status quo*” (estado atual) e a “determinação pessoal”. Conforme o autor essas questões apontadas sobre o perfil empreendedor pode também retratar outro tipo de empreendedor, aquele que “se vira” que usa da criatividade para buscar novas alternativas de trabalho e de sustento, daquele que se indigna diante a situação vivida e por meio da determinação busca uma nova forma de empreender o que o autor chama de “virador”.

Bezamat (2008), ainda chama atenção sobre a dificuldade de se achar um perfil exato, estático para denominar o empreendedor e que não é possível apenas defini-lo pelos parâmetros capitalistas, pois variáveis como “criatividade”, “inovação”, “riscos” e “decisão”, podem ser encontrados em outros parâmetros diferenciados e porque não dizer marginalizados devido não seguirem os processos hegemônicos do capitalismo e da globalização.

Entretanto, ressalta-se também que não se deve dar a esses perfis, importância exagerada e que tentar encontrar traços sociais ou psicológicos nos empreendedores é apenas embarcar num mito – não existe um “perfil clínico” do empreendedor. Ainda, a maior parte desses traços é inútil, quando não perigosamente enganoso na medida em que serão sempre estáticos demais, limitados demais, para conter toda a gama de variáveis e suas manifestações que o papel realmente encerra (BEZAMAT, 2008, p. 36).

Segundo o autor, o debate acadêmico sobre o tema empreendedorismo foi marcado e adotado por modelos estrangeiros que visam à área de negócio, porém não é a posse do capital e nem mesmo a simples gestão de uma organização que irá defini-lo. “Não existe por aqui, ainda, uma preocupação epistemológica no sentido de uma *teoria empreendedora à brasileira* ancorada em nossos valores”(2008, p. 20) que conforme o autor está ligado ao famoso “jeitinho brasileiro” que identifica fazer parte do *ethos* brasileiro, uma forma de agir e de pensar de resolver as dificuldades encontradas e essas ações não podem somente ser vista como folclore brasileiro e sim como uma realidade há muito tempo encontrada no submundo da economia informal:

E é a partir dessa afetividade que nos recusamos a vislumbrar o “jeitinho brasileiro” como “folclore” ou simples “sobrevivência cultural”, destinado a desaparecer, como que por encanto, com a emergência de um suposto desenvolvimento econômico ou evolução histórica. Trata-se na verdade, da conformação de um *ethos* peculiar que propiciou nossa engenhosidade social, nossa forma de agir e de pensar, tanto nos aspectos de natureza subjetiva e de natureza externa, mundo social e econômico (BEZAMAT, 2008, p. 22).

Conforme DaMatta (2004, p. 55), o “jeitinho” brasileiro está relacionado a dificuldade de lidar com leis tão complicadas e que nem sempre coadunam com o “estilo profundamente original e brasileiro de viver e, às vezes, de sobreviver, num sistema onde a casa nem sempre fala com a rua” [...].

Para o autor, existe duas relações sociais, onde o indivíduo transita entre a casa que apresenta relações que são guiadas pelos sentimentos e pelas tradições familiares “onde somos os donos de normas que se inscreves em nossos corações” e pela rua que se mostra impessoal, indiferente as necessidades particulares sendo guiada pela subordinação, “onde somos sujeitos de leis a que temos que obedecer , a despeito dos nossos planos e vontades” (p. 16). Ainda conforme o autor a malandragem e o “jeitinho” existem como valor social brasileiro “promovendo a esperança e a conciliação harmoniosa e concreta” (p. 55).

Para Tiriba (2004), o modelo capitalista que gera riquezas também gera mazelas e pobreza, levando os excluídos ou marginalizados a precarização da vida, obrigando-as novas formas de trabalho ou novas formas de atividades empreendedoras. Essas pessoas que fazem parte da economia informal e porque não dizer empreendedores informais, que lutam pela manutenção da vida, “os viradores”, fazem parte de um contingente de excluídos por serem informais, porém conforme a autora são especialistas em “tecnologias de sobrevivência”.

Qual a diferença de um feirante que vende suas frutas e verduras no seu mercadinho, para aquele que vende seus produtos para atravessadores (regatões) ou perambulam pelas balsas ou ruas na procura de um comprador de seus produtos?

Conforme Tiriba (2004) o conceito de economia popular nos ajuda a perceber outras formas de fazer economia, que ao invés do emprego ou do trabalho movido pelo lucro “o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência

imediate como também para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso” não é a força do capital que move a produção do trabalho é a própria força do trabalho que se constitui em produção (p. 2).

Ainda nos tempos de hoje, se fossemos quantificar as atividades empreendedoras pelo lado da informalidade reconheceríamos um país muito mais empreendedor, do que nos são apresentado nos resultados de muitas pesquisas. O Brasil ocupa a 10ª posição no ranking mundial de empreendedorismo, segundo o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em 2014. Esta indicação considera que “a cada 100 brasileiros 17 estão envolvidos em alguma atividade empreendedora á menos de 42 meses” (ANDREASSI *etal*, 2014, p. 29).

Os resultados acima são relacionados às atividades empreendedoras constituídas na formalidade, se fossemos fazer levantamento real do quadro empreendedor no Brasil, esses dados, com certeza, aumentariam. Segundo os resultados apresentados na GEM 2014, no Brasil “penas 20% do total de empreendedores possuem CNPJ e um pouco mais deste percentual possui algum tipo de registro formal”. O que leva o instituto de monitoramento a concluir que “o Brasil é um país de empreendedores informais”. Onde a concentração dessa informalidade está concentrada na região Norte e Centro-Oeste do Brasil (ANDREASSI *etal*, 2014, p. 85).

Esses dados e outros fatores nos levam a crer que na região Norte esta realidade pode ser ainda maior. Se analisarmos que os estudos da GEM se refere a uma amostra probabilística, onde em 2014 foram entrevistados apenas 2000 domicílios, e a seleção se restringe a quatro estados da região norte. Observamos logo de imediato que além do número ser bem inferior a quantidade populacional da região, três estados ficam de fora dessa análise. Além disso, amostra é realizada em cidades de grande, médio e pequeno porte, onde os critérios de seleção devem respeitar o tamanho da população e distância das cidades.

Se o próprio censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não consegue atingir a todos habitantes, principalmente os de áreas mais remotas onde é realizado somente uma amostra, é o caso das comunidades ribeirinhas, avalie os estudos realizados pela GEM que provavelmente deixam uma boa margem de brasileiros de fora dos estudos, logo a realidade empreendedora, mesmo informal, existente nas

comunidades rurais e ribeirinhas pode apresentar dados bem relevantes sobre essa realidade.

Outro fato a ser considerado é que os países com maior índice de desenvolvimento são os que apresentam menor índice de empreendedorismo, o que podemos associar que muitas vezes são as necessidades que fazem surgir a vontade empreendedora.

O Brasil se mostra com números bem representativos em relação a outros países mais desenvolvidos, logo em locais onde o desenvolvimento é ainda de forma incipiente ou menor a busca por outras formas de trabalho e o uso da criatividade que garantam o sustento da sua família e de sua comunidade é imprescindível.

Os países considerados mais desenvolvidos obtiveram taxas de empreendedorismo mais baixas que os países do grupo com desenvolvimento relativamente menor. Os Estados Unidos são a exceção a essa regra, pois é desenvolvido, mas apresenta taxas de empreendedorismo semelhantes às dos países de estágio de desenvolvimento intermediário, como o Brasil (SILVERA *et al.*, 2009, p.24).

Ainda conforme Silveira (*et al.*, 2009, p.30), “pode-se notar também que, nesse quesito, os países mais desenvolvidos não chegam a ter um habitante em cada 100 que tenham iniciado alguma atividade empreendedora por necessidade”, que não acontece com os países em desenvolvimento. Se trouxermos este exemplo para a realidade Amazônica, observaremos que, as capitais são os que apresentam maiores índices de desenvolvimento se comparado com os outros municípios ou com as próprias comunidades.

A busca por empreendimentos, negócios, ou atividades criativas ou inovadoras que criem algum tipo de rendimento em função da necessidade é ainda muito maior nessas localidades do que na capital, onde a facilidade de emprego e de educação faz com que haja uma mudança entre a necessidade e a oportunidade, ou seja, o empreendedor busca iniciar sua atividade para obter maior independência ou aumento de renda e não somente como forma de sobrevivência. As taxas de desemprego em países em desenvolvimento é uma das condições que desperta o interesse de desenvolver o processo empreendedor.

Em função da maior parte da força de trabalho se encontrar na capital, uma boa parte da população fica a mercê do desemprego e da falta de oportunidades de trabalho,

entretanto, até mesmo nas grandes metrópoles onde há oferta de trabalho a falta de emprego e a precarização também é bastante presente.

Observamos que as pequenas populações das comunidades rurais buscam dentro das suas condições, muitas vezes informal e sem o conhecimento profissional, uma saída para garantir a geração de renda das suas famílias, um “jeitinho brasileiro” que faz parte da cultura brasileira e que define um tipo de empreendedor citado por Bezamat “o virador” brasileiro:

E essa “atualização peculiar” do individualismo brasileiro – que acasala por meio de uma aliança a nossa vertente igualitária “moderna” com o nosso viés hierárquico baseado em “velhos” privilégios de família, senioridade, compadrio e amizade – que se expressa, na nossa prática social, numa complexa relação existente no nível de nossas representações como “jeitinho”, “malandragem” [...] E aí, o “jeitinho” e a malandragem, é a maneira de “driblar” as normas convencionais para tirar proveito próprio no sentido da sobrevivência: *suprir as necessidades*. E é “aqui” que o *virador* ganha corpo e forma (BEZAMAT, 2008, p. 231)

Esse mesmo virador também pode ser representado por outras tipologias que habitam a economia popular ou informal, e que também apresenta uma vertente na economia solidária que será mais enfatizada na próxima seção.

4.1 DO INFORMAL À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

O aumento da pobreza e a falta de emprego gerada por um sistema de acumulação de riqueza onde o crescimento econômico se concentra nas mãos de uma minoria são os principais responsáveis por estimular iniciativas informais. A economia informal se difere em tempo e espaço da economia formal, e é muitas vezes desvalorizada fazendo parte do submundo econômico que conforme Sachs (2003), para alguns “corifeus da modernização” tende a desaparecer.

Segundo Tiriba (2003), somente diferenciar a economia formal da economia informal não é o suficiente para entendermos as complexidades existentes no tecido das relações

sociais, que conforme a autora a tal chamada de “informalidade” tem facilitado à inclusão de classes mais baixas na dinâmica da economia global.

De acordo com Krein e Proni (2010), a informalidade assume diferentes debates que começam a ser repensados a partir dos anos de 1990, quando a temática ganhou novos contornos e o contexto do estudo ultrapassou a base da área urbana. No início da década de 70, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou os primeiros estudos sobre o setor da economia informal voltados para as áreas urbanas. Logo, a visão não englobava as áreas rurais que também faziam parte da economia e apresentam uma heterogeneidade no trabalho.

A economia informal urbana estava relacionada às atividades de baixa produtividade econômica e que eram realizadas por trabalhadores independentes ou autônomos e como também por pequenos empreendimentos que não operavam de forma organizada e empresarial, pagando baixos salários, oferecendo péssimas condições de trabalho, não garantindo os direitos sociais do trabalhador e ainda atuando na informalidade legal (sem o registro do empreendimento).

Porém, com o passar do tempo os debates sobre a informalidade vão ganhando outros contextos, e havia uma dificuldade de se alcançar um consenso sobre o tema, que parte se apresentava como “setor informal”, ou como “trabalho informal” e como “economia informal”. Além das diferentes formas de tratar a informalidade, aos poucos o tema ganha outras proporções que não se restringiam mais às abordagens urbanas e começam a compreender também as áreas rurais:

O importante a ressaltar é que – num contexto de aprofundamento da globalização econômica, de elevada insegurança nos mercados de trabalho e aumento da desigualdade social – várias expressões da informalidade continuavam a se expandir em todos os continentes e, em simultâneo, aumentava a diversidade e heterogeneidade das atividades informais. Assim, foi reforçada a compreensão de que, ao ocupar um grande contingente de pessoas sem possibilidades de competir por um “bom emprego”, o setor informal (tanto nas cidades como no campo) estava desempenhando um papel relevante na geração de renda para uma parcela expressiva da população. Isto levou a OIT não só a rever a sua definição do informal como a repensar o conjunto de políticas consideradas mais adequadas para lidar com os problemas diagnosticados (KREIN e PRONI, 2010, p. 12).

Conforme Sachs (2004), é necessário darmos uma atenção a economia rural, muitas vezes considerada como atrasada e fora do modelo capitalista, contudo, a população existente representa quase 43% da população brasileira, se considerarmos os municípios ambivalentes que possuem entre 50 a 100 mil habitantes. Conforme o autor, a economia rural pode ser a solução para o fim do êxodo rural e ainda contribuir para alavancar economia nacional, por meio da melhoria de produção da agricultura familiar.

Destarte, podemos observar que a informalidade não é assunto somente para ser abordado pelo âmbito urbano, uma vez que não é só a população urbana que sofre com as mazelas geradas pelo modelo capitalista, onde o mesmo não consegue gerar empregos para todos. O capitalismo e a sua forma de trabalho pautado no lucro, na competitividade de mercado, no conhecimento profissional e na tecnologia afeta a área rural onde o acesso ao conhecimento é menor e o índice de analfabetos é maior, onde as formas de trabalho são por meio dos conhecimentos tradicionais e familiares, onde o trabalho na maioria das vezes, e principalmente na agricultura familiar, não é pautado pelo lucro ou pelo trabalho como mercadoria, a força do trabalho constitui em produção para garantir a subsistência, para garantir a vida.

De acordo com Sachs (2003), e como já vimos anteriormente, a informalidade é um fator difícil de ser mensurado devido à insuficiência de dados existentes, conforme o autor:

As pesquisas do IBGE só indicam as atividades secundárias quando estas são mencionadas pelo entrevistado. Há fortes suspeitas de que isso deixa fora da estimativa um contingente importante de vendedores ambulantes em tempo parcial, sacoleiras e revendedores de produtos de grandes empresas como fábricas de cosméticos – Avon e Natura -, viajantes que não trabalham em empresas formais (p. 71).

Dessa forma, a quantidade de atividades informais é imensurável tanto na área rural como na área urbana, que conforme Sachs (2004) esse enorme contingente que faz parte da economia pode ser a chave para resolver problemas como êxodo rural e na geração de empregos contribuindo para diminuição da pobreza:

É possível dizer, portanto, que a chave para uma colocação adequada das pessoas no coração do desenvolvimento – adotando a visão de Juan Somavia – está em contemplar a diversidade de formas de trabalho na economia informal e nas pequenas empresas. E aí que se cria o maior número de empregos e onde mais contribuem para reduzir a pobreza. É por aí que se abrem caminhos para atender à “maior concentração de necessidades desprovidas de voz, a maioria silenciosa da economia mundial” (p. 19).

Para Drucker (2003), essa classe que também faz parte a população das áreas rurais, foi por muito tempo silenciada pela grande notoriedade sobre os estudos da classe operária no século XX e pode ser a resposta para poucas informações sobre a economia rural.

Conforme ainda o autor, o trabalho urbano ganhou notoriedade no campo dos estudos a partir de 1900, quando surge a classe operária, uma classe diferente dos trabalhos já desenvolvidos até o momento, que além de ser uma nova categoria de trabalho, apresentava condições sociais beneficiadoras. Em virtude disso, os agricultores entre outros tipos de trabalhadores que não gozavam dos mesmos benefícios tornaram-se invisíveis para os campos de estudos, porém antes da primeira Guerra Mundial os agricultores eram em maioria tanto em países desenvolvidos com subdesenvolvidos.

Partindo deste entendimento, pode-se dizer que o mesmo acontece com as comunidades rurais ribeirinhas do Amazonas. Por um lado seus apelos e manifestações por melhores condições de trabalho ou por outras formas de trabalho não foram ouvidas em virtude da atenção dada aos trabalhos urbanos, e por outro lado, calaram-se ou se mantêm silenciosos ou invisíveis aos interesses sobre a relevância de seus estudos econômicos em virtude da sua situação considerada muitas vezes um estado de vida natural não necessitando de uma maior atenção.

Mas, as dificuldades vivenciadas pelas populações ribeirinhas da Amazônia perpassam esta ideia de vida normal ou trabalho livre deixando o romantismo em sua última instância para entender que seu modo de vida varia conforme as necessidades que se defrontam com as disponibilidades de trabalho que estão relacionadas com as variações da oferta da natureza e da economia informal. Logo, percebe-se também uma tentativa de entender o modo de vida como modo próprio, como estilo de vida, como um estado de vida normal (SERRA 2001).

Destarte, como já apontado por Sachs, é importante dar a devida atenção para o trabalho produzido nas áreas rurais, sejam eles empregos, auto empregos, ou empreendimentos informais, pois essas ações além de manterem a população rural no campo, diminuem os custos de urbanização para comportar o êxodo rural:

Tudo indica que o custo da urbanização dos que já foram arraigados do campo, será muito mais elevado do que seria a geração de empregos e de auto-empregos decentes [...] A reforma agrária bem conduzida, cobrando resultados produtivos dos seus beneficiários e incentivando a lógica empreendedora dos assentados, com destaque para todas as formas de empreendedorismo coletivo – cooperativas de produção, venda, poupança e crédito, outras formas de associativismo – pode ampliar o setor da agricultura familiar viável gerando empregos e auto-empregos a um custo inferior a qualquer alternativa urbana (SACHS, 2004, P. 29 e 30).

Para Sachs (2004), a agricultura familiar que já compreende uma boa parte da ocupação do meio rural pode ser a responsável por produzir renda para localidade contribuindo para economia brasileira e local, e ainda garantir a segurança alimentar dessas populações.

Como já abordado por Tiriba (2007) anteriormente e ainda conforme Sachs (2003) é preciso entender a economia real do Brasil, que transita entre a economia formal e a economia informal, contudo a economia vai além dessa simples separação entre o formal e o informal, uma vez que as formas de produção existentes se diferenciam e transitam entre as duas formas, são elas: a) economia doméstica; b) economia proto e pré-capitalista; c) economia capitalista de mercado; d) economia solidária.

A economia doméstica é uma forma de produção independente de recursos financeiros, compreendem todas as atividades que o ser humano desenvolve para a manutenção de sua vida em troca somente do seu esforço, atividades como, cuidados com a casa, com as crianças e idosos, plantar frutas e verduras e criar animais para a alimentação própria, entre outras que fazem parte da economia doméstica. Conforme Sachs (2003), “situa-se claramente fora do mercado. Sua extensão é difícil de medir a não ser pelo tempo de trabalho que nela investem as famílias, a começar pelas donas-de-casa” (p. 74).

Conforme o autor é grande o número de indivíduos que se envolvem nessa forma de produção, principalmente as mulheres, todavia há uma dificuldade de mensurar estas atividades que não se restringem somente aos cuidados da casa e da família, que se estende

aos “minifúndios que produzem unicamente para a subsistência” e também “a economia fora do mercado o escambo” (p. 74).

Mesmo não fazendo parte do mercado, e nem podendo ser considerada como formal ou informal, a economia doméstica tem sido uma alternativa para aqueles que não têm como comprar mercadorias para sustentar as suas famílias, é o caso das comunidades e povos tradicionais que usam a relação do trabalho com a natureza para garantir o sustento familiar.

O segundo modo de produção é a economia proto e pré-capitalista, fazem parte desse sistema as formas de produção ou de trabalho que se diferenciam das formas capitalistas, tais formas não são associadas ao lucro e sim pela força do trabalho e pelo valor dele. São chamadas de pré-capitalistas porque advêm de formas comunitárias, artesanais e tradicionais de trabalho consideradas muitas das vezes ultrapassadas e com poucas participações no crescimento econômico. Por fazerem parte do mercado são realizadas de forma informal e não contam com uma organização empresarial:

[...] proto e pré-capitalista maneira mais adequada de denominar a “economia informal”, na medida em esta se caracteriza por relações de produção que não podem ser assimiladas à economia capitalista de mercado. Quase todas as atividades nesse segmento da economia, não estão organizadas em forma de empresas e a fronteira entre a economia doméstica e a economia voltada para o mercado é fluida. Nem o trabalhador autônomo, nem o microempresário costumam ter dois bolsos separados para a família e para o negócio (Sachs, 2003, p. 74).

Já a economia capitalista de mercado apresenta formas de produção realizadas pela propriedade privada do setor formal, pautado pelo lucro, o consumo, pela força de trabalho como mercadoria, na produção de grande escala, e pela acumulação de capital conforme Sachs (2003) fazem parte dessa economia: “grandes e médias empresas e setor da micro e pequenas empresas formais, além das estatais. Esse é o segmento mais dinâmico da economia, embora minoritário em termos de emprego” (p. 75)

E por último a economia solidária indica uma forma de produção regida pela valorização do indivíduo e não do capital, sua principal característica é a autogestão que

pode ser encontrada em “cooperativas, as empresas auto geridas por trabalhadores e além de todas as atividades não governamentais sem fins lucrativos, o chamado Terceiro-Setor” (Sachs, 2004, p, 75).

Segundo Sachs (2003), na agricultura familiar pode ser encontrado os quatro tipos de economia ou formas de trabalho.

Fazem parte da Economia Proto e Pré-capitalista a Economia Popular que conforme Icaza e Tiriba (2003), é uma economia voltada a valorização do trabalho e a valorização do homem, onde o seu principal objetivo sanar os problemas causados pela incapacidade capitalista e as limitações de políticas públicas que não conseguem absorver os problemas sociais, como o desemprego, a precarização do trabalho e a pobreza. Seu principal fundamento está na reprodução ampliada da vida.

Para o autor Coraggio (2000), a reprodução ampliada de vida significa melhoria da qualidade de vida, por meio das oportunidades sociais desenvolvidas nos setores populares e não pela força do capital. Aponta as formas solidárias de cooperação onde muitas vezes está presente a relação familiar como aliadas a esse processo de produção, onde a família é a responsável pelos empreendimentos. O autor aponta essa economia como uma oportunidade social, onde o principal capital são as pessoas e as relações de cooperação e solidariedade são organizadas para sanar os problemas sociais e garantir a melhoria de vida:

[...] que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos de políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas micro-regiões; uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação (p. 116).

Segundo Tiriba (2008), o conceito de economia popular está relacionado à outra forma de fazer economia, que habita muitas vezes na informalidade, foge a forma racional econômica do capitalismo, utilizando a própria força de trabalho garantem não apenas a subsistência como também provêm uma condição econômica para garantir alguma outra mercadoria de uso:

De acordo com o conceito de *economia popular*, “tendo os trabalhadores a posse e/ou a propriedade individual ou associativa dos meios de produção, ao invés do emprego da força de trabalho *alheio*, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata como também para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso. Não se caracterizando pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços.” (p. 2).

Para a autora, mesmo a economia capitalista ser considerada hegemônica, ainda existem outras formas de economia que se distinguem da racionalidade capitalista, é o caso da Economia Popular. Suas formas de produção concentradas nos setores populares e na informalidade apresentam formas diferenciadas de produzir, distribuir e consumir, que na luta diária, de que “vale qualquer coisa para sobreviver”, os trabalhadores ou empreendedores e porque não dizer os “viradores” desenvolvem atividades de diferentes natureza que muitas das vezes passam despercebidas aos olhos daqueles que só enxergam o sistema capitalista como o único a responder as diferenças e problemas sócias.

De certo que a pobreza pode ter sido a principal fonte inspiradora para o surgimento da economia popular, porém ela não é considerada uma “economia dos pobres” e nem somente encontrada na sociedade capitalista, para a autora tem sido “uma forma de produzir e distribuir bens e serviços que têm como horizonte a satisfação de valores de uso, a valorização do trabalho e a valorização do homem” e ainda pode ser encontrada “nas sociedades dos caçadores-coletores, nas sociedades escravistas, socialistas” e etc. (p. 5).

Desta forma, podemos afirmar que dentro das comunidades e povos tradicionais encontramos formas da economia popular e informal sendo desenvolvidas para garantir a subsistência e ainda o excedente para compra de mercadorias ou produtos necessários.

Essa capacidade de encontrar novas formas de produção econômica e de driblar as dificuldades financeiras abrangem tanto as forças individuais, como as forças coletivas que a cada dia crescem e se multiplicam nas calçadas, nas ruas, nos bairros, nos grandes centros urbanos e também nas comunidades rurais e ribeirinhas. São os vendedores ambulantes, os

camelos, os pequenos comércios, as bancas de alimentos, de artesanato, os mateiros, os canoeiros, os vendedores de cosméticos, os pequenos produtores, entre outros.

Além disso, a economia popular e informal tem contribuído para aumentar os resultados financeiros de grandes empresas capitalistas, servindo como apoio para escoamento dos produtos produzidos por essas empresas, são os casos dos revendedores autônomos de cosméticos, roupas e acessórios entre outros: “Como já indicado, a propósito dos revendedores de cosméticos e das sacoleiras, existe uma articulação entre as grandes empresas do mercado capitalista e a economia popular, alcançada por meio de uma rede informal de distribuição” (SACHS, 2003, p. 76).

Os trabalhos individuais ou associativos sustentam uma relação econômica com um determinado número de pessoas que conforme Tiriba (2006) mesmo sendo denominados “trabalhadores por conta própria” “existe um determinado número de pessoas a eles associado” (p. 118). Isso significa dizer que mesmo trabalhando de forma individual esta forma acaba cooperando economicamente com outros indivíduos que em boa parte são membros da própria família ou amigos o que autora nomeia de *Oikotrabalhadores* que se unem por meio de laços sociais com objetivo da reprodução ampliada de vida:

Para comprar a farinha, ajudar a carregar o tabuleiro da baiana ou, até mesmo para fugir do rapa, é preciso estabelecer algum tipo de associatividade. Nesta perspectiva, os atores-coadjuvantes da economia popular são os que denominamos *Oikotrabalhadores*, ou seja, “pessoas que, unidas por laços sociais de amizade ou de parentesco, promovem e estimulam redes de solidariedade, em diferentes níveis e estilos no sentido de garantir não apenas a manutenção da unidade doméstica, mas também a viabilidade do empreendimento econômico” (Tiriba, 2004, p.12).

Mas também podem ser encontrados em atividades associativas como os mutirões com objetivo de solidariedade e ajuda mútua “também fazem parte os mutirões para a construção de casas populares, para a limpeza do valão, a ajuda dos amigos para o conserto do telhado do vizinho; a organização de creches comunitárias, etc” (Tiriba, 2008, p. 3).

Portanto, percebemos que dentro da economia popular pode se estabelecer uma nova forma de produção, que conta com a ajuda mútua e com a solidariedade, com a

economia solidária representada pelas cooperativas, como as empresas autogeridas pelos trabalhadores e com as organizações não-governamentais.

A economia solidária tem sido apontada por muitos autores como uma saída para enfrentar a desigualdade econômica estabelecida pelo capitalismo. A união dos setores populares pode em muito resolver os problemas sociais, como a oportunidade de emprego e da pobreza. Conforme Singer (2002, p.9), “para que tivéssemos uma sociedade que predominasse a igualdade em todos os seus membros seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva”.

Voltada também para a reprodução ampliada da vida, a economia solidária detém outras características que as diferenciam de outras formas de produção, seus princípios básicos são “a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). Conforme o autor esse tipo de produção une todos os envolvidos na produção em uma mesma categoria de trabalhadores que participam de formas iguais de remuneração. Entretanto, a aplicação de uma base solidária no sistema econômico não se trata de um processo de fácil alcance, em virtude da situação da própria estrutura social já desenvolvida e enraizada na sociedade.

A origem da economia solidária se manifestou logo após o surgimento do capitalismo industrial, como resposta ao empobrecimento dos artesões que perderam o valor do seu trabalho em favor a propagação do trabalho industrial. A primeira ideia de cooperativa surgiu em 1817, na Grã-Bretanha, por Robert Owen que preocupado com a pobreza e com a exploração trabalhista, sugeriu uma proposta de Aldeias Cooperativas, onde pessoas trabalhariam na terra e nas indústrias e garantiriam sua subsistência, e o excedente da produção poderia ser trocado entre as aldeias, isso garantiria uma diminuição nos gastos públicos com auxílios aos pobres e devolveria uma camada de trabalhadores ociosos à produtividade do trabalho, gerando uma economia de recursos (SINGER, 2002).

A partir da ideia de Owen, muitas outras surgiram no mundo todo que foram reconfigurando as formas de cooperativa e da economia solidária. No Brasil as cooperativas tiveram o seu início no século XX, trazido pelos imigrantes europeus, destinavam-se principalmente à cooperativas de consumo e cooperativas agrícolas (SINGER, 2002).

Em 1980, com a queda da industrialização milhões de postos de trabalhos foram fechados o que acarretou no desemprego de massa, de pobreza e exclusão social. Contudo, na mesma época houve uma iniciativa das Cáritas, instituições ligadas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que financiaram vários projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários (PAC), gerando trabalho e renda associada para moradores pobres da periferia e da área rural que mais tarde, parte delas, se transformaram em cooperativas (SINGER, 2002).

Outra situação apontada pelo autor, foram às iniciativas de autogestão pelos trabalhadores de empresas falidas:

Outra modalidade foi a tomada de empresas falidas, ou em via de fali pelos seus trabalhadores que as ressuscitam como cooperativas autogestionárias. Foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de se defender da hecatombe industrial, preservando seus postos de trabalho e se transformando em seus próprios patrões. [...] o movimento começou em 1991 com a falência da empresa calçadista Markeli, de Franca (SP), que deu lugar a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), a qual estão hoje associada mais de uma centena de cooperativas (SINGER, 2002, p. 123).

A economia solidária pode ser uma resposta a resolver as mazelas oriundas do capitalismo, que além de resolver algumas questões econômicas, e oferecer a equidade social, pode ainda oferecer não só condições financeiras de forma igualitária, mas também, qualidade de vida, já que a prática do o altruísmo pode ser vivenciado a partir do momento que a competitividade pelo status e pela posição financeira desaparecem da cultura capitalista.

Diante disso, acreditamos que o processo de produção de trabalho como também as formas empreendedoras deve vir unificado a uma visão social e mais justa, trazendo com ele alternativas para os atuais problemas que o progresso, que além de não ter resolvido, ainda trouxe com ele vários outros problemas, como as dúvidas e as incertezas que pairam sob a humanidade. Do que fazer com o atual cenário de precarização do trabalho? Já que o progresso trouxe consigo a desigualdade social, permitindo o acúmulo de riquezas em poucas regiões e a pobreza em muitas outras.

Fazer progredir a idéia de progresso: o progresso é noção aparentemente evidente; sendo por natureza cumulativa e linear, traduz-se de forma simultaneamente quantitativa (crescimento) e qualitativa (isto é, por um "melhor"). Vivemos durante dezenas de anos com a evidência de que o crescimento econômico, por exemplo, traz ao desenvolvimento social e humano aumento da qualidade de vida e de que tudo isso constitui o progresso. Mas começamos a perceber que pode haver dissociação entre quantidade de bens, de produtos, por exemplo, e qualidade de vida; vemos, igualmente, que, a partir de certo limiar, o crescimento pode produzir mais prejuízos do que bem-estar e que os subprodutos tendem a tornar-se os produtos principais. Portanto, a palavra progresso não é tão clara quanto parece" (MORIN, 2005, 95 e 96).

A partir das colocações acima, entende-se que o desenvolvimento não deve somente levar em conta o progresso acelerado que não prioriza as questões sociais, visando somente o crescimento econômico, portanto o desenvolvimento de qualquer localidade deve vir sempre com a principal preocupação de contribuir para a felicidade das pessoas, permitindo que as mesmas possam usufruir de uma qualidade de vida conforme as suas necessidades e vontades, pois o que pode ser bom para uma localidade, pode não ser bom para outra, e isso está diretamente ligado com as suas questões socioculturais.

4.2 RESULTADOS ENCONTRADOS: AS ATIVIDADES EMPREENDEDORAS INFORMAIS OU "VIRADORAS" NA COMUNIDADE BELA VISTA DO JARAQUI.

Dentro da comunidade foram encontradas atividades próprias que podem ser consideradas como atividades empreendedoras informais, ligadas a economia popular, ou representada pela figura "virador" apresentada pelo autor Bezamat (2008), como sendo aquele que se "vira" que busca dentro de suas necessidades e da mudança de seu modo de vida uma forma criativa e improvisada de manter a sua subsistência.

Dentro dessas atividades consideradas como negócios próprios ou atividades comerciais que variam entre venda de produtos e serviços, encontramos um enorme contingente que transita pelas atividades informais gerando renda e empregos também informais mantendo uma rede de relações sociais e econômicas que servem de estratégias

econômicas, consideradas como criativas e inovadoras, pois em boa parte delas o conhecimento adquirido foge dos métodos tradicionais, passado de geração a geração.

Tais estratégias econômicas, criativas e inovadoras que também podem ser consideradas como “tecnologias de sobrevivência” citada por Tiriba (2004), são assim consideradas porque em virtude das dificuldades econômicas encontradas diante de um cenário de limitações de suas atividades tradicionais, como a caça, a pesca, a agricultura entre outras, o comunitário se vê na necessidade de buscar novas formas de trabalho ou formas empreendedoras, que preferimos chamar de “viradoras”, como saída para manutenção econômica de suas vidas.

Dentro dos negócios apresentados podemos identificar três tipos de economia ou formas de produção apresentada por Sachs (2003), a Economia Doméstica, a Proto e Pré-Capitalista que também está associada à Economia Popular e a Economia Solidária.

Na comunidade, durante a pesquisa de campo realizada em 2015 com 62 famílias (UEA, 2015), encontramos uma infinidade de atividades e empreendimentos, realizados pelos familiares, onde o desconhecimento tanto sobre a organização empresarial e sobre o lucro, investimento ou prazo de retorno é praticamente inexistentes. Além do mais, foi apontado por uma boa parte dos comunitários como uma das necessidades para entenderem mais sobre os seus negócios. Outro fator apontado é sobre o desconhecimento do mercado de Manaus e as dificuldades de comercialização existentes em quase todas as atividades que dependem da venda nas áreas urbanas de Manaus.

As atividades e empreendimentos variam em: vendas oriundas da produção excedente da agricultura e da pesca que é vendida na própria comunidade e no mercado de Manaus, a produção de espetos desenvolvida por boa parte das famílias da comunidade que também é vendida no mercado de Manaus, artesanato com produção de bijuterias, de utensílios de barro e cerâmica, produção de vassoura, de balas e beneficiamento de frutas, atividades empreendimentos de turismo que são vendidos aos visitantes e turistas, venda de cosméticos e de roupas, pontos de vendas de mercadorias como quiosques com vendas de alimentos e produtos de limpeza e higiene, bar, banca de lanches que são expostas de forma esporádicas, viveiros de peixes, vendas de produtos, como combustível e gás de cozinha,

serviços de carpintaria, movelaria, e de eletricidade, essas últimas atividades comercializadas na própria comunidade.

Conforme as tabelas 06 e 07 abaixo, podem ser verificados os tipos de atividades existentes em cada área da comunidade, posteriormente abordaremos cada uma delas detalhadamente:

Tabela 6: Atividades Tradicionais Existentes Por Área na Comunidade Bela Vista do Jaraqui.

QUANT. DE FAMÍLIAS	ATIVIDADES TRADICIONAIS	% VILA	% JARAQUIZINHO	% JARAQUI GRANDE
62	PESCA	62%	91%	90%
	CAÇA	32%	72%	48%
	ROÇA	28%	72%	48%
	PRODUÇÃO DE FARINHA	21%	72%	57%
	CRIAÇÃO DE ANIMAIS	25%	45%	48%

Fonte: CHAVES, P. (2016).

Nas atividades tidas como tradicionais foi observado que há a produção excedente, mesmo que pequena em virtude das limitações do PAREST, boa parte da produção é consumida pela família como forma de subsistência o que consideramos de economia doméstica que, mesmo não fazendo parte da economia de mercado, como aponta Sachs (2004) faz parte da economia de manutenção da vida.

Se observarmos a etimologia da palavra economia⁶, verificaremos que a sua definição original está ligada a administração da casa, de origem grega a palavra significa *oikonomos*, onde *oikos* significa casa ou lar e *nomos* administrar, gerir, logo a origem da economia iniciou com o pensamento voltado ao bem estar da família que posteriormente, a partir do século XVII e XVIII ganhou novas dimensões passando para administração da sociedade, e do Estado.

A economia doméstica é muito presente na comunidade, já que boa parte das atividades do passado que geravam renda foram proibidas pela implantação da gestão do

⁶ Disponível em: <http://economiaepensamento.blogspot.com.br/2012/06/economia-etimologia-e-uma-breve.html>, acessado em 19 de maio de 2016.

PAREST e pela cultura que está habituada a plantar, caçar e pescar. Logo, pequenas plantações de frutas, de vegetais, entre outras e criação de animais são presentes na forma de subsistência, para o uso da família e em algumas situações para troca ou “escambo”. Não foi identificado nenhum tipo de atividade organizada de escambo entre moradores, acontece de forma esporádica entre familiares ou amigos.

Contudo, o mesmo exemplo utilizado no passado por Robert Owen das Aldeias Cooperativas citado por Singer (2002), pode ser recomendado à comunidade como uma forma de economia de recursos, onde poderia existir uma feira comunitária na qual o excedente das produções possam ser trocados entre as famílias, economizando gastos com as compras de outros produtos. Porém, seria necessário apoio as produções agropecuárias para melhoramento da terra e melhor aproveitamento das produções.

Já quanto ao excedente produzido pelos comunitários, boa parte é vendida na comunidade ou no mercado da área urbana de Manaus como já apresentado na seção I. Nesta situação identificamos outro tipo de economia ou forma de produção, a economia proto e pré-capitalista que conforme Sachs (2004, p. 74) “maneira mais adequada de denominar a “economia informal”, chamada por Tiriba (2004) de economia popular.

Tal economia transita entre a economia doméstica e a economia relacionada ao mercado. Como já apontado anteriormente a situação da informalidade apresentada nas vendas do excedente de produção para o mercado da área urbana de Manaus apresenta muitas desvantagens ao pequeno produtor.

A falta de conhecimento de mercado, e de uma organização formal do empreendimento coloca esses pequenos produtores a mercê da desvalorização de mercado. Onde, seus produtos são vendidos na maioria das vezes por valores inferiores aos oferecidos pelos empreendimentos formais e organizados empresarialmente.

Como já apontado na seção I, existe uma grande dificuldade de encontrar esses agentes econômicos que comprem a produção da comunidade e o fato deles não poderem oferecer nota fiscal, em função da falta de formalidade, os impede de venderem para empreendimentos formais como mercadinhos, supermercados entre outros.

É nesse contexto que Sachs (2003) chama a atenção sobre o valor da economia rural, onde adverte sobre a importância da agricultura familiar como alternativa para a contribuição na economia brasileira e como resposta ao êxodo rural e a inclusão desses pequenos produtores no agronegócio: “Daí a necessidade de incluir, nos planos de expansão do agronegócio, medidas capazes de melhorar e consolidar a situação dos pequenos produtores” (2003, p. 97).

Além das atividades tidas como tradicionais encontramos outras atividades onde, boa parte está relacionada à economia proto e pré-capitalista ou economia popular que conforme Tiriba (2004), nos ajuda a perceber outras formas de fazer economia baseada na própria força do trabalho para garantir além da subsistência outras necessidades do indivíduo. Como já citado anteriormente, para o autor Sachs (2003) tal economia advém de formas comunitárias, artesanais, muitas vezes consideradas atrasadas, como também fazem parte as atividades informais sem uma organização empresarial onde o desconhecimento do lucro é presente ou própria forma de valorar o trabalho não insere o lucro no valor cobrado.

A tabela abaixo está separada por grupo de negócios ou atividades que identificam: as atividades de artesanato, a produção de espeto que além de ser uma atividade artesanal está relacionada a um ofício introduzido na comunidade e que se multiplicou entre as famílias; negócios próprios que reúnem desde vendas de alimentos, higiene, limpeza, gás, combustível, bar, venda de cosméticos, de roupas entre outros; a prestação de outros serviços que abrangem as atividades de eletricitas, pedreiros, moveleiros, carpinteiros entre outros; e empreendimentos turísticos que geram trabalho para outros comunitários.

Tabela 7: Atividades Viradoras Por Área da Comunidade Bela Vista do Jaraqui.

QUANT. DE FAMÍLIAS	ATIVIDADES VIRADORAS	QT VILA	QT JARAQUZINHO	QT> JARAQUI GRANDE
62	ARTESANATO	04	01	07
	FABRICAÇÃO DE ESPETO	07	10	20
	NEGÓCIO PRÓPRIO	10	00	02
	PRESTAÇÃO DE	03	01	04
	OUTROS SERVIÇOS			

EPRENDIMENTOS	04	00	01
TURISTICOS			
TOTAL	28	12	34

Fonte: Chaves, PCPR, 2016. 1

Nas atividades de artesanato, encontramos conhecimentos procedentes de familiares, é o caso das cestarias de vime e da confecção de canoas e remos. Porém, há uma variedade de artesanatos na comunidade onde o conhecimento foi buscado fora dos conhecimentos familiares, é caso das bijuterias, produção de utensílios de barro e cerâmica e da produção de vassoura, no qual os conhecimentos foram adquiridos com outras pessoas e por vontade do artesão em apreender. Já os trabalhos com entalhe de madeira e objetos de decoração feitos com matérias primas vegetais, os aprendizados foram adquiridos pela vontade de querer fazer e por conta própria. Abaixo na figura 15, alguns exemplos de artesanato:

Figura 15: Tipos de Artesanatos



Fonte: CHAVES, P. (2016). 1

Em praticamente, todas as atividades observamos as vendas de forma esporádica que são oferecidas em momentos em que a comunidade recebe grupos de visitantes ou turistas, entretanto, não parece haver uma conexão entre as famílias que atuam com o turismo e os artesões existentes na comunidade, exceto os membros artesões da família que recebem os turistas.

Quanto aos artesões de utensílios de barro e produção de vassoura apresentam uma forma de comercialização mais ativa, o que podemos considerar uma estratégia comercial, visitam comunidades próximas uma vez por mês para vender os seus produtos .

Na casa de um comunitário identificamos uma máquina para beneficiamento de sementes, construída com motores velhos de máquina de lavar, lixas e tubos de PVC. Uma

tecnologia construída com materiais reciclados, criada pelo comunitário para atender a necessidade de melhoramento de suas peças de artesanato em virtude da falta de recursos financeiros para comprar uma industrializada. Conforme o comunitário, a ideia surgiu dele, e facilita muito os trabalhos do artesão que trabalha com sementes pequenas, e a dificuldade de lixar uma a uma fez com o artesão pensasse numa técnica mais eficiente, o que identificamos como uma tecnologia com um perfil virador “daquele que dá um jeitinho”.

A figura 16 abaixo demonstra uma tecnologia que consideramos viradora, “daquele que dá um jeitinho”, pelo fato do comunitário que mesmo não tendo conhecimento de como produzir uma máquina de beneficiamento busca materiais reciclados, ou seja, outras opções de materiais mais baratos, criando um modelo de máquina que atende tanto a necessidade de produção como também a necessidade financeira:

Figura 16: Máquina de Beneficiamento de Sementes Criada pelo Comunitário.



Fonte: CHAVES, P. (2016).

No caso da produção de espeto a comunidade procura se organizar para ter uma representatividade no mercado de Manaus, onde já existe um morador, que inclusive foi o pioneiro na atividade e que levou os conhecimentos do ofício para os comunitários, que é quem leva boa parte da produção dos espetos para Manaus em busca de compradores obtendo um ganho sobre a venda. Pode-se observar a presença de uma agente de vendas que trabalha por conta própria, porém e em condições desleais de mercado em virtude da informalidade e da falta de conhecimento que propicia uma desvantagem frente aos empreendimentos formais que habitam a mesma área comercial disputada também por eles.

Contudo, apresenta-se como uma forma de escoar a produção de em média 40 famílias, gerando uma oportunidade econômica para a comunidade. Observa-se nessa

situação mais uma estratégia econômica criada pelos comunitários como alternativa diante as dificuldades de realizarem outras formas de trabalho, que conforme Sachs (2004), esse enorme contingente informal, que encontramos em vários ramos de atividades na comunidade, pode ser ou tem sido a saída para manter as populações nas comunidades evitando o êxodo rural.

Além do turismo comunitário foram identificados alguns tipos de comércios, no total de onze: quatro pequenos pontos de vendas que oferecem produtos como estivas, produtos de limpeza e higiene, alguns alimentos perecíveis, uma venda de pão artesanal, uma venda de cosméticos, venda de roupas, quatro pontos de vendas de combustíveis e de gás e um bar. Além disso, foi relatado que há outras atividades comerciais realizadas de forma esporádica, são elas, duas bancas de lanches e vendedor de açaí.

Figura 17: Tipos de Comércio na Sede



Fonte: Chaves, 2015

Outra situação analisada em relação à economia proto e pré-capitalista ou a economia informal é que, além dessas atividades sustentarem a economia local, no caso da comunidade, em algumas situações elas também contribuem, para os resultados econômicos de grandes empresas formais e capitalistas que conforme o autor Sachs (2003) é o caso dos representantes de cosméticos e revendedores de roupas que mesmo atuando de forma informal e sem nenhum direito trabalhista engajam-se na atividade de forma empreendedora administrando clientes e vendas correndo riscos financeiros, ou seja dando um “jeitinho brasileiro” em busca de uma oportunidade financeira e ainda contribuindo para o escoamento dos produtos de grande empresas como a AVON apresentada na figura acima. Esse exemplo se estende também ao vendedor de estivas e outros produtos, ao vendedor de bebidas e de combustível e gás.

No caso do turismo, esta também dão apoio ao desenvolvimento econômico de empresas formais como as agências de viagens e turismo, que vendem os serviços ao turistas, porém boa parte dos serviços também são oferecidos diretamente pelos comunitários que trabalham com a atividade e oferecem desde passeios, hospedagem, alimentação e venda de artesanatos.

Foram identificadas também, as atividades oriundas de algum tipo de especialização ou conhecimento, que também alimentam a economia proto e pré-capitalista pelo fato de se constituírem de forma informal, são os casos das atividades como carpintaria, eletricitista, pedreiro, cozinheiros entre outros que precisaram adquirir além da experiência conhecimentos técnicos para realizar a profissão.

Constamos, ainda, que algumas dessas atividades são fixas e outras são realizadas de forma esporádica, dentro das atividades fixas ou estabelecidas na comunidade identificamos o ecoturismo realizado por 05 famílias que recebem durante o ano inteiro grupos de turistas para conhecerem o modo de vida da comunidade e praticarem atividades como, caminhada na selva, passeio de canoa, sobrevivência na selva, conhecimento sobre plantas medicinais entre outras atividades como observado na figura 16 abaixo:

.Figura 18: Atividades de Turismo Ecológico



Fonte: Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2013

Essas 04 famílias possuem uma estrutura própria para acomodações, como redários na selva, pousada e restaurante, além disso, oferecem serviços de entretenimento e lazer, vendas de artesanatos e vendas de balas de cupuaçu e castanha e geleias de frutas. Abaixo alguns espaços para a acomodação turística:

Figura 19: Espaços de Acomodações Turísticas na Comunidade



Fonte: CHAVES, P. (2016)

Em boa parte as atividades turísticas são realizadas pelos integrantes da família, entretanto a participação de pessoas de fora que atuam esporadicamente conforme necessidade. Conforme pesquisa de campo existem em média 10 pessoas que atuam dando suporte à atividade, dentre elas temos os mateiros que auxiliam na condução de trilhas na selva, os canoieiros, que auxiliam nos passeios de canoas, os atravessadores que dão suporte com o transporte de travessia por botes e lanchas e as cozinheiras que dão suporte no preparo de alimentos para grupos de turistas em maior quantidade.

Poderíamos também considerar tais atividades como turismo comunitário, pois a principal motivação dessa demanda turística é o conhecimento sobre modo de vida do comunitário, além da relação com a natureza, valores como conscientização ambiental, intercâmbio cultural e principalmente mudança de visão sobre a natureza intocada intensificando os valores da relação do homem com a natureza, são uns dos objetivos desta atividade.

O autor Bursztyn (2014) observa principalmente o quanto é sublime esta relação do homem com a natureza e a possibilidade de outras culturas trocarem experiências com povos que se relacionam com ela de uma forma não tão devastadora como os que vivem em uma sociedade extremamente capitalista:

A falta de contato e convívio com as pessoas do lugar e o isolamento em “ilhas de paraíso” impedem uma experiência mais rica completa, onde apenas os aspectos naturais são valorizados em detrimento de uma maior relação com as manifestações culturais locais e o cotidiano da localidade visitada. Para muitos viajantes, o interesse em conhecer realidades diversas está atrelado a essa experiência mais completa e a responsabilidade destes com a sustentabilidade do modo de vida local (BURSZTYN, 2014, P. 61).

Ainda conforme o autor, o turismo comunitário nasceu de um movimento de resistência onde os comunitários rurais, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas dentre outros se organizaram “oferecendo um modo alternativo para os turistas” para não ficarem na eminência de “perder seus direitos de existência e de simples manutenção do seu modo de vida”.

Conforme o conceito sobre o turismo comunitário adotado por Maldonado (2009, P. 31),

Entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

Logo, percebe-se também que o turismo comunitário está relacionado às práticas de autogestão sob a forma de cooperação ou associativismo, onde há a divisão do trabalho e de rendimentos entre os comunitários, porém na comunidade elas são geridas de forma individual cada família tem a sua forma de comercialização e conquistar os seus clientes o que podemos considerar que não se trata de um turismo de base comunitária já que a comunidade não apresenta a atividade de forma coletiva, mas como ainda não há um consenso sobre o conceito, ainda sim consideramos uma prática de turismo comunitário por apresentar uma relação direta como o modo de vida na comunidade.

Conforme os comunitários são muitos os problemas enfrentados na comercialização do turismo: o pouco conhecimento no ofício do turismo e na qualidade de serviço sem que isso altere o benefício vivido pelo turista de vivenciar a realidade local, as dificuldades de formatações de roteiros ou produtos turísticos, ausência de divulgação e promoção dos seus serviços que acaba sendo o boca a boca limitando a demanda turística, falta de credibilidade por parte de agência e operadoras turísticas dos serviços oferecidos que acabam por muitas vezes limitando os serviços oferecidos dos comunitários eximindo-os de serem os

protagonistas do serviço, ausência da formalidade jurídica dos seus negócios que resulta na falta autonomia de comercialização, de apoio a investimentos e na depreciação dos valores dos seus serviços.

Mas conforme o autor Bursztyn (2014), a comercialização é um dos maiores problemas enfrentado pelo turismo comunitário no Brasil e além desse ele levanta outros que não diferem da realidade dos comunitários da comunidade Bela Vista do Jaraqui, são elas as dificuldades de acesso por estar longe do centro urbano de Manaus, e a deficiência na comunicação, tanto da telefonia celular, como da internet que na comunidade se apresentam deficitárias.

Em praticamente em todas as atividades observadas na comunidade há participação da família, tanto na produção como na venda e também em alguns casos de amigos convidados pela forma de troca de diárias ou pagamento, nesse caso há o que autora Tiriba (2004) nomeia de Oikotrabalhadores que cooperam economicamente com as atividades estimulando as redes de solidariedade mantendo não somente a unidade doméstica como também a manutenção da atividade ou empreendimento econômico.

Quanto à economia solidária, encontramos algumas iniciativas na comunidade, umas regulamentadas que é o caso da Associação Agrícola Rural de Desenvolvimento dos Moradores da Comunidade Bela Vista (AGRIMBEL), uma associação de direito privado e sem fins econômicos, constituída em 2003 e conta com uma média de cem comunitários associados, contudo, conforme relatos dos moradores e dos atuais e antigos presidentes, ainda não houve nenhum projeto que envolvesse a comunidade ou parte dela voltado a produção agrícola.

Ainda conforme relatos, tais iniciativas não foram colocadas em prática em virtude da situação da categoria de Parque Estadual o que dificultava a submissão de projetos, por parte da comunidade, a órgãos ou instituições em virtude da sobreposição de atuação do parque.

Chegou a haver uma iniciativa do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do estado do Amazonas (IDAM), onde vários cursos foram realizados, porém não chegou a ser implementada em virtude da situação de parque. Desta forma, a comunidade aguarda a

definição e implantação do plano de gestão da RDS para definir os projetos que poderão submeter e os parceiros que poderão envolver.

As atividades da AGRIMBEL se resumem na representação dos direitos da classe de agricultores da comunidade e é por meio desta associação que os presidentes, líderes da comunidade são eleitos.

Além da AGRIMBEL, encontramos a Rede Tucumã uma associação que envolve, além da comunidade Bela Vista do Jaraqui, 29 comunidades da Margem Esquerda do Baixo Rio Negro. Fundada em 04 de agosto de 2014, pela iniciativa dos próprios agricultores das comunidades também envolvidas no projeto Eco-Polos Amazônia XXI, projeto este conduzido pelo Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ), tem como objetivo desenvolver as cadeias produtivas sustentáveis das áreas rurais. A Rede Tucumã que segue esse mesmo contexto visa fortalecer a produção e comercialização dos produtos da agro biodiversidade local.

Conforme relatos de um dos envolvidos a Rede Tucumã já obteve alguns resultados satisfatórios principalmente quanto, as obras da sede e aquisição de um barco para escoar a produção, como também, a articulação para comercialização na Feira Orgânica de Manaus e com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Percebe-se que essa iniciativa pode em muito contribuir com as atividades de comercialização sanando as dificuldades mercadológicas encontradas pelos comunitários já citadas anteriormente. Entretanto, foi relatada a dificuldade de estimular, gerir e colocar em práticas as atividades coletivas, ou melhor, o ajuri ou mutirão, que no caso da comunidade Bela Vista do Jaraqui foi enfraquecida em virtude ora pelas limitações do uso do solo, ora pela pobreza do solo e ora por conflitos internos.

Contudo, tal iniciativa pode vir a estimular as atividades de mutirão ou ajuri revitalizando o habito tradicional e ainda, contribuir para geração de renda e trabalho nas comunidades envolvidas. Além de beneficiar outros projetos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem como objetivo a aquisição de alimentos por meio do desenvolvimento da agricultura familiar.

Mesmo a atividade de mutirão e ajuri na agricultura não serem mais tão frequentes na comunidade, isso não significa que o sentimento de ajuda mútua tenha desaparecido entre os comunitários do Bela Vista do Jaraqui. Identificamos várias iniciativas realizadas por eles que podem representar as atividades de mutirão ou ajuri e que demonstram que ajuda mútua ainda é presente, é o caso da reunião de algumas famílias para ajudar a limpar um terreno de um vizinho ou de áreas comunitárias, construções de casas ou sedes para a comunidade entre outras.

Um exemplo, também de economia solidária identificada na comunidade e que está ligada a um exemplo de cooperativa, porém ainda não formalizada, é a união de alguns familiares na produção de balas e beneficiamento de frutas para doces e geleias. Essa união ocorreu há sete anos por meio de um curso realizado na comunidade.

A ideia de produção coletiva surgiu com oportunidade de venda para os grupos turísticos que chegavam à comunidade e que procuravam o produto, entretanto as vendas são realizadas somente aos turistas recebidos por uma família, as outras três famílias que também recebem turistas não fazem parte dessa cadeia.

Percebe-se a necessidade de articulações de todas as famílias que desenvolvem a atividade turística com as outras atividades oferecidas na comunidade criando uma cadeia econômica que favorecesse os comunitários a ampliar a oferta de serviços e produtos das atividades turísticas.

Outro programa que pode ser referenciado a uma iniciativa da economia solidária é o programa da Rede de Turismo Comunitário no Rio Negro (TUCORIN), uma iniciativa que abrange seis comunidades: São João do Tupé, Colônia Central, Julião, Nova Esperança, São Sebastião e Bela Vista do Jaraqui.

O programa Tucorin surgiu em 2008, com o objetivo de promover a integração das comunidades ribeirinhas e os turistas, gerando renda para os comunitários. Coordenado pelo Instituto de Pesquisa Ecológica (IPÊ) e pela Organização não Governamental Nymuendaju, visa a promoção consolidada das atividades turísticas das comunidades envolvidas, de uma forma onde todas possam ter a mesma oportunidade de venda e ganho. Neste caso os ganhos são repartidos somente com os envolvidos da oferta do produto ou do

serviço, porém a promoção das atividades é feita de forma igual e sem a relevância de uma sobre a outra.

Conforme Bursztyn (2014) o problemas com a comercialização do turismo encontrados nas comunidades de forma isolada, afetam também a comercialização do TUCURIN que vem buscando resposta e formas de tentar ampliar a comercialização gerando mais ganhos as comunidades envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SEÇÃO II

No decorrer das discussões teóricas observou-se que os conceitos associados à comunidade ganharam notoriedade com o surgimento das discussões sobre a modernidade e o conceito de sociedade, e tudo que se relacionava a comunidade trazia imbuído o sinônimo de atraso, de decadência econômica e de perda dos direitos de liberdade do homem originados no sistema Feudal. Contudo, a individualidade do indivíduo trouxe para a modernidade a perda de pertencimento a uma comunidade, da solidariedade e da falta do altruísmo tão presentes na globalização excludente.

Pode-se observar também que foi em meados do século XIX e XX que ocorreu um embate teórico, dos que eram a favor da nova forma de sociedade e aboliavam qualquer forma de comunidade e os que eram a favor do resgate da vida em comunidade para garantir uma relação mais sólida e unida e mais justa para os homens.

Tönnies e Durkheim foram um dos percussores que diferenciavam os conceitos de sociedade e comunidade e principalmente Tönnies apontava a necessidade da vida em comunidade como forma de manter a união entre homens e uma vida mais humana, já que as relações de sociedade estão pautadas na produção, na troca, no valor do papel, seja ele monetário ou formal o que Tönnies denominava de relações “mecânicas e artificiais”, declarando que a existência da sociedade poria o fim nas relações em comunidade.

Diferente de Tönnies e Durkheim, Weber apresentava um discurso mais diferenciado, apontava as diferenças existentes entre as relações em sociedade e comunidade, contudo enfatizava que as “relações comunitárias” estavam ligadas a relações afetivas e de pertencimento tradicional, apontando também as “relações associativas” como formas de associação dos homens por interesses mútuos por motivos de crença ou compromissos. Para Weber as duas relações podiam fazer parte de uma sociedade.

Já para Buber, mesmo os seus pensamentos terem sido influenciados por diversos autores, principalmente Ferdinand Tönnies, acreditava que as relações em sociedade não acabariam com as relações em comunidade, pelo contrário, seriam reaproveitadas dando lugar a uma “nova comunidade”, não mais baseada pelas relações sanguíneas, mas pela livre

escolha das pessoas, regulada pelo princípio utilitário, do bem estar, e baseado em algo próprio, na “lei intrínseca da vida”.

Buber aponta os perigos sobre os conceitos criados e recriados sobre a comunidade e a sociedade que podem intervir no processo criativo do que ele chama de “Nova Comunidade”. Logo, tais definições e conceitos não se apresentam como algo definitivo, estável e estático, estão ligados diretamente à evolução histórica da humanidade, podendo ser analisado como algo em movimento que acompanha as necessidades humanas.

O mesmo acontece com as comunidades da Amazônia, que passaram por alterações no decorrer de sua história, tanto de formação territorial, econômica e religiosa, quanto cultural e social. Devido a essas alterações suas definições ultrapassam as barreiras do passado, adequando-se à realidade do presente e em busca de um futuro melhor, ou seja, de uma “nova comunidade”, que busca se redefinir visando uma vida melhor.

Desta forma, embasado no aporte teórico abordado neste trabalho chega-se a conclusão de que a comunidade Bela Vista do Jaraqui vem passando por alterações na sua estruturação organizacional e social que as difere das comunidades do passado que eram completamente remotas com pouquíssimas influências de outras comunidades ou sociedades transformando-se de forma individual sem tantas interferências sociais e contemporâneas, na qual apresentavam grandes relações de parentesco e sanguíneas, onde os acordos tácitos e a ajuda mútua tinham mais valor do que os contratos e o dinheiro.

Entretanto, com o advento do progresso dificilmente conseguiríamos ter uma comunidade completamente isolada sem que as suas bases tradicionais já não tivessem sido tocadas pelas influências do desenvolvimento, mesmo tendo ainda boa parte de suas tradições mantidas.

Na comunidade Bela Vista do Jaraqui percebemos muitas dessas influências, seja no acesso mais rápido ao transporte, seja pela inserção do sistema de educação e saúde, seja pelas iniciativas governamentais ditando e orientando novos comportamentos e condições de vida, com cursos, palestras, assistencialismo, monitoramento, leis, entre outras, seja pelo acesso à comunicação, enfim, dificilmente com o sistema da globalização teríamos uma comunidade livre dessas influências.

No entanto, cabe-nos perguntar, será de fato que uma comunidade pode perder por completo as suas características tradicionais, mesmo tendo passado por tantas influências? Será que podemos compará-las com as formas de uma sociedade urbana?

O que foi percebido na comunidade Bela Vista do Jaraqui foi que de fato ela recebeu muitas influências externas que a deixaram numa condição de transição, mas não de perda total de suas características tradicionais. A comunidade ora transita pela relação afetiva de pertencimento dentro de um grupo, que se considera ribeirinho e que ainda mantém parte das características tradicionais em seu modo de vida, apontada por Weber de “relação comunitária”. E ora transita pelas interferências societárias, que modificaram por interesses mútuos e afins, a vida dessa comunidade e que Weber chama de “relações associativas”.

Se analisarmos o que diz a o Decreto 6.040 que trata do que compreende povos e comunidades tradicionais, já citado neste trabalho na página 38, observaremos:

1 – “Tratam de “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais”;

No caso da comunidade pesquisada, em sua maioria se reconhece como ribeirinho, um reconhecimento que não se dá somente pela questão territorial, mas pela relação íntima com água no seu modo de vida. Além do autoreconhecimento identitário apontado por Hall (2015), conforme Almeida (2010) “A identidade coletiva não consistem, pois, em estados ou “substâncias”, mas em processos, que dependem da maneira como os agentes sociais são percebidos pelos outros e se referem à maneira como os agentes sociais se auto-representam e se mobilizam”.

2 – “Que possuem formas próprias de organização social”;

Neste caso, a comunidade conta principalmente com a estrutura familiar, a forma de produção e trabalho ainda apresenta métodos manuais e artesanais acompanhando em boa parte os métodos de origem aborígenes. É praticamente ausente na comunidade a divisão do trabalho por cargos e funções, o trabalho assalariado e a produção industrial. Além disso, boa parte da sua força de trabalho é para garantir a sua subsistência, e o excedente produzido, em pequena quantidade, não apresenta o valor do lucro e sim o valor da força do trabalho.

3 – “Que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”;

Apesar das atividades tidas como tradicionais, ligadas à natureza, como a caça, a pesca, a roça, entre outras, terem diminuído na comunidade, em virtude das limitações do PAREST, da infertilidade do solo relatada pelos moradores e da falta de investimentos, ainda assim as famílias mantêm essas atividades como forma de subsistência. Contudo, após a regulação da RDS, acredita-se que a comunidade possa aumentar as atividades tradicionais, ampliando sua produção sob a forma de manejo.

Na sua própria formação fisiológica, cultural e histórica o caboclo ribeirinho é constituído da origem indígena e européia, onde a miscigenação lhe confere em sua essência uma cultura própria. As situações de mudanças ocorridas historicamente a qual o caboclo da Amazônia está acostumado, como: os projetos de desenvolvimento e de ocupação; as heranças de outros povos que residem e residiram na Amazônia. Enfim, o caboclo ribeirinho passou e passa por modificações que interferem no seu modo de vida e na sua cultura, entretanto, vem se adaptando ao longo da vida de geração em geração, deixando permanecer parte de suas características que mantêm a sua identidade cultural os tornando adaptativos às mudanças:

As populações ribeirinhas parecem estar fazendo mais do que apenas se acomodando às demandas prevaletentes. Essas capazes não apenas de se acomodar aos mercados flutuantes, mas também de se reorganizar e se reproduzir nas novas condições encontradas a cada vez. Assim, desenvolvem uma capacidade de abraçar a mudança a cada nova fase, sem que isso resulte no fim do seu modo de vida corrente (HARRIS, 2006, p.91).

Logo, optou-se considerar que a comunidade Bela Vista do Jaraqui encontra-se em processo de transição tendo em parte as características tradicionais mantidas em determinados aspectos que coincidem com aspectos apontados por Diegues (2008) citado na página 56 desse trabalho, e pela verificação dos estudos de campo, que demonstraram, que mesmo a comunidade ter recebido muitas influências externas ainda mantêm parte desses atributos:

- a) Tantos os casamentos como os acordos de trabalho são realizados em sua maioria de forma tácita se baseando somente na palavra dispensando os acordos contratuais no papel, o que Tönnies chama de relações “reais e orgânicas”;
- b) Na relação de trabalho não foi identificada a existência de contratos de trabalho, e nem de haver uma produção industrial onde a divisão hierárquica de cargos e salários no trabalho é ausente, além do desconhecimento do lucro. Há na comunidade somente o pagamento de diária, ou troca de dia, mas não há pagamento de salários, além das atividades de produção serem de subsistência, e o excedente vendido conta apenas com valorização da força do trabalho sem a presença do lucro;
- c) Constatou-se, ainda, que as atividades tradicionais como a pesca, a caça, o extrativismo e agricultura apesar de ter diminuído, ainda são presentes na comunidade, onde a pesca é ainda praticada em 80%, caça, 46%, enquanto que o extrativismo vegetal e agricultura representam 43%. Um dado interessante foi às diferenças encontradas por área na comunidade, onde o Jaraquzinho e Jaraqui Grande apresentam maiores porcentagens quanto a realização dessas atividades, na pesca, 91% e 87%, na caça, 72% e 48% e no extrativismo vegetal e na agricultura, 80% e 52%, já a Vila apresenta os menores números, na pesca, 62%, na caça, 32% e no extrativismo e agricultura, 28%. Isso demonstra que a comunidade exerce uma dependência dos recursos naturais para manter o seu modo de vida;

Percebe-se que na Vila algumas famílias perderam em parte a relação do trabalho com a natureza. Essas diferenças podem ser analisadas por duas situações: a primeira da Vila se encontra mais acessível à fiscalização dos órgãos gestores, em virtude da sua posição geográfica, enquanto que as outras áreas são mais isoladas e, portanto, não tão acessíveis às ações fiscalizadoras, onde isso pode ter levado à busca de alternativas de trabalhos não existentes anteriormente, antes das atividades de gestão do PAREST, numa tentativa de manterem sua subsistência e sobrevivência; A segunda em virtude dos espaços dos terrenos, que além de serem pequenos, parte dos espaços foram limitadas em prol da preservação do PE.

- d) As técnicas utilizadas na caça, na pesca, e na roça, apesar de já terem acesso a muitas tecnologias, percebeu-se que continuam usando os métodos dos ancestrais indígenas, que acompanham as necessidades ditadas pela natureza e pelo etnoconhecimento;
- e) Também foi verificada a importância dada à unidade familiar, onde a sua formação e organização estruturam o modo de vida familiar que participam das atividades de trabalho para manter o sustento familiar, as relações de compadrio também é presente como verificado na comunidade, contudo, algumas atividades como a do ajuri é organizado para o roçado vem perdendo força na comunidade por conflitos entre comunitários. Conforme Matos (2015), outras ações também podem estar afetando a prática do ajuri, é o caso da ausência de crianças e adolescentes no ajuri devido ao que é estabelecido no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), e a interferência dos turnos escolares. Entretanto, ainda há na comunidade a presença do sentimento da ajuda mútua entre os comunitários que realizam mutirões com várias outras finalidades.
- f) E por último, o reconhecimento de pertencimento à identidade cabocla ribeirinha que de acordo com Fraxe (2004), trata-se de uma cultura que “guarda relação com o registro de determinada matizes de pensamento e de comportamento secularmente registradas na memória”. É importante salientar que as demandas históricas e ambientais não permitiram que essas matizes de pensamento desaparecessem dos moradores da comunidade Bela Vista do Jaraqui, pois conforme Harris (2006) eles não só se acomodam diante das mudanças ou dos fatores intervenientes, mas como também são capazes de se reorganizar e se reproduzir nas novas condições apresentadas.

Logo, tais mudanças observadas na comunidade Bela Vista do Jaraqui, nos levam a considerar que a mesma vem apresentando adaptações às intervenções ocorridas, tanto pela criação do PAREST, quanto pela proximidade com a realidade urbana e também pelas interferências ambientais, sem perder por completo o seu modo de vida diferenciado, sua relação com a natureza e seu sentimento de pertencimento à identidade cabocla ribeirinha.

Vale ressaltar que as crianças e adolescentes, conforme verificado em campo, não fazem parte ou acompanham os pais nas atividades ligadas a natureza ou tidas como tradicionais, o que nos leva a crer que se nenhuma providência for tomada, a comunidade, em pouco tempo, não sustentará nenhuma forma de atividade tradicional.

É imprescindível que o sistema de educação insira dentro de suas ementas e grades curriculares conteúdos e práticas pedagógicas que valorizem tais atividades mostrando a importância dela como alternativa de vida, dando a oportunidade para que eles possam fazer as suas escolhas e não somente ser condicionados a uma realidade completamente diferente dos modos de vida de seus pais e antepassados. E ainda, que valorizem a relação direta desses alunos com a natureza enfatizando a importância deles na preservação ambiental.

A nova categoria de RDS poderá por meio do plano de manejo e da elaboração sobre as regras de uso do ambiente, que é realizado com a participação efetiva dos comunitários, estimular a continuidade das atividades tradicionais e a recuperação delas em áreas onde a comunidade apresenta maiores resultados de alterações, como é o caso da Vila aqui apresentado. Por outro lado, pode inserir as famílias que já apresentam esse lado virador com suas atividades comerciais e estimular o escoamento dos produtos produzidos na comunidade para própria comunidade e para outras localidades, comunidades vizinhas e municípios de Iranduba e Manaus, formando assim uma rede de apoio à comercialização da produção gerada pela comunidade.

Indica-se uma gestão não centrada somente na proteção do meio ambiente, mas também na valorização humana desses residentes, buscando alternativas de trabalho que garantam a qualidade de vida desses moradores e a conservação ambiental, afastando o mito do paraíso perdido tão incentivado pelos primeiros criadores dos parques no mundo, incentivando por meio de resultados positivos, uma visão onde esta relação é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SEÇÃO III

Observou-se no decorrer desta pesquisa que o pensamento ecológico passou por várias correntes até chegar às discussões atuais, contudo ainda prevalece a contraposição dicotômica entre o preservar e o garantir a reprodução ambiental e o se apropriar da natureza em prol do progresso.

O pensamento que prevalecia até meados do século XVIII, era do mundo domesticado, onde o homem era considerado o rei da criação e os animais destituídos de direitos e sentimentos (DIEGUES, 2008). Esse pensamento criou barreiras, durante muitos séculos, ao movimento da proteção da vida selvagem. Fundamentado nos estudos das ciências biológicas esse movimento dava início às discussões sobre a necessidade de proteção ao meio ambiente.

Contudo, o Romantismo também teve um papel importante na propagação da importância do contato do homem com a natureza intocada, como um ambiente de fuga humana, estimulando o imaginário do paraíso perdido, mas foram os abusos causados ao meio ambiente que levantou a discussão sobre a consciência de proteção à natureza incitada pelos naturalistas. Nesse momento nasce a visão biocêntrica e a visão ecológica ligada à corrente da ecologia radical.

É na visão biocêntrica que nascem as tendências do Preservacionismo e Conservacionismo, em meados do século XIX, onde o preservacionismo defendia a proteção integral da natureza e o conservacionismo que se preocupava com a conservação das áreas naturais, mas também com as questões sociais (JATOBÁ *etal*, 2009 e MECCORMICK, 1964).

Já a visão ecológica, que se consolidou em meados do século XX, preocupava-se com as possíveis soluções dos problemas ambientais causados pela produção industrial e o consumo em massa. Essa visão mais tarde foi aprofundada pela abordagem do ambientalismo moderado, que surgiu em 1970 com a crise do petróleo e com desastres ambientais, onde a preocupação era estudar formas onde se pudesse conciliar o crescimento econômico e a conservação ambiental (JATOBÁ *etal*, 2009).

Entretanto, mesmo as visões biocêntrica e ecológica terem influenciado nas criações das tipologias de unidades de conservação existentes no mundo inteiro, outras visões fizeram grandes contribuições.

A visão biorregional que vai além da demarcação de território geográfico para a criação de áreas protegidas, visa entender a relação homem e natureza de uma forma endógena, entendendo tanto as características ecológicas (fauna, flora, solo, clima, entre outros) como as características culturais que determinam a forma de como lidam com a natureza e a representação desse ambiente em seu meio de vida. Um dos principais objetivos dessa visão é manter uma relação próxima desse indivíduo com a natureza e não distanciá-lo do seu ambiente o qual tem relações identitárias culturais e isso é o que o diferencia das outras visões (JÚNIOR E SATO, 2008).

E foi a partir dessa visão biorregional e do surgimento dos movimentos socioambientais que nasce uma outra corrente a ecologia política. Uma corrente que fazia fortes críticas às correntes do ambientalismo moderado, em virtude de considerar demagógicas algumas iniciativas e por esconderem o real interesse de alimentar o capitalismo assegurando uma reserva de recursos naturais sem se preocupar de fato com as desigualdades sociais (JATOBÁ S., 2006).

Os ecologistas políticos criticavam os custos gerados aos países subdesenvolvidos que teriam que desacelerar seu desenvolvimento como resposta a reservas de recursos naturais, prejudicando as classes mais desfavorecidas. Por outro lado apontavam os custos da retirada de povos tradicionais das áreas protegidas.

Percebe-se que estas discussões teóricas, oriundas de problemas apresentados na sociedade e na natureza, vão dando formas inicialmente as questões sobre as visões voltadas a proteção ao meio ambiente, posteriormente vão moldando as tipologias das áreas naturais, sob o viés do preservacionista, do conservacionista e do biorregionalismo que ditaram correntes e discussões que influenciaram e estão refletidos nas configurações da Lei Federal 9.985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que se apresentam em duas modalidades gerais, a Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Onde a primeira faz exigências de áreas de proteção integral, com o uso indireto dos recursos naturais e sem a permanência de seres humanos e a outra faz a

exigências de áreas de conservação dos recursos naturais, admitindo a permanência humana e o uso direto dos seus recursos naturais sob medida

As criações dos Parques iniciadas nos Estados Unidos tiveram uma forte influência e uma relação estreita com o preservacionismo, onde “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem” (Diegues, 2008).

No Brasil, algumas décadas depois, o cenário se repete influenciado pelos primeiros criadores dos parques, sem levar em consideração a extensa diversidade cultural e social existente, o que acarretou vários problemas e conflitos. De certo que, a criação de unidades de conservação tem um papel fundamental na proteção do meio ambiente, porém não se pode esquecer que neste meio ambiente habitam populações tradicionais ou não, onde os seus saberes possam ser conservados e a sua forma particular de vida deve ser mantida e respeitada.

Essa mesma situação se repetiu em várias UCs criadas no Amazonas, principalmente as com objetivos de proteção integral, os planejamentos dessas áreas não levaram em consideração as populações existentes, suas tradicionalidades, seu etnoconhecimento, suas diversidades culturais e principalmente sua base material, ambiental e cultural que garantiam suas subsistências, suas simbioses com a natureza e suas tradições.

No Parque Estadual (PAREST) Rio Negro Setor Sul, essa realidade também foi encontrada, o Parque foi criado em 1995 ignorando as comunidades ali existentes conforme Cunha (2012) apresentam uma boa quantidade de comunidades indígenas e não indígenas.

O que se percebe que mesmo as discussões sobre a permanência dos povos tradicionais em áreas protegidas já estarem bastante intensa no Brasil em meados da década de 80, em virtude inclusive do reconhecimento das terras indígenas, a criação do PAREST, em 1995, não atentou para a presença e a importância dos povos ali residentes.

A comunidade Bela Vista do Jaraqui também representa parte dessas comunidades que foram inseridas nas delimitações do PAREST e tem grande representação populacional, em torno de 94 famílias, que vivem na região a mais de 65 anos. Os saberes tradicionais existentes nessa comunidade são muito fortes, não só pelo uso de medicamentos naturais, mas também sobre a relação intensa com a natureza.

Conforme a autora Cunha (2012) existem outras tensões além da resistência dos moradores em sair do parque, o que podemos considerar um movimento socioambiental que influenciou a recategorização de parte da área do parque em RDS.

Contudo, há outras tensões enfrentadas na criação do PAREST: sua própria localização, que abrange as duas margens e parte do Rio Negro, principal via de escoamento de produtos e navegação; as questões fundiárias, com presenças de TI; os projetos de assentamento rural e propriedades particulares legalizadas que geraram fortes pressões e influenciaram a recategorização da área do PAREST em uma categoria mais apropriada a realidade encontrada, logo, em 2014 UC passou a ser de Uso Sustentável virando uma RDS.

Entretanto, a conquista da nova categoria só aconteceu dezenove anos depois, por meio de muita luta e resistência por parte dos moradores, que se deu a partir do de 2004, quando de fato os trabalhos de gestão dos órgãos ambientais deram início na comunidade, ou seja, há dez anos essa comunidade passa por interferências dos órgãos em seu modo de vida. O que nos levou a perguntar, até onde foram essas alterações? Como e onde interferiram no seu modo de vida? Será que todas as interferências foram só geradas pela gestão do PAREST? Será possível a recuperação para algumas das suas perdas?

Dentro dos resultados verificamos vários aspectos de mudança causados pela interferência do PAREST, como também outras interferências ambientais e sociais que estão afetando o modo de vida e o trabalho dessa comunidade.

No item 3.4.1, que trata sobre os sentimentos dos moradores quanto à criação do PAREST, os relatos demonstram muita indignação e revolta, pelo motivo da falta de informação prévia sobre a possível criação do parque. Não foi realizada em nenhum momento uma consulta pública sobre a criação dessa área que a princípio lhes tirou o direito a terra por eles estabelecidas há décadas, e o direito de se organizarem de forma prévia as mudanças. Esta situação além de ter afetado os moradores, fere o parágrafo § 2º, do Art. 22, da Lei No. 9.985 (SNUC), que prevê que a criação de qualquer unidade de conservação deve ser precedida de consulta pública.

Outra situação observada foi quanto à perseguição moral que coagiu esses moradores por muito tempo, que em alguns momentos se vêem sem forças e prontos a

desistir de viver na comunidade, o que poderia acarretar na perda da sua cultura (DIEGUES, 2008), ou ainda levar as famílias a realidades bem piores, são o caso de alguns que chegaram a pensar em se mudar para área urbana de Manaus, onde as exigências do trabalho os colocariam defronte a adaptação de uma nova realidade, completamente diferente da vivida.

Pôde-se observar o sacrifício desses moradores em ter que abandonar as suas terras e o seu modo de vida em prol da proteção ambiental, onde não são eles como todos deveriam também fazer parte dessa preservação ao meio ambiente.

Notam-se os efeitos do primeiro princípio da ecologia política citado por Jatoba *et al* (2006), que trata da distribuição desigual dos custos e benefícios das ações ambientais, o que faz com que reflitamos, conforme sugerido por Diegues (2008), sobre o sacrifício de uns para o benefício de outros.

Quanto ao item 3.4.2., que trata sobre a origem da família e até onde a evolução de crescimento e habitat sofreu alterações, percebe-se que a maioria das famílias é de origem de áreas remotas, completamente diferente da vida de áreas urbanas, aproximando-se a uma realidade cultural tradicional das comunidades ribeirinhas da Amazônia. E que a herança familiar traz consigo traços da trajetória e constituição dos povos ribeirinhos.

Houve também relatos de moradores que nasceram na própria comunidade Bela Vista do Jaraqui, ou a vinda deles para a comunidade ou quando ainda eram muito pequenos, o que demonstra laços familiares com esse território o que poderia acarretar em dificuldades futuras de se adaptarem em outros lugares.

Apesar de todas as dificuldades encontradas na comunidade, constatamos que a evasão de membros da família para áreas urbanas é muito pequena. O fator mais preponderante é continuidade escolar ou o acesso a cursos universitários, já que a comunidade conta com educação até a finalização do ensino médio. Isso poderá ser resolvido com a implantação de uma faculdade já esperada pelos moradores que deverá acontecer na comunidade Três Unidos.

No item 3.4.3 dos resultados encontrados, verificaram-se as mudanças na alimentação e no modo de vida, ficou evidente que os moradores dessa comunidade estão

sofrendo com a escassez do alimento, tanto na agricultura como na pesca e na caça. Vários são os depoimentos que demonstram a dificuldade de pôr o alimento na mesa, alimentos esses que eram mais acessíveis no passado.

A interferência do parque com as restrições de uso dos recursos naturais é uma das variantes apresentada nos relatos dos moradores, que além de terem suas atividades limitadas, várias áreas de prática de pesca, caça e roça foram limitadas e proibidas. Conforme o autor Diegues (2009) e constado na pesquisa de campo, tais restrições estão impactando na alimentação desses moradores.

Esta situação coaduna com o segundo princípio da ecologia política apontada por Jatobá *etal* (2006), onde qualquer alteração ambiental irá afetar simultaneamente o ambiente político e econômico, podendo ainda afetar a sobrevivência das populações desfavorecidas.

Outras interferências também estão afetando a qualidade de alimentação desses moradores que apontam a pobreza do solo como limitador para as plantações e para a criação de galinhas domésticas, um fator que vai ao encontro tanto da exaustão do solo e da água devido ao excesso populacional e das características do solo das regiões de águas pretas já apontadas por Morán, 1999. O aumento da população como um dos problemas enfrentados na falta de peixes no lago do Jaraqui, área liberada para a pesca artesanal, e a ausência de caça que além de ser proibida pela gestão do parque há ausência desses animais em quantidade e espécie em relação ao passado.

Por uma questão de segurança alimentar e de resgate do hábito, algumas atitudes podem ser tomadas para minimizar os impactos causados a alimentação desses moradores e garantir a permanência das atividades tradicionais: o conhecimento e apoderamento de novas técnicas propícias ao tipo de solo existente; apoio financeiro para compra de adubo e sistema de irrigação do solo que não resiste ao forte verão amazônico; estudo e liberação de novas áreas para o plantio e para a pesca; e a busca apoio para a criação de galinhas e de peixes.

Quanto ao item 4.3.4, que trata sobre as atividades tradicionais e outras formas de atividades, como já comentado na seção anterior, de fato sofreram mudanças causadas pela

interferência do parque, pela infertilidade do solo e pela sobrecarga populacional na comunidade. As atividades que mais sofreram impacto, foi a extração de madeira e a produção de carvão, essa praticamente extinta na comunidade.

Notou-se que outras atividades estão sendo desenvolvidas pelos moradores como alternativa econômica, que trataremos com mais ênfase na próxima seção. Contudo, tais atividades em parte foram oriundas de ofícios profissionais adquiridas por meio de algum conhecimento específico, são os casos das profissões de cozinheira, a gente de endemias, professor, carpinteiro e turismo. A própria gestão do parque em parceria com outras Instituições, levou alguns conhecimentos para criar esses tipos de profissões é o caso do ofício de cozinheira e da atividade do turismo.

Vale ressaltar que mesmo os moradores realizando outras atividades eles não deixaram de exercer as atividades tradicionais como a caça, a pesca, a agricultura e o extrativismo, é o que o autor Witkosk (2013) chama de multifuncional.

A produção de espeto parece ser uma realidade nova na comunidade, mesmo tendo o seu surgimento há quinze anos atrás, tem servido como forma de repor as atividades perdidas e a cada dia cresce mais na comunidade. Porém, os produtores enfrentam muitos problemas com a comercialização, precisando de apoio para escoar os seus produtos.

Essa questão da dificuldade de escoamento dos produtos, não se restringe somente aos produtores de espeto se estende também a tudo que é produzido e vendido pela comunidade. Logo, além do plano de manejo para as atividades já existentes, sugere-se que outras atividades possam ser resgatadas como a extração de madeira e a produção de carvão e que seja levado em consideração, estratégias de apoio a comercialização dos produtos.

No item 3.4.5 que trata do impacto financeiro, observamos que tanto a redução das atividades como as proibições de algumas atividades impactaram diretamente nas finanças dos moradores da comunidade. Por outro lado, a própria fiscalização intensa da gestão do parque, que limitou as atividades, pode ser apontada como uma variante que pode ter mantido as condições de vida por meio de subsistência desses moradores, o que nos leva a

refletir sobre uma outra variante de que hoje poderiam estar em outra condição financeira em contrapartida os recursos naturais poderiam também ter sido esgotados.

Outra situação que podemos observar é quanto ao segundo e terceiro princípio da ecologia política, que demonstram que tal interferência e ações além de terem afetado a condição financeira desses moradores, fizeram perder o poder de decisão sobre a sua produção de trabalho e sobre o que colocar na mesa de sua família. Com a interferência do parque a vida deles passa a ser em parte controlada pelo órgão gestor.

Já no item 3.4.6 que analisa as alterações ocorridas nas formas e técnicas de trabalho, verificou-se que os métodos tanto na agricultura como na pesca e na caça são desenvolvidos por meio de técnicas e ferramentas utilizadas no passado e que foram sendo com o passar do tempo incorporada a novas técnicas, fazendo a utilização de novos equipamentos em alguns casos.

Conforme Matos (2015), a agricultura itinerante que consiste em derrubar e queimar para depois plantar tem sido passado de geração a geração, desenvolvida tanto por povos indígenas como por outros povos e comunidades tradicionais.

Observou-se que este processo de trabalhar na terra é a uma técnica utilizada principalmente para adubar o solo, e que o desconhecimento de outras técnicas faz com que, mesmo sabendo que é maléfico ao meio ambiente, só se apropriem da agricultura itinerante.

Um dado observado e já comentado anteriormente, é sobre o ajuri que vem perdendo sua força e prática na comunidade, principalmente nas atividades de agricultura. Conforme moradores, o ajuri acabou por conflitos entre eles e não teve mais sua continuidade em virtude das ações do PAREST. Contudo foi identificado que ainda é realizado entre parentes, mas não mais com o auxílio de compadrios, e também em algumas ações de interesse mútuo da comunidade eles ainda são praticados, logo, acredita-se que ainda há a essência da ajuda mútua entre os moradores.

Mesmo a atividade ter perdido força, percebe-se que ainda existe a esperança de retorno com as práticas do ajuri. Portanto, o resgate dessa prática deve ser inserida na

comunidade por meio de projetos produtivos, é o caso do projeto Rede Tucumã⁷ que vem começando a ser inserido na comunidade resgatando essa prática.

Em boa parte dos relatos os moradores há a preferência por equipamentos mais tradicionais como, o terçado, a enxada, o machado, a vara pra pescar, a rede, entre outros, porém em alguns relatos a utilização de outros equipamentos, é o caso do motosserra para retirada de madeira, e outros equipamentos, como de caça e de pesca, que tanto auxiliam na vida do caboclo como também podem aumentar os impactos ambientais.

Quanto aos conhecimentos adquiridos em relação às atividades desenvolvidas, principalmente sobre as tradicionais, percebe-se que foram adquiridos pelos seus antepassados. No entanto, foram observadas outras atividades onde o conhecimento foi adquirido por pessoas externas à família ou sob a forma de participações em cursos oferecidos pelos órgãos gestores e parceiros. Em algumas situações a própria vontade estimulou o aprendizado de alguns moradores que tinham interesse em desenvolver outras atividades.

Nas alterações do trabalho e no modo de vida desta comunidade percebe-se várias influências; como a organização da comunidade, com a escola, da educação, da saúde, da comunicação; influências dos alimentos industrializados; das tecnologias, equipamentos e conhecimentos externos; as influências naturais, como a infertilidade do solo, o forte verão amazônico; as influências sociais com as tensões de convivência, o aumento populacional; as interferências do Estado com a criação do PAREST; e as influências socioambientais com aumento populacional que vem afetando o meio ambiente limitando os seus recursos naturais.

De fato, não se pode negar que a interferência do PAREST contribuiu muito para as alterações no modo de vida da comunidade, como também para a proteção ambiental. Entretanto, houve e há de vir outras interferências que afetarão o modo de vida da comunidade. O caso da instalação de energia poderá ser uma variável que influenciará mudanças no modo de vida desses comunitários. Como também a nova forma de educação de período integral sendo implantada na comunidade. Tais interferências fazem parte de um

⁷ A Rede Tucumã, criada em 2014, é uma associação que envolve, além da comunidade Bela Vista do Jaraqui, 29 comunidades da Margem Esquerda do Baixo Rio Negro e têm como objetivo desenvolver as cadeias produtivas sustentáveis das áreas rurais.

processo inevitável da globalização, porém nos resta saber até onde esses processos podem modificar o modo de vida de uma comunidade?

Na comunidade o que foi observado é que não só a ação do PAREST, modificou o modo de vida desses moradores, houveram outras interferências que influenciaram parte das muitas mudanças ocorridas. No entanto, podemos considerar que a comunidade Bela Vista do Jaraqui vem se adaptando as novas demandas sociais, ambientais, culturais, econômicas e políticas, aproveitando-as tanto como uma oportunidade, em alguns momentos, de melhora de vida, quanto moldando-se as novas realidades, preservando em parte, algumas das suas características tradicionais e rurais.

A nova categoria de RDS, também representa uma interferência que poderá influenciar também o modo de vida e o trabalho desses moradores, todavia as expectativas são grandes quanto à melhora das condições de vida, contudo conforme analisado no item 3.4.6, mesmo a categoria tendo sido criada em 2014 as regras de uso do solo e da água ainda não estão definidas e tão pouco foram discutidos com a comunidade o que aumenta a ansiedade desse povo que luta a mais de dez anos por uma condição de vida mais independente e autônoma.

Além disso, foi constatada a dificuldade de entendimento por parte dos moradores sobre o conhecimento do que é uma RDS, logo, a falta de conhecimento pode ser um agravante para as definições da regra de uso do solo e da água que em vez de colaborar pode gerar outras tensões na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SEÇÃO IV

Dentro das discussões teóricas apresentadas nesta seção, pode-se observar que o termo empreendedorismo sempre esteve presente na história da humanidade e foi ganhando formas diferenciadas que acompanharam as demandas econômicas tanto de sobrevivência como de desenvolvimento humano e econômico.

O debate acadêmico apesar de muitas vezes apontar diferentes formas de empreender que apontam a criatividade, a inovação, o assumir riscos, entre outras características, como partes do papel empreendedor, em alguns momentos podem estar ignorando as formas diferenciadas que não se enquadram no perfil capitalista, onde há ausência do lucro, da competitividade, do alto consumo, da hierarquização do trabalho e do conhecimento específico. Destarte, a forma empreendedora parece estar aprisionada nos conceitos e definições estrangeiras que são repetidamente incitadas como modelos a serem seguidos.

Contudo, a realidade da economia do Brasil nos apresenta heterogeneidade nas formas empreendedoras que: tanto transitam na informalidade como na formalidade; transitam pelos conhecimentos tradicionais, pelos trabalhos artesanais ou pelos trabalhos técnicos e industriais; transitando também pela falta de conhecimento e organização empresarial ou transitam pelo acesso ao mercado de forma competitiva e organizada empresarialmente.

Segundo Bezamat (2014), “Não existe por aqui, ainda, uma preocupação epistemológica no sentido de uma *teoria empreendedora à brasileira* ancorada em nossos valores” ligada ao famoso “jeitinho brasileiro” que já é parte do *ethos* brasileiro, que busca uma saída para resolver as dificuldades encontradas na pobreza e na falta de emprego gerada por um sistema de acumulação de riqueza onde o crescimento econômico se concentra nas mãos de uma minoria, permitindo que uma maioria sofra com as mazelas desse sistema excludente.

E são essas mazelas as principais responsáveis pela informalidade no país, contudo conforme Tiriba (2004) tem facilitado a inclusão de classes mais baixas na dinâmica da

economia global. E é esse mesmo “virador” que atua em sua maioria na informalidade, sem conhecimento e sem organização empresarial, o mesmo que também faz parte do tecido da economia real brasileira, na maioria das vezes discriminados ou invisíveis atuam na economia proto e pré-capitalista ou economia popular e na economia solidária.

Conforme Tiriba (2004) é na economia popular que percebemos outras formas de fazer economia, que ao invés do emprego ou do trabalho movido pelo lucro “o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata como também, para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil” (p. 2).

Observou-se também que a economia informal e a economia rural vêm ganhando espaço nas discussões teóricas o que nos revela um Brasil bem mais empreendedor do que os resultados já apresentados por instituições ligadas a área. E que é necessário darmos à devida atenção a economia rural, que muitas vezes é considerada atrasada e fora do modelo capitalista, contudo, representa quase 43% da população brasileira.

Conforme Sachs (2004), a agricultura familiar que já compreende uma boa parte da ocupação do meio rural pode ser a responsável por produzir renda para localidade contribuindo para economia brasileira e local, e ainda garantir a segurança alimentar dessas populações e evitando o êxodo rural.

Desta forma, se fossemos quantificar as formas empreendedoras pelo lado da informalidade reconheceríamos um país muito mais empreendedor, isso em virtude da maioria dos resultados apresentados se basearem nas atividades empreendedoras constituídas na formalidade. Conforme os resultados da GEM 2014, já apresentados anteriormente, apenas 20% do total de empreendedores possuem CNPJ, o que nos leva a acreditar que a economia Brasileira é constituída por boa parte de empreendimentos informais.

E ainda, a amostra pesquisada pelo o instituto de referência sobre os dados empreendedores no Brasil é bastante limitante tanto na quantidade de empreendimentos e na quantidade de região, deixando uma grande margem de estabelecimentos de fora dessa pesquisa.

Os resultados apresentados da região Norte da pesquisa GEM 2014, abrangeu apenas quatro estados, o que demonstra que a região Norte pode apresentar dados empreendedores bem acima dos resultados apresentados. Além disso, amostra é realizada em cidades de grande, de médio e pequeno porte, onde os critérios de seleção devem respeitar o tamanho da população e distância das cidades.

Logo, entende-se que boa parte das comunidades ribeirinhas fica fora destes estudos, o que nos leva a crer que a realidade empreendedora, mesmo informal, existente nas comunidades rurais e ribeirinhas pode apresentar dados bem relevantes sobre essa realidade.

Sendo assim, pode-se considerar que essa realidade também se encontra nas pequenas populações das comunidades rurais e ribeirinhas que buscam dentro das suas condições, muitas vezes informal e sem o conhecimento profissional, uma saída para garantir a geração de renda das suas famílias, um “jeitinho brasileiro” que faz parte da cultura brasileira e que não exclui os povos e comunidades tradicionais e que faz deles um “virador”.

Dentro da comunidade Bela Vista do jaraqui, o cenário não é diferente o processo “virador” se faz presente inclusive no desenvolvimento das atividades tidas como tradicionais. Encontramos formas da economia que se relacionam com a doméstica, proto e pré-capitalista ou popular e informal como também economia solidária que são desenvolvidas para garantir a subsistência e ainda o excedente para compra de mercadorias ou produtos necessários, onde o principal fundamento está na reprodução ampliada da vida. Verdadeiras “tecnologias de sobrevivência” em busca de garantir a qualidade de vida por meio das oportunidades e necessidades.

Essas atividades, também podem ser representadas pela figura “virador”, onde fazem parte vários moradores que, apesar de transitarem pelas atividades informais, geram renda e trabalho, também informais, mantendo uma rede de relações sociais e econômicas que servem de estratégias econômicas, consideradas como criativas e inovadoras, pois em boa parte delas o conhecimento adquirido não foge dos métodos tradicionais, passado de geração a geração.

As atividades de cuidados com a casa e com os familiares, como também a produção de excedentes com o objetivo de consumo familiar é bastante presente na comunidade, o que consideramos de economia doméstica que, mesmo não fazendo parte da economia de mercado, como aponta Sachs (2004) faz parte da economia de manutenção da vida.

Porém, boa parte das atividades encontradas na comunidade está relacionada à economia proto e pré-capitalista (Sachs 2004) ou a economia popular que conforme Tiriba (2004) nos ajuda a perceber outras formas de fazer economia baseada na própria força do trabalho, onde o lucro não é empregado e há ausência tanto do conhecimento profissional, empresarial e de estrutura organizacional de cargos e salários. O valor agregado à força do trabalho é em sua maioria para garantir praticamente a subsistência e algumas outras necessidades do indivíduo. Tais economias, em boa parte, advêm de formas comunitárias, artesanais, ou fazem parte de atividades ou negócios informais.

As atividades encontradas na comunidade variam entre as atividades tidas como tradicionais: produções agrícolas, pesqueiras, de extrativismo vegetal, que são vendidas em parte para a comunidade e para Manaus. E atividades que variam em pequenos negócios com vendas de produtos, vendas próprias ofertadas de casa em casa, serviços turísticos e de artesanato, além dos serviços especializados de pedreiro, eletricitista, marceneiro e cozinheira, entre outros.

Na sua maioria os conhecimentos foram passados de geração para geração, é o caso da maioria das atividades tidas tradicionais. Entretanto, outras atividades o conhecimento foi adquirido por meio de cursos oferecidos aos comunitários e por meio da vontade própria de querer aprender.

Em boa parte das atividades, há a presença dos integrantes da família no processo de produção e venda, com exceção da participação de crianças e adolescentes, o que autora Tiriba (2004) nomeia de Oikotrabalhadores que cooperam economicamente com as atividades estimulando as redes de solidariedade mantendo não somente a unidade doméstica como também a manutenção da atividade ou do negócio. Na agricultura, na produção de espeto e no Turismo essa realidade é bem presente.

Em determinado momento pudemos flagrar um tipo de tecnologias adaptada com materiais recicláveis atendendo as necessidades de produção e a realidade econômica de um morador. Em uma residência de um dos entrevistados, uma máquina para beneficiamento de sementes, construída com motores velhos de máquina de lavar, lixas e tubos de PVC, foi construída para atender a necessidade de melhoramento de suas peças de artesanato em virtude da falta de recursos financeiros para comprar uma industrializada, o que identificamos como uma tecnologia com um perfil virador “daquele que dá um jeitinho”.

Pode-se observar a criatividade também na organização de vendas de alguns produtos, a necessidade levou a presença de um comunitário que representa o papel de agente de vendas, que trabalha por conta própria, oferecendo os produtos, principalmente de espetos, ao mercado de Manaus. Uma estratégia para escoar a produção de em média 40 famílias, gerando uma oportunidade econômica para a comunidade.

Há a presença também de representantes de cosméticos e revendedoras de roupas, o que representa uma estratégia financeira, adquirida por poucos, mas em algumas situações elas também contribuem, para sustento familiar e ainda contribuem com os resultados econômicos de grandes empresas formais. Além desses representantes, encontramos também, os fornecedores de gás, de combustível, os mercadinhos e as pessoas que trabalham com o turismo que além de gerarem oportunidade esporádica de trabalho e renda, também favorecem economicamente outros empreendimentos.

A atividade do turismo parece ser uma das que mais oferece oportunidades de trabalho para pessoas externas, pois necessita de várias atividades para completar a oferta do serviço, conforme pesquisa de campo, ela favorece em média dez pessoas que atuam dando suporte à atividade, temos os mateiros que auxiliam na condução de trilhas na selva, os canoeiros, que auxiliam nos passeios de canoas, os atravessadores que dão suporte com o transporte de travessia por botes e lanchas e as cozinheiras que dão suporte no preparo de alimentos para grupos de turistas em maior quantidade.

Em todas as atividades “viradoras” percebemos a existência de problemas na comercialização dos produtos e serviços, isso se deve a falta de conhecimentos específicos, de gestão empresarial e de mercado, a falta de formalização legal que os impede de competir com outros empreendimentos.

Conforme relatos, a comunidade recebeu um grande apoio de instituições como FAS, Ipê, entre outras instituições que inseriram cursos técnicos para o auxílio de outras atividades ou melhoramento das já existentes. Contudo, tais iniciativas não foram colocadas em prática em virtude da situação da categoria de Parque Estadual o que dificultava a submissão de projetos, por parte da comunidade, a órgãos ou instituições em virtude da sobreposição da situação de parque.

Na comunidade também encontramos algumas iniciativa que representam a economia solidária, apontada por muitos autores como uma saída para enfrentar a desigualdades econômicas em muito resolver os problemas sociais de pobreza e de oportunidade de trabalho. Conforme Singer (2002, p.9), é por meio da economia solidária que se estabelece a igualdade econômica a todos, já que os ganhos são repartidos de forma igual entre os colaboradores.

A primeira iniciativa organizada socialmente é AGRIMBEL, uma associação que reúne somente os próprios comunitários do Bela Vista do Jaraqui, com o intuito de ter uma representatividade das atividades agrícolas.

Além dessa iniciativa, encontramos a Rede Tucumã uma associação de iniciativa externa e que envolve, tem como objetivo desenvolver as cadeias produtivas sustentáveis das áreas rurais, visando fortalecer a produção e comercialização dos produtos da agro biodiversidade local.

Entendemos que essa iniciativa pode em muito contribuir com as atividades da comunidade, facilitando comercialização, sanando as dificuldades mercadológicas encontradas por eles, já que possuem algumas instituições intermediárias dando apoio ao projeto. Entretanto, foi relatado que além das dificuldades de implementação, a reunião das atividades coletivas, como o ajuri ou mutirão, tem se apresentado como um dos problemas cruciais para o andamento do projeto, logo, percebe-se que este é um problema que afeta não só a comunidade como outras comunidades.

Outro exemplo de economia solidária que dá apoio a atividade do turismo se trata do programa Rede de Turismo Comunitário no Rio Negro (TUCORIN), uma iniciativa externe que

envolveu seis comunidades: São João do Tupé, Colônia Central, Julião, Nova Esperança, São Sebastião e Bela Vista do Jaraqui.

O que podemos perceber é que em boa parte das iniciativas de economia solidária contam, em sua maioria, com a participação de agentes externos que vêm mobilizando as comunidades, inclusive a comunidade Bela Vista do Jaraqui. Entretanto, vale ressaltar, que há na comunidade alguns exemplos de iniciativas particulares, desenvolvidas entre os próprios moradores que ainda não são formalizadas, mas que demonstram intenção de se desenvolver e ampliar atitudes cooperativistas. É o caso da união de alguns familiares, em torno de três famílias, que se organizaram para a produção de balas e beneficiamento de frutas para doces e geleias.

Percebendo tal situação, chegamos à conclusão de que são esses exemplos que podem vir a estimular outras iniciativas de cooperativas que possam corroborar no atendimento de outras necessidades sociais da comunidade. Acompanhando esse exemplo já existente e o exemplo utilizado no passado, das Aldeias Cooperativas (SINGER, 2002), propomos uma feira de excedentes dentro da própria comunidade, onde os moradores possam levar os seus produtos e trocar pro outros, como forma de economia de recursos financeiros. Entretanto, seria necessário o apoio as produções agropecuárias para melhoramento da terra e melhor aproveitamento das produções.

Diante disso acredita-se que o processo de produção de trabalho como também as formas empreendedoras deve vir unificado a uma visão social e mais justa, trazendo com ele alternativas para os atuais problemas que o progresso, que além de não ter resolvido, ainda trouxe com ele vários outros problemas, como as dúvidas e as incertezas que pairam sob a humanidade.

Concluimos que a comunidade Bela Vista do Jaraqui, apesar de manter em parte as suas atividades tradicionais, vêm incluindo no modo de vida e no trabalho outras formas de atividades consideradas aqui “viradoras”, verdadeiras estratégias utilizada como alternativa para sanar os problemas financeiros encontrados nas famílias. Conforme os resultados da tabela 07, que trata das quantidades e atividades “viradoras”, pode-se observar que praticamente em todas as famílias entrevistadas, há o desenvolvimento de alguma atividade que não está relacionada à atividade tida tradicional. Isso demonstra que o processo

hegemônico capitalista em parte atingiu essa comunidade que se apropriou de alguns conhecimentos externos para desenvolver outras oportunidades de trabalho. Todavia, se tratam de atividades que apresentam outras formas de trabalho que se diferem da lógica capitalista. É o que já foi apontado por Tiriba (2004) que mesmo o capitalismo ter criado uma forma hegemônica de trabalho, não excluiu outras formas de trabalho, e porque não dizer, outras formas empreendedoras, que fazem parte da economia popular ou da economia proto e ou pré-capitalista.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heirich Bôll, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno, (Orgs)... [et al]. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia**. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.2 Vol. 01, nº. 01.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno, IN: JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. **Do Rios dos Pretos ao Quilombo do Tambor**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno, *etal*. **Mobilizações Étnicas e Transformações Sociais no Rio Negro**. Manaus: UEA Edições, 2010.
- AMAZONAS, **LEI ESTADUAL Nº 4015 DE 24 DE MARÇO DE 2014**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/uc/601283>
- AMAZONAS, **LEI ESTADUAL 2.646 DE 22 DE MAIO DE 2001**. Disponível em: <http://www.ipaam.br>
- ANDREASSI, Tales... [et al]. **Empreendedorismo no Brasil : 2014**. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira. Curitiba: IBQP, 2014.
- ARANHA, Ma. Lúcia de Arruda e MARTINS, Ma. Helena Pires. **Filosofando: Introdução a filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 1986.
- BAHIA, Mirleid Chaar; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **Lazer e Meio Ambiente – Em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura**. Revista Bras. Cienc. Esportes, Campina, v. 28 n. 3 p. 157 – 172, maio 2007. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/30>. Acessado em 15 de junho de 2014.
- BATISTA, João Marcos. **A Evolução da Economia: Uma Abordagem Histórica Sobre os Principais Modelos, Teorias e Pensadores**. Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia - RENEFARA, v. 02, p. 1-17, 2012.
- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª. Edição. Manaus: Editora Valer, Edua e Impa, 2007.
- BENTES, Genise de Melo. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Da Realidade à Legislação no Estado do Amazonas**. Manaus: UEA/PPGDA, 2006.
- BERREMA, Gerald D. – “Behind many masks”. Ithaca, 1962. Também em Guimarães, A. Zaluar. (org) **Desvendando máscaras sociais**. Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1975.

BEZAMAT, Souza Neto. **Contribuição e elementos para um metamodelo empreendedor brasileiro: o empreendedorismo de necessidade do “virador”**. São Paulo, Editora: Blucher Acadêmico, 2008.

BOURDIER, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Controle dos Impulsos e das Paixões no Processo Civilizatório de Nobert Elias**. IN: WOUERTRS, Ademir Gebara. O Controle das Emoções. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

BRASIL, **LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm.

BRASIL, **DECRETO LEI 6.040, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

BUBER, Martin. **Sobre Comunidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

BURSZTYN, Ivan. **Comercialização no turismo de Base Comunitária: Inovar é preciso!** IN: NOVO, Cristiane B. M. C. e CRUZ, Jocilene G. Organizadoras. Turismo de Base Comunitária – Reflexões no contexto Amazônico. Manaus – AM, EDUA, 2014.

BURSZTYN, Marcel. **Um desenvolvimento sustentável é possível**. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=565&secao=203 . Acessado em 28 de agosto de 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. **A Pesquisa Qualitativa nas Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios**. Revista Portuguesa da Educação, Vol 16, n. 002. Universidade do Minho Braga – Portugal, 2003.

CORAGGIO, José Luís. **Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho**". Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

COSTA, C.C e GUILHOTO, J. J. M. **Saneamento rural no Brasil: Impacto da fossa séptica biodigestora**. Eng Saint Ambient, edição especial 2014. Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/esa/v19nspe/1413-4152-esa-19-spe-0051.pdf>

CUNHA, Elizabete Ferreira da. **Conflitos fundiários no Parque Estadual do rio Negro Setor Sul**. Dissertação – IMPA/UFAM, Manaus, 2012.

DAMATTA, Roberto. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DIEGUES, Antônio Carlos. **ETNOCONSERVAÇÃO, novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos**. São Paulo: Editora Annablume, 2ª. Edição 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6ª. Edição – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos (ORG). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. NAPAUB – USP – PROBIO – MMA – CNPQ. São Paulo 1999.

DONALD, Stewart Jr. **O que é o liberalismo**. Rio de Janeiro : Instituto Liberal, 1995.

DRUCKER, Peter. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças**. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 2003.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios**. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1993;

ELIAS, Noerbert e DUNNING, Eric. **A busca da Excitação**. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Portugal, Difel – 1992.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla – Ribeirinha: Mitos, Lendas e Transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas**. 2ª. Edição. São Paulo: Annablume, 2011.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GEERTZ, Clifford, 1926. **A Interpretação das Culturas**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONDIM, Linda M.P. e LIMA, Jacob Carlos. **A Pesquisa Como Artesanato Intelectual – Considerações sobre método e bom senso**. São Paulo: EDUFSCAR, 2006.

GUIDIS, Maria Lais Mousinho. **Elementos de Análise dos Estudos de Comunidade Realizados no Brasil e Publicados de 1948 a 1960**. Educação e Ciências Sociais. Ano VII, vol. 10 n. 19. Rio de Janeiro, 1962.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6ª. Edição. São Paulo: Atlas 2008.

GOMES, Jones da Silva. **Comunidade e Eticidade: Uma contribuição à aventura sociológica no pensamento de Martin Buber**. Belém – PA. 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1946>

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. II Edição, Rio de Janeiro, Editora: DP&A, 2015.

HARRIS, Mark. Presente **Ambivalente: Uma Maneira Amazônica de Estar no Tempo**. IN: ADAMS, Cristina, *etal.*, (Organizadores) - **Sociedades Caboclas Amazônicas**. São Paulo: Annablume, 2006.

IRVING, Marta. A. **O Ecoturismo no Brasil: Retrospectiva e Tendências**. IN: Boletim de Turismo e Administração Publicação do Centro Universitário Ibero Americano, Vol 10, n.º 2. São Paulo: UNIBERO, 2001.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva, CIDADE, Lúcia Cony Faria e VARGAS, Glória Maria. **Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009. <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acessado em 08 de agosto de 2014.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. **Gestão do Território e a Produção da Socionatureza Nas Ilhas do Lago de Tucuruí na Amazônia Brasileira**. Brasília: UNB/CDS, 2006).

JÚNIOR Samuel Borges de Oliveira e SATO, Michele. **O saber local da cultura e da natureza nas narrativas biorregionais do Quilombo Mata Cavallo**. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 549-559, set.-dez. 2008. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/viewFile/506/432>. Acesso em 02 de setembro de 2014.

KREIN, José Dari e PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010, Vol.1 (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4).

LANGNESS, Lewis Leroy, 1929. **A História de Vida na Ciência Antropológica**. Tradução de Heloisa Previdello. São Paulo: EPU, 1973.

LIMA, Vilma Terezinha de Araújo; CUNHA, Elizabeth Ferreira; PAULA, Alcilene Araújo; PORTO, Nailza Pereira. **Ordenamento Territorial em Unidade de Conservação de Proteção Integral no Amazonas**. Perú, EGAL: 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/4956764-Ordenamento-territorial-em-unidade-de-conservacao-de-protecao-iintegral-no-amazonas-brasil.html> Acessado em: 20 de junho de 2015.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativas**. São Paulo: EPU, 2009.

MALDONADO, C. **Turismo Rural Comunitário na América Latina**. IN: BARTHOLO R., ANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I., organizadores. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras / – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARCONI, Ma. de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 5ª. Edição. São Paulo: Atlas 2003.

MATOS, Gláucio Campos. **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica**. Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2015.

MCCORMICK, Jhon, 1964. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambiental**. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 1992.

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006.

MELLO, Vico Denis S. e DONATO, Manuella Riane A. **O Pensamento Iluminista e o Desencantamento Do Mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático**. Revista Crítica Histórica Ano II, Nº 4, Dezembro.

MONTEIRO, Marco Nobre. **O Empreendedorismo e a Criação de Negócios: O Caso da Empresa...** Coimbra, 2010 (Dissertação). Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13821/1/Tese%20de%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>

MORÁN, Emílio F. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MORSELLO, Carla. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge e FILHO, Ademar F. Coimbra. **Os Parques Nacionais do Brasil**. São Paulo: Editora: Livraria José Olímpio, 1979.

PARADA, Isadora La Senechal. **Mudanças Socioambientais de Comunidades Caiçaras do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. IN: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna (Org.). Enciclopédia Caiçara. São Paulo: HUCITEC: NAPAUB: CEC/USP, 2004.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social Pelo Trabalho: Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte do Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social Pelo Trabalho Decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas**. Estudos Avançados 18 (51), 2004 – ISSN 010340140 N-line version ISSN 1806-9592. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200002

SARNENTO, Eduardo. **Epistemologia e metodologia, notas sobre a Cooperação para o Desenvolvimento**. Universidade de Aveiro. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/83.pdf.

SERRA, Nara Eliana Miller. **Compreendendo a Lógica do Trabalho em Populações Tradicionais Ribeirinhas**. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente- Mai.-Nº22, Vol. Iv, 2001.

SILVA, Marilene Corrêa da Silva Freitas. In: SCHERER, Elenise e OLIVEIRA, José Aldemir. **Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SILVEIRA, Simara Maria de Souza, GRECO et al. **Empreendedorismo no Brasil : 2008 /** . Curitiba: IBQP; 2009.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora, Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, Lia. **O trabalho no olho da rua: Fronteiras da economia popular e da economia informal**, 2004. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_02/TN2_TIRIBA.pdf

TIRIBA, L. **Ciência econômica e saber popular: reivindicar o popular na economia e na educação**. In L. Tiriba & I. Picanço (Orgs.), Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária São Paulo: 2003.

TIRIBA, I. **Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada**. Campinas, vol. 27, 2007 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

TOMMASINO, Huberto, FOLADORI, Guillermo e TAKS, Javier. **La Crisis Ambiental Contemporánea** – Capítulo I. IN: FOLADORI, Guillermo e Pierre. Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollos sustentable. Mexico: Universidade Autonoma de Zacatecas, 2005.

TÖNNIES, Ferdinand, 1944, **Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais**. IN: FERNANDES, Florestan – Comunidade e Sociedade no Brasil, 2ª. Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

VERÍSSIMO, Adalberto; ROLLA, Alicia; VEDOVETO, Mariana; FUTADA, Silvia de Melo (organizadores). **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira : avanços e desafios**. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2011.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. Tradução de Clotilde da Silva Costa, 3ª. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho: Os camponeses na Amazônia e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2ª. Edição. São Paulo: Annablume, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **Configurações de Trabalho na Comunidade Bela Vista do Jaraqui - RDS Puranga Conquista - AM**, sob a responsabilidade da pesquisadora Paula Cristina Pereira Rodrigues Chaves, a qual pretende identificar as mudanças de no trabalho, decorrentes da implantação do Parque Estadual em 2005 e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável em 2014. Sua participação é voluntária podendo ser entrevistado e observado as principais atividades desenvolvidas no seu cotidiano, fazendo uso de máquina fotográfica, câmera filmadora e gravador.

Quanto aos riscos de sua participação na pesquisa, mesmo os dados pessoais não sendo divulgados com intuito de não comprometer e preservar o informante sob qualquer aspecto, suas informações poderão revelar práticas não consentidas no uso de do solo e da água, que até então ainda não foram definidas pelas Regras de Uso da RDS Puranga Conquista.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para beneficiar a comunidade e os órgãos gestores das Unidades de Conservação – UCs, com os registros das experiências de quem vivencia uma mudança no seu modo de vida, em virtude das criações dessas unidades.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Rua Leonardo Malcher, 1728 – Praça 14 de Janeiro, pelo telefone (92) 3878-4415 ou 98128-4864, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: ___/___/___

 Assinatura do participante

 Assinatura da Pesquisadora Responsável ,



Impressão do dedo polegar
 Caso não saiba assinar

APÊNDICE 2 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

A pesquisa: Configurações de Trabalho na Comunidade Bela Vista do Jaraqui - RDS Puranga Conquista – AM, sob a responsabilidade da pesquisadora Paula Cristina Pereira Rodrigues Chaves, tem como objetivo principal verificar as configurações de trabalho, motivadas, principalmente, pelos fatores intervenientes das mudanças de categorias de Unidade de Conservação, ocorridas nos períodos entre, 2004 e 2014, na comunidade e os seus reflexos no processo inovador e sociocultural. Visa contribuir para beneficiar a comunidade e órgãos responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação, com os registros sob a ótica desta realidade, a de entender como este processo de mudança de categoria ocorrida inicialmente em 2004 para Parque Estadual (PE) e em outro momento, em 2014 para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) influenciou na vicissitude do trabalho e do modo de vida da comunidade. E por fim contribuirá para o desenvolvimento de estudos científicos na área de entendimento desta conexão entre as Unidades de Conservação, primordialmente das RDSs, e as comunidades ribeirinhas, aproximando cada vez mais a realidade Amazônica das teorias.

1. PERFIL DOS MEMBROS DA FAMILIA

2. ORIGEM E FORMACAO FAMILIAR

3. MEIOS DE PORODUCAO E COMERCIALIZACAO

4. COHECIMETOS TRADICIONAIS E ADIQUIRIDOS

5. ALTERAÇÕES DE MODO DE VIDA E TRABALHO APÓS MUDANCA DE CATEGORIA

6. ALTERNATIVAS ENCONTRADAS

7. IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS EM RELACAO ÀS MUDANCAS DE CATEGORIAS

ANEXOS

ANEXO 1 – APROVAÇÃO DA PESQUISA CONFORME O PARECER DO CEP



Continuação do Parecer: 1.082.392

7- Orçamento – adequado;

Recomendações:

Atentar para a conclusão!

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Projeto em tela atendeu as pendências solicitadas.

No entanto, ressaltamos que é ESSENCIAL incluir no TCLE o mesmo texto do Protocolo de Pesquisa da Plataforma Brasil:

"Riscos:

PARA OS PESQUISADOS Quanto aos riscos de sua participação na pesquisa, mesmo os dados pessoais não sendo divulgados com intuito de não comprometer e preservar o informante sob qualquer aspecto, suas informações podem revelar práticas não consentidas no uso de do solo e da água, que até então ainda não foram definidas pelas Regras de Uso da RDS Puranga Conquista. Caso ainda ocorra algum tipo de acidente com o pesquisado ou com o pesquisador, decorrente de manuseio de ferramentas entre outros acidentes ou mal estar de saúde no momento da aplicação da pesquisa, em qualquer um dos casos o atendimento poderá ser providenciado em unidade de saúde disponível na Comunidade do Arara à 1 km da comunidade pesquisada, ou em caso mais graves, haverá a necessidade de encaminhar para Manaus por auxílio de barcos de pequeno porte (lanchas) disponíveis na própria comunidade.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 27 de Maio de 2015

Assinado por:
MARIA EMILIA DE OLIVEIRA PEREIRA ABBUD
 (Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130	Fax: (92)3305-5130
	E-mail: cep@ufam.edu.br

ANEXO 2 – APROVAÇÃO DA PESQUISA CONFORME O PARECER DO DEMUC/SEMA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

AUTORIZAÇÃO Nº. 11/2015 – DEMUC/SEMA

O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), no âmbito de sua área de competência e considerando:

A Lei Complementar Nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM);

O artigo 43 do Capítulo VI da Lei do SEUC/AM, que trata das pesquisas científicas em unidades de conservação.

AUTORIZA a Pesquisa Científica em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

1. UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA(S)
RDS PURANGA CONQUISTA

2. PESQUISA/AÇÃO:

Configurações de Trabalho na Comunidade Bela Vista do Jaraquí – RDS Puranga Conquista – AM.

PESQUISADOR (ES) AUTORIZADO (S):

Nome	Formação / Função
PAULA CRISTINA PEREIRA RODRIGUES CHAVES	PESQUISADORA
GLAUDIO CAMPOS GOMES DE MATOS	ORIENTADOR

3. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

03 de junho de 2015 a 03 de junho de 2016

4. CONSIDERAÇÕES

- Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma área que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. São objetivos básicos dessa área, preservar a natureza e, ao mesmo tempo,

